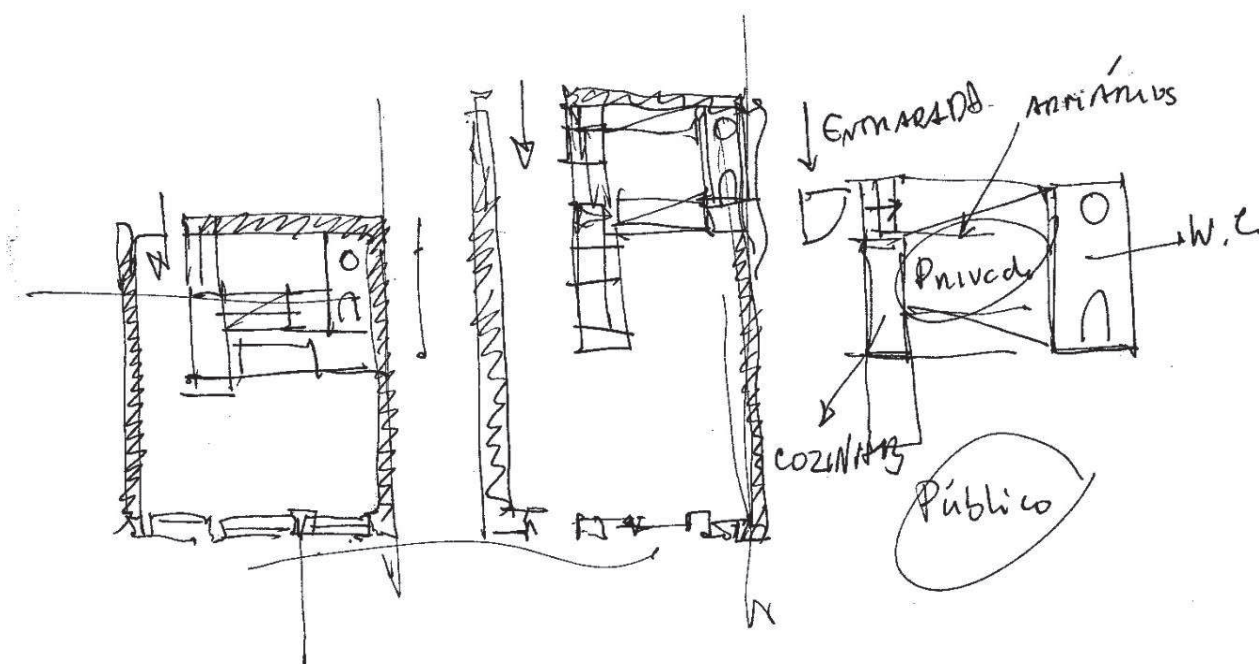




Protótipo de Reabilitação para a Casa Burguesa do Porto

Dissertação de Mestrado de Arquitectura

Faup | 2011. 2012

Rita de Sousa Trêpa Magalhães Basto

Protótipo de Reabilitação para a Casa Burguesa do Porto

Docente acompanhante | Arquitecto Manuel Montenegro

Agradecimentos

Ao meu orientador, Arq. Manuel Montenegro,
pela motivação, entusiasmo e conversas, sempre frutíferas,

Ao Arq. Nuno Valentim, pela disponibilidade e ajuda preciosa,

Às minhas amigas, pelo apoio incondicional (e fora de horas),

Aos meus pais que tornaram este caminho possível,
E aos meus irmãos que o fizeram mais fácil,

Ao Diogo, por estar sempre perto.

"Não perguntes o que a tua pátria pode fazer por ti. Pergunta o que tu podes fazer por ela."
John Kennedy

Terá sido o facto de ter nascido e crescido no Porto que alimentou a vontade de estruturar uma reflexão a seu respeito. É em particular a Baixa o foco do meu interesse; esta simbiose entre a beleza que lhe assiste em cada detalhe, e a inércia das populações, dos organismos e das circunstâncias que conduziram à degradação do seu património.

No âmbito desta prova se torna finalmente oportuno pensar com mais profundidade sobre esta problemática. Mais do que isso, aqui se propiciam as condições necessárias para construir uma proposta conceptual e arquitectónica que quer tentar solucionar (em parte) o problema que aqui identificámos.

Neste cruzamento de interesses assumimos como objectivo primordial da dissertação o desenho de um protótipo de reabilitação para a casa burguesa do Porto que, segundo a análise, constitui o tipo de habitação mais proeminente da Baixa Portuense. Pretende-se com este protótipo assegurar de uma forma generalizada a requalificação e re ocupação destas habitações. É portanto com base neste princípio, nesta intenção, que estruturamos o nosso estudo.

Num primeiro momento, procuramos conhecer o percurso evolutivo da dita casa burguesa, desde a sua formação até à actualidade, tocando as questões urbanas, sociais, e culturais que lhe são inerentes.

Depois de procurar perceber os factores que motivaram a sua degradação, conhecemos e analisamos a estratégia que tem sido empregue pela entidade responsável – a Porto Vivo - no sentido de a reverter. Questionamos a viabilidade do seu modelo de actuação e, mais importante, os resultados. De que forma intervêm no edificado e respondem aos interesses das populações. Quer das residentes, quer das que o desejam vir a ser.

Avançamos com este estudo para a construção do problema, o processo de trabalho que acompanha e dá corpo ao protótipo.

Começamos pelo desenho de um modelo abstracto, uma casa burguesa tipo, que reúna todas as suas características fundamentais. Este modelo irá constituir a base, o espaço sobre o qual incide a nossa proposta.

Como nos transmitiu o percurso académico, procedemos com a base da intervenção para o conhecimento do cliente e a elaboração de um programa de necessidades ajustado. Dessa averiguação subtraem-se as coordenadas mais relevantes para o exercício do projecto.

Encerramos finalmente a construção do problema com a elaboração do protótipo – que decorre, no fundo, da materialização de todos os pressupostos, condicionantes e protagonistas que ao longo da dissertação se cruzam.

Expomos as opções tomadas, as referências e conceitos que as ilustram e tocamos as questões que nos parecem sempre pertinentes numa abordagem projectual, e sobretudo, sob o prisma da reabilitação.

Esta investigação ambiciona mais do que a concepção de um exercício de projecto, encontrar e expor um ponto de vista, uma ideia, um princípio de recuperar este património, que tenha a capacidade de se ajustar à conjectura económica actual e, simultaneamente, respeitar a lembrança do lugar.

Índice

Resumo	7
- Objecto de Estudo	12
- Objectivo	12
- Estrutura e Metodologia	13
Parte I - A Casa Burguesa do Porto	15
- Enquadramento urbano, económico e social: o Porto entre os Séc. XVII - XX	19
- Análise tipo – morfológica	23
- Séc. XVII – XVIII	25
- Séc. XVIII – XIX	29
- Séc. XIX – XX	33
- Adaptação da casa a habitação plurifamiliar	37
- Reabilitar e Reocupar; Considerações sobre a estratégia da Porto Vivo	39
Parte II - O Projecto: A Construção de um Problema	55
- A Base da Intervenção	59
- Enquadramento urbano	61
- O lote e a casa	63
- O fogo	69
- O Cliente	71
- O Programa	79
- A Proposta	95
Nota conclusiva	117
- Índice de imagens	119
- Bibliografia	121
- Anexo I _ Desenhos Base de Intervenção	127
- Anexo II _ Desenhos Protótipo	139

“A grande missão cultural dos arquitectos de hoje é a recuperação da cidade e não importa que o tratamento da cidade doente seja, como programa, menos brilhante do que a invenção das cidades novas. Só por meio de uma rigorosa metodologia de terapia urbanística se poderá salvar a cidade como instituição histórica sem comprometer a sua presença como sistema de informação.”¹

¹ “La gran empresa cultural de los arquitectos de hoy es la recuperación de la ciudad y no importa que el cuidado de la ciudad enferma sea, como programa, menos brillante que la invención de ciudades nuevas. Sólo por medio de una rigurosa metodología de terapia urbanística se podrá salvar la ciudad como institución histórica sin comprometer su actualidad como sistema de información.”, GARCIA, Francisco, “Construir en lo Construido: Arquitectura como Modificación”, 2ª Edição, Editorial NEREA, Madrid, 1996, pág. 61

Objecto de Estudo

Poder-se-á considerar como campo de análise a Baixa do Porto e em particular a sua habitação corrente: aquelas casas altas e estreitas, com os seus telhados de duas ou quatro águas que sempre associamos ao centro da cidade, e que terão servido a burguesia Portuense:

“O Porto é ao mesmo tempo uma cidade de estatuto burguês expresso, e uma cidade constituída por casas esguias e altas – o que prova que, entre nós, a casa esguia e alta é, na verdade, a casa burguesa.”²

São as construções que nos descreve Rebelo da Costa em 1788:

(...) ordinariamente são de três andares, muitas de quatro e algumas de cinco, além das sobrecozinhas e lojas subterrâneas. A sua fábrica é toda de pedra e cal; os portais, janelas, cunhais e balcões são de cantaria fina e bem lavrada (...).³

Do ponto de vista do projecto o objecto de estudo é, porém, mais particular. Não actuamos em toda a estrutura do edifício, mas apenas na célula, no fogo ou, se quisermos, numa divisão. É sobre ela que pretendemos projectar, montar um protótipo e um argumento.

Não reportamos para um apartamento em concreto numa casa específica num determinado arruamento. Por oposição, intervimos num fogo tipo, por nós determinado, que resuma as qualidades fundamentais daquelas habitações.

Será então esta célula abstracta, tipificada, o objecto de estudo desta reflexão.

Objectivo

Considera-se que o intuito da dissertação, ou pelo menos a sua vontade, é descobrir um meio acertado de minimizar a degradação e desertificação que há muito tomou conta do centro do Porto. Consideramos que este processo passará não só pela recuperação física do património, mas também pela sua reocupação permanente. Assim se pretende estruturar uma proposta com o intuito de “reciclar” as antigas habitações da sociedade portuense, as mesmas que acolheram e serviram os nossos antepassados. Dar-lhes o mesmo uso de abrigo, mas adaptá-los à nova circunstância e às gerações contemporâneas.

Será também nosso desígnio apresentar um modelo de actuação alternativo ao da Porto Vivo, que tem vindo a ser objecto de frequentes críticas. Demonstrar que existem outras estratégias viáveis de recuperar o património corrente do Porto, de o rehabitatar, que não passam necessariamente por um investimento avultado, uma intervenção incisiva ou pela aplicação de processos de gentrificação – três críticas que podemos apontar à actuação daquela entidade.

Nestes termos, consideramos que um projecto aplicado a um caso isolado será pouco consequente e frutífero. Por isso se pretende desenhar uma proposta “tipo” que tenha a capacidade de se adaptar a um número considerável de habitações da Baixa e não somente a um edifício em particular.

É essa intenção que nos conduz à ideia do protótipo – modelo original; tipo; padrão; exemplar de um modelo para servir de teste antes do fabrico industrial.⁴

Por intermédio deste protótipo procuramos então explorar uma forma, económica, de recuperar aquele património, salvaguardando o carácter do tecido urbano, do lote, e da casa, assim preservando a sua memória.

Entenda-se porém, que não é de todo o nosso objectivo, ou nossa pretensão, delinear uma estratégia de recuperação aplicável a toda a extensão do edificado habitacional deteriorado.

Dentro da escala que nos permite o tempo e o âmbito deste trabalho, optamos antes por concentrar os esforços num projecto mais modesto, que consiga oferecer uma resposta a pelo menos uma parte desta inesgotável problemática, que é a reabilitação da Baixa do Porto.

² VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, “Casas do Porto” in “Arquitectura Tradicional Portuguesa”, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1992, pág. 295

³ COSTA, Rebelo da, citado por FERRÃO, Bernardo José, “Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas –1758/1813 – Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina”, 2ª Edição, Faup Publicações, 1989, pág. 233

⁴ Dicionário Língua Portuguesa, Porto Editora, 2012

Estrutura e Metodologia

De uma forma geral podemos estruturar a reflexão em dois momentos:

A primeira parte é fundamentalmente analítica e trata de certo modo o estado da arte. Surge em parte de uma necessidade pessoal de conhecer com mais profundidade o objecto de estudo, e perceber sua contextualização, na cidade, no quarteirão, no lote e na casa. Não procuramos aí tecer grandes considerações em discurso directo, ou acrescentar nova informação. Apenas montar um argumento que dê sustentação teórica ao segundo momento do trabalho. Assim partimos das publicações de Francisco Barata, Bernardo Ferrão, Veiga de Oliveira e Nélson Mota, acompanhadas por desenhos e registos fotográficos, para montar uma análise tipo-morfológica da habitação corrente do Porto.

Com este entendimento procedemos à apreciação do trabalho da Porto Vivo. Para conhecer o seu modelo de actuação recorremos ao "Masterplan", à observação de três dos seus trabalhos, e às considerações de alguns agentes desta entidade.

Integramos imagens das habitações antes e depois de serem recuperadas, assim como algumas plantas retiradas dos respectivos documentos estratégicos. Para uma análise crítica, além de alguma biografia sobre o tema, recorremos a publicações periódicas – notícias de jornal e afins - que vão noticiando com regularidade os resultados da estratégia aplicada;

É na segunda parte do projecto que se concretizam os reais objectivos da dissertação. Passamos à construção do nosso problema e à sua materialização num projecto prático.

A reflexão deixa em parte de ser analítica, passando à prática. Fundamenta-se com esquemas, desenhos e diagramas.

Cruzando a informação recolhida das leituras anteriores, com a Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica da FAUP de Joaquim Teixeira, e outras publicações, construímos a base da nossa intervenção; Completamos a sua descrição teórica com desenhos rigorosos desde a escala urbana – 1/10 000, até à escala 1/20, do objecto de estudo;

Sobre o cliente, serve-nos a observação dos dados estatísticos mais recentes, gerais ou centrada no tema, mas também a leitura de algumas publicações que nos ajudam a reconhecer o sujeito contemporâneo e as novas formas de habitar.

Para a elaboração do programa partimos da análise da lista das funções de uma habitação normalizada com recurso à biografia especializada no assunto: as publicações de Neufert, e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Acompanhamos esta reflexão com quadros - síntese, já descortinando algumas directrizes do projecto;

Finalmente, na construção do programa, pela sua componente prática, procuramos ilustrar as nossas opções e estabelecer analogias com outros projectos que nos parecem no contexto pertinentes. Apresentamos à escala 1.20 as plantas e perfis das duas células, com as respectivas aplicações e variações do protótipo.

A Casa Burguesa do Porto

"Podemos viver sem ela [arquitectura], e admirar sem ela, mas não podemos recordar sem ela."⁵

Ruskin alerta-nos para a importância da preservação do património arquitectónico. Da arquitectura como memória, como relato da história de uma época (s), de uma cidade (s), e de uma sociedade (s). Argumenta o autor que a arquitectura, tal como a poesia, não pertence a ninguém em particular, ou apenas ao tempo presente, mas a todo o espaço temporal; o presente tem apenas uma vida interessada na arquitectura e por isso a obrigação de a proteger para a posteridade.⁶

Assim reforça o escritor o conceito de herança, de transmissão do património:

"Quando construímos, deixem-nos pensar que construímos para sempre. Não nos deixem servir para deleite do presente, não apenas para o uso do presente; deixem-no ser um trabalho tal que os nossos descendentes nos agradeçam por ele, e deixem-nos pensar, enquanto dispomos pedra sob pedra, que chegará o tempo em que essas pedras serão declaradas sagradas por ter sido tocadas pelas nossas mãos, (...), ' Vê! Os nossos pais fizeram isto por nós "

"⁷

Afirma mais tarde Rossi que "A arquitectura é o retrato das vicissitudes do homem; com toda a carga de sentimentos das gerações, dos acontecimentos públicos, das tragédias privadas, dos acontecimentos antigos e actuais"⁸

Ela constitui o legado que nos deixaram os nossos antepassados, o testemunho da sua presença, e será por isso nossa obrigação garantir a sua passagem às gerações futuras; Como diz José Aguiar, o "Património é algo que se usa e que se guarda para transmitir."⁹

Quando nos propomos dialogar com uma arquitectura particularmente doméstica, a necessidade de preservar a sua memória acresce. A casa guarda nas suas paredes a identidade do homem, da família que a habitaram e por isso, mais do que qualquer outra construção, poderá descrever e caracterizar uma dada sociedade. Sem esquecer o saber construir que transporta e que poderá servir de exemplo (ou não) a futuras edificações.

É com esta consciência e responsabilidade que devemos abordar o tema da casa burguesa do Porto:

" (...) essa casa que nada recomenda especialmente, mas que afinal é umas das expressões mais típicas do Porto, que tem o seu estilo próprio e a sua tradição legítima, e que traduz as condições históricas e político-sociais do velho burgo, a índole e a vida da sua gente."¹⁰

Esta herança deve ser por nós analisada, conhecida e interpretada, de forma a garantir um diálogo mais adequado entre a história e modernidade que se quer introduzir. Como nos transmite Álvaro Siza, "Sem o arquivo instantâneo da Memória não há Invenção".¹¹

⁵ "We may live without her [architecture], and worship without her, but we cannot remember without her.", RUSKIN, John, citado por FORTY, Adrian "Works and Buildings - A vocabulary of a Modern Architecture", Ed. Thames and Hudson, Nova Iorque, 2000, pág. 210

⁶ RUSKIN, John, citado por FORTY, Adrian, op.cit. pág. 212

⁷ "When we build, let us think that we build forever. Let us not be for present delight, not for present use alone; let it be such work as our descendants will thank us for, and let us think, as we lay stone upon stone, that a time is to come when those stones will be held sacred because our hands have touched them(...), ' See! This our fathers did for us' ", RUSKIN, John, citado por FORTY, Adrian, op.cit. pág. 211

⁸ "La arquitectura es la escena fija de las vicissitudes del hombre; con toda la carga de sentimientos de las generaciones, de los acontecimientos públicos, de las tragedias privadas, de los hechos antiguos e nuevos.", ROSSI, Aldo, citado por GARCIA, Francisco, " Construir en lo contruido - La arquitectura como modificación", 3ª Edição, Nerea, Madrid, 2005, pág. 30

⁹ AGUIAR, José, " Memória, Cidade e Projecto - Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano" in <http://mestrado-reabilitacao.faa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongressooa2000.pdf>, Évora, 2000, pág. 4

¹⁰ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, "Casas do Porto" in "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Publicações D. Quixote, Lisboa, 1992, pág. 310

¹¹ SIZA, Álvaro, "As Chaves da Cidade do Porto" in "01 textos – Álvaro Siza", Edição de texto por Carlos Campos Morais, Civilização, Porto, 2009, pág. 25

É desta forma que principiámos o estudo da habitação corrente da Baixa Portuense.

Num primeiro momento procuramos montar um breve enquadramento histórico da cidade, entre os séculos XVII e XX, o intervalo de tempo onde terão tido origem estas construções:

" (...) a grande maioria das casas hoje existentes, mesmo nos bairros que correspondem ao núcleo medieval da cidade, e tanto as estreitas, com as suas lojas no rés-do-chão, como os grandes palácios aristocratas, são edifícios dos séculos XVII, XVIII e XIX (...) ".¹²

Não se pretende elaborar uma reflexão exaustiva, mas antes uma recolha esmiuçada dos acontecimentos mais determinantes para a evolução urbana, económica e social da cidade, e mais relevantes para o entendimento da história das habitações em estudo.

Com a reflexão histórica passamos à sua análise tipo morfológica:

Por um lado, pretende-se observar de que modo soube a casa acompanhar as transformações da urbe e reflectir as necessidades das populações; por outro, perceber que inovações foi introduzindo, e que particularidades se mantiveram constantes na sua morfologia, organização interna, e sistema construtivo.

Todo o conhecimento adquirido nesta análise, terá como último propósito fundamentar a construção rigorosa da célula doméstica destas construções – o nosso objecto de estudo e a nossa base de intervenção.

Na segunda parte do presente capítulo, avançamos no tempo, e focamos o presente. Interessa observar de que modo se consolidaram estas habitações na cidade contemporânea, conhecendo o seu estado de conservação e de ocupação.

Com o confronto da realidade, partimos para a análise da estratégia das entidades responsáveis pela sua reabilitação – a Porto Vivo, sob a alçada da Câmara Municipal do Porto; Aqui se pretende analisar o sistema, os meios, os pressupostos e sobretudo avaliar os resultados dessa conduta - ou seja, o efeito da intervenção, na cidade, na casa, e claro, nas populações.

Como sempre na actividade projectual, e sobretudo na reabilitação, é pertinente antes de actuar conhecer os trabalhos que têm sido feitos no mesmo sentido, para que se evitem lacunas e se repitam triunfos.

Se no primeiro momento do capítulo, conhecemos o objecto, nesta segunda parte percebemos a forma apropriada de actuar sobre ele.

Como esclareceu Cesare Brandi,

" (...) há já quase quatro décadas, que a qualidade do restauro depende directamente da qualidade do estudo e do juízo crítico (eminentemente filológico) desenvolvidos, estando estreitamente vinculada à avaliação crítica da artisticidade e do valor histórico do objecto sobre o qual incide." ¹³

¹² VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, op.cit., pág. 336

¹³ BRANDI, Cesare citado por AGUIAR, José, " Memória, Cidade e Projecto - Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano" in <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongresso00a2000.pdf>, Évora, 2000, pág. 6

Enquadramento urbano, económico e social Séc. XVII – Séc. XX

Em meados do século **XVII**, depois da Restauração da Independência, caracteriza-se a cidade do Porto por alguma prosperidade, fruto do desenvolvimento da produção agrícola, do aumento da produção vinícola e cerealífera e da intensificação do comércio internacional, sobretudo marítimo. Por conseguinte, assinala-se um grande crescimento demográfico, resultado da migração das populações rurais, e da fixação de comerciantes estrangeiros na cidade.¹⁴ Destes últimos, merecem particular destaque a colónia britânica "cujo viver típico muito iria influenciar certas camadas sociais portuenses, nomeadamente a burguesia."¹⁵

A descoberta de ouro no Brasil, e a assinatura do Tratado de Methuen com Inglaterra (1703),¹⁶ já no século **XVIII**, contribuem de uma forma geral para acentuar aquele panorama favorável.

Neste contexto, desenvolve-se o tecido urbano portuense fundamentalmente dentro do perímetro fortificado e nas freguesias de Miragaia e Santo Ildefonso. Mesmo com o aumento demográfico, não se criam novos pólos urbanos. Por oposição, assiste-se a uma sobrelotação dos existentes.¹⁷

Uma explicação de Rogério Azevedo traduz bem o que era o planeamento urbanístico destes territórios primitivos:

"A formação mais antiga dos povoados, ao contrário do que hoje sucede frequentemente nos planeamentos artificiais, era de ordem gregária natural. Originava-se nas necessidades de cada indivíduo, sem condicionalismos e sem previsões claras, dependendo tudo unicamente daquelas, isto é, do interesse geral. Os povoados, portanto resultavam da necessidade restritiva, vinculada a um homem e não duma rebusca funcional ou estética prudentemente preconcebidas."¹⁸

Só com a fundação da Junta das Obras Públicas (1758 – 1833) o crescimento da cidade passa a receber alguma regularidade e estudo prévio.

Presidida por João de Almada e Melo, e mais tarde pelo seu filho, esta entidade, surge na sequência das medidas tomadas para a reconstrução de Lisboa depois do terramoto de 1755. Tinha como objectivo controlar e coordenar o planeamento do espaço urbano do Porto, à imagem e semelhança das políticas empreendidas por Marquês de Pombal.¹⁹

Sob o impulso dos Almadás, abrem-se novos arruamentos para lá das muralhas e reestruturam-se ou criam-se novas praças no tecido mais antigo, para encanar a parte terminal do insalubre Rio da Vila e desafogar a densa malha urbana, permitindo facilitar a relação entre a Ribeira e a parte alta da cidade - Rua de S. João, Praça da Ribeira e Praça de S. Roque. Abrem-se a Rua de Santo António e melhora-se a Rua dos Clérigos, antiga Calçada da Natividade -, criando um importante eixo este-oeste no exterior imediato da muralha; procede-se à urbanização de áreas rurais, sobretudo a norte e a oeste, nos Laranjais e a poente de Cedofeita, de acordo com planos de base ortogonal. Rasmam-se ou beneficiam-se significativamente os arruamentos que servem a ligação da cidade com o exterior - Cedofeita, Almada, Santa Catarina - Bela Princesa e Santo Ildefonso.²⁰

¹⁴ FERRÃO, Bernardo José, "Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás – 1758/1813 – Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina", 2ª Edição, Faup Publicações, 1989, pág. 153

¹⁵ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, op.cit., pág. 297

¹⁶ FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 156

¹⁷ FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 158

¹⁸ AZEVEDO, Prof. Arq. Rogério, "Da Sumptuária das casas do Porto" in "Documentos e Memórias para a História da Cidade XXXI - Casas do Porto (séc. XIV ao séc. XIX)", Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, pág. 28

¹⁹ NONELL, Anni Gunther, "Porto, 1763/1872 – a construção da cidade entre despotismo e liberalismo", 1ª Edição, 2002, pág. 95

²⁰ RIO FERNANDES, José, "Porto: um percurso urbano", Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT, 2005, pág. 4



01. Maquete do Porto Medieval



02. Planta de Perry Vidal de 1865



03. Planta de Telles Ferreira de 1892



04. Progressão da mancha do edificado portuense: 1812, 1892, 1930 e 1961

Para este movimento de expansão e cruzamento da cidade antiga com as novas áreas urbanas contribui ainda a demolição da muralha, proposta em Dezembro de 1787.²¹

A força dos trabalhos da Junta, em contraste com o crescimento desordenado que até então caracterizava a cidade, terá sido o resultado da pouca abertura à iniciativa individual. Assim se tornou possível imprimir o pragmatismo, racionalismo e homogeneidade que faltavam na arquitectura do lugar e que muito melhor reflectiam a burguesia mercantil em ascensão na sociedade portuense.²²

Este movimento foi porém interrompido na primeira metade do séc. **XIX**, décadas bastante conturbadas, sobretudo pelas Invasões Francesas e pela Guerra Civil que opôs absolutistas e liberalistas. Só a meio de Oitocentos, o Porto terá conseguido, progressivamente, instalar a regularidade no funcionamento e na administração de um país que atravessava a sua modernização.²³

Assim, a partir do terceiro quartel do século XIX e no seu prolongamento até à centúria seguinte, assinalamos o incremento do comércio vinícola, a fixação na cidade de algumas indústrias fabris, a revolução dos transportes e ainda a retoma dos trabalhos expansionistas principiado pela Junta.²⁴

Será este panorama que favorece o crescente protagonismo da referida classe burguesa, feita de comerciantes e industriais, influenciada pela colónia britânica e agora também pelos "brasileiros" – (emigrantes portugueses retornados do Brasil). Sobre esta escreve Veiga de Oliveira:

" (...) a burguesia do Porto era um caso único e à parte, representava ali a classe mais elevada, uma aristocracia comercial que era o verdadeiro senhorio da cidade, que não reconheceu nenhuma classe acima de si, e perante quem a nobreza tinha – e teve- de se curvar."²⁵

Paralelamente à notoriedade da classe burguesa, e fruto da industrialização, assinala-se um novo crescimento populacional. Este traduz-se num aumento demográfico das áreas de expansão almadina e dos eixos que lhes foram sequenciais, a par do centro histórico, que assiste à sobrelocação dos seus imóveis. Neste contexto se conhecem as mais variadas e originais formas de ocupação e de extensão das habitações (por exemplo as "ilhas").²⁶

Em particular no antigo núcleo amuralhado, a sobreocupação irá reflectir-se numa grande precariedade das condições habitacionais, que ainda hoje ali encontramos:

" (...) os seus moradores, focados na actividade comercial, não acudiram a reparar os velhos prédios dos estabelecimentos e moradias, nem ergueram a voz a reclamar o que era de interesse colectivo. Ao lado da rua, mantinha-se a viela, mas esta bem livre de fiscalização camarária e sempre a receber toda a sorte de despejos."²⁷

É esta realidade que irá impulsionar um processo de transferência das populações mais abastadas que ali residiam para as novas áreas de expansão da cidade. Além de melhores condições de vida garantiam alguns rendimentos com o aluguer ou a venda dos seus imóveis.²⁸

21 NONELL, Anni Gunther, op.cit., pág. 256

22 FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 181

23 MOTA, Nélsion, op.cit., pág. 53

24 MOTA, Nélsion, op.cit., pág. 54 e 55

25 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, op.cit., pág. 326

26 RIO FERNANDES, José Alberto, op.cit., pág. 80

27 CRUZ, António, "Nona Parte: O Porto no século XIX" in "História da Cidade do Porto", Portucalense Editora, Porto, 1962, 1965, pág. 56

28 RIO FERNANDES, José Alberto, " Porto: cidade e comércio", Edição Câmara Municipal do Porto, 1997, Porto, pág. 80

Análise tipo-morfológica

“Quem percorrer o velho centro do Porto, ao lado do labirinto do antigo burgo medieval, espraiado aqui e além em belas ruas quinhentistas, e seguir depois, para lá desse primitivo núcleo, pelas antiquadas ruas irradiantes, seis, sete e oitocentistas – que representam o povoamento das estradas de acesso às portas da cidade, e o desenvolvimento do seu transbordar inicial além muralhas –, é de entrada surpreendido apenas pela completa falta de uniformidade de casas que ali se encontram. (...) Atentando-se porém um pouco melhor, logo algumas ideias gerais se vão definindo, as quais introduzem um certa ordem nesse polimorfismo caprichoso (...);”²⁹

Já havíamos antecipado em relação ao objecto de estudo, que se centra esta dissertação na casa burguesa do Porto, aquela que encontramos com mais proeminência nos arruamentos do centro da cidade. Assim reforça também Francisco Barata: “A habitação corrente da cidade, aquela que domina anonimamente no meio urbano, é a habitação burguesa.”³⁰ São as casas daquela classe social, que vimos ganhar ao longo dos tempos, uma importância crescente no seio da sociedade portuense.

Referimos também a configuração alta e estreita que é transversal a estas habitações. Esclarece novamente Veiga de Oliveira que,

“ (...) surgida no primitivo burgo das próprias condições histórico - sociais que presidiram ao seu desenvolvimento, a casa estreita e alta ganhou foros de padrão material de cultura, e assim perdurou na tradição local, assimilando os sucessivos estilos e técnicas, e acompanhou a classe que é própria, mesmo quando e aonde as circunstâncias efectivas que determinaram o seu aparecimento deixaram de se verificar.”³¹

São estas evidências que nos levaram a considerar as habitações esguias e altas, outrora habitadas pela classe burguesa portuense, o foco da nossa dissertação, e agora o centro desta análise tipo morfológica. Concentrando-nos na regra em detrimento da excepção, contribuímos para estender a aplicabilidade do protótipo.

Sobre a diversidade que nos apresentam estas construções subscrevemos Veiga de Oliveira. Apesar do polimorfismo que apresentam, uma observação criteriosa permitirá detectar algumas características comuns e, por conseguinte, organizá-las em categorias, tornando mais operativo a observação analítica das mesmas.

Francisco Barata partilha do mesmo entendimento e avança com a identificação de três momentos distintos na história da habitação na cidade: “Parece-nos possível sustentar que existem três tipos de habitação dominantes no Porto, os quais contribuem, ainda para a caracterização da forma urbana da cidade.”³²

Teremos então uma primeira tipologia que surge a partir do séc. XVII, no primeiro momento do nosso enquadramento histórico, e que se repete dentro dos limites do antigo núcleo amuralhado; uma outra que remonta à segunda metade do século XVIII, na altura em que se assinalámos a expansão da cidade, por intermédio dos trabalhos da Junta das Obras Públicas; e uma terceira, pós Almadás, que se vai desenvolver a partir da segunda metade de Oitocentos até às primeiras décadas do séc. XX, onde assistimos aos primeiros sinais de industrialização no Porto.³³ **[05]**

²⁹ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, “Casas do Porto” in “Arquitectura Tradicional Portuguesa”, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1992, pág. 310

³⁰ FERNANDES, Francisco Barata, “Transformações e Permanências na Habitação Portuense- As formas da casa na cidade”, 2ª Edição, Porto, Faup Publicações, 1999, pág. 75

³¹ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, op.cit., pág. 332

³² FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 67

³³ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 68

Será então, em obediência a estes três períodos temporais, que já procurámos abranger no enquadramento histórico, que caracterizamos agora a casa burguesa do Porto. Para que a análise seja útil ao propósito da prova, dentro de cada um destes momentos abordamos:

- O lote: A localização na cidade, o dimensionamento da edificação, a presença do logradouro, a divisão de propriedade, a relação com o arruamento, com a topografia e a integração no quarteirão;
- A casa: A organização interior, a distribuição de funções, o sistema construtivo e os materiais, a fachada e os elementos de composição arquitectónica;

No último período fazemos ainda referência aos processos de adaptação da casa a habitação plurifamiliar, os quais serão de certa forma por nós restabelecidos no exercício do projecto.

Importa referir que fundamentamos em grande parte esta análise na leitura do estudo da habitação portuense que faz Francisco Barata, cujo tipo de abordagem e organização dos conteúdos nos parece particularmente adequada ao argumento que se pretende aqui apresentar.



05. Progressão da mancha do edificado portuense: 1812, 1892, 1930 e 1961

O Lote

Neste período referimo-nos aos loteamentos situados no antigo núcleo amuralhado e já fora dele, nas áreas da Ribeira, Barredo, Sé, Vitória, Cimo de Vila e Miragaia.³⁴ **[06,07]**

Eles serão do tipo gótico-mercantil e apresentam-nos duas variantes: uma menos profunda, apenas com uma frente, possivelmente mais primitiva, que oscila entre os 10 e os 15 metros de profundidade **[08]**, e outra mais extensa que, na teoria, duplica a profundidade da tipologia menor, apresentando então duas frentes **[09]**. Ambos os modelos são muito estreitos - podem ter no mínimo 3 e no máximo 6 metros de largura, sendo que geralmente assumem os 4.5 metros.³⁵

São de vária natureza as razões que explicam esta frente tão exígua, particularidade transversal a qualquer modelo da casa burguesa do Porto. José Ferrão Afonso aponta-nos uma hipótese possível, que partilha com outros autores e historiadores: " (...) o maior cumprimento possível das vigas transversais de madeira que suportavam o sobrado ou as coberturas da antiga habitação agrícola (...) " ³⁶. O mesmo autor considera também " (...) possível que no burgo portuense, à semelhança do que aconteceu na Europa, o antigo parcelamento rural tenha condicionado e dimensionado essa divisão." ³⁷

Além de não obedecer a um planeamento urbanístico, o parcelamento na época seria ainda condicionado pela densificação populacional que se sentia dentro da muralha. A falta de espaço, como já observámos, era uma realidade que não permitiria lotes mais largos e regulares.³⁸

No caso dos lotes de uma só frente, relativamente ao parcelamento da propriedade, a formação destes parece resultar mais de um processo de subdivisão das terras do que de associação de loteamentos.³⁹

Eles estão implantados por norma em malhas densas " (...) associando-se em banda ao longo dos arruamentos, o que possibilita uma fácil adaptação ao terreno, mesmo no caso de grandes declives." ⁴⁰ Se a pendente é muita acentuada, a parede oposta à fachada constitui uma parede cega, em parte muro de suporte; quando o terreno é plano, não passa de uma vulgar parede de meação, partilhada com a habitação vizinha.

Estas construções integram quarteirões muito compactos, sem vazios entre elas, o que justifica a frente única e a ausência de logradouro.⁴¹

Relativamente aos lotes cujos edifícios apresentam dupla frente, surgem mais recorrentemente nos quarteirões junto ao rio na Ribeira – Barredo e Miragaia, mas também nos quarteirões mais extensos e regulares da Sé e da Vitória.⁴²

Na divisão da propriedade, estes loteamentos e respectivas edificações não terão sido construídos de raiz mas pela extensão do modelo anteriormente descrito. Podem ter resultado do simples aumento gradual do comprimento do volume, ou da associação directa e em profundidade de dois lotes vizinhos. ⁴³

³⁴ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 120

³⁵ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 120

³⁶ AFONSO, José Ferrão, "A Rua das Flores no Século XVI – Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista", Faup Publicações, 2000, pág. 46

³⁷ AFONSO, José Ferrão, op.cit., pág. 46

³⁸ AFONSO, José Ferrão, op.cit., pág. 46

³⁹ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 120

⁴⁰ FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 155

⁴¹ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 123

⁴² FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 124

⁴³ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 125

Por ser mais extensa, esta tipologia prefere terrenos planos. Ainda assim, no caso de pendentes acentuadas, sabe adaptar-se permitindo dois acessos a cotas distintas. Na sequência da configuração do quarteirão, surge espaço para a criação de um logradouro ou de um saguão.⁴⁴

A Casa

No que diz respeito à organização interna destas edificações, ela será sempre condicionada pela localização dos acessos.

No caso do primeiro lote que abordámos, de uma só frente, verifica-se que as escadas podem ser de tiro, encostadas a uma das paredes laterais quando a construção tem dois sobrados, ou de dois lanços, transversais e encostadas às traseiras do edifício, quando esta tem três ou mais pisos.

No lote de dupla frente, a caixa de escadas terá dois ou três lanços, é à partida transversal às paredes de meação e colocada a meio da construção.⁴⁵

São edifícios com dois, três, ou, mais raramente, quatro níveis, geralmente cobertas por telhados de quatro águas.⁴⁶

Relativamente à distribuição de usos, os dois modelos não diferem, representando

" (...) um tipo híbrido funcional de residência urbana e estabelecimento comercial ao mesmo tempo, referidos à mesma família, estritamente utilitário, de acordo com as necessidades profissionais e a mentalidade da gente que é própria, que tinha as suas lojas no rés-do-chão, junto à rua, abertas ao público, sem qualquer aparato, e habitava os andares superiores (...)"⁴⁷

O piso térreo era o lugar de negócio – um pequeno armazém ou loja - sendo o restante espaço da casa destinado à habitação da mesma família.⁴⁸

Este modelo plurifuncional manter-se-á até à fase mais recente da casa burguesa, no século XIX, altura em que irá surgir uma variante monofuncional.

Nestas habitações, o espaço doméstico revela a completa ausência de hierarquização, quer ao nível de compartimentação, quer no esquema de distribuição de funções. Tudo seria o mesmo lugar, quarto de dormir, sala de jantar, sala de estar, escritório. Sabe-se apenas que o ultimo piso, por razões técnicas, era destinado à cozinha.

Esta grande adaptabilidade e flexibilidade resulta possivelmente dos poucos metros quadrados disponíveis, que não permitiam uma organização interior mais complexa e elaborada.⁴⁹

No modelo de duas frentes, " (...) a mudança de localização da caixa de escadas, da fachada das traseiras para o centro da construção, introduz uma nova concepção do espaço da casa."⁵⁰ Inevitavelmente se sente alguma complexidade e hierarquização do espaço, assim como a progressão do público para o privado na transposição da frente para as traseiras do edifício, resultado da posição, agora central, do acesso.

No que diz respeito ao sistema construtivo confirmamos que, de uma forma geral, será transversal às três tipologias que analisamos neste estudo:

"Verifica-se a existência de padrões comuns na construção dos edifícios antigos que se mantiveram durante séculos. Assim, através do conhecimento de um pequeno conjunto de materiais, técnicas e elementos de construção é possível perceber a constituição genérica deste tipo de edifícios e o seu comportamento."⁵¹

⁴⁴ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 125

⁴⁵ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 123

⁴⁶ FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 157

⁴⁷ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, op.cit., pág. 348

⁴⁸ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 126

⁴⁹ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 126 e 127

⁵⁰ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 123

⁵¹ FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, "Manual de apoio ao projecto de edifícios antigos", Edição Ordem dos Engenheiros da Região Norte, 1ª Edição, 2012, pág. 36 e 37

Neste período em particular, identificamos como materiais predominantes a argila, o granito e a madeira. Em muitas destas habitações, sobretudo as de formação medieval, apenas o piso térreo será construído em pedra, sendo os restantes construídos em tabique; os andares podem estar ligeiramente salientes de forma a aumentar o espaço interior.⁵²

No que concerne à composição das fachadas

" (...) são de uma grande simplicidade de linhas, e de desenho regular e simétrico, onde se encontram certas categorias e motivos decorativos ou orgânicos, num estilo que ora se filia nas correntes gerais europeias pós renascentistas, ora se pode considerar como uma versão do barroco nacional e até provincial (...). " ⁵³

A frente que se volta para a rua tem por norma em cada piso uma varanda corrida apoiada em cachorros e é composta por duas aberturas que se separam, encostando-se às paredes de meação. O pano fechado que surge entre os vãos é quase sempre ocupado por elementos decorativos como janelas, óculos, alminhas, brasões, etc. ⁵⁴ Existe outra variante, com três aberturas que distam entre si a mesma medida, sendo o eixo central de composição da fachada ocupado pelo eixo de uma abertura.⁵⁵



06. Ribeira



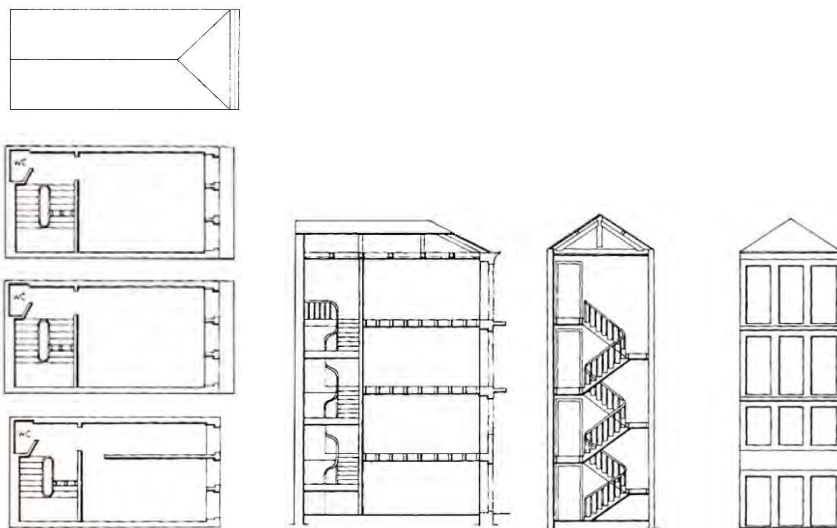
07. Miragaia

⁵² TEIXEIRA, Joaquim, "Descrição dos sistemas construtivos da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX – Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal", Outubro de 2004, pág. 25

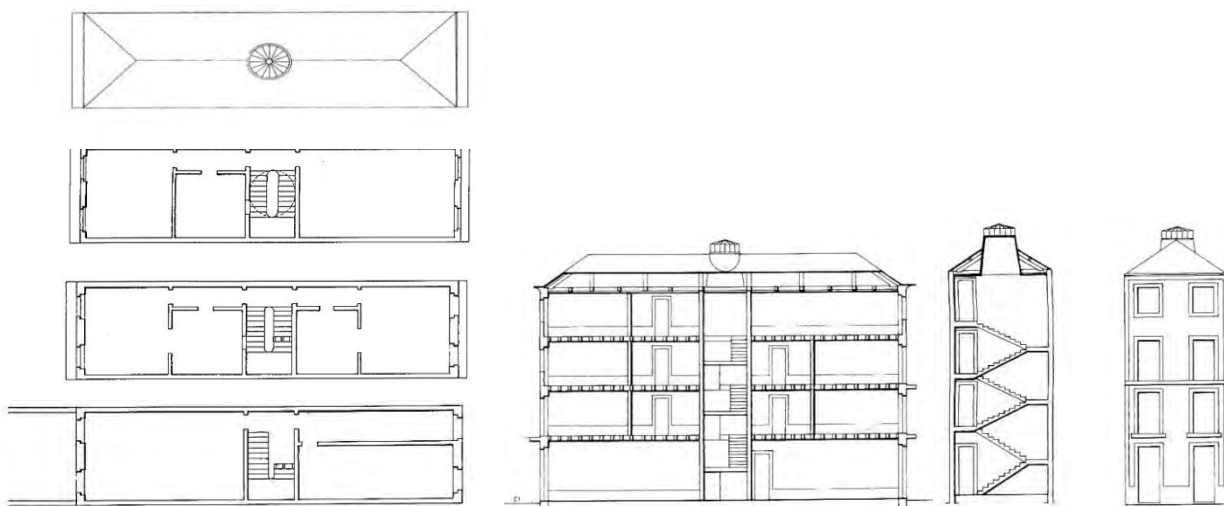
⁵³ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, op.cit., pág. 342

⁵⁴ FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 156

⁵⁵ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 123



08. Habitação com uma frente; sem logradouro; acesso encostado à parede oposta à fachada;
Tipologia Unifamiliar e Multifuncional



09. Habitação com duas frentes; logradouro; acesso central;
Tipologia Unifamiliar e Multifuncional

O lote

Neste período temporal referimo-nos aos loteamentos abertos no âmbito dos trabalhos da Junta das Obras Públicas, nos arruamentos por eles concretizados - por exemplo na Rua de Santo António, na Rua do Almada, Cedofeita, Santa Catarina, ou outros acima já mencionamos.⁵⁶ [10,11]

De uma forma geral importa referir que nas áreas edificadas pelos Almadás, os quarteirões viram crescer o seu perímetro. O aumento da área disponível para construir (devido ao menor custo dos terrenos), e a pendente não tão acentuada como aquela que encontramos no núcleo amuralhado, justificam este alargamento.⁵⁷

Não obstante, apesar do aumento do quarteirão que se verifica, os lotes que os integram são fiéis à sua proporção e configuração originais – “casas estreitas e esguias”, com duas frentes, estruturadas em altura e profundidade e associados em banda.⁵⁸

Ainda assim, apresentam frentes ligeiramente maiores, de seis metros de largura; na profundidade as edificações parecem apresentar dois conjuntos: aquelas cuja extensão se aproxima dos 12 metros [12] e aquelas que rondam os 22 metros [13]. Fruto do alargamento do quarteirão integram o já referido logradouro.⁵⁹

O facto da profundidade quer do lote, quer do logradouro serem variáveis revela a despreocupação relativamente ao desenho do interior do quarteirão, o qual devia controlar não apenas o dimensionamento das construções mas também o espaço que surge entre elas. Nestas construções a grande preocupação era de facto o traçado viário e a relação que com ele estabelecem as edificações.⁶⁰

Esta relação do arruamento com a construção tornar-se-á progressivamente mais criteriosa e sistemática com a intervenção da Junta das Obras Públicas:

“Concebidas até então como elementos isolados a que podiam associar-se, sem qualquer regra que não fosse condicionamento, inúmeros outros elementos semelhantes e com um desenho que se confinava à sua própria fachada, as novas construções almadinas passam agora a ter de assegurar uma convergência de escalas de projecto onde, mantendo-se embora certa individualização, importa sobretudo garantir uma correcta integração do elemento isolado em ordenamento de conjunto mais amplo, porque já referenciado a elementos de estrutura urbana proposta (ruas, praças, largos, etc).”⁶¹

Na relação do lote com a topografia, também este modelo parece ser versátil, adaptando-se quer lhe esteja paralela (Rua de Santo António ou na Rua dos Clérigos), perpendicular (como em certos sectores na Rua do Almada) ou mesmo de nível (por exemplo Rua de Cedofeita).⁶²

⁵⁶ FERNANDES, op.cit., pág.142

⁵⁷ MOTA, Nélson, “Arquitectura do Quotidiano – Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do séc. XIX”, Editora Edarque, 2010, pág. 80

⁵⁸ MOTA, Nélson, op.cit., pág.109

⁵⁹ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.144

⁶⁰ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 144

⁶¹ FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 233

⁶² FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 143

A Casa

As tipologias da casa portuense que estiveram na base da execução de novos programas urbanos, embora inovadoras do ponto de vista formal, terão mantido o mesmo esquema organizativo e de acessos interiores que verificamos nas tipologias anteriores.

Por outro lado, verifica-se que, ao contrário da Baixa Lisboa, onde o chamado “prédio de rendimento” (tipologia plurifamiliar) teve alguma receptividade, no Porto, parece ter prevalecido o tradicional modelo unifamiliar.⁶³

Assim se mantém a habitação com duas frentes, a caixa de escadas central, o piso térreo destinado ao comércio ou serviços, e os restantes à habitação da mesma família.⁶⁴

“São as casas dos retalhistas ou dos donos de oficina que ainda não destacaram o lugar do trabalho do de residência. Não é de estranhar, por isso, que se localizam nas principais vias de ligação entre a cidade consolidada e a periferias, nos eixos almadinos, ou ainda no núcleo medieval.”⁶⁵

As alterações mínimas advêm do ligeiro crescimento do perímetro do lote: a casa aumenta quer em dimensão quer em número de pisos - que podem ser cinco - agora com pés direitos mais elevados.⁶⁶

Decorrente deste aumento sentir-se-á inevitavelmente uma maior complexidade na organização interna do espaço. Por exemplo, a caixa de escadas passa a ser iluminada zenitalmente por uma clarabóia; esta por sua vez, nas construções mais profundas, pode servir ainda para iluminar as alcovas interiores, por intermédio de janelas rasgadas nas paredes:

“Quási todas as casas, principalmente as modernas, têm os seus quartos interiores ilustrados com altas e grandes clarabóias, que lhe comunicam a luz quanta poderiam receber se faceassem a rua;”⁶⁷

Também a sala do primeiro piso voltada para rua, estará agora vocacionada para receber visitas. Exceptuando estas referências e a cozinha, que permanece nas traseiras do último piso, ter-se-á mantido a pouco especialização dos espaços que conhecemos dentro do perímetro fortificado.⁶⁸

Esta tipologia habitacional, com origem na cidade amuralhada e consolidada nas áreas de expansão almadina, irá permitir a reconversão em habitação plurifamiliar - a casa passa a ser ocupada não por uma, mas por várias famílias simultaneamente. Essa faculdade, que revelaram as habitações almadinas, não será porém, transversal à tipologia que lhe sucede.⁶⁹

No que se refere ao sistema construtivo e aos materiais, como já havíamos referido, não se verificam grandes alterações. De assinalar apenas a progressiva substituição das paredes exteriores de tabique por alvenaria, que revela a preocupação com os incêndios, e o início da utilização do ferro, por exemplo, nas guardas das varandas e das sacadas.⁷⁰

Ao nível da composição, as fachadas tornam-se agora mais “graciosas e movimentadas”.⁷¹ Além da herança maneirista e da contribuição proto-clássica, igualmente presentes na cidade pombalina, as construções revelam uma influência do estilo neopalladiano, importado de Inglaterra por via da comunidade inglesa residente. São exemplos dessa influência a colocação da platibanda, a utilização de “mezaninos”, o desenho das janelas de guilhotina, e o emprego de aparelhos rustico nos pisos térreos e de frontões no remate das coberturas.⁷²

⁶³ FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 232

⁶⁴ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 144

⁶⁵ MOTA, Néilson, op.cit., pág. 111

⁶⁶ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 144

⁶⁷ COSTA, Padre Rebelo da, em 1788, citado por FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 233

⁶⁸ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 144 e 145

⁶⁹ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 146

⁷⁰ TEIXEIRA, Joaquim, “op.cit. pág. 25

⁷¹ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, op.cit., pág. 344

⁷² FERRÃO, Bernardo José, op.cit., pág. 234

De acrescentar que o esquema de desenho dos alçados parece agora apresentar regularmente os três vãos, sensivelmente maiores.⁷³

Quer no que concerne ao sistema construtivo, quer no que diz respeito aos elementos arquitectónicos, interessa referir a tipificação e sistematização que sofreram, “por certo decorrentes do enorme vulto e urgência das iniciativas em curso”, que terão contribuído para a homogeneidade e regularidade que se impunham nas habitações almadinas.

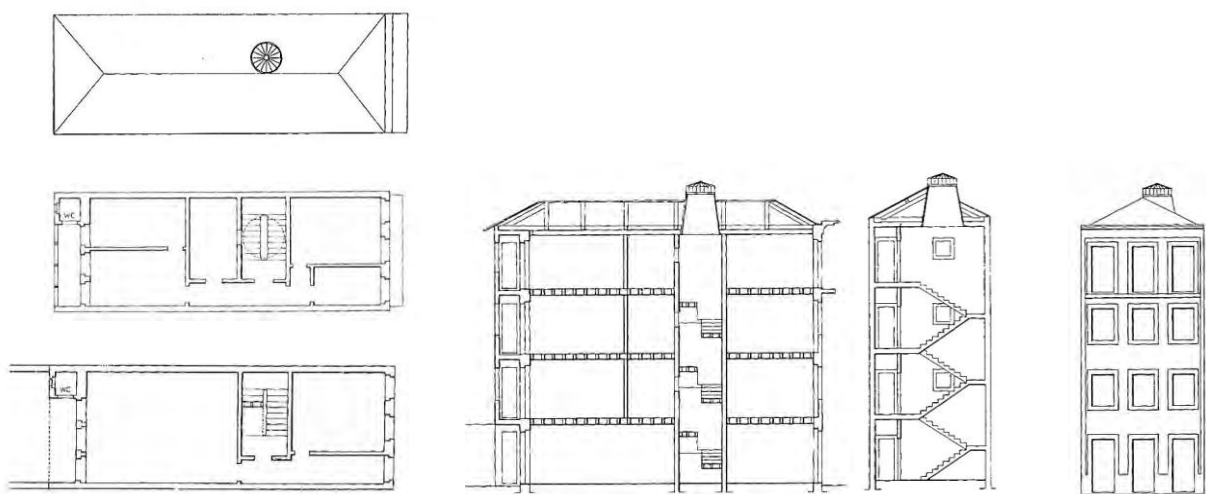


10. Rua dos Clérigos

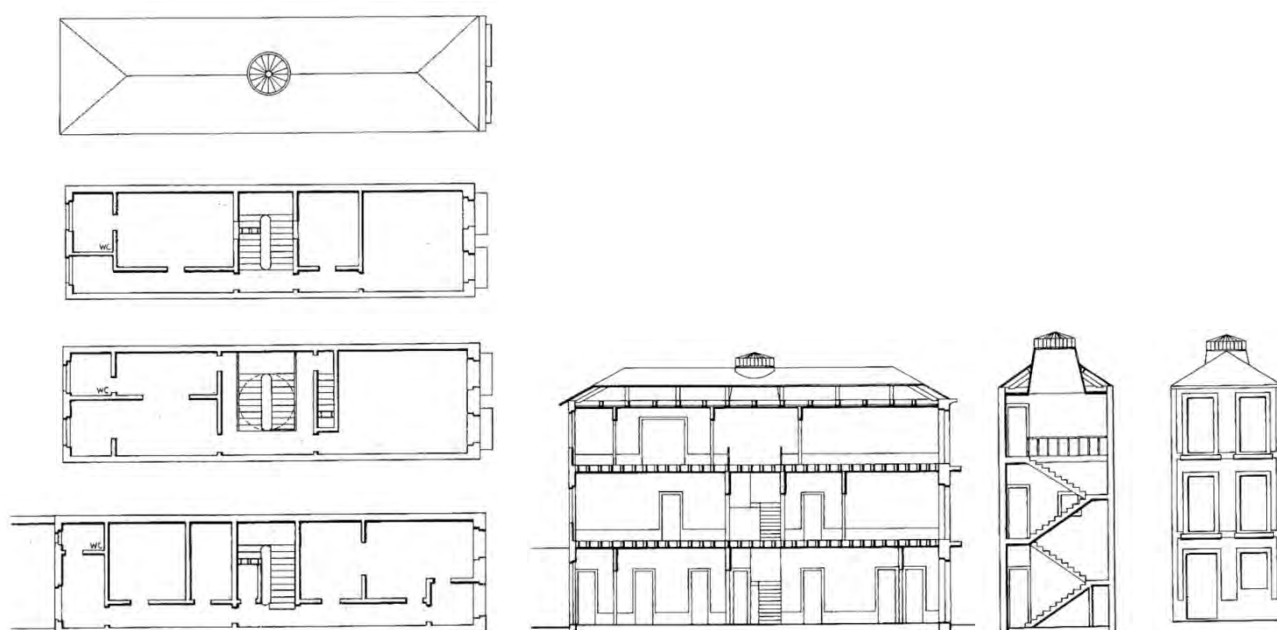


11. Rua de Cedofeita

⁷³ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 145



12. Habitação com duas frentes; logradouro; acesso central;
Tipologia Unifamiliar e Multifuncional



13. Habitação com duas frentes; logradouro; acesso central;
Tipologia Unifamiliar e Multifuncional

O lote

Neste período importa distinguir dois tipos de construção: " (...) o da continuidade com a tipologia polifuncional almadina e o da casa burguesa monofuncional que estabelece uma ruptura com aquela tipologia".⁷⁴

O primeiro grupo que nos refere Francisco Barata irá preencher ao longo de todo o período Oitocentista os arruamentos promovidos pela Junta, mas também os principais eixos de acesso à cidade como S. Roque da Lameira, Costa Cabral, Antero do Quental, Cedofeita, etc.

Obedecem aos princípios que determinavam aquele tipo de planeamento e construção, não apresentando por isso alterações significativas relativamente aos loteamentos que caracterizámos na tipologia anterior.

Já o segundo grupo, podemos encontrar repetido ao longo da Av. Rodrigues de Freitas/Rua do Heroísmo, Bomfim/Rua de S. Roque da Lameira, Rua de D. João IV, Rua da Alegria e parte alta de Santa Catarina, Praça do Marquês do Pombal, Rua de Costa Cabral, Rua da Constituição, Rua do Vilar, Praça da República, Rua de Álvares Cabral, Rua da Boavista e outras áreas que não se enquadram na nossa área de estudo como a Av. da Boavista, a Foz do Douro e Campanhã;⁷⁵
[14,15]

Esta nova tipologia habitacional – monofuncional –, irá repercutir-se na cidade desde as últimas quatro décadas do século XIX até às primeiras quatro décadas do século passado, o que justifica a delimitação temporal deste período.⁷⁶

Apesar de introduzir uma nova concepção da casa – que abordamos à frente –, também no que diz respeito à configuração do lote, não se assinalam alterações de grande relevância. Como explica Veiga de Oliveira "Por razões de inércia cultural, mantêm o tipo estreito e alto (...)".⁷⁷ Esta inércia cultural será também evidente na divisão da propriedade. Mesmo quando os loteamentos não tinham preexistências, o parcelamento dos terrenos era feita com base nos 6 metros de frente.⁷⁸

No que diz respeito à profundidade do lote, à semelhança do período anterior, apresenta-nos dois valores de referência – os 15 **[16]** e os 20 metros **[17]**. Mais uma vez se verifica que o dimensionamento da construção permanece estável, o logradouro ajustável e o arruamento sempre a prioridade. Assim se mantém a mesma relação da construção com o traçado viário que observámos no modelo anterior.

Na relação com a topografia, também não se assinalam diferenças significativas. Quando a pendente é acentuada o edifício mantém-se numa situação plana e é o logradouro, organizado em patamares, ou a cave sobreelevada – uma inovação desta tipologia –, que solucionam a articulação de cotas.⁷⁹

⁷⁴ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.170

⁷⁵ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.170

⁷⁶ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.170

⁷⁷ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, op.cit., pág. 342

⁷⁸ MOTA, Nélson, op.cit., pág. 82

⁷⁹ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 171

A casa

Relativamente às edificações que dão continuidade às tipologias almadinas, assinalam-se alterações pouco relevantes, quer no esquema organizativo e distributivo, quer no sistema construtivo, na fachada e nos materiais. De referir apenas a introdução de instalações sanitárias nas traseiras das construções, o aumento do pé direito dos pisos, assim como o alargamento dos espaços de arrecadação e a organização do logradouros, agora maiores, com jardins e hortas.⁸⁰

São diferenças que de resto encontraremos também no segundo grupo.

Este por sua vez, sobretudo no que diz respeito à matriz de organização interna e na distribuição funcional, parece ter sido inovador:

“ (...) o modo de viver burguês do Porto sofre uma alteração: a casa deixa de ser funcional dissociando-se a residência e a loja, a aparecendo casas apenas de residência; (...) em vez da loja, fica um escritório com janelas para a rua, muitas vezes gradeada. É esta a casa dos nossos avós e dos nossos pais (...) ”⁸¹

Este novo entendimento da habitação será um reflexo da classe burguesa, e da sua crescente relevância na sociedade portuense. Em parte motivada pelo desenvolvimento dos transportes, em parte pela repulsa que sente em relação ao centro da cidade- que já assinalamos-, ela acaba por querer distinguir o espaço da casa do trabalho.⁸²

De uma forma generalizada estas habitações unifamiliares apresentam dois, três, ou quatro pisos, com pés direitos consideravelmente mais altos que os da tipologia anterior.⁸³

Na sua organização interior, o acesso continua a ser feito por uma caixa de escadas, transversal à construção, que divide a frente das traseiras. É iluminada zenitalmente pela clarabóia, que pode ainda, à semelhança do que já havíamos observado no período anterior, iluminar os compartimentos interiores. O rés-do-chão, tradicionalmente destinado à habitação, levanta-se agora para dar lugar a uma cave sobreelevada, garantindo a privacidade do interior em relação ao exterior.⁸⁴

No que diz respeito à distribuição das funções, notamos uma maior complexidade; os lugares genéricos que compunham a casa até ao século XVIII foram agora substituídos por compartimentos especializados numa determinada função:

Na cave, iluminada e ventilada, por norma encontramos as áreas de serviço; No piso da entrada ou ainda no 1º piso, consoante a dimensão da edificação, localizar-se-iam as áreas comuns; A cozinha, até então na cobertura, desce para servir as zonas comuns e estar mais próxima dos armazéns na cave; Os pisos superiores serão destinados aos quartos da família, com as instalações sanitárias localizadas nas varandas das traseiras; No que diz respeito às águas furtadas, destinar-se-iam aos dormitórios dos criados ou, se as condições do espaço o permitissem, a outros quartos da família.⁸⁵

No sistema construtivo, como na selecção de materiais não se conhecem grandes modificações: Parecem dominar a pedra granítica, a madeira e o ferro. – “As varandas e os peitoris de janelas, ornamentadas com artísticos ferros forjados e fundidos dão às construções dessa época especial beleza”;⁸⁶

⁸⁰ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 170

⁸¹ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, op.cit., pág. 342

⁸² MOTA, Nélson, op.cit., Editora Edarque, 2010, pág. 81

⁸³ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 171

⁸⁴ MOTA, Nélson, op.cit., pág. 110

⁸⁵ MOTA, Nélson, op.cit., pág. 136

⁸⁶ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 174

De referir ainda o azulejo, uma inovação neste contexto arquitectónico – “A fachada principal das casas do Porto, no século XIX, e em muitos casos as restantes paredes exteriores são revestidas com azulejos policromados (...)”⁸⁷; nos interiores destacamos um apuro das soluções por exemplo no acabamento dos tectos – “Todos os compartimentos da casa têm tectos de gesso com motivos simbólicos, conforme a sua utilização.”⁸⁷

O desenho de composição das fachadas apresenta uma configuração desconhecida em épocas anteriores. Aumentam consideravelmente os pés direitos e por consequência a altura dos vãos; a porta de entrada, por abranger o meio piso da cave e respeitar a altura das padieiras das janelas do primeiro piso, é agora extremamente alta; são abertos novos vãos, quase ao nível do arruamento, que iluminam e ventilam a cave; As três aberturas mantêm-se, sendo que a central pode receber uma varanda ou sacada.⁸⁸



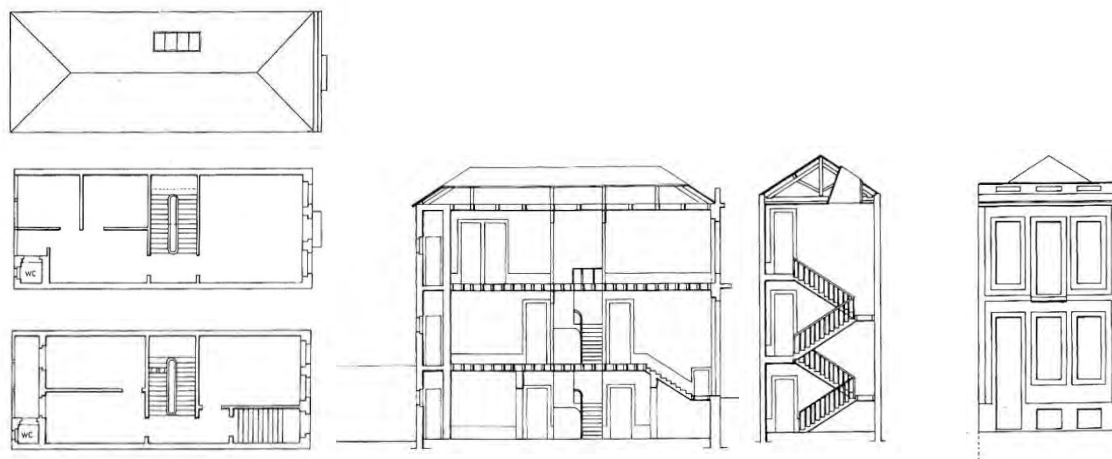
14. Rua do Vilar



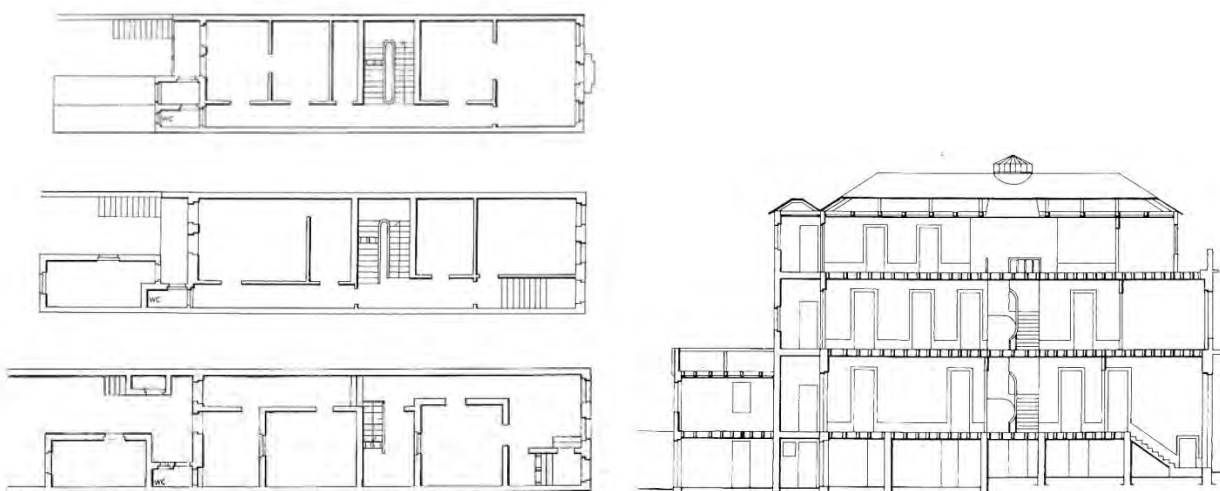
15. Rua da Boavista

⁸⁷ FERREIRA, J.A, “Das Casas do Porto do séc. XIX” in “Documentos e Memórias para a História da Cidade XXXI - Casas do Porto (séc. XIV ao séc. XIX)”, Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1961, pág. 41

⁸⁸ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 174



16. Habitação com duas frentes; logradouro; acesso central;
Tipologia Unifamiliar e Monofuncional



17. Habitação com duas frentes mais profunda; logradouro; acesso central;
Tipologia Unifamiliar e Monofuncional

Adaptação da casa a habitação plurifamiliar

Quando procuramos contextualizar o nosso estudo na história da cidade assinalamos o galopante crescimento demográfico que se fez sentir desde o séc. XVII até ao séc. XX. Observámos também que esse incremento populacional terá sido em parte fruto do número crescente de indivíduos que abandonaram a vida rural e se fixaram na cidade, sobretudo no velho perímetro fortificado.

O que já verificámos é que, ao contrário de Lisboa, a resposta às carências habitacionais que gerou este fluxo migratório não terá passado pelo desenho de novas tipologias mas antes pela densificação das estruturas urbanas já existentes. - "É a via pobre, simultaneamente individualista e solidária, de criação provisória e casuística de habitação."⁸⁹

A casa que era até então destinada a uma só família será agora sujeita a todo o tipo de operações para se adaptar à morada de variados núcleos familiares. É a solução horizontal a insinuar-se na vida tripeira, pelo próprio veículo da casa vertical.⁹⁰

Sobre este fenómeno argumenta e justifica Manuel Mendes:

"Na forma construída do Porto, o imobilismo e a inércia de anos sustentou um sentimento de perenidade, de conservação ou capacidade integrativa da construção urbana herdada de Oitocentos, um processo longo, em urdidura prolongada ao ritmo extenso do tempo. (...) Cidade pequena tessitura compósita de continuidades, rompimentos e simulações, actualizou-se mas não se modernizou (ou o fez à escala do sítio e preexistências, dos recursos e clientelas possíveis);⁹¹

Em concreto sobre as transformações arquitectónicas que tornaram viável a conversão de habitação do tipo unifamiliar para plurifamiliar, centramos uma vez mais a publicação de Francisco Barata, e em particular o capítulo que aborda este tema.

Observa o autor que, das tipologias que abordámos, aquelas que combinam tradicionalmente a habitação com comércio, oficinas, arrecadações ou garagens já no séc. XX, serão aquelas que apresentam maior capacidade de adaptação – o piso térreo é nivelado com a rua, e verifica-se a possibilidade de aceder de forma independente aos pisos superiores. Como já havíamos antecipado, essa capacidade aumenta na tipologia almadina devido às áreas mais generosas que apresenta.⁹²

Na análise destes processos de transformação conclui-se que o acesso e respectiva localização assumem um papel determinante na organização do espaço e na adaptabilidade da tipologia.

Principiamos nas construções mais primitivas, de uma frente, que ainda hoje encontramos no velho núcleo amuralhado. O facto de possuírem a caixa de escada encostada à parede posterior facilita a divisão por pisos. Em cada um deles será possível organizar uma habitação continua. Nestes casos, poder-se-iam criar quantas habitações as tecnologias e os materiais permitissem através do acrescento de pisos. Estas porém, de dimensões limitadas, iluminação e ventilação um tanto precárias – pela frente estreita, e o quarteirão compacto onde se integram.⁹³

Já nos edifícios de duas frentes, e nos casos em que se destina uma habitação por piso, as áreas são mais generosas, podendo localizar-se, por exemplo, a cozinha e sala num lado da caixa de escadas, e os quartos no outro. A par do aumento da superfície do fogo, importa referir a iluminação e a ventilação mais adequadas que propiciam estas edificações.

⁸⁹ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 227

⁹⁰ VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, op.cit., pág. 344

⁹¹ MENDES, Manuel Graça, SALGADO, José, "(In) formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses", Faup Publicações, Porto, 2001, pág. 64

⁹² FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 229

⁹³ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 226-229

Nas tipologias almadinas de duas frentes, fruto do aumento da largura do lote, estas vantagens serão ainda mais evidentes.

Porém, o acesso mais uma vez se revela um dispositivo determinante na apropriação do espaço. Ao contrário do que verificámos na tipologia de uma só frente, aqui a caixa de escada interrompe a continuidade espacial da habitação.

Nestas situações, quando não é viável o desenho de um corredor paralelo ao patamar intermédio da caixa de escadas, que garanta a comunicação entre a frente e traseiras, o patamar do piso deve ser considerado simultaneamente público e privado – é a forma possível de fazer comunicar as duas frentes da casa, mantendo a passagem para os habitantes dos outros pisos.⁹⁴

Sobre a adaptação das construções de duas frentes a novos programas habitacionais, refere-nos Francisco Barata outros exemplos: habitações cuja sala e cozinha se localizam num piso e os quartos no piso superior, fazendo-se a ligação através da caixa de escadas colectiva, ou ainda variantes em que os últimos lances da escada já pertencem ao interior da habitação – tornando-se o acesso colectivo nos primeiros pisos e privado nos últimos;⁹⁵

Alguns destes edifícios têm ainda espaço para integrar um saguão, junto do qual serão colocadas, progressivamente, as casas de banho; estas, até ao momento, encontram-se divididas – o banho está separado das peças sanitárias instaladas no tardo, como já havíamos referido.⁹⁶

O autor revela mais exemplos de conversão da casa unifamiliar para plurifamiliar que resultam, por exemplo, da associação lateral de lotes. Não obstante, o nosso estudo pretende focalizar somente as tipologias que, ainda que longe da sua distribuição original, mantêm a mesma configuração de lote – estreito e profundo, o mesmo dimensionamento da edificação, e a mesma posição de caixa de escadas que temos vindo a referenciar – central e transversal à construção. Essa é a casa que estará na base do nosso estudo e da nossa intervenção.

No momento de projectar o objectivo será também, à semelhança destes processos que observámos sumariamente, a rentabilização máxima da casa burguesa do Porto; Não se pretende programar a habitação para alojar uma família apenas, mas para o maior número possível - e exequível - de indivíduos. Daqui decorre a pertinência desta última análise, como aliás já tínhamos antecipado.

⁹⁴ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 229

⁹⁵ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 242

⁹⁶ FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág. 230

Reabilitar e Re Ocupar; Considerações sobre a estratégia da Porto Vivo

"Havia uma janela de comboio na qual surgia subitamente a cidade. Uma visão rápida, quase irreal. Era necessário treino e truques para apreender tudo – instantâneo perfil petrificado, animal desdobrado, sucessão de episódios, intervalos, Torre dos Clérigos dourada pela limalha dos cabos eléctricos, torres de igreja conventuais, Grilos, Sé, cubo imponente de Nasoni, muralha cruzando o arco de ferro da ponte, encostas desfeitas e casario, casario, reflexo de azulejos, empenas em chapa zincada de sumptuoso vermelho veneziano, telhas, vidros de clarabóia cortantes como espelhos. (...) Sempre o mesmo e sempre diferente. (...) À distância mantém-se uma beleza essencial. Mas já não apetece viver nesta cidade."⁹⁷

Nas últimas décadas, mesmo os olhares menos instruídos notam que o panorama do centro urbano do Porto está longe do cenário favorável que conhecemos outrora. Restou apenas a arquitectura, a dita memória de um passado áureo, mas sem a(s) vida(s) que lhe conhecemos. No centro da urbe passamos a encontrar um cenário degradado e desertificado.

Os Censos de 2001 já confirmavam esta realidade: 38% do total dos alojamentos (cerca de 1.928.000 fogos) careciam de obras de reparação, sendo que 6.5 % (cerca de 325.000 fogos) se encontravam muito degradados ou a necessitar de grandes reparações. Relativamente à sua ocupação, os dados revelam que quase 187.000 correspondiam à residência habitual, cerca 100.000 se encontravam devolutos e os restantes 38 mil eram de uso sazonal.⁹⁸

Pelo enquadramento histórico realizado, não será difícil adivinhar as razões que justificam as estatísticas.

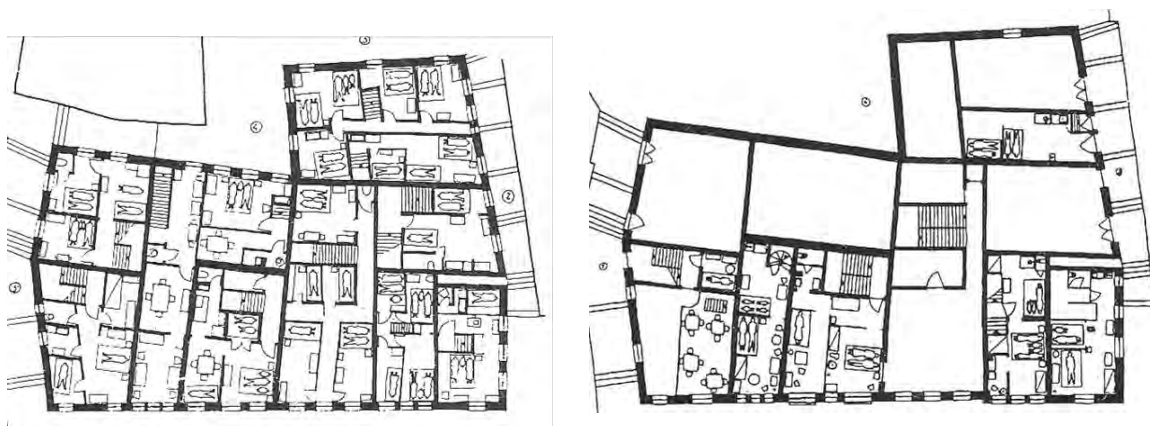
Como observamos, a industrialização que chegou à cidade do séc. XIX terá contribuído não só para o desenvolvimento da sua actividade comercial e económica, como também para um grande crescimento demográfico. O Porto viu a sua população aumentar descontroladamente, a par das carências habitacionais que referimos. As novas formas de adaptação da casa burguesa unifamiliar às necessidades dos habitantes, por mais inventivas e originais que fossem, acabaram por comprometer as suas condições de vida.

Os desenhos que realizaram os agentes do CRUARB revelam bem o que terá sido a dura realidade do subaluguer de quartos, vãos de escada, pisos inteiros, meias-casas, águas furtadas, anexos, etc., que compunham por esta altura aquelas habitações. Qualquer vazio era alugado e depois sub-alugado, fazendo rentabilizar ao máximo os metros quadrados disponíveis, provocando problemas de sobreocupação, insalubridade, doença, destruição, etc.⁹⁹ [18,19]

97 SIZA, Álvaro, "As Chaves da Cidade do Porto" in "01 textos – Álvaro Siza", Edição de texto por Carlos Campos Morais, Civilização, Porto, 2009, pág. 32

98 "Censos 2001" citados por FREITAS, Vasco, SOUSA, Hipólito, COSTA, Aníbal, QUINTELA, Marisa, "Manual de apoio ao projecto de edifícios antigos", Coordenação Vasco Peixote de Freitas, Edição Ordem dos Engenheiros da Região Norte, 1ª Edição, 2012, pág. 22

99 FIGUEIREDO, Pedro, " O Centro Histórico antes do CRUARB" in <http://www.porto.taf.net/dp/node/7058>, 29-06-2009



18,19. Plantas de um quarteirão no Barredo com o tipo de ocupação dos interiores

A par da sobrelotação da cidade antiga, surge uma nova estrutura urbana, a periferia, resultado da expansão oitocentista que também a industrialização propiciou. Progressivamente conectada ao centro por uma eficaz rede de ligações e capacitada com as estruturas adequadas, esta nova cidade periférica ter-se-á tornado alvo de uma construção massiva que, não só o investimento privado, mas também os capitais públicos, terão motivado e financiado:

"A urbanização da cidade e, especificamente, das suas freguesias periféricas, é claramente resultado do conjunto de políticas implementadas pelo Estado. As sucessivas políticas de ordenamento do território e de política habitacional contribuíram para construir novos lugares na cidade e para infra-estruturar em termos urbanos contextos que, de alguma maneira, ou não existiam ou estavam muito distantes das lógicas organizadoras da cidade modal da sua época."¹⁰⁰

Assim, a partir dos anos 30 do século passado, ter-se-á dado o preenchimento dos vazios urbanos com os chamados prédios de rendimento, urbanizações privadas de prédios colectivos e bairros sociais. Estes ofereciam, a preços acessíveis, uma variedade de tipologias, privilégios e benefícios, com os quais dificilmente a Baixa poderia competir.

O resultado terá sido, um pouco como já observámos, o abandono das residências precárias do centro da cidade, por parte das populações, que encontram na periferia próxima melhores condições de habitabilidade.¹⁰¹

Terá sido esta a realidade que gerou a dita desertificação e degradação do lugar. Hoje a imagem que conhecemos do Porto Iluminista ou Liberal, deu origem a

" (...) uma crise estrutural, não propriamente de preços, mas do já mencionado edificado (casas muito antigas, degradadas, sem elevador e sem o precioso e inevitável, para efeitos de recuperação, estacionamento automóvel), que, por sua vez, se articulam com uma ausência qualificada (no que respeita à idade, à fase de ciclo de vida e às capacidades de acção) de agentes sociais".¹⁰²

Para esta realidade terá contribuído a estratégia do Estado que teve dificuldades em conciliar a criação do novo tecido urbano com a manutenção do património arquitectónico existente e a resolução das carências habitacionais da população do centro da cidade.

O país terá concentrado recursos avultados no incentivo à nova construção, reservando uma tímida percentagem para financiar operações de reabilitação urbana ou de conservação patrimonial¹⁰³:

¹⁰⁰ PEREIRA, Virgílio Borges, "A cidade, a relegação e o Estado: coordenadas para uma sociologia da relegação sócio espacial na cidade do Porto" in "Leituras de Marques da Silva: reexaminar a modernidade no início do século XX", Fundação Marques da Silva, Edição de Rui Jorge Garcia Ramos, pág. 55

¹⁰¹ PEREIRA, Virgílio Borges, op.cit., pág. 55

¹⁰² PEREIRA, Virgílio Borges, op.cit., pág. 57

¹⁰³ AGUIAR, José, " Projecto de conservação: da importância do método à oportunidade das surpresas", in <http://mestrado-reabilitacao.fat.uef.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarprojectarparaconservarscte2004.pdf>, Junho de 2004, pág. 4

“Quer dizer: as políticas municipais e governamentais têm contribuído, paulatinamente, talvez sem terem consciência e levadas pelos próprios técnicos que fazem os planos, para a morte lenta das áreas antigas dos aglomerados. E que a cidade é como um sistema de vasos comunicantes em que o que se faz ou deixa de fazer num lado influencia ou condiciona o que acontece no outro lado”¹⁰⁴

Alguns críticos apontam ainda o regime de arrendamento urbano, também sob a alçada do Estado, que terá contribuído para o aumento da percentagem de edifícios degradados, pertencentes a proprietários que se sentiram impotentes perante o congelamento das suas rendas.¹⁰⁵

Depois do 25 de Abril de 1974, numa tentativa de potenciar o centro urbano da cidade e reverter a conjuntura descrita é criado o CRUARB – entidade responsável pela recuperação e reabilitação do Área de Ribeira/Barredo e cuja actividade terá sido decisiva para a classificação do centro histórico do Porto como Património da Humanidade, em 1994.

João Campos, consultor desta instituição, resume os principais traços da sua estratégia de intervenção:

“Tratando-se de manter a cidade viva, é da reabilitação mesma das pessoas que tem que cuidar-se, para que as características globais de um património continuem asseguradas. A intervenção levada a cabo no Centro Histórico tem sido realizada através de políticas de reenquadramento social (que passam pela habitação e por todo um conjunto de medidas urbanísticas complementares), implicando a fixação das famílias ao seu bairro e, mesmo, à sua rua de origem. As gentes que dão sentido às próprias características dos espaços da cidade, e que com eles se identificam, garantem a interacção fundamental para que o património físico continue sendo desses habitantes (e) da cidade— e não uma área transfigurada para outros usos mais ou menos exclusivistas (por exemplo, o turismo), passando a ser apreciada sob pontos de vista exógenos e com finalidades externas ao meio social original.”¹⁰⁶

Os resultados desta primeira geração de políticas de reabilitação urbana do centro do Porto terão sido porém, um tanto limitados.

A normalização social e política iniciada após o 25 de Novembro de 1975, veio restringir os ímpetus revolucionários, contribuindo para nova inversão nas estratégias de planeamento e organização do espaço urbano. O CRUARB vê então condicionados os seus recursos e, portanto, o alcance da sua intervenção. São interrompidos os trabalhos deste organismo em 2003.¹⁰⁷

No ano seguinte surge em “substituição” uma nova entidade, a Porto Vivo - SRU, criada no mandato do Presidente da Câmara Rui Rio.

Este novo organismo, integrado nas Sociedades de Reabilitação Urbana, apresenta-se como uma empresa de capitais públicos, do Estado e da Câmara [60% IHRU e 40% CMP] que tem como missão conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense, sobretudo através do estímulo ao investimento privado.¹⁰⁸

Compreende como objectivos não só a re-habitação do lugar, mas também a promoção e revitalização do comércio, a dinamização do turismo, cultura e lazer, e a qualificação do espaço publico, também ele deficiente.¹⁰⁹

¹⁰⁴ PORTAS, Nuno, “Os tempos das formas – vol. I: A Cidade Feita e Refeita”, Edição Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho/ Guimarães, 2005, pág.164

¹⁰⁵ AGUIAR, José, “ Projecto de conservação: da importância do método à oportunidade das surpresas”, in <http://mestrado-reabilitacao.faf.upl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarprojectarparaconservarscte2004.pdf>, Junho de 2004, pág. 5

¹⁰⁶ CAMPOS, João, citado por QUEIRÓS, João, “QUEIRÓS, João, “Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos – Considerações exploratórias a partir do caso do Porto”, in “Sociologia, problemas e práticas”, nº 55, 2007, pág. 93

¹⁰⁷ QUEIRÓS, João, op.cit., pág. 93

¹⁰⁸ PORTO VIVO, SRU “Apresentação” in http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php

¹⁰⁹ PORTO VIVO, SRU, “Objectivos” in http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_2.php

Encarregada de orientar todo o processo de reconversão e reabilitação do património degradado da Baixa, é função da Porto Vivo o desenho de uma estratégia de intervenção, assim como a responsabilidade de agir como ponte entre proprietários e investidores ou entre proprietários e arrendatários, através dos meios legais que dispõe:

- Cobrança de taxas;
- Recepção das cedências ou compensações devidas;
- Imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas;
- Empreitada única;
- Demolição de edifícios;
- Direito de preferência;
- Arrendamento forçado;
- Servidões;
- Expropriação;
- Venda forçada;
- Reestruturação da propriedade
- Licenciamento e admissão de comunicação prévia de operações urbanísticas e autorização de utilização;
- Inspeções e vistorias;
- Adopção de medidas de tutela da legalidade urbanística;¹¹⁰

Não será do interesse da Porto Vivo, pelas despesas que comporta, tomar a seu cargo a reabilitação dos imóveis - esta deve prioritariamente ser levada a cabo pelos respectivos proprietários segundo termos previamente definidos, e em obediência a um contrato onde se estabelecem datas de execução das obras. No entanto, em caso de necessidade maior, este organismo pode assumir a operação da reabilitação, em parceria com outras entidades/empresas e mediante o compromisso do seu pagamento acrescido de uma comissão de gestão.

Também não é objectivo da SRU constituir património, mas quando proprietária, os imóveis que lhe correspondem podem ser alienados. No caso de expropriação, os antigos proprietários terão prioridade na compra.¹¹¹

Por ser uma empresa pública, com o fim de melhorar e dignificar o património portuense, são conferidos à Porto Vivo determinados benefícios como, por exemplo, a redução da taxa de ocupação de domínio público, ou de licenciamento de operação urbanística, mas também incentivos à colaboração nos seus trabalhos.¹¹²

Relativamente à zona de intervenção, este organismo actua numa área mais extensa e abrangente que a do CRUARB, que designa ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística. A ACRRU tem cerca de 1000 hectares e representa aproximadamente ¼ do concelho do Porto. Por questões operativas foi delimitada uma zona de Intervenção prioritária – ZIP **[20]**, por sua vez dividida em sete Áreas de Reabilitação urbana (ARU's) **[21]**: Centro Histórico do Porto, Miragaia, Bonfim, Cedofeita, Aliados, Lapa, Santos Pousada. Apresentam em comum edifícios, infra-estruturas, equipamentos e espaços urbanos/jardins marcados pelo abandono, degradação e deficiente funcionamento.¹¹³

¹¹⁰ PORTO VIVO, SRU, "Apresentação" in http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php

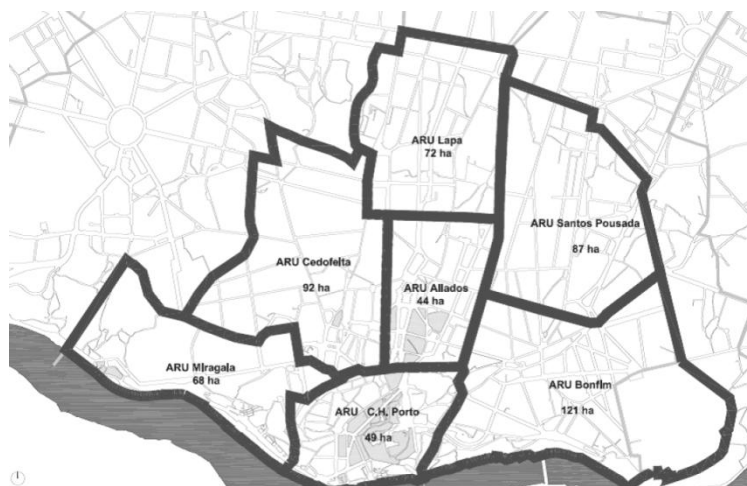
¹¹¹ PORTO VIVO, SRU, "Perguntas Frequentes" in <http://www.portovivosru.pt/faqs.php>

¹¹² PORTO VIVO, SRU, "Incentivos à reabilitação" in http://www.portovivosru.pt/sub_menu_6_14.php?from=incentivos

¹¹³ PORTO VIVO, SRU, "Área de Actuação", in http://www.portovivosru.pt/sub_menu_20_1.php



20. Sinalização das áreas de actuação da Porto Vivo: amarelo – ACRRU; vermelho - ZIP, rosa - Área Imóvel de Interesse Público; verde - limite do Centro Histórico – Património Mundial



21. Divisão da Zona de Intervenção Prioritária em Áreas de Reabilitação Urbana – ARU's

Os objectivos estipulados e o desenho da estratégia de actuação da Porto Vivo parecem, numa primeira leitura, programadas e direccionados no sentido de salvaguardar o interesse da cidade e das populações. De referir ainda a forma como vem esta entidade comunicando e dado a conhecer os seus projectos como meio de impulsionar o investimento privado e de alertar a sociedade para a importância de recuperar e re habitar o edificado da cidade antiga.

Arlindo Cunha, ex-presidente do concelho de administração da SRU, referiu à imprensa durante o seu mandato,

“ (...) que o número de edifícios reabilitados na zona de intervenção da Porto Vivo será sempre superior ao número que a Porto Vivo dispõe, uma vez que «um número significativo de proprietários tem vindo a reabilitar os seus edifícios quer para uso próprio, quer para arrendamento ou para venda», sem que estes processos dêem entrada na SRU (...) A esta vontade de fazer do velho novo não são alheios os apoios a quem reabilita na Baixa, como a isenção ou redução de encargos com impostos e taxas municipais, os descontos nos materiais (se adquiridos nas empresas parceiras da SRU), as condições especiais de financiamento ou financiamento das obras, em alguns casos, a fundo perdido.”¹¹⁴

¹¹⁴ CUNHA, Arlindo citado por PEREIRA, Ana Isabel “Mais de 250 imóveis serão reabilitados nos próximos dois anos”, in <http://porto24.pt/porto/25022010/mais-de-250-imoveis-serao-reabilitados-nos-proximos-dois-anos/>, 25-02-2010

Estes apoios serão importantes no sentido de incentivar os proprietários ou outros investidores privados a recuperar o património. Estudos feitos confirmam: "Por cada euro gasto pelo Estado, existem oito gastos por investidores privados e isso garante a sustentabilidade do investimento feito por todos nós na reabilitação do património edificado".¹¹⁵

Não obstante, e como nos explica Francisco Barata

"Já não se trata de demonstrar á sociedade, de convencer os responsáveis governamentais como é importante preservar o património (...) a questão coloca-se relativamente à avaliação da qualidade dos critérios e metodologias de intervenção no património arquitectónico".¹¹⁶

A verdade é que, no campo, os trabalhos desta SRU têm sido tema de discussão e controvérsia. Para proceder à análise crítica da sua forma de actuação, será vantajoso partir do entendimento de três questões fundamentais na problemática da recuperação dos centros históricos:

- O centro histórico como objecto de consideração sociocultural, na intenção de torna-lo habitável (útil) procurando manter os seus componentes populacionais e melhorando o seu conforto;
- O centro histórico como problema técnico-construtivo, segundo uma prática de restauro ou de reabilitação da sua estrutura física, resgatando-a dos processos de degradação progressiva;
- O centro histórico desde a sua consideração urbanística, na procura de mecanismos de inserção na cidade à qual pertence, ao mesmo tempo que se favorece uma reflexão teórica sobre a continuidade entre cidade antiga e cidade moderna; "¹¹⁷

Como objecto de análise, atentamos em particular nas intervenções do Porto Vivo que nos parecem mais relevantes para o propósito do exercício:

O quarteirão de Carlos Alberto, do Corpo da Guarda e das Cardosas. Os três quarteirões integram edifícios que obedecem às tipologias habitacionais que atrás caracterizamos e pertencem originalmente ao intervalo de tempo que analisamos.¹¹⁸

Logo no que se refere ao planeamento urbanístico, tem sido recorrente a análise crítica à estratégia implementada por esta entidade, que defende uma actuação por quarteirão: "A unidade de intervenção corresponderá, regra geral, a um quarteirão, pátio ou rua, podendo em casos de particular interesse público corresponder a um edifício."¹¹⁹

"Apresentam-se como uma das justificações a esta estratégia - quarteirão a quarteirão - a convicção de que sendo mais rápido projectar e construir sem os constrangimentos das preexistências, mais rápido será a operação, mais tarde será o retorno do investimento, mais atraído será o investidor. Afirmava-se ainda que a intervenção - quarteirão a quarteirão - criava uma dinâmica com resultados tão positivos, que motivaria novas operações, fazendo expandir o processo."¹²⁰

Sobre esta "reorganização da cidade em «pacotes» mais atractivos para os investidores", diz-nos David Afonso Pinho (Membro fundador da APRUPP¹²¹):

¹¹⁵ "Reabilitação: Um Porto como novo" in <http://imobnewsportugal.blogspot.pt/2012/07/reabilitacao-um-porto-como-novo.html>, 14-07-2012

¹¹⁶ FERNANDES, Francisco Barata, "Sobre reabilitação urbana: a casa, o quarteirão, o espaço público" in "Leituras de Marques da Silva: reexaminar a modernidade no início do século XX", Fundação Marques da Silva, Edição de Rui Jorge Garcia Ramos, pág. 177

¹¹⁷ "El centro histórico como objecto de consideración socio-cultural, en la intención de hacerlo habitable (util) procurando mantener sus componentes poblacionales y mejorando su confort; El centro historico como problem tecno-construtivo, según una práctica restauratoria o rehabilitadora de su estructura física, para su puesta en valor, rescatándolo de los procesos de degradación progresiva; El centro histórico desde su consideración urbanística, propiciando la búsqueda de mecanismos de inserción en la ciudad a la que pertenece, al mismo tiempo que se favorece una reflexión teórica sobre la continuidad entre ciudad antigua y ciudad moderna.", GARCIA, Francisco, "Construir en lo Construido: Arquitectura como Modificación", 2ª Edição, Editorial NEREA, Madrid, 1996, pág. 29

¹¹⁸ Ver documentos estratégicos dos três quarteirões in www.portovivosru.pt

¹¹⁹ Artigo nº 14 do Decreto nº 104/2004, in <http://www.portovivosru.pt/>

¹²⁰ FERNANDES, Francisco Barata, "Sobre reabilitação urbana: a casa, o quarteirão, o espaço público" in "Leituras de Marques da Silva: reexaminar a modernidade no início do século XX", Fundação Marques da Silva, Edição de Rui Jorge Garcia Ramos, pág. 178

¹²¹ Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Protecção do Património

" (...) este retorno à cidade - quarteirão orientado pela necessidade circunstancial de se facilitar a intervenção física com o objectivo de potenciara sua atractividade económica face aos grandes investidores, coincide com um modelo de cidade que procura reinterpretar a sua morfologia no sentido de um urbanismo de proximidade. Este modelo de cidade representa uma das tendências emergentes da cidade pós-industrial, que procura reavivar as relações de proximidade e de vizinhança através de um reordenamento que ligue num raio de 10 minutos a pé a residência, o trabalho e o lazer (Krier, 1999), uma cidade de quarteirões, portanto."¹²²

A problemática residirá precisamente no facto de o Porto, não ter sido formado originalmente como a dita cidade de quarteirões.

Quando analisámos o parcelamento da propriedade, e a formação da malha urbana no seu conjunto, notamos a despreocupação com a configuração da parcela. A prioridade era o traçado viário, e a definição de uma frente que origina o lote onde se encaixa a edificação. O quarteirão terá sido o resultado casual de uma associação espontânea e pouco ou nada reflectida de lotes.

Com o mesmo argumento defende Nuno Grande que "O Porto futuro deve crescer como cresceu o Porto de hoje: por lotes e não por quarteirões; por pequenos proprietários (...) a cidade sempre foi da burguesia comercial"¹²³

O autor acredita que é prejudicial este tipo de actuação, não só por motivos orçamentais, mas também porque será, como observámos, contra a natureza de formação da urbe.

Podemos ilustrar este tipo de actuação à escala do quarteirão com a recente intervenção nas Cardosas.¹²⁴ O seu perímetro exterior parece obedecer aos limites originais, porém, o interior é demolido, dando lugar a um grande vazio – a "Praça das Cardosas". Mais do que uma recuperação, poder-se-á observar aqui uma nova reconfiguração do quarteirão. **[22,23,24]**

Perguntamo-nos inevitavelmente se não podia a actuação ter sido um pouco mais permissiva com a pré-existência. Além do respeito pela memória do lugar se garantia, em princípio, alguma redução dos custos, tanto com as demolições, como com a nova construção.

Embora de proporções menores, também no quarteirão de Carlos Alberto encontramos uma nova configuração do seu interior. **[25,26]**

Contrapondo com este tipo de intervenções no quarteirão defende Francisco Barata:

"Desde Ernesto N. Rogers, em Itália, e de Fernando Távora entre nós, que as mais qualificadas intervenções arquitectónicas em factos preexistentes e patrimoniais, tanto isolados como de conjunto, têm sido desenvolvidas na perspectiva de que cada caso é um caso no âmbito da Arquitectura e da Cidade. De um modo geral, políticas urbanas de reabilitação dos centros antigos que se centraram apenas na parcela ou nas parcelas construídas não obtiveram sucesso."¹²⁵

¹²² PINHO, David Afonso Pinho, "Sociedades de Reabilitação Urbana e modelos de cidade: A imagem de cidade projectada pelo Masterplan para a Baixa do Porto" in <http://pt.scribd.com/doc/36906117/Sociedades-de-Reabilitacao-Urbana-e-modelos-de-cidade-A-imagem-de-cidade-projectada-pelo-Masterplan-para-a-Baixa-do-Porto>, pág. 5

¹²³ GRANDE, Nuno citado por VILLAS-BOAS, Cristina, "Reabilitação da Baixa do Porto: Faltam incentivos ao pequeno investidor" in http://jpn.icicom.up.pt/2009/07/21/reabilitacao_da_baixa_do_porto_faltam_incentivos_ao_pequeno_investidor.html, 21-07-2009

¹²⁴ PORTO VIVO, SRU, "Unidade de Intervenção do Quarteirão das Cardosas- DOCUMENTO ESTRATÉGICO" in http://www.portovivosru.pt/pdfs/de_Cardosas.pdf

¹²⁵ FERNANDES, Francisco Barata, "Sobre reabilitação urbana: a casa, o quarteirão, o espaço público" in "Leituras de Marques da Silva: reexaminar a modernidade no início do século XX", Fundação Marques da Silva, Edição de Rui Jorge Garcia Ramos, pág. 177



22. Quarteirão das Cardosas - Perspectiva aérea antes da intervenção;
 23. Proposta de intervenção;



24. Quarteirão das Cardosas - Perspectivas actuais do interior do quarteirão



25. Quarteirão de Carlos Alberto - Perspectiva aérea antes da intervenção;
 26. Perspectiva aérea durante a intervenção ;

Um outro problema que assinalam alguns críticos, e que novamente pode comprometer o desenho original daquela malha urbana, será a preocupação que tem a SRU com o estacionamento, como forma de atrair ao centro as populações dependentes do automóvel.

Assim confirma o actual presidente do Concelho de Administração da Porto Vivo, Rui Moreira, que reconhece existirem “« (...) investidores privados interessados em construir parques de estacionamento no interior de alguns quarteirões» (...) assegurando que essa hipótese será acolhida pela SRU «com muito interesse»”.¹²⁶

No Corpo da Guarda, pelas suas dimensões mais modestas, encontramos um parque que conta apenas com 18 lugares de estacionamento. Já nas Cardosas a proporção é diferente: cinco pisos com 332 lugares.

Novamente se manifesta Nuno Grande garantindo “ (...) que a cidade precisa é de fazer com que as pessoas «deixem de ser dependentes de carros, porque o Porto não aguenta ter tantos no centro» ”.¹²⁷

Além das implicações que as opções estratégicas que referimos pressupõem no desenho da malha urbana e na salvaguarda do património, falta considerar a percentagem que representam no custo total das edificações. É que a par da construção, também a “desconstrução” terá seguramente um preço. [27]

Perante este tipo de conduta é inevitável questionar se a reabilitação é tão dispendiosa quanto fazem crer as entidades responsáveis ou se, por outro lado, são os princípios segundo os quais regem essa mesma reabilitação que originam os preços praticados.

Em nota conclusiva e de forma generalizada, o que fazemos valer é o pressuposto de que neste tipo de cirurgias urbanas, em que se intervém não só no edificado mas também na estrutura da cidade, “ (...) a pré-existência enquanto tecido urbano deve ser mantida, respeitando a estrutura viária, os quarteirões e, sempre que possível, os edifícios na sua composição original.”; É o próprio arquitecto Rui Loza da Porto Vivo que afirma esta condição.¹²⁸

Também do ponto de vista do sistema construtivo, das opções técnicas e da escolha dos materiais, as opções da SRU parecem levantar alguma discussão.

“Aqui, os maiores perigos derivam da tentação fachadista ou do excessivo voluntarismo da renovação urbana, que podem alterar de forma decisiva os padrões morfológicos e fundiários urbanos (...), assim como as formas de uso da cidade consolidada (...). Faltam também ainda resolver importantes questões técnicas, sobretudo ligadas à tecnologia da construção e dos seus materiais, pois o que verificamos na prática foi a transferência massiva das soluções da construção nova para este sector e os resultados dessa migração, sabemos-los todos, não foram os melhores!”¹²⁹

Sobre a tentação fachadista refere-se o autor a uma política de desmontagem integral do interior do quarteirão, conservando-se apenas o seu involucro; São

“ (...) intervenções onde o que ressalta é a reabilitação de imagens das fachadas observáveis a partir do espaço público, quer sejam as originais, quer sejam desmontadas e remontadas, quer sejam completamente novas com desenho antigo e material a estrear.”¹³⁰

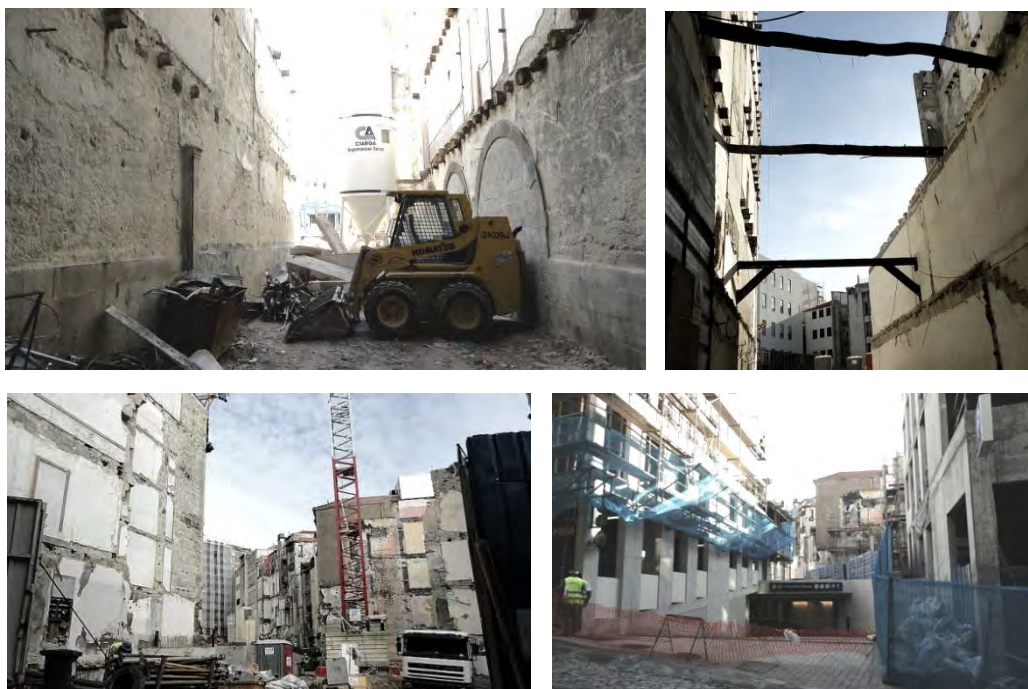
¹²⁶ MOREIRA, Rui, citado por REDACÇÃO, “SRU espera por nova legislação para agilizar reabilitação e arrendar” in <http://porto24.pt/porto/09112011/sru-espera-por-nova-legislacao-para-agilizar-reabilitacao-e-arrendar/>, 9-12-2011

¹²⁷ GRANDE, Nuno citado por VILLAS-BOAS, Cristina, “Reabilitação da Baixa do Porto: Faltam incentivos ao pequeno investidor” in <http://jpn.icicom.up.pt/2009/07/21/reabilitacao-da-baixa-do-porto-faltam-incentivos-ao-pequeno-investidor.html>, 21-07-2009

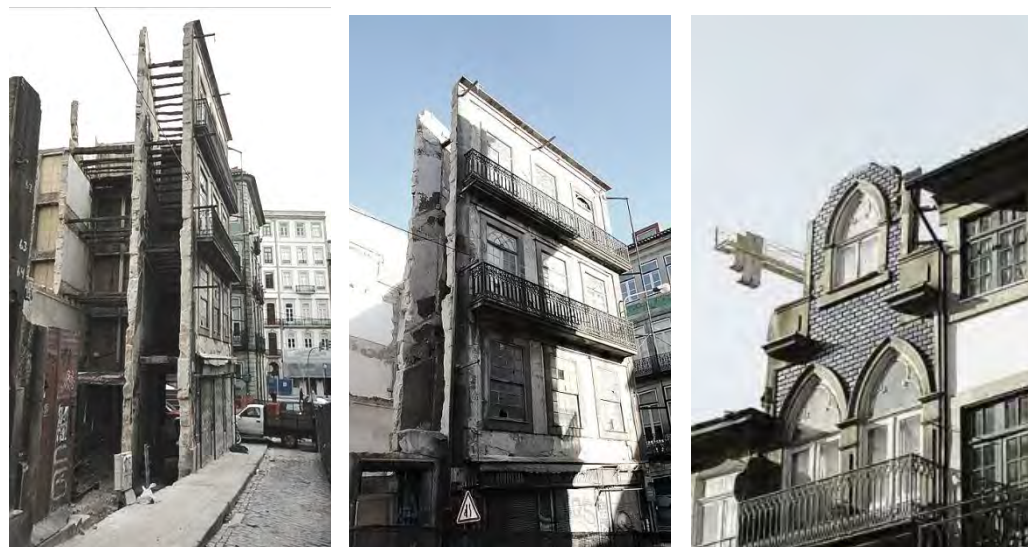
¹²⁸ LOZA, Rui citado por CAMPOS, João, “Porto: reflectir (sobre) a cidade histórica”, Ed. Câmara Municipal do Porto, 1999, pág. 52

¹²⁹ AGUIAR, José, “ Memória, Cidade e Projecto- Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano” in <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongressooa2000.pdf>, Évora, 2000, pág. 4

¹³⁰ FERNANDES, Francisco Barata, “Sobre reabilitação urbana: a casa, o quarteirão, o espaço público” in “Leituras de Marques da Silva: reexaminar a modernidade no início do século XX”, Fundação Marques da Silva, Edição de Rui Jorge Garcia Ramos., pág. 177



27. Durante as demolições no quarteirão das Cardosas



28. Durante a intervenção no quarteirão das Cardosas



29. Durante a intervenção no quarteirão de Carlos Alberto
30. Fachada recuperada

Podemos observar esta opção nas obras em curso nas Cardosas [28] mas também em alguns edifícios recuperados no quarteirão Carlos Alberto, que já referimos. As fachadas foram mantidas e recuperadas, sendo que grande parte do seu interior terá sido demolido e reformulado.¹³¹ [29,30]

Por trás das fachadas "originais" encontramos agora, além de uma nova configuração do quarteirão, um novo tipo de loteamento, a par de uma matriz de organização interna das edificações diferente da original. Terá sido fruto do emparcelamento, outra estratégia que também defende a Porto Vivo [31,32]:

"Como orientação geral, motivada pela necessidade de modernização e preparação da oferta habitacional para segmentos variados de residentes, deverá colocar-se a possibilidade de, nas operações de renovação urbana, a tipologia do fogo alterar a tipologia arquitectónica do edifício, ou seja: Fragmentação ou divisão em edifícios de maior área e o emparcelamento em edifícios de menor área (sempre que os edifícios contíguos o permitam e o programa à escala de intervenção o fundamente)." ¹³²

Também no Corpo Guarda se procuram manter as fachadas e alterar, pela mão do emparcelamento, as tipologias interiores nos casos mais críticos: " (...) onze edifícios antigos foram convertidos em dois prédios novos com 21 apartamentos e tipologias que variam entre T0 e T3. [33,34] ¹³³



31. Planta do quarteirão de Carlos Alberto, com a sinalização dos fogos a recuperar
32. Planta com a proposta de intervenção



33. Planta do quarteirão do Corpo da Guarda



34. Planta com a proposta de intervenção: Castanho escuro – novos acessos;
Castanho claro – lotes emparcelados

¹³¹ Ver EDIFER, grupo, SRU, PORTO VIVO, "Quarteirão de Carlos Alberto – Apresentação do Projecto", Porto, Fevereiro, 2007

¹³² PORTO VIVO, SRU, "Masterplan (síntese executiva): Revitalização Urbana e Social da Baixa" Versão Definitiva, Porto 2005, pág. 9

¹³³ SCHRECK, Inês, "Casas renovadas na Zona Histórica sem interessados" in http://www.jn.pt/paginaInicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1775179&page=-1, 4 -02- 2011

O que nos perguntamos é se a manutenção de um alçado, de uma capa, é suficiente para garantir a preservação da memória. Não serão o sistema construtivo e as tipologias habitacionais, património tão valioso como é uma fachada?

No que se refere à transferência massiva das soluções da construção nova para este sector, que também preocupa José Aguiar, poder-se-á considerar, por exemplo em Carlos Alberto, um tanto questionável. [35] A mesma inquietação se sente em relação às Cardosas: quando avançamos além das fachadas de pedra, também elas com caixilharias em alumínio ou PVC e placagens de granito a substituir molduras em "pedra estrutural", descobrimos toda uma estrutura em betão, com o sistema de pilar e viga e lajes aligeiradas. [36]

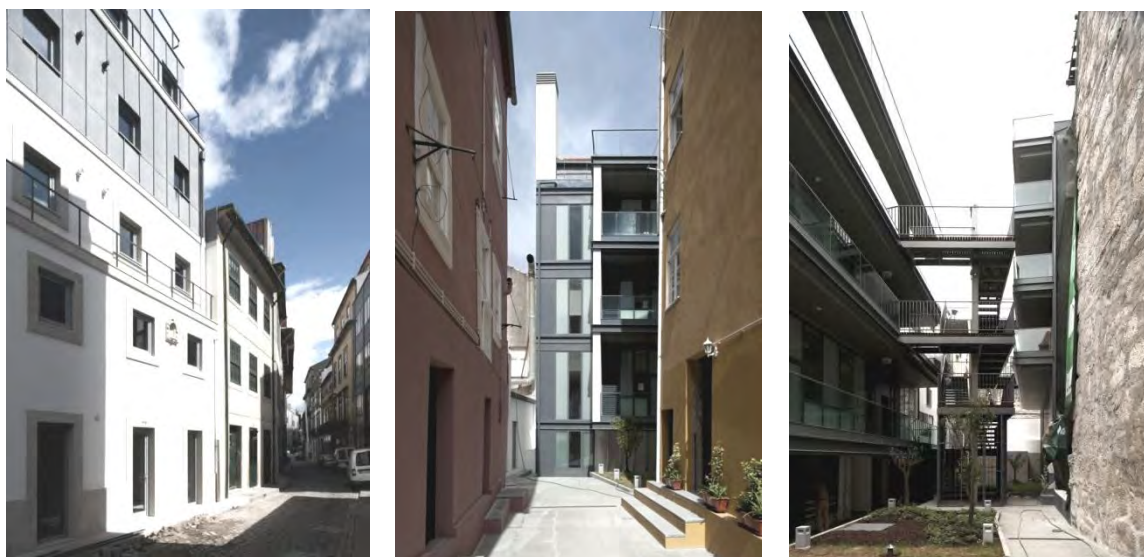
Em face a estas opções importava recordar a sugestão de Purini: "Passado e Futuro representam duas formas de existência do pensamento projectual que deveriam estar associadas pela técnica, para reconstruir um sistema dotado de um grau aceitável de lógica."¹³⁴

Será como refere José Aguiar:

"Uma coisa é afirmar a inevitabilidade da contemporaneidade na conservação, outra, bem diferente, é sustentar a anulação da história pela selecção exclusivista de sinais e signos dos novos tempos e pela inclusão ensurdecidora dos seus paradigmas formais no processo de projecto e de desenho. Hoje e aqui necessitam-se de novas criatividade, eventualmente menos protagonizadas e aparentes, mas não menos poéticas ou corajosas e (hoje) muito mais subversivas."¹³⁵

Consideramos que na cidade antiga "nem sempre temos de falar baixo", não obstante, e como remata o autor, isso não invalida a consciência de que não se está a projectar num papel em branco. Deve prevalecer a premissa de Álvaro Siza: "No que à História diz respeito, que o façam com rigor intransigente, afastando a tentação de deixar alguma assinatura por demais perceptível; para tal existe o campo vasto do que se vai construindo nos novos territórios (...)." ¹³⁶

E de novo caímos na inevitabilidade de questionar quanto custa tanta e tão "nova" construção.



35. Perspectiva do interior do quarteirão de Carlos Alberto

¹³⁴ "Pasado y futuro representan dos formas de existência del pensamiento proyectual que tendrían que estar unidas por la técnica, para reconstruir un sistema dotado de un grado aceptable de logicidad.", PURINI, Franco, citado por GARCIA, Francisco, op.cit, pág. 29

¹³⁵ AGUIAR, José, " Memória, Cidade e Projecto- Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano" in <http://mestrado-reabilitacao.fau.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongressooa2000.pdf>, Évora, 2000, pág. 8

¹³⁶ SIZA, Álvaro, "As Chaves da Cidade do Porto" in "01 textos – Álvaro Siza", Edição de texto por Carlos Campos Morais, Civilização, Porto, 2009, pág. 25



36. Perspectiva do interior do quarteirão das Cardosas

A par do planeamento urbano e da questão construtiva, também a componente sociocultural será de maior relevância, se não a mais preponderante. Ela deve representar o objectivo, o fim da reabilitação e da (re) habitação; quando a intervenção não satisfaz a sociedade, o seu papel tornar-se-á por suposição redundante e dispensável.

“Antes da autenticidade das pedras, coloca-se a das gentes que habitam o Centro Histórico, garantia primeira da perenidade da vida urbana. São os habitantes da cidade histórica os actores insubstituíveis da sua evolução e os participantes privilegiados na formação e difusão do conhecimento intrínseco que uma dada urbanidade transmite”¹³⁷ É a síntese da salvaguarda do património e da população que deverá prevalecer na hora de actuar.

Na teoria, a Porto Vivo parece obedecer a um princípio de inserção social coerente e ajustado:

“É indispensável criar uma oferta de habitação, em qualidade e quantidade, que possa atrair “os tripeiros” a viver no centro da sua cidade. Importa captar moradores de diversos standards socioeconómicos para preencher o edificado que se esvaziou e para vivificar o comércio e as ruas”.¹³⁸

Na prática, o cenário assemelha-se um tanto contraditório:

“Se me disserem que a SRU só tem casas para a classe alta, eu tenho que concordar, porque de facto tivemos que actuar nos casos mais complexos e o custo final da obra foi altíssimo portanto não é possível disponibilizar habitações com custos acessíveis porque se assim fosse os investidores estariam a perder muito dinheiro», afirma Rui Quelhas”.¹³⁹

Perante esta incidência sobre o cliente com capacidade financeira para cobrir o investimento, não poderemos depreender o esquecimento da salvaguarda dos interesses dos restantes estratos socioeconómicos por parte da SRU?

Será esta forma de actuar que motiva o sociólogo João Queirós afirmar que

“Em relação ao objectivo da captação de novos residentes, vale apenas acrescentar que o programa de intervenção da Porto Vivo assenta a sua lógica em intervenções cujo princípio fundamental é o da gentrificação da cidade.”¹⁴⁰

¹³⁷ CAMPOS, João, op.cit, pág. 61

¹³⁸ PORTO VIVO, SRU, “Masterplan (síntese executiva): Revitalização Urbana e Social da Baixa”, Versão Definitiva, Porto 2005, pág. 5

¹³⁹ QUELHAS, Rui em “Reabilitação: Um Porto como novo” in <http://imobnewsportugal.blogspot.pt/2012/07/reabilitacao-um-porto-como-novo.html>, 14-07-2012

¹⁴⁰ QUEIRÓS, João, “O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto”, Edição Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia, 2007, pág. 18

Ou seja, o objectivo parece ser o de oferecer os meios e as oportunidades necessárias à criação de uma oferta habitacional e de uma cultura de consumo capaz de seduzir apenas o segmento educacional e culturalmente mais capitalizado das novas classes médias urbanas.¹⁴¹

O custo dos imóveis recuperados podem ajudar a ilustrar a afirmação de Rui Quelhas e a consideração de João Queirós.

Por exemplo em Carlos Alberto estiveram disponíveis 20 fogos, com tipologias do T0 ao T2, cujos valores oscilavam entre os 100 mil e 250 mil euros; Mário Santos, da Edifer, e Miguel Freitas, o mediador imobiliário, justificam o preço e as opções:

"Quisemos apostar em algo diferente, num estilo não consensual e destinado a um nicho de mercado. (...) Um deles é um T1 ao "estilo parisiense" (...). Situado nas águas-furtadas, tem 106 metros quadrados, um pé-direito fora do comum, três frentes e cozinha separada."¹⁴²

Situação semelhante verifica-se no quarteirão das Cardosas ou do Corpo da Guarda.

No primeiro caso os apartamentos, com áreas entre os 34 m² e os 150 m², estão a ser vendidos a preços médios entre os 2.500 e os três mil euros o m² - entre 80 mil, nas tipologias mais pequenas, e os 380 mil euros (três assoalhadas).¹⁴³

No caso particular do Corpo da Guarda os preços base dos T1 e T3 variavam entre 180 mil euros (T1 sem lugar de garagem) e os 310 mil euros (T3 duplex com estacionamento e arrumos).¹⁴⁴

Devem contribuir para estes valores a intenção de atrair o dito "target", que referiu Rui Quelhas, mas também as estratégias urbanísticas e construtivas que já referimos.

O que averiguamos é que, embora os apartamentos de Carlos Alberto tenham tido de facto algum sucesso, possivelmente pelo factor novidade e pela conjuntura de há três anos atrás, não tão precária como a actual, no Corpo da Guarda, por exemplo, um ano após a sua construção ainda não tinham sido vendidos quaisquer apartamentos, o que nos leva a questionar se terá adequado a Porto Vivo o tipo de oferta à procura ou, como inquire João Queirós, haverá procura que justifique a oferta que se tem criado?¹⁴⁵

No que concerne aos residentes originários da Baixa do Porto, eles serão à partida os primeiros interessados em ver solucionada a precariedade das habitações. Reforça a própria SRU que "Uma política de habitação sustentável tem necessariamente em conta a população residente e enraizada (...)." ¹⁴⁶

Questiona, porém, o sociólogo,

"Que papel lhes cabe na estratégia de reabilitação urbana desta área da cidade? Estarão destinados a ser, a prazo, afastados para a periferia citadina ou para os subúrbios? Ou, pelo contrário, conseguirão ver asseguradas as suas ambições de permanência? Mais do que isso, conseguirão ver respondidos os seus anseios de melhoria das suas condições habitacionais e de vida?"¹⁴⁷

¹⁴¹ QUEIRÓS, João, "Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos – Considerações exploratórias a partir do caso do Porto" in "Sociologia, problemas e práticas", nº 55, 2007, pág. 112

¹⁴² PINTO, Reis, "Café Luso renasce quarteirão de luxo" 1 de Dezembro de 2009 http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1435200

¹⁴³ SOARES, Elisabete, "Casas das Cardosas são procuradas por investidores" in economico.sapo.pt/noticias/casas-das-cardosas-sao-procuradas-por-investidores_127677.html, 2-11-2011

¹⁴⁴ SCHRECK, Inês, "Casas renovadas na Zona Histórica sem interessados" in http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1775179&page=-1, 4-02-2011

¹⁴⁵ QUEIRÓS, João, "Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos – Considerações exploratórias a partir do caso do Porto" in "Sociologia, problemas e práticas", nº 55, 2007, pág. 113

¹⁴⁶ PORTO VIVO, SRU, "Masterplan (síntese executiva): Revitalização Urbana e Social da Baixa" Versão Definitiva, Porto 2005, pág.10

¹⁴⁷ QUEIRÓS, João, "Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos – Considerações exploratórias a partir do caso do Porto" in "Sociologia, problemas e práticas", nº 55, 2007, pág. 113

Neste contexto, a dúvida que se coloca é se estes indivíduos, que são expropriados por não terem condições financeiras de assumir a reabilitação do imóvel, algum dia as terão para cobrir os valores que pede a Porto Vivo pelas casas recuperadas. Refere Rui Sá, vereador da CDU, que "A Câmara do Porto, directamente, pela FDZHP (...) ou pela SRU, já expulsou mais moradores do centro do Porto do que aqueles que passaram a viver em casas reabilitadas pela SRU".¹⁴⁸

Também no que se refere aos "jovens licenciados" ou "casais em início de vida familiar"¹⁴⁹, questionamos se terão condições para adquirir as habitações recuperadas pela Porto Vivo. Assumindo que são estes os grupos sociais que têm maior predisposição para vir habitar o centro da cidade, não terão nesta fase de transição entre a vida académica e as responsabilidades conjugais um orçamento (ainda) limitado?

No que diz respeito ao standard económico mais favorecido, e com base nos custos das habitações recuperadas, na afirmação de Rui Quelhas e nas considerações de João Queirós, concluímos que, na prática, este grupo será aquele que maior atenção tem recebido por parte da SRU.

Assim vem reforçar a estratégia de promoção e publicidade das casas reabilitadas, equiparadas com as construções localizadas nas zonas mais valorizadas da cidade - Foz, Boavista, Matosinhos, etc.,- sendo os seus preços não muito desfasados daquelas:

"Estamos a pedir dois mil euros por metro quadrado, o mesmo que nas Antas e na Boavista. Na zona do Hospital de S. João já há edifícios onde estão a pedir mais e na Foz está bem acima dos 2500 euros", referiu o administrador da SRU, Rui Quelhas a propósito da falta de desinteresse no Quarteirão do Corpo da Guarda".¹⁵⁰

De qualquer forma, e independentemente da qualidade ou sucesso da estratégia de reabilitação da Porto Vivo, questionamo-nos se esta dita "classe alta" quer de facto habitar na Baixa: irão estes indivíduos, com algum poder económico, querer residir num lugar onde o congestionamento automóvel é uma realidade, os passeios não têm árvores, os edifícios são recuperados, em detrimento de uma construção nova, de dimensões generosas, num terreno na periferia próxima, de inferior ou valor semelhante, onde não se verificam estes constrangimentos?

A verdade é que a dificuldade que se verificou na venda das habitações do Corpo da Guarda poderá reflectir a pouca adesão mesmo por parte das classes mais privilegiadas. [37]



37. Fachadas recuperadas no quarteirão do Corpo da Guarda

¹⁴⁸ RIOS, Pedro, "Reabilitação do centro histórico do Porto com "ritmo extremamente pequeno" in <http://porto24.in.pt/porto/27032011/reabilitacao-do-centro-historico-do-porto-com-ritmo-extremamente-pequeno/>, 27 -03 - 2011

¹⁴⁹ PORTO VIVO, SRU, "Masterplan (síntese executiva): Revitalização Urbana e Social da Baixa" Versão Definitiva, Porto 2005, pág. 9

¹⁵⁰ QUELHAS, Rui, SCHRECK, Inês, "Casas renovadas na Zona Histórica sem interessados" in http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1775179&page=-1, 4 -02 - 2011

Não será mais seguro encarar o facto de que

" (...) para a Baixa vão as famílias atípicas, não as tradicionais (...); os casais jovens, artistas, pessoas sozinhas ou famílias sem filhos (...) aqueles que não precisam de grandes espaços para viver"? Para o arquitecto Nuno Grande este deveria ser o "target" da Porto Vivo, o grupo social para o qual deviam incidir os seus trabalhos de re habitação da Baixa, o que de momento, não se sucede."¹⁵¹

Alerta de certa forma o autor para a necessidade de averiguar rigorosamente quem é o potencial morador do lugar, encarar e aceitar essa consideração, criando um tipo de "oferta", de habitação, que lhe seja de facto ajustada.

Não interessa dar uma "nova cara" à cidade, investindo tempo e recursos na recuperação dos edifícios, se o seu interior permanecer vazio. É como refere Bruno Taut: "é irrelevante o espaço da arquitectura sem as pessoas, o que importa é o aspecto das pessoas dentro dela".¹⁵²

¹⁵¹ GRANDE, Nuno, VILLAS-BOAS, Cristina, "Reabilitação da Baixa do Porto: Faltam incentivos ao pequeno investidor" in http://jpn.icicom.up.pt/2009/07/21/reabilitacao_da_baixa_do_porto_faltam_incentivos_ao_pequeno_investidor.html, 21-07-2009

¹⁵² "es irrelevante el espacio de la aquitectura sin gente, lo que importa es el aspecto de la gente en ella", TAUT, Bruno citado por MONTEYS, Xavier, FUERTES, Pere, "Casa Collage – Un ensayo sobre la arquitectura de la casa", Editora Gustavo Gili, Barcelona, 2001, pág.14

O Projecto: A Construção de um Problema

"De qualquer maneira, será uma operação violenta; mas o seu resultado estará ligado à capacidade de fazer nascer do choque entre o antigo e o novo, precisamente a relação dialéctica que liga a historicidade e a permanência dos tecidos antigos com os valores do presente, do transformador, do arbitrário, do energético, próprios da arquitectura e da existência contemporânea " ¹⁵³

Se a história que lemos sobre a casa burguesa do Porto permitiu-nos conhecer o objecto onde nos propomos intervir, a análise aos trabalhos da SRU esclareceu as maiores dificuldades dessa intervenção. Sem essas reflexões não seria, certamente, viável (ar) riscar uma proposta alternativa.

Neste projecto de reabilitação, como já antecipámos, pretende-se delinear uma estratégia de recuperação daquele edificado que respeite, de facto, a sua configuração original, e que consiga simultaneamente responder às populações interessadas em vir habitar o centro da cidade. Procurar-se-á uma resposta que seja satisfatória quer do ponto de vista do orçamento – e assim ajustada à conjectura –, quer do próprio projecto de arquitectura.

O facto de nos propormos desenhar um projecto modelo – um protótipo – em detrimento de actuarmos num caso em particular, apresenta claras limitações. Perante a ausência de um espaço concreto, um cliente e um programa de necessidades específicos, a proposta deve revelar uma grande flexibilidade. Tem inevitavelmente de considerar ligeiras variações da base, como diversos tipos de clientes e formas de habitar, como um programa versátil, para que se torne exequível a sua aplicação.

É essa abstracção a grande dificuldade do exercício, que nos cruza em cada consideração, mas será também a sua componente que pode assegurar a aplicabilidade generalizada do protótipo.

Para o seu desenho apropriado, impõe-se à priori todo um processo de pesquisa, de reflexão, que lhe dê fundamento teórico e justifique as suas opções.

Embora a propósito de uma casa unifamiliar – Casa Vieira de Castro em Famalicão (1984-1987), servem-nos as coordenadas de Álvaro Siza para o desenho do nosso espaço doméstico:

"O projecto de uma casa unifamiliar estudado num escritório de grande dimensão, exige um esforço notável, visto que devem ser analisados em profundidade os hábitos as necessidades, e as aspirações da família que ali irá habitar. É necessário uma análise particularmente cuidada para que a resposta projectual seja muito detalhada no respeito do programa, das funções, e do aspecto estético. Todavia o projecto de uma casa unifamiliar continua a ser profícuo, pois constitui o momento ideal para a experimentação." ¹⁵⁴

Apesar de o contexto ser diferente, é com esta consideração que organizamos o corpo teórico que irá sustentar o nosso projecto; um argumento que pretende expor o processo de trabalho, o caminho que nos leva à concretização do objectivo primordial da dissertação. Assim o estruturamos em quatro etapas sequenciais;

Com o apoio da reflexão anteriormente realizada, procurar-se-á desenhar um modelo abstracto da casa burguesa do Porto, que traduza as tipologias que nos parecem mais proeminentes na cidade actual, e mais susceptíveis de se ajustarem à abordagem que se propõe. Quando mencionamos tipologia, referimo-nos às várias questões urbanas, técnicas, e formais que lhe são inerentes;

¹⁵³ "De cualquier manera, será una operación violenta; pero su resultado estará ligado a la capacidad de hacer nacer, del choque entre lo antiguo y lo nuevo, precisamente la relación dialéctica que liga la historicidad y la permanencia de los tejidos antiguos con los valores del presente, de lo cambiante, de lo arbitrario, de lo energético, propios de la arquitectura y de la existencia contemporánea ", GARCIA, Francisco, "Construir en lo contruido-La arquitectura como modificación", 3ª Edição, Nerea, Madrid, 2005, pág. 109

¹⁵⁴ SIZA, Álvaro, "Imaginar a evidência", Edições 70, Lisboa, 2000, pág. 39

Procuramos nesta definição articular os modelos que ao longo da análise tipo-morfológica da casa se revelaram mais receptíveis à introdução de novos programas domésticos, de novas formas de apropriação, como conhecemos na passagem do unifamiliar para o plurifamiliar. Acompanhamos este apartado com o levantamento rigoroso das plantas, cortes e alçados, da habitação tipo que definimos, a base da nossa intervenção.

Num segundo momento, como forma de evitar a pouca adesão ao nosso projecto, como observámos na conduta da Porto Vivo, tentamos antes da sua concretização, definir tanto quanto possível o cliente. A determinação deste habitante tipo, também abstracto, irá resultar do cruzamento do potencial residente da Baixa, da casa burguesa e da nossa proposta em particular. Procuramos descortinar ambições, carências, rotinas, formas de ser e de habitar a célula doméstica, que nos possam orientar no exercício do projecto.

À posteriori tentamos construir um programa de necessidades, que seja esmiuçado e versátil, assim ajustando-se simultaneamente à casa, ao morador e aos novos modos de habitar. Procuramos aqui conciliar todas as funções, actividades e peças, que se consideram fundamentais para o bom desempenho de uma habitação.

O fim da construção do nosso problema é o protótipo. Tocamos a questão do habitar mínimo e da flexibilidade que nos parecem pertinentes em face da superfície que dispomos para intervir. Além de estratégias que nos ajudem a solucionar a carência de espaço, e ali integrar todo o programa que definimos, procuramos meios adequados de relacionar a intervenção com a pré-existência. Nesta intersecção de problemáticas, tentamos não esquecer o modo de habitar contemporâneo, subjacente ao cliente que definimos. Acompanhamos o exercício expondo conceitos, ideias, princípios, e ilustrando-os com exemplos concretos. Com a organização do espaço descrito procuramos antecipar considerações sobre as infra-estruturas, o sistema de construção e os materiais empregues. Essencialmente neste último apartado, indicamos tudo o que nos pareça basilar para a compreensão do protótipo, e das motivações que nos conduziram até ao produto final.

A base da intervenção

Antes de definir com rigor aquela que irá ser a nossa base de intervenção, importa traduzir alguns pressupostos e condicionantes que fundamentam essa definição.

Do ponto de vista urbanístico pretende-se seguir uma conduta diferente da estratégia da Porto Vivo. Deu-nos a entender a reflexão anterior que a actuação que defende, quarteirão a quarteirão, vem contribuindo paulatinamente para a desapareição da cidade antiga, da sua morfologia e desenho originais; Além dos constrangimentos que implica este modelo de intervenção para o traçado urbano, podemos ainda assinalar, numa escala menor, a perda do sentido do lote, da casa e da sua tipologia original. Subentende-se nesta conduta que é suficiente a "recuperação e preservação" da fachada para salvaguardar a simbologia daquelas habitações.

Além dos efeitos que tem esta estratégia no edificado, segundo observámos, pressupõem investimentos avultados, que acabam por condicionar inevitavelmente o acesso dos vários estratos sociais aos imóveis recuperados. A situação vê-se agravada com actual conjuntura económica.

Por estas implicações consideramos preferível uma actuação que incide exclusivamente sobre o lote, e sobre a edificação que lhe corresponde; É uma estratégia que procura ser mais contida do ponto de vista do orçamento, e mais sensível à história da urbe antiga. Que não procura sobrepor-se-lhe.

Por sua vez, dentro do edifício, resumimos a intervenção a um só sobrado, e em particular a uma das frentes – o fogo. Em rigor, o seu perímetro é delimitado pelas paredes da caixa de escadas, da fachada – da rua ou tardo – e pelas paredes de meação.

Partimos do pressuposto que o projecto de reabilitação deste fogo se pode repetir, com variações mínimas, na frente oposta e nos restantes pisos da construção.

Esta estratégia garante uma maior rentabilização e optimização do espaço da casa, permitindo, por outro lado, que a sua recuperação seja feita faseadamente, sem exigir um grande investimento inicial.

Para que seja exequível cumprir os objectivos que aqui apresentamos, procurar-se-á desenhar o protótipo de forma a que, recuperar uma célula do edifício não implique fazê-lo simultaneamente em todas as outras.

Importa assinalar que este tipo de apropriação não será uma novidade na casa burguesa do Porto. Na passagem do unifamiliar para o plurifamiliar já observámos uma operação semelhante, nomeadamente nos edifícios do antigo perímetro fortificado, de uma só frente, e escada transversal, encostada à parede oposta à fachada. Graças a esta posição do acesso, o espaço da habitação mantém-se contínuo e independente. A mesma autonomia não se consegue quando o fogo ocupa todo um piso de um edifício de duas frentes. Com este argumento também justificamos a nossa estratégia.

Por outro lado, o facto de não actuarmos sobre um caso concreto, mas num modelo abstracto, não nos permite ir muito além deste tipo de intervenção. A recuperação da fachada, os acessos, as paredes da edificação, a cave, o rés-do-chão ou a cobertura, são questões que não se enquadram no âmbito do exercício. Carecem de uma análise que não corresponde aos reais objectivos da prova.

De qualquer forma, partimos com a suposição de que intervimos em edifícios que apresentam, pelo menos, um estado de conservação médio. Caso contrário, não seria exequível pensar exclusivamente num modelo de actuação como aquele que propomos. Uma construção em mau estado, ou até em ruínas, implicam um outro tipo de análise, de princípios e de intervenção, que não se coadunam com a abordagem que aqui procuramos explorar.

Partindo desta consideração, não se criam grandes expectativas em relação às habitações localizadas dentro do antigo núcleo fortificado, em Miragaia e Santo Ildefonso, que enquadrámos no período compreendido entre o séc. XVII e meados do séc. XVIII. Por serem mais primitivas, e tendo sido alvo de constantes estratificações, pressupõem um elevado estado de degradação. Pelos mesmos motivos, nelas se torna mais difícil de encontrar espaços tipificados, tais como carece o exercício.

Por outro lado, como verificamos na análise destas tipologias e confirmamos na passagem do unifamiliar para o plurifamiliar, são construções que apresentam, na sua grande maioria, dimensões exíguas, com pouca iluminação e ventilação, e por isso também desajustadas da abordagem que se pretende.

Desta forma, concentramo-nos fundamentalmente nas edificações localizadas nas áreas de expansão da cidade, fora da muralha, durante e após a intervenção dos Almadás, e que estudamos no intervalo temporal que se estende desde os meados do séc. XVIII até às primeiras décadas do séc. XX.

No que diz respeito ao estado de conservação, por serem mais recentes, apresentam-se à partida menos degradadas e assim mais ajustadas aos nossos pressupostos.

Do mesmo modo, como também já verificámos na análise anterior, quando comparadas com os lotes do antigo núcleo amuralhado, apresentam dimensões mais generosas, a par de uma melhor ventilação e iluminação, permitindo assim condições de habitabilidade mais satisfatórias, e um maior espaço de manobra para a nossa intervenção.

Será então a partir da consideração destas habitações, que procuramos construir um modelo abstracto, uma casa tipo sobre a qual será aplicado o nosso protótipo. Organizamos esta construção em três momentos:

- 1) O enquadramento urbano. Importa precisar em concreto os limites da área onde nos propomos intervir, e dentro dela perceber em que zonas, e arruamentos poderão existir, com maior ou menor proeminência, o tipo de habitações sobre as quais pretendemos actuar.
- 2) O lote e a casa. Aqui procuramos definir a estrutura global das ditas habitações: por um lado acertar o dimensionamento do lote, a sua relação com o terreno e o arruamento; por outro, entrar na casa e estipular a sua organização interna, assim como o sistema construtivo, materiais e composição da fachada;
- 3) O fogo; Constituindo o objecto de estudo, interessa precisá-lo até ao detalhe construtivo. Partimos da suposição de que está vazio – sem quaisquer divisões interiores –, mas podemos acertar outras questões como os revestimentos das paredes, do pavimento, do tecto, os remates, as caixilharias exteriores e interiores;

O Enquadramento urbano

Pese embora já ter sido referido o propósito de actuar na Baixa do Porto, será importante para o rigor do exercício delimitar em concreto o perímetro onde o pretendemos fazer.

Neste sentido, para garantirmos uma fundamentação válida, apoiar-nos-emos na mesma área de actuação da Porto Vivo, a Zona de Intervenção Prioritária (Z.I.P). Esta pode definir-se como

" (...) uma área que congrega cumulativamente as seguintes características: é central; está dentro da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística; tem um perfil comercial e de serviços contínuo e diversificado; é, na sua maior parte, identificada pelos cidadãos do Porto como Baixa; e é uma área consolidada do ponto de vista do tecido urbano e do valor arquitectónico."¹⁵⁵

O desenho dos limites da Z.I.P terá resultado de um estudo encomendado pela SRU à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o qual, apoiando-se numa análise multicritério da informação censitária da ACRRU do Porto, elegeu as áreas onde a degeneração económica, social e urbana se faz sentir com maior intensidade mas onde também se concentram oportunidades de transformação.¹⁵⁶

Esta área tem uma dimensão de 530 hectares, e conta com 400 quarteirões no seu seio. Em rigor os seus limites são:

- a Norte: Linha do metro, Alameda dos Capitães de Abril, Rua de Cervantes, Rua Damião de Góis, Rua de Antero de Quental, Rua da Constituição, Praça do Marquês de Pombal, Rua de Latino Coelho, Rua de Santos Pousada, Praça da Rainha D. Amélia.
- a Nascente: Rua de Aires de Omelas, Av. de Fernão Magalhães, Rua de Barros Lima, Rua de António Carneiro, Rua do Heroísmo, Rua de Joaquim António Aguiar, Rua do Duque de Saldanha, Largo do Padre Baltazar Guedes, Ponte de D. Maria Pia.
- a Poente: Rua do Barão de Forrester, Rua da Boavista, Rua de Aníbal Cunha, Rua da Boa Hora, Rua da Maternidade, Largo da Maternidade, Rua da Boa Nova, Rua de D. Manuel II, Rua de Vilar, Rua de D. Pedro V, Alameda de Basílio Teles.
- a Sul: Rio Douro

Intersectando os limites da nossa área de actuação – a ZIP – com o estudo de Francisco Barata, nomeadamente da planta que elabora sobre as fases de desenvolvimento da cidade **[05]**, temos então em concreto os arruamentos onde à partida se localizam as tipologias habitacionais que se ajustam ao exercício, e que atrás já mencionamos. **[D01]**

¹⁵⁵ PORTO VIVO, SRU, "Projecto Preliminar de conversão de zona de intervenção prioritária em áreas de reabilitação urbana", Porto, Outubro de 2010, pág. 6

¹⁵⁶ PORTO VIVO, SRU, op. cit, pág. 6

No que diz respeito à morfologia do lote e sua integração no quarteirão, a nossa actuação centrar-se-á nos lotes mais recorrentes, em detrimento das excepções, que encontramos, por exemplo, nos gavetos.

Neste lote mais corrente, tomamos em linha de conta dois modelos distintos:

Ambos têm duas frentes e um logradouro integrado com uma extensão variável. Estipulamos uma largura de 6 metros em concordância com o estudo da casa que procurámos realizar. Tomam como prioridade a relação com o traçado viário em detrimento do desenho do miolo do quarteirão; Adaptam-se com facilidade à topografia;

É na profundidade que as construções diferem. A necessidade de distinguir dois valores advém do facto de estes lotes, como já observámos, serem bastantes variáveis na sua extensão. Uma questão que o projecto não deve ignorar para assim alargar a aplicabilidade do protótipo.

Desta forma, com base nas referências que nos são dadas ao longo do capítulo anterior, consideramos dois valores para a profundidade dos nossos lotes - 15 e 20 metros -, aos quais faremos corresponder duas variantes de projecto. **[D02]**

Sobre a casa, a reflexão anterior deu-nos a conhecer duas tipologias distintas: o tipo polifuncional, híbrido, como refere Veiga de Oliveira, que conhecemos desde os tempos mais remotos, e que combinava a função de residência, com comércio, ou arrumos no piso térreo; e o modelo monofuncional, mais recente, tão característico da burguesia portuense do liberalismo, que se destinava exclusivamente à habitação.

A primeira tipologia surge, fundamentalmente, nos arruamentos abertos no âmbito dos trabalhos da Junta das Obras Públicas, que atrás assinalamos. Poder-se-ão encontrar também pontualmente nos eixos criados após aquele período.

A segunda irá preencher os ditos eixos mais recentes, desenhados após a intervenção almadina na cidade, também já representados.

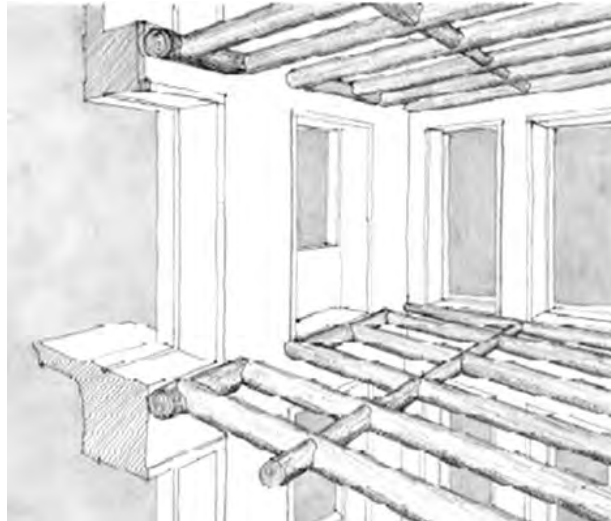
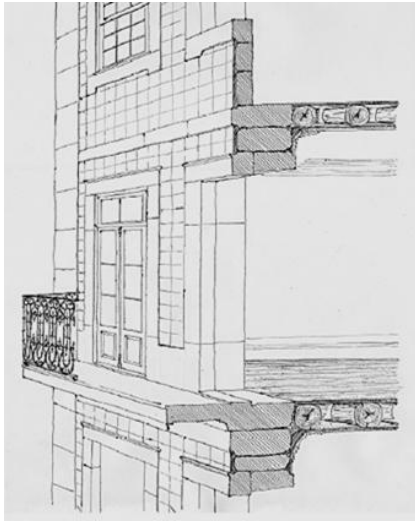
Embora neste contexto devam ser tidas em linha de conta as variações funcionais da casa, para estender uma vez mais a aplicabilidade do nosso protótipo, no projecto, elas não terão repercussões. Segundo o que aferimos, o dimensionamento do lote, da edificação, a localização do acesso, não se alteram substancialmente de uma tipologia para a outra. As diferenças mais significativas dão-se essencialmente ao nível da fachada e do rés-do-chão, onde o exercício não pretende actuar. No fogo, terá existido um aumento dos pés-direitos, um desenho mais elaborado dos tectos, entre outros aspectos, que não parecem porém, justificar projectos distintos.

Desta forma, por razões operativas mas também porque a estrutura das casas originalmente polifuncionais sempre se revelou mais propícia à habitação de várias famílias, é aquela que optamos por representar nesta reflexão com algum detalhe gráfico –

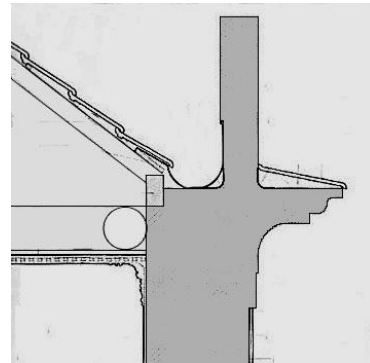
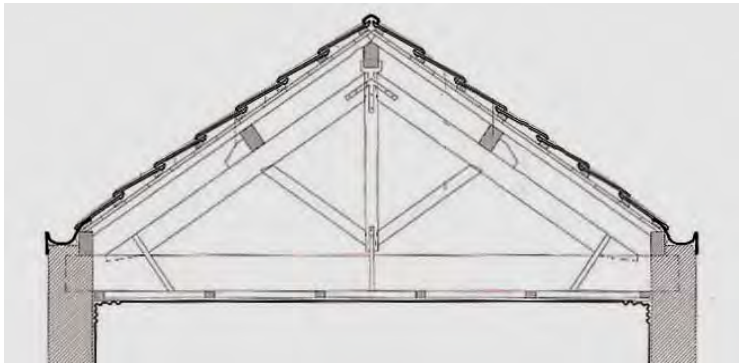
“O tipo de edifício consolidado a partir do período almadino como habitação unifamiliar da burguesia portuense permite, e permitiu mais tarde, a reconversão em edifício de habitação plurifamiliar, com áreas mínimas e com as mais diversas soluções organizativas.”.¹⁵⁷

Importa porém reforçar que aqui não é renunciada a possibilidade de o projecto se aplicar à tipologia que conhecemos a partir de meados do século XIX. Na verdade, quando o protótipo encontra o tipo de fogo, de célula, que à frente vamos definir, é-lhe indiferente o programa que existe no piso térreo do edifício. Por esse motivo integrámos no enquadramento urbano da nossa intervenção os arruamentos criados após o trabalho de Junta das Obras Públicas.

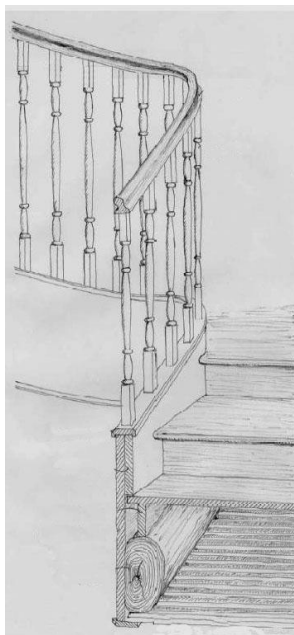
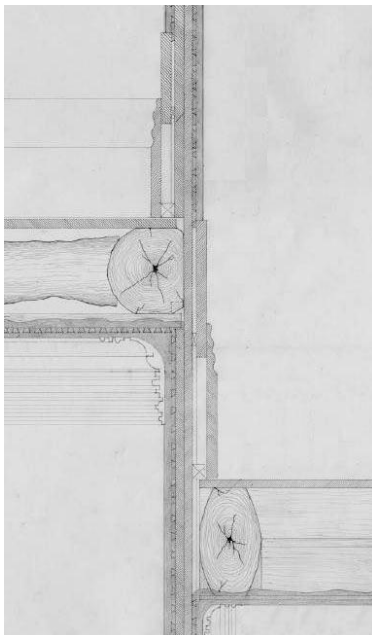
157 FERNANDES, Francisco Barata, “Transformações e Permanências na Habitação Portuense- As formas da casa na cidade”, 2ª Ed., Porto, Faup Publicações, 1999, pág. 146



38. Corte de uma fachada principal
39. Pormenor dos sobrados



40. Corte transversal pelo telhado – pormenor das vigas esquadriadas e telha marselha
41. Corte longitudinal – pormenor do algeroz e da platibanda



42. Pormenor tipo de uma parede de tabique da caixa de escadas
43. Pormenor de lanço de escadas interiores

Assim, no que se refere à matriz de organização interna da nossa habitação tipo, consideramos a mais recorrente caixa de escadas de dois lanços, colocada a meio do edifício, numa posição transversal, iluminada zenitalmente por uma clarabóia. O acesso divide o espaço da frente - que se volta para o arruamento, do tardo, orientado para o logradouro. Nas varandas da fachada traseiras, localizamos uma instalação sanitária.

Em relação ao número de sobrados, mais uma vez, a escolha não traz grandes implicações para o projecto, devido à intenção, que já mencionámos, de actuar isoladamente nos pisos. Não obstante, para a compreensão da estrutura global do edifício, consideramos, além do piso térreo, mais três níveis.

Sobre os pés-direitos, como já antecipámos, sabemos que aumentaram gradualmente. No entanto, novamente por razões operativas, estabelecemos um valor de 3.20 metros, tomando como referência o modelo abstracto de Joaquim Teixeira que tem " (...) uma altura, correspondente a três pisos, de sensivelmente onze metros"¹⁵⁸.

Também no que se refere à distribuição dos usos, como já aferimos, a escolha não condiciona o desenho da base da intervenção. Partimos porém do pressuposto que o piso térreo é ocupado com uma função terciária e os restantes pisos com habitação.

Em relação ao sistema construtivo, materiais e composição da fachada, obedecemos fundamentalmente à "Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica" de Joaquim Teixeira sobre o sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX, que confrontamos pontualmente com o "Manual de apoio ao projecto de edifícios antigos", onde o mesmo autor participou. Além dos textos, partimos das ilustrações que integram esta biografia, para construirmos com rigor a nossa base de intervenção.

No que diz respeito às paredes de meiação, empregamos o granito com 40 cm de espessura e um revestimento exterior em chapa ondulada, menos primitivo do que os soletos de ardósia ou a telha vã.¹⁵⁹

As paredes das fachadas serão também em alvenaria de granito, constituídas por peças aparelhadas em cantaria, conformando os vãos das portas e janelas sob a forma de lancis de soleiras, de parapeitos, de ombreiras e de lintéis. Contam com uma profundidade de 60 cm, sendo que 20 cm se destinam ao encaixe da janela e os restantes 40 cm para as portadas.¹⁶⁰ Relativamente ao seu revestimento exterior, é inevitável considerar o reboco ou o azulejo, os materiais que prevaleciam neste tipo de aplicações. [38]

No que concerne aos sobrados, seguimos o esquema tradicional: paus rolados com um diâmetro de 25 cm e um afastamento entre eles de aproximadamente 50 cm, articulados com os tarugos;¹⁶¹ Apoiam-se nas paredes de meiação, com uma entrega de cerca de dois terços dos 40 cm que atribuímos a estas paredes. [39]

Na cobertura representamos um telhado de quatro águas com telha marselha e vigas esquadriadas de madeira. [40] Consideramos ainda o desenho do algeroz e de uma platibanda, marcas características destas construções.¹⁶² [41]

Relativamente à parede das escadas, obedecemos à solução aparentemente mais divulgada no séc. XIX: um tabique simples reforçado, constituído por um duplo tabuado onde se pregam os fasquios, por sua vez revestidos com argamassa de reboco e estuque no acabamento final.¹⁶³ [42]

¹⁵⁸ TEIXEIRA, Joaquim, "Descrição dos sistemas construtivos da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal", Outubro de 2004, pág. 45

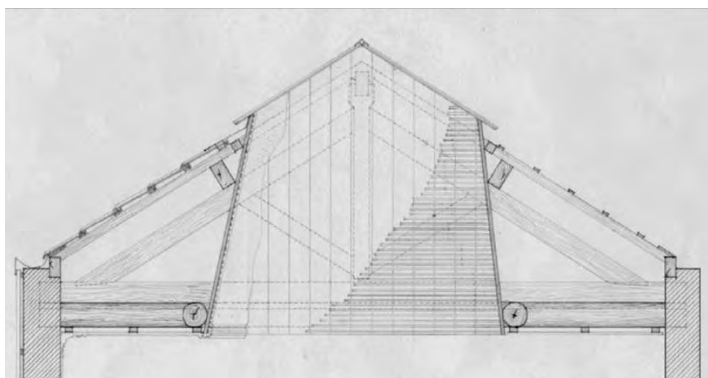
¹⁵⁹ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 46

¹⁶⁰ FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, "Manual de apoio ao projecto de edifícios antigos", Edição Ordem dos Engenheiros da Região Norte, 1ª Edição, 2012, pág. 36 e 37

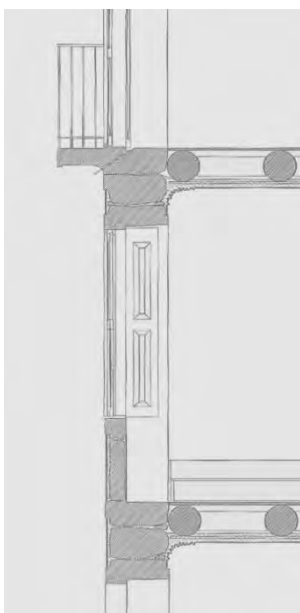
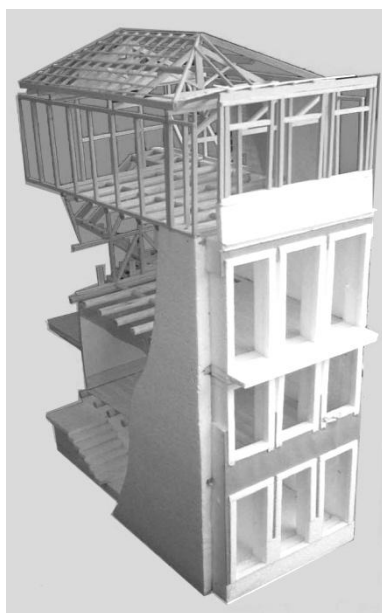
¹⁶¹ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 88

¹⁶² TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 96 e 167

¹⁶³ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág.126



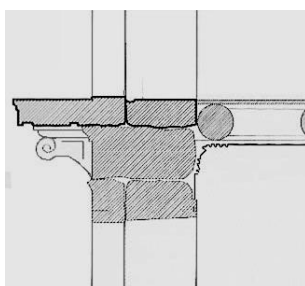
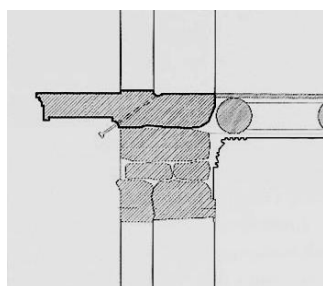
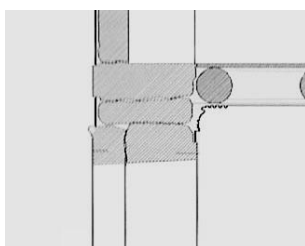
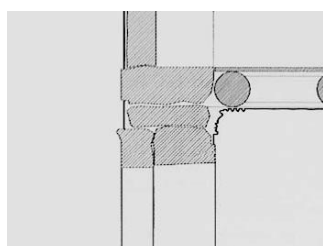
44. Corte por uma clarabóia quadrangular



45. Maqueta de uma casa na Rua Dr. Barbosa de Castro

46. Corte transversal por uma fachada abrangendo janela de peito e janela de sacada

47. Corte tipo por uma fachada de tardo



48. Corte por uma sacada constituída por peça única

49. Corte por uma sacada apoiada em cachorros

Para a definição da caixa de escadas mais uma vez seguimos o esquema tradicional: o vigamento do piso é interrompido com a ajuda de cadeias e chichareis, que têm a forma de paus rolados e definem os patamares dos pisos e os patamares intermédios. **[43]**

Para apoiar os lanços, desenhámos apenas duas vigas pernas, também em forma de paus rolados, que encaixam nas cadeias dos patamares. Sobre estas pernas são pregadas tábuas em forma de esquadro, que recebem por sua vez as tábuas dos cobertores e dos espelhos. Estas têm respectivamente 4 e 2 cm de espessura.

Os lanços e os tectos dos patamares recebem na sua parte interior o mesmo tipo de revestimento que as paredes – argamassa de reboco e estuque aplicados sobre os fasquios.¹⁶⁴ **[42]**

Para iluminar a caixa de escadas, consideramos uma clarabóia – no caso, rectangular-, cuja colocação exige a interrupção do vigamento do telhado. Quanto ao seu revestimento interior o esquema repete-se – um fasquiado, coberto pela argamassa de reboco e acabada em estuque.¹⁶⁵ **[44]**

Relativamente à composição da fachada principal, ao nível do piso térreo, e porque optamos representar apenas a tipologia plurifuncional, desenhámos uma porta que se destina ao acesso das habitações, e um envidraçado para uma qualquer função terciária.

Nos restantes pisos conjugamos janelas de peito de batente e janelas de sacada, também de batente. Localizámos três vãos por sobrado, equidistantes entre si, sendo que abertura do meio corresponde ao eixo central da composição. Uma composição análoga à que sugere Francisco Barata no capítulo anterior. **[45,46]**

Na fachada tardoz, que representamos apenas em planta, consideramos além da instalação sanitária junto a uma das paredes de meiação, dois vãos por piso. **[47]**

Associadas às janelas desenhámos varandas com meio metro de largura. São constituídas por uma única laje de pedra que se apoia na parede da fachada, uma técnica mais recente que permite à construção prescindir de cachorros. **[48]**

Também na fachada tardoz representamos varandas, embora estas apresentem já uma dimensão bem mais considerável – 1,2 de largura-, assim permitindo o acesso às instalações sanitárias. Pela dimensão da consola, estes elementos carecem do suporte dos cachorros. **[49]**

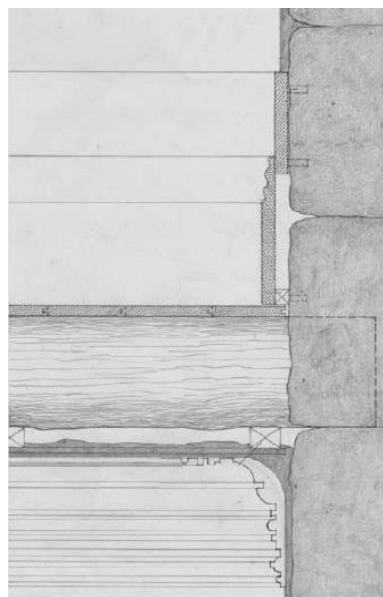
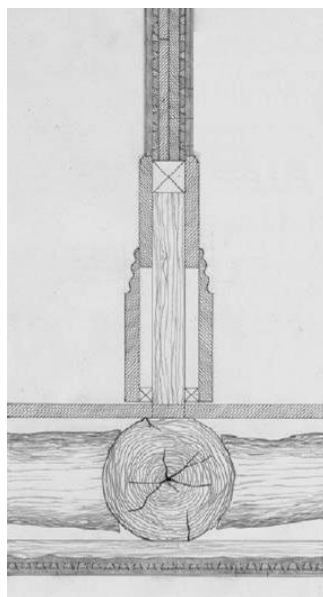
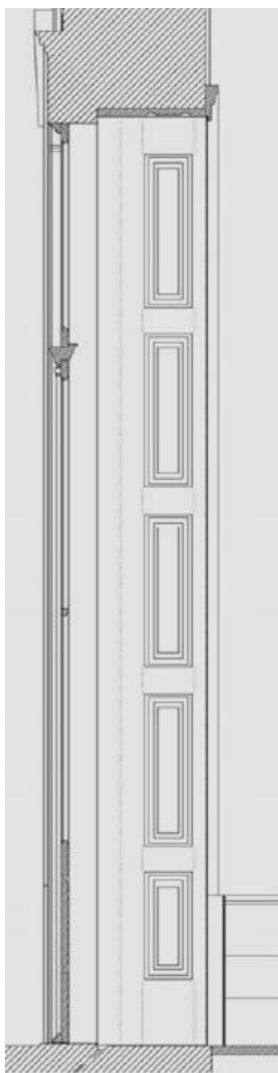
O material das guardas, tanto na frente de rua como nas varandas da fachada traseira será em ferro, a opção que, com a evolução dos tempos, se parece ter tornado mais recorrente.¹⁶⁶

Esta análise serviu de fundamentação teórica aos desenhos rigorosos que nos permitem perceber na globalidade a estrutura do lote e da casa tipo que queremos recuperar. **[D03, D04, D05, D06]** Caracterizaremos agora a célula onde vai incidir a nossa actuação e o protótipo de reabilitação proposto.

¹⁶⁴ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág.129

¹⁶⁵ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág.154

¹⁶⁶ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág.176

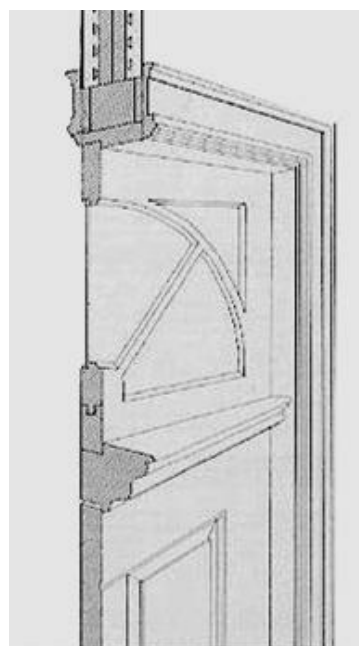
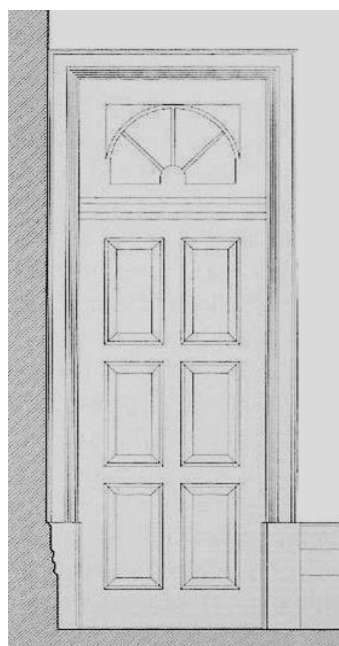


50. Corte por uma parede de tabique simples

51. Corte por uma parede de alvenaria de pedra



52. Estuques decorativos



53,54. Corte vertical e horizontal e de uma janela de sacada e batente

55,56. Alçado e pormenor de uma porta interior

Como já antecipámos, a variação que sofre a profundidade dos lotes leva-nos a considerar dois tipos do fogo:

- Um menor, que resulta do lote de 15 por 6 metros e tem sensivelmente 30 m²;
- Um maior, que resulta do lote de 20 por 6 metros e tem sensivelmente 45 m²; **[D07]**

A profundidade é o único parâmetro que distinguimos nos dois tipos. Toda a restante caracterização é idêntica.

Os paramentos verticais - de forma a garantir uma grande continuidade espacial, todas as paredes - fachada, caixa de escadas, e as duas de meiação - são emboçadas e regularizadas no seu interior com argamassa de cal, areia e saibro; o acabamento é em estuque com um barramento de pasta de cal. Serão caiadas e pintadas.¹⁶⁷

No caso particular da parede que divide o fogo da caixa de escadas, como já vimos, a argamassa de reboco será aplicada sobre uma grelha de fasquios espaçados entre si 3 cm e pregados sobre o duplo tabuado.¹⁶⁸ **[50]**

O pavimento - consideramos todo o sobrado revestido por um tabuado, o soalho, com uma espessura de 4 cm, uma largura de 16 cm e o comprimento total do espaço.¹⁶⁹

Para assinalar o remate do pavimento e fazer a transição para as paredes, desenhámos em todo o perímetro um rodapé. Este é composto por duas tábuas sobrepostas e tem uma altura total de 50 cm, de acordo com o modelo divulgado a partir dos finais do séc. XVIII.¹⁷⁰ **[50,51]**

O tecto - em relação ao tecto optámos por um acabamento em estuque, característico das casas burguesas do Porto a partir do séc. XIX. Mais uma vez, a técnica recorre a uma grelha de fasquios que aplicamos sobre uma estrutura intermédia de barrotes com 5 cm por 7 cm, os quais serão revestidos por duas camadas de argamassa e acabados com o dito estuque - uma pasta de gesso. Embora não seja desenhada uma planta de tectos, consideramos que existem motivos decorativos, sobre os quais devem ponderar as opções do projecto.

Também na transição destes para as paredes, é desenhada uma sanca à volta de todo o perímetro do fogo.¹⁷¹ **[51,52]**

As caixilharias exteriores - na descrição da fachada, desenhámos uma composição que articula dois tipos de caixilharia - peito e sacada, ambos de batente. Porém, no fogo, optámos apenas pelas janelas de sacada que permitem aceder à varanda. Por um lado, condicionamos mais o desenho do protótipo, já que este tipo de janelas praticamente inviabilizam o aproveitamento da parede da fachada para encostar mobília ou qualquer outro elemento. Pelo outro, desenhando uma proposta que se coaduna com as janelas de sacada, garantimos que ela é aplicável mesmo quando as janelas são de peito. No fundo, o que se pretende é desenhar o projecto independentemente da configuração da fachada de forma assegurar que este, no futuro, se adapta a qualquer tipo de situação.

As caixilharias que integram estas janelas de sacada serão definidas por meio de uma esquadria de couceiras e travessas, segundo o esquema mais corrente.¹⁷² **[53,54]**

As caixilharias interiores - no que diz respeito às portas de acesso às habitações mantemos a tradicional esquadria de tábuas, dispostas em forma de couceiras e travessas, à semelhança daquela que representamos nos caixilhos exteriores.¹⁷³ **[55,56]**

Das caixilharias interiores contam-se também as portadas de madeira que por norma

¹⁶⁷ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 85

¹⁶⁸ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág.121 e 126

¹⁶⁹ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 93

¹⁷⁰ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 175

¹⁷¹ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit , pág. 93 e 94

¹⁷² TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 151

¹⁷³ TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 160

encontramos a proteger as janelas de batente.¹⁷⁴ No caso, serão consideradas quatro folhas, que se encaixam integralmente nos 40 cm da parede da fachada, que destinamos para este efeito. A sua composição e desenho seguem um esquema semelhante ao da porta de entrada no fogo.

Toda a descrição que expusemos sobre o fogo, não se altera significativamente da frente do edifício para as suas traseiras. As únicas diferenças que devem ser assinaladas são a extensão das varandas, a localização da tradicional instalação sanitária, para a qual não se prevê nenhum uso em particular, e por consequência, o desenho de apenas dois vãos na fachada, que já assinalámos.

Desta forma, não surge a necessidade de considerar o desenho de dois protótipos distintos consoante a sua orientação. Como já aferimos, o modelo que desenhámos para uma frente, repetir-se-á com alterações mínimas para a outra. **[D07, D08]**

¹⁷⁴ TEIXEIRA, Joaquim, *op.cit*, pág.160

"O cliente é esse ser sem o qual é impossível fazer arquitectura, mas com o qual é ainda mais difícil realizá-la (...)." ¹⁷⁵

Disse-o Rogers, e nós somos obrigados a sublinhar.

Determinar, conhecer e considerar o cliente, é e será sempre condição necessária e obrigatória sobretudo quando se projecta habitação. Os seus modos de vida, e as suas expectativas em relação à casa revelam-se ferramentas basilares para a concepção do projecto. Considerando as reais necessidades do futuro habitante, o arquitecto pode economizar tempo, recursos e assegurar o sucesso da construção.

A necessidade desta reflexão terá sido em parte motivada – ou "alertada" –, pela análise realizada aos trabalhos da SRU.

Pese embora esta entidade ter definido previamente o seu "público-alvo" no "Masterplan", reforçando a importância de " (...) captar moradores de diversos standards socioeconómicos (...) " ¹⁷⁶, consoante foram seguindo os trabalhos e surgido as limitações, o dito público-alvo foi, como já verificámos, reformulado:

" Se me disserem que a SRU só tem casas para a classe alta, eu tenho que concordar, porque de facto tivemos que actuar nos casos mais complexos e o custo final da obra foi altíssimo portanto não é possível disponibilizar habitações com custos acessíveis porque se assim fosse os investidores estariam a perder muito dinheiro". ¹⁷⁷

A consequência dessa reformulação terá sido em parte, como também já observámos, a pouca adesão a alguns destes imóveis recuperados.

Desta conduta e seus resultados, o que podemos concluir é que a procura do cliente deverá ser elaborada à priori da intervenção - como aliás procurou fazer a Porto Vivo- , mas que, ao longo dos trabalhos, essa consideração jamais pode ser ignorada ou reajustada conforme o investimento.

Por isso nos propomos antes de "intervir" a definir esse cliente - o potencial habitante das casas da Baixa-, mas considerando também previamente todas as limitações que possam estar associadas às suas necessidades, como por exemplo, o orçamento. Assim, mais facilmente se garante a pertinência do nosso protótipo e a sua adesão.

De novo a dificuldade cresce pela abstracção do exercício. Não projectamos para uma família ou um indivíduo em particular e toda a carga emocional, intelectual e física que por norma acarretam, o que nos leva uma vez mais no caminho da tipificação: se atrás definimos um tipo de habitação, agora urge a procura pelo tipo do habitante. Este modelo hipotético será, no fundo, o resultado da confluência dos denominadores comuns que encontramos nos vários potenciais clientes do lugar.

Nesta demanda de limites tão incertos serve-nos a análise da sociedade contemporânea donde inferimos as coordenadas imprescindíveis para fundamentar a descrição do público-alvo e da sua forma de habitar o mundo. Dizia Mies Van der Rohe que "A arquitectura é a vontade de uma época traduzida num espaço". ¹⁷⁸

¹⁷⁵ ROGERS, Ernest Nathan, citado por Rodrigues, Ana Luísa Jardim Martins, "A habitabilidade do espaço doméstico : o cliente, o arquitecto, o habitante e a casa " no âmbito da Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, 2008, pág.10

¹⁷⁶ PORTO VIVO, SRU, "Masterplan (síntese executiva): Revitalização Urbana e Social da Baixa", Versão Definitiva, Porto 2005, pág. 5

¹⁷⁷ QUELHAS, Rui em "Reabilitação: Um Porto como novo" in <http://imobnewsportugal.blogspot.pt/2012/07/reabilitacao-um-porto-como-novo.html>, 14-07-2012

¹⁷⁸ LLEÓ, Blanca, "Sueño de habitar", Gustavo Gili, Barcelona, 2005, pág. 33

Sobre as recentes transformações que sofreu a sociedade "as pesquisas chegaram a um resultado unânime, de que as formas de vida se haviam individualizado fortemente, o que podia ser esclarecido por meio de mudanças irreversíveis que ocorreram na sociedade":¹⁷⁹

- A liberalização dos relacionamentos humanos – aumento da coabitação informal e recuo do casamento, crescimento do divórcio, dos nascimentos fora do casamento, das famílias monoparentais, entre outros fenómenos;
- A tendência para a igualdade de direitos sociais e profissionais para as mulheres, as quais adiam o casamento e o nascimento do primeiro filho;
- A crescente valorização da carreira e da autonomia pessoal, em detrimento da formação do agregado familiar;
- O envelhecimento da população, fruto do aumento da esperança média de vida e da diminuição da taxa de fecundidade;
- A coexistência entre uma cultura local e global em função de uma rede global de comunicação;
- O franco aumento da mobilidade, que contribuiu para o incremento do turismo e da imigração e, conseqüentemente, para uma grande diversidade cultural dos meios;
- A tendência para eliminar a segregação entre trabalho e moradia por meio do desenvolvimento das tecnologias e aparição de novas profissões liberais, entre outros factores;

Esta conjuntura tem-se reflectido no progressivo desaparecimento das famílias clássicas e no aumento crescente das famílias unipessoais, o grande segmento desta sociedade contemporânea.¹⁸⁰

"A classe média desaparece e com ela a clássica família nuclear do século vinte. A sociedade transformar-se-á em novos e amplos subgrupos: pessoas que vivem sozinhas, *dinkies* (casais sem filhos), famílias monoparentais, e gente mais velha, todos com referências étnicas e culturais diversas.

Cada um deles terá as suas próprias expectativas sobre como gostaria que fosse a sua casa, mas surpreendentemente quase todos preferiam uma habitação localizada num ambiente urbano. As vantagens de uma infra-estrutura pública, os serviços, uma oferta cultural variada (...) serão as razões que os motivam a escolher o estilo de vida urbano, face às urbanizações com jardim da periferia."¹⁸¹

De facto, numa grande metrópole, estes subgrupos poderão encontrar-se com todos os dispositivos indispensáveis à sua sobrevivência. Não haverá dúvida que ali a actualização e a modernização serão sempre mais rápidas do que num contexto rural.

Assim se convertem as cidades " (...) em lugares de lazer, de intercâmbios, de cultura e do entretenimento, lugares em que escolha e as possibilidades são ilimitadas, graças à proximidade das redes." ¹⁸²

Por esta razão as habitações nas grandes centralidades tornam-se mais dispendiosas e, paralelamente, se convertem em espaços de vida diferentemente codificados por indivíduos que coabitam mas que seguem ritmos e estilos de vida diferentes.¹⁸³

¹⁷⁹ SCHNEIDER, Friederike, "Atlas de Plantas – vivendas/habitação", Edição Gustavo Gili, 2006, pág. 32

¹⁸⁰ SCHNEIDER, Friederike, op.cit., pág. 32

¹⁸¹ "La clase media desaparece y con ella la clásica familia nuclear del siglo veinte. La sociedad se troceará en unos nuevos y amplios subgrupos: personas que viven solas, *dinkies* (parejas con dos ingresos y sin hijos), familias monoparentales, y gente mayor, todos ellos con referencias étnicas y culturales diversas. Cada uno de ellos tendrá sus propias expectativas sobre cómo le gustaría que fuera su vivienda, pero sorprendentemente casi todos preferirán un apartamento situado en un entorno urbano. Las ventajas de una infraestructura pública, unos servicios, una oferta cultural variada (...) serán las razones que le empujen a escoger el estilo de vida urbano, frente a las urbanizaciones con jardín de las afueras.", KEMPE, Andre, THILL, Oliver, "Neutralidad específica, Un manifiesto sobre la nueva vivienda colectiva" in "a+t – Densidad II", n°20, 2002

¹⁸² "Las ciudades se convierten en los lugares del ocio, los intercambios, la cultura y el entretenimiento, lugares en los que la elección y las posibilidades son ilimitadas, gracias a la proximidad de las redes.", GAUTIER, Pierre, "Identidad, Escala, Flexibilidad" in "Revista Quaderns D'Arquitectura I Urbanismo", N° 226, Editor Colégio Arquitectos Catalunya, 1996, Barcelona

¹⁸³ DOMINGUES, Álvaro, "De que se fala quando se fala de casas?" in "Jornal dos Arquitectos" n°224, Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, 2006

Para estes indivíduos prevalece, acima da coabitação, a vontade de estar mais perto do lugar "de todos os possíveis".

"Este sujeito social é, simultaneamente, resultado e braço armado da globalização económica do território. Para as civilizações ou os habitantes sedentários, este sujeito, assim como todos os nómadas, é um parasita, um depredador que usa as cidades, e que, embora tenha delas se originado, contribui, a partir da sua perspectiva, para a sua destruição, na medida em que opera contra elas, como um fagócito que tomasse para si todos os benefícios de um esforço que é colectivo." ¹⁸⁴

O carácter "parasítico" dos indivíduos contemporâneos será evidente no modo como se "apropriam" da cidade. Como explica o autor, eles ocupam-na efemeramente, usufruindo das suas mais-valias enquanto lhes é proveitoso; Quando lhes convém, e graças à mobilidade, abandonam a urbe e partem em busca de novas oportunidades. A cidade torna-se no "cenário da acção", sendo a casa tendencialmente convertida num mero dormitório; Para estes sujeitos parece ser suficiente o abrigo para guardar alguns pertences - " (...) com pouca tralha há espaço-tempo para apreciar mundos e meditar escolhas" ¹⁸⁵ - ao mesmo tempo um refúgio para quando a vida lá fora fatigar: "É para esse corpo que «sai de si mesmo, que adquire novas velocidades e conquista novos espaços», que caminham as nossas casas. Mais tendas do que casas. Mais leves do que tendas". ¹⁸⁶

Nesta forma de habitar

" (...) a privacidade, reduzida ao mínimo, apenas está protegida por um fino véu, uma segunda pele que envolve uns poucos objectos. Como cabanas primitivas, [estes habitantes] anunciam um modo de se instalar no mundo contemporâneo permeado por sua própria fugacidade, sem memória, nem futuro, num presente contínuo, telemático e num espaço ubíquo nem sempre idêntico a si mesmo." ¹⁸⁷

Toyo Ito leva a cabo uma proposta experimental, intitulada "Mulher de Tóquio", onde traduz com clareza esta questão do parasitismo e do nomadismo dos sujeitos. A habitação desta mulher é a cidade: ela não necessita de uma cozinha, de uma sala de estar ou uma lavandaria - todos estes serviços são providenciados por instalações públicas em espaços públicos. O único espaço físico que lhe compete, são as mínimas e ténues estruturas, tendas ou cabanas, que projecta o arquitecto, para o refúgio da sua intimidade máxima.

"Nela habita uma figura emergente e especialmente singular no Japão: uma mulher jovem, independente, ociosa e consumista, um sujeito em si mesmo banal (...). A mulher nómada, porém, não resiste ao seu meio, nem actua, ou exerce pressão sobre ele, apenas se dispõe a ser objecto das acções e ofertas por ele propiciadas (...)." ¹⁸⁸

Toyo Ito enquadra esta mulher em Tóquio, mas muito provavelmente ela também vagueia nas ruas do centro de Londres, de Berlim, de Nova Iorque, ou em qualquer outra grande metrópole. Embora figurativa e hiperbolizada, ela será a personificação desta nova camada social que temos vindo a descrever.

No contexto nacional, pese embora estarmos perante uma circunstância mais modesta, o individualismo dos sujeitos é também um fenómeno evidente:

"Um quinto da população portuguesa vive sozinho. As chamadas famílias unipessoais foram as que mais cresceram - 37,3 % em dez anos (...). No Portugal de 2011 são 21,4% os que vivem sozinhos, uma realidade mais vincada no interior do país, na região Centro e Sul do país, mas também que atinge valores muito elevados nos municípios de Lisboa e Porto. A dimensão média das famílias é, em 2011, de 2,6 pessoas, enquanto que em 2001 era de 2,8." ¹⁸⁹

¹⁸⁴ ÁBALOS, Iñaki, "A Boa-vida: Visita guiada a las casas da modernidade", Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2000, pág. 149

¹⁸⁵ BRANDÃO, Ludmila de Lima, "A Casa Subjectiva", Editora Perspectiva, São Paulo, 2002, pág. 101 e 102

¹⁸⁶ LÉVY, Rino, citado por BRANDÃO, Ludmila de Lima, op.cit., pág. 101 e 102

¹⁸⁷ ÁBALOS, Iñaki, op.cit, pág. 157

¹⁸⁸ ÁBALOS, Iñaki, op.cit, pág. 154

¹⁸⁹ GOMES, Catarina, FREITAS, "Famílias de uma pessoa cresceram 37% em dez anos" in <http://www.publico.pt/Rafaela/Sociedade/familias-de-uma-pessoa-cresceram-37-em-dez-anos-1524142>, 07-12-2011

Estas “famílias unipessoais”¹⁹⁰ serão os sub grupos que atrás referimos: além dos idosos que o envelhecimento populacional promoveu¹⁹¹, ganham relevo os casais não oficiais¹⁹², as famílias monoparentais¹⁹³ os indivíduos divorciados¹⁹⁴ que traduzem a liberalização dos relacionamentos humanos; E ainda os imigrantes¹⁹⁵ e os estudantes de mobilidade ¹⁹⁶ que se deslocam tanto quanto necessário para sua satisfação pessoal, garantindo a diversidade cultural própria do mundo contemporâneo. Entre outros.

Como já nos havia sugerido a reflexão anterior e nos confirma agora a estatística, esta é uma tendência que ganha maior expressão nas principais e mais preponderantes cidades do país - os tais entornos urbanos, que maior número de serviços, oportunidades, e mais qualidade de vida oferecem aos seus habitantes.

No Porto, onde se centra o nosso objectivo, a presença destes grupos é evidente: 31% das famílias é constituído por um único elemento.¹⁹⁷

Por tudo isto que observámos e concluímos o que podemos deduzir é que não serão as famílias mais tradicionais, que ainda subsistem na cidade, as potenciais habitantes do Baixa do Porto; Estas encontram noutras freguesias, condições mais adequadas ao tipo de habitação que necessitam.

Pelo contrário, serão os agregados reduzidos, nomeadamente algumas destas “famílias unipessoais” que poderão revelar mais interesse e propensão em vir habitar o centro da cidade: “Para a Baixa vão as famílias atípicas, não as tradicionais; Casais jovens, artistas, pessoas sozinhas ou famílias sem filhos - aqueles que não precisam de grandes espaços para viver”.¹⁹⁸

Afirma Nuno Grande, e comprovam também as tipologias mais procuradas no lugar: “Ainda não há procura de habitações com tipologias muito elevadas. A grande procura é, actualmente, de T0 a T2”, refere José Maria Magalhães, da Consultoria CBRE.¹⁹⁹

João Queirós ajuda a especificar: “O perfil - tipo do novo residente [da Baixa] corresponde, na prática, ao do consumidor regular das actividades das novas iniciativas culturais portuenses e, naturalmente, ao dos seus promotores.”²⁰⁰

¹⁹⁰ Entenda-se por “Famílias clássicas unipessoais - Pessoas independentes que ocupam uma parte ou a totalidade de um alojamento. O indicador inclui pessoas independentes, não aparentadas, que partilham alojamento, constituindo cada uma delas uma família clássica unipessoal (INE)” segundo “Famílias Unipessoais” in <http://static.publico.pt/homepage/infografia/sociedade/FamíliasUnipessoais/>

¹⁹¹ “Em 30 anos Portugal perdeu um milhão de jovens (até aos 14 anos) e ganhou 900 mil idosos (mais de 65 anos). «A população idosa quase dobrou a sua representação no país», disse o coordenador do Gabinete de Censos do Instituto Nacional de Estatística (INE), Fernando Casimiro na segunda fase da apresentação dos dados do recenseamento à população de 2011” in <http://www.publico.pt/Sociedade/familias-de-uma-pessoa-cresceram-37-em-dez-anos-1524142>

¹⁹² A mulher já desde 1990 que adia o casamento, apontando os números para uma idade média de 29,2 anos em 2010. O mesmo se sucede com o nascimento do primeiro filho, que no mesmo ano ocorreu por volta dos 28,9 anos. Por outro lado, diminuíram os casamentos – novamente em 2010 representaram quase metade dos realizados em 1999. Segundo o “Anuário Estatístico de Portugal”, Edição de Instituto Nacional de Estatística, Lisboa 2011

¹⁹³ O número de filhos fora do casamento cresceu de 22,2% em 2000 para 41,3%, dez anos depois. Assim aumentaram o número de famílias monoparentais. Segundo o “Anuário Estatístico de Portugal”, Edição de Instituto Nacional de Estatística, Lisboa 2011

¹⁹⁴ Comparativamente com 1990, o número de divórcios duplicou em 2000, e triplicou em 2010. Segundo o “Anuário Estatístico de Portugal”, Edição de Instituto Nacional de Estatística, Lisboa 2011

¹⁹⁵ São na sua maioria brasileiros (111 445), ucranianos (48 0022), romenos (39 312), cabo-verdianos (43 920), angolanos (21 563) e guineenses (18 487). Segundo NEVES, Céu, “Portugal tem menos imigrantes” in http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2646454_04-07-2012

¹⁹⁶ No momento representam já quase 10% do total dos alunos inscritos nas universidades portuguesas. Segundo COELHO, Andreia, DAVIM, Margarida, “Estudantes estrangeiros já são 10% nas universidades” in http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=18549_07-05-2011

¹⁹⁷ INE, Censos 2011, “Famílias Unipessoais” in <http://static.publico.pt/homepage/infografia/sociedade/FamíliasUnipessoais/>

¹⁹⁸ GRANDE, Nuno citado por VILLAS-BOAS, Cristina, “Reabilitação da Baixa do Porto: Faltam incentivos ao pequeno investidor” in http://jpn.icicom.up.pt/2009/07/21/reabilitacao-da-baixa-do-porto-faltam-incentivos-ao-pequeno-investidor.html_21-07-2009

¹⁹⁹ “A grande procura é, actualmente, de T0 a T2” in <http://www.portaldafenix.com/index.php?topic=11736.0:wap2>

²⁰⁰ QUEIRÓS, João, “O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto”, Edição Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia, 2007, pág.12

Entenda-se por novas iniciativas culturais, as feiras de rua, as galerias de arte, as lojas de designers e estilistas locais, o comércio de artigos em segunda mão, os espaços híbridos de cafés/livrarias/exposições, e ainda os restaurantes, bares, hósteis e guests houses, que têm contribuído para a dinamização crescente do lugar.²⁰¹

Com a consideração da análise da conduta da Porto Vivo, da nossa base da intervenção, das recentes dinâmicas que ocorreram na sociedade, e dos indícios já enunciados sobre o potencial habitante da Baixa do Porto, procuramos então definir, com algum rigor, o cliente do nosso protótipo de reabilitação.

- Faixa etária. É já de conhecimento geral o envelhecimento populacional que sofre a Baixa Portuense - uma tendência, como já referimos, generalizada. Muitos defenderão que a solução passa por atrair as camadas mais jovens, à partida mais dinâmicas, mais empreendedoras e menos exigentes perante os constrangimentos irreversíveis do lugar (a ausência de elevador na maioria das habitações, o trânsito, a dificuldade do estacionamento, a topografia, etc.).

Não obstante, como forma de aumentar a aplicabilidade do protótipo, mas também porque será de todo favorável para o lugar, consideramos uma faixa etária mais abrangente: desde a maioridade do sujeito, aos 18 anos - altura da entrada no ensino superior -, até aos 65 anos, a idade legal da reforma. Assim compreendemos, aproximadamente, 60% da totalidade dos habitantes do Porto²⁰² e "garantimos" a presença de uma população activa, idealmente empregada e com poder de compra.

Esta opção é em parte motivada e validada pelo "Estudo de caracterização empresarial do Centro Histórico do Porto" de 2008 o qual determinou que " (...) o cliente tipo da zona histórica tem entre os 21 e os 60 anos, é empregado por conta de outrem ou empresário."²⁰³ Apesar de esta análise se cingir às freguesias do Centro Histórico, é exequível estabelecer alguma analogia com o cliente das restantes freguesias da Baixa do Porto.

- Estado Civil. Pelas mesmas razões que mencionamos em relação à faixa etária também aqui se pretende estender o leque às várias possibilidades: solteiro, casado, divorciado e viúvo.

- Agregado familiar. Aqui dever-se-á agir em conformidade com a conclusão anterior: para a Baixa, em princípio, não vão os agregados familiares mais numerosos. Desta forma, mas também porque a base de intervenção assim o exige, consideramos na tipologia menor de 30 m² um indivíduo e, na tipologia maior, de 45m², um casal, ou dois sujeitos independentemente do relacionamento que estabeleçam.

Estas opções procuram ser coerentes com a área que dispomos para intervir, mas também com as tendências estatísticas que aqui aferimos, nomeadamente sobre as ditas "famílias unipessoais".

- Local de Estudo/Trabalho. Sobre este parâmetro, consideram-se dados pouco relevantes para o exercício a natureza do curso ou a profissão dos sujeitos. Embora se fale da maior predisposição que têm, por exemplo, os artistas ou os estudantes de artes para vir a habitar o centro urbano do Porto, também neste contexto será vantajoso estender a aplicabilidade do nosso protótipo; À partida não existe nenhum motivo que inviabilize a possibilidade de um médico que trabalhe no Hospital de Santo António, ou um funcionário da Câmara Municipal, virem a habitar a Baixa.

Será mais pertinente considerar o local de Estudo/Trabalho e, em particular, a sua distância relativamente à área de intervenção. O pressuposto é limitar a escolha àqueles que pouco ou nada dependem do automóvel para se deslocarem nestes trajectos.

²⁰¹ CARVALHO, Miguel, "As sete vidas do Porto " in <http://visao.sapo.pt/as-sete-vidas-do-porto-fotos=f570198>, 25 de Agosto de 2010 ou RIOS, Pedro, "2010, o ano em que a "Revolução da Baixa" do Porto triunfou" in <http://www.publico.pt/Local/2010-o-ano-em-que-a-revolucao-da-baixa-do-porto-triunfou-1473033?all=1>, 30-12-2010

²⁰² Instituto Nacional de Estatística, "Censos 2011 - resultados Provisórios", Edição 2011

²⁰³ Porto Vivo, Consultora LTM, " O Estudo de caracterização empresarial do Centro Histórico do Porto" in <http://www.portovivosru.pt>

Assim se pretende contribuir para a minimização do problema que representa no momento o tráfego nesta zona da cidade: Um estudo efectuado pela Universidade do Porto sobre acessibilidade e transportes na Baixa conclui que, sobre o total da população inquirida, " (...) cerca de 60% - refere como repulsivos elementos relacionados com o transporte e a acessibilidade, seja o congestionamento, a falta de condições de circulação, a insegurança, a poluição e a falta de estacionamento."²⁰⁴

Desta forma, não existe grande expectativa sobre o sujeito que estuda ou desempenha a sua actividade profissional, regularmente, numa área periférica da cidade, como Matosinhos, Leça, Maia, etc.

A não ser que tenha uma vontade desmedida em habitar ou "vir dormir" ao centro da cidade e se sujeite a utilizar os transportes públicos diariamente, esta parece ser uma hipótese pouco provável.

Por oposição, consideramos os indivíduos cujo estabelecimento de ensino ou empresa se localizam dentro dos limites da área de intervenção que definimos, ou em zonas próximas como o Campo Alegre, Rotunda da Boavista, e parte oeste da respectiva Avenida, ou até a outra margem em Vila Nova de Gaia. Quando caminhar não é uma solução viável, ou desejável, existe sempre a rede de transportes públicos.

Outra situação a considerar é o estudante ou trabalhador que desempenha parte, ou a totalidade, da sua actividade dentro do espaço da célula doméstica – como são os casos dos trabalhadores freelancers ou dos investigadores/doutorandos. Esta é uma realidade, como já apontamos, cada vez mais frequente e que por isso deverá ser tida em linha de conta.

Em princípio, um indivíduo que estuda ou trabalha na sua habitação na Baixa, poucas vezes sentirá necessidade de recorrer ao automóvel ou mesmo a outro meio de transporte. À partida, encontra naquele perímetro, todos os serviços vitais à sua sobrevivência.

Importa no entanto assinalar que, devido à superfície das células, não nos parece exequível aqui integrar todo o tipo de ocupações - como carpinteiro, sapateiro ou estofador -, que naturalmente exigem outro campo de acção.

- Orçamento. Novamente importa alargar a aplicabilidade do protótipo; neste contexto, em particular, com o propósito de evitar a "gentrificação" que João Queirós associou à estratégia da Porto Vivo. Refere-nos o sociólogo as suas consequências a longo prazo:

"Em muitas cidades europeias e norte-americanas, onde este tipo de processos leva alguns anos ou mesmo décadas de avanço, o resultado tem sido a progressiva remoção das classes populares do seu habitat tradicional, com o consequente afastamento para as periferias, à medida que grupos com elevados volumes globais de capital regressam ao centro."²⁰⁵

De facto, quando a estratégia passa pela tentativa de integrar na cidade antiga os standards económicos mais favorecidos, a tendência, além do aumento do custo das habitações, será a inflação de todos os restantes serviços da zona. Desta forma se contribui para que paulatinamente as populações menos privilegiadas se afastem para dar lugar à classe alta, que refere João Queirós.

Por outro lado, importa não esquecer a precariedade da circunstância actual, sobretudo do ponto de vista económico. É uma realidade que atinge com mais força os jovens, que se querem emancipar, mas que não deixa de afectar as várias faixas etárias, estados civis, ou profissões.²⁰⁶ Assim, resulta a pertinência de considerarmos o orçamento do nosso cliente limitado. Com essa consciência, o protótipo terá capacidade de dar resposta a todos os grupos sociais - não somente à "classe alta", mas também aos estratos menos privilegiados.

²⁰⁴ PACHECO, Elsa, "Aspectos de Acessibilidade e Transportes na Baixa Portuense", Departamento de Geografia, Universidade do Porto, 2006, pág. 3

²⁰⁵ QUEIRÓS, João, "Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos – Considerações exploratórias a partir do caso do Porto", in "Sociologia, problemas e práticas", nº 55, 2007, pág. 112

²⁰⁶ "Portugal continua a registar uma subida da taxa de desemprego, que em abril se fixou nos 15,2%, uma décima acima do mês anterior, tendo o desemprego jovem aumentado para os 36,3%, revela o Eurostat" segundo LUSA, "Taxa de desemprego sobe em Portugal para 15,2% em abril, 36,6% entre os jovens" in <http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2012/06/01/taxa-de-desemprego-sobe-em-portugal-para-152-em-abril-366-entre-os-jovens>

E não nos referimos apenas às populações mais carenciadas, frágeis e menos instruídas. Hoje a precaridade toca a todos e a outrora designada classe média também tem revelado grandes dificuldades financeiras.²⁰⁷ Da mesma forma deve ser atendida.

A habitação é um direito comum sendo, que na hora recuperar o casario dos centros históricos, essa premissa deve prevalecer; como aliás já observamos. Mais de que um foco de interesse turístico, ou uma fonte de rendimentos o património habitacional deve servir as populações, tal como serviu os seus antepassados.

Importa recordar que a própria estratégia de recuperação do edificado que aqui se propôs, já teve em consideração este orçamento condicionado. Ao rentabilizar e otimizar o espaço da casa ao seu limite, já contribuímos para reduzir os custos e, consequentemente, satisfazer as expectativas do nosso cliente – pelo menos no que diz respeito ao orçamento.

Em suma:

- Faixa Etária: 18 - 65 anos;
- Estado Civil: Indiferente;
- Agregado Familiar: Célula 30m² – Uma pessoa. Célula de 45m² – Um casal, ou duas pessoas independentemente do relacionamento que estabeleçam;
- Local de Estudo/ Trabalho: Zona de intervenção, perto dela, ou na própria célula doméstica;
- Orçamento: Condicionado;

Por norma, quando o arquitecto projecta para um cliente específico e não hipotético, não lhe é suficiente a informação básica do sujeito. Interroga-se também sobre o seu cunho pessoal, a sua forma de viver o mundo e habitar a célula. No caso, não podemos ser assertivos e conclusivos. Não obstante, com a muleta da análise anterior – principalmente sobre o sujeito contemporâneo - poder-se-ão arriscar algumas hipóteses da maior utilidade para a construção do programa e do protótipo:

Antes de tudo será um reflexo da contemporaneidade que é própria da sua condição;

Será um indivíduo moderno, liberal e cosmopolita;

A carreira desempenha um papel primordial na sua rotina; A ocupação profissional compete com as responsabilidades conjugais ou paternas;

É usufrutuário das novas tecnologias;

Do ponto de vista emocional será independente; as relações que estabelece são tendencialmente efémeras; Não cria grandes raízes;

Tem predisposição para se deslocar/viajar frequentemente, por motivos de trabalho ou lazer;

Será um consumidor regular dos serviços e das novas iniciativas culturais da Baixa;

Da habitação exige centralidade. Serve-lhe a "cabana primitiva" ou a "tenda" - um espaço que o abrigue - a si e à sua (pouca) bagagem; Mas com a qual se identifique e à qual possa chamar Casa.

²⁰⁷ "Crise económica pode fazer desaparecer a classe média em Portugal" in http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=2271216&page=2, 29 de Janeiro de 2012

“A definição de um programa representa geralmente o primeiro passo do processo de projecto, em que se identificam os dados do problema, e se organizam os objectivos e exigências que a solução deve satisfazer.”²⁰⁸

É neste sentido que nos propomos construir o programa de necessidades que irá integrar o nosso protótipo, sempre com a consideração da célula que se pretende reabilitar e, claro, do cliente – “Os primeiros utentes do habitat são naturalmente as pessoas (...)”²⁰⁹

Sobre a habitação.

“ Um quarto é uma peça na qual há uma cama; um sala de jantar é uma peça na qual há uma mesa, cadeiras e, frequentemente, uma cómoda; uma sala de estar é uma peça na qual há uns cadeirões e um sofá; uma cozinha é uma peça na qual há um fogão e uma banca; um quarto de banho é uma peça na qual há um lavatório e uma banheira; (...) uma entrada é uma peça na qual, pelo menos, uma das portas dá para o exterior do apartamento; acessoriamente poder-se-á encontrar um bengaleiro; um quarto de crianças é uma peça na qual está uma criança; uma arrecadação é uma peça na qual se guardam as vassouras e o aspirador; um quarto de serviço é uma peça que se arrenda a um estudante.

Através desta enumeração – que poderia, facilmente, continuar – poder-se-ão retirar estas duas conclusões elementares que proponho a título de definições:

Todo o apartamento é composto de uma quantidade variável, ainda que limitada de peças;
Cada peça tem uma função particular;”²¹⁰

Tradicionalmente, as divisões que refere Perce e respectivas funções, organizam a célula doméstica segundo a tipologia que elege o investidor, o arquitecto ou o cliente - T1, T2, T3, T4, T5-, e em obediência ao pré dimensionamento e relações que estabelece a normativa e a experiência. Deste esquema resultará o fogo que encontramos por norma associado ao habitar de uma família convencional, reflectindo a programação, a rotina, a ordem que pressupõem.

No nosso exercício porém, este organigrama, que o próprio aprendizado académico nos deu a conhecer, não parece ajustar-se.

No que se refere ao espaço onde nos propomos intervir, urge a consciência de que não estamos perante uma construção de raiz, num terreno generoso, mas numa circunstância bem peculiar. Lidamos com áreas extremamente reduzidas - células de 30 e 45 metros quadrados -, com uma única frente de luz, perante as quais terão obrigatoriamente de ser questionadas as tipologias convencionais. Exige-se mais flexibilidade, mais permeabilidade - e imaginação - na hora de programar e organizar o espaço.

²⁰⁸ PEDRO, João Costa Branco, “Definição de Avaliação da Qualidade Arquitectónica Habitacional”, Dissertação elaborada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2000, pág. 25

²⁰⁹ PEDRO, João Costa Branco, op. cit, pág. 25

²¹⁰ “Una habitación es una pieza en la que hay una cama; un comedor es una pieza en la que hay una mesa y sillas y, a menudo, un aparador; un salón es una pieza en la que hay unos sillones y un diván; una cocina es una pieza en la que hay un fogón y una toma de agua; un cuarto de baño es una pieza en la que hay una toma de agua encima de una bañera; (...) una entrada es una pieza en la que al menos una de las puertas que da al exterior del apartamento; accesoriamamente se puede encontrar un perchero; una habitación de niños es una pieza en la que está un niño; un encoberto es una pieza en la que se meten las escobas y la aspiradora; una habitación de servicio es una pieza que se alquila a un estudiante.

De esta enumeración – que podría continuarse facilmente – se pueden sacar estas dos conclusiones elementales que propongo a título de definiciones:

Todo apartamento está compuesto de una cantidad variable, pero limitada de piezas;

Cada pieza tiene una función particular;”, PEREC, Georges, “Especies de espacios”, Edição Literatura e Ciência, S.L, Barcelona, 2001, pág. 53

No que concerne ao nosso cliente, e à sua forma de habitar, também nos parece evidente o desajuste. Segundo nos deu a entender a análise anterior, não projectamos para a dita família convencional, numerosa, mas para um grupo bem reduzido de indivíduos; Assumindo que os mesmos são, de facto, o reflexo da sociedade contemporânea, os ditos "nómadas" que da casa querem pouco mais do que o habitáculo, faz com que se torne um tanto exagerado aquela compartimentação e especialização dos espaços; O orçamento condicionado que determinámos só vem reforçar esta consideração.

Assim, decorre a necessidade de reformular o programa de necessidades convencional da casa, determinar o que é de facto fundamental, no sentido de criar um novo esquema programático que melhor se ajuste à célula da casa burguesa do Porto, ao cliente e à sua forma, aparentemente "laissez faire", de habitar.

É neste contexto pertinente considerar a provocação, a hipótese, que lança o próprio Perec sobre a sua reflexão:

" (...) o meu modelo não se modificaria praticamente se em vez de ter, como aqui, espaços separados por paredes que delimitam um quarto, uma sala de estar, uma sala de jantar, uma cozinha, etc., se considerasse a possibilidade, como se faz hoje muito frequentemente, de um espaço supostamente único e pseudo-modular (habitáculo, estancia, etc.): então teríamos não uma cozinha mas sim um recanto-cozinha, não um quarto mas sim um recanto-descanso, não uma sala de jantar mas sim um recanto-jantar. (...)

É fácil imaginar um apartamento cuja disposição responderia, já não a actividades quotidianas, mas sim a funções de relações;"²¹¹

Interpretando a sugestão do autor, o que se propõe é despojar o fogo de paredes, pôr fim aos compartimentos, e reunir todas as funções da habitação num mesmo espaço. Perec conclui que, apesar de uma nova configuração, o óptimo funcionamento da casa não será de todo perturbado. Pelo contrário, assim se poderá economizar na superfície do fogo e aproximar os habitantes.

Por outro lado, em relação aos modelos convencionais, este tipo de organização, de espaço híbrido, parece adequar-se bem melhor à circunstância e às sociedades contemporâneas, que atrás procurámos caracterizar:

"A verdadeira casa assim desmaterializada, um oásis à carta, vai sobrepor-se livremente a qualquer suporte físico ou a qualquer não lugar; estruturas nostálgicas, novos híbridos ou espaços itinerantes, poderiam ser o catálogo sobre o qual se produz a casa futura."²¹²

No nosso caso particular, a "proposta" de Perec, parece de todo pertinente, perante as condicionantes que nos coloca o exercício:

No que se refere ao cliente, além de presumir uma diminuição de custos – assim ajustando-se ao nosso orçamento limitado – parece ainda adequar-se à sua forma de habitar – seja pela pouca especialização, pela flexibilidade e abertura que por norma pressupõem este tipo de espaços. Também o número potencial de habitantes para qual projectamos pode justificar esta opção.

No que diz respeito à base da intervenção, pode servir esta hipótese como resposta à carência de espaço.

Aliás, já nas habitações que integravam o antigo perímetro fortificado, e mesmo nas que preenchiam os arruamentos almadinos, conhecemos estes lugares genéricos. Tudo era a mesma superfície de sala, quarto, serviço, etc; Só mais tarde, com a introdução da tipologia monofuncional, terá surgido a primeira especialização de funções na casa burguesa portuense, como assim nos deu a conhecer a análise tipo morfológica da mesma.

²¹¹ " (...) mi modelo no se modificaría praticamente si en lugar de tener, como aquí, espacios separados por paredes que delimitan una habitación, un salón, un comedor, una cocina, etc, se consideraba la posibilidad, como se hace hoy muy a menudo, de un espacio presuntamente único y pseudo-modulable (habitáculo, estancia, etc) : entonces tendríamos no una cocina sino un rincón-cocina, no una habitación sino un rincón-descansi, no un comedor sino un rincón- comida. (...) És fácil imaginar un apartamento cuya disposición respondería, no ya a actividades cotidianas, sino a funciones de relaciones;" PEREC, Georges, op.cit, pág. 57

²¹² "La verdadera casa así desmaterealizada, un oásis a la carta, se superpondrá libremente a cualquier soporte físico o a cualquier no lugar; estructuras nostálgicas, nuevos híbridos o espacios itinerantes, podrían ser el catálogo de apariencias sobre el que se produzca la casa futura.", LLEÓ, Blanca, "Sueño de habitar", Edição Fundação Caja de Arquitectos, Barcelona, 2005, pág. 196

Partindo deste modelo de espaço unitário, entendemos que na construção do programa, não fará sentido organizá-lo segundo um somatório de compartimentos, fechados, isolados – quarto, sala, escritório, etc. Por oposição, ele deverá resultar da associação das funções que os mesmos representam – dormir, estar, estudar/trabalhar, etc.

Assim, sobre cada uma destas funções, enunciamos as actividades que por norma lhe estão subjacentes, o espaço da habitação onde serão desempenhadas, e o equipamento, sejam máquinas, sejam objectos de mobiliário, que irão tornar possível o seu bom funcionamento – a cama, o sofá, a secretária, etc.

Pese embora defendermos um espaço aberto, contínuo, sem paredes, parece-nos de toda a conveniência não ignorar a questão da privacidade. É por esse motivo que nos sentimos conduzidos a distinguir, dentro daquele “espaço supostamente único”, uma área resguardada, de uso individual, associada às funções que exigem algum isolamento dos indivíduos e que não carecem de luz natural - Tratamento da Roupa, Vestir, e Higiene Pessoal; As restantes funções, de uso comum - Receber/ Distribuir, Cozinhar, Refeições, Estar, Estudar/Trabalhar, e Dormir- serão então conciliadas na superfície maior dos fogos, num espaço amplo, sem “barreiras”, contíguo á fachada.²¹³

Funções de uso comum

Receber e Distribuir

Nesta primeira função incluímos as operações de “ (...) recepção, armazenamento de certas peças de vestuário [o abrigo, o guarda chuva, o cachecol, a mala] e ligação entre as diversas zonas da casa.”²¹⁴

No que se refere ao espaço onde é desempenhada consideramos uma área aberta mas ainda assim resguardada, já que pressupõe “ (...) uma fronteira entre as pessoas estranhas e a intimidade do lar.”.²¹⁵ Recebe quem tiver de receber e distribui para os diferentes momentos da habitação, o privado e o público, sem que aceder a um implique atravessar o outro.

No que diz respeito ao mobiliário que lhe compete para o dito armazenamento consideramos:

Fogo 30m²

Bengaleiro

Área total : 4,00 m²

Fogo 45m²

Armário Roupeiro

Área total : 7,80 m²

Cozinhar

Nesta função incluímos todo o processo de conservação e confecção dos alimentos – antes das refeições -, mas também a lavagem, secagem e arrumação dos utensílios de cozinha (tachos, pratos, copos, talheres) – depois das refeições.²¹⁶

No que se refere ao espaço que lhe compete, importa antes reconhecer que esta função tem vindo a perder a importância que lhe era atribuída tradicionalmente no domínio doméstico:

²¹³ Enumeramos as várias funções da casa com base em: PEDRO, João Costa Branco “As dimensões do mobiliário e do equipamento utilizado na habitação”, pág.11, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2011 e PORTAS, Nuno, “Funções e exigências de áreas da habitação”, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1969, pág. 47

²¹⁴ MOIA, José Luís, “Como projectar uma vivenda”, Editorial Presença, 2000, pág. 25

²¹⁵ MOIA, José Luís, op. cit, pág. 25

²¹⁶ PEDRO, João Costa Branco “As dimensões do mobiliário e do equipamento utilizado na habitação”, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2011, pág. 29

“Os complexos horários laborais, as facilidades em comer fora de casa, a crescente simultaneidade entre a comida, e a audiência televisiva ou o aumento da presença de pratos preparados, congelados ou de serviço ao domicílio, com a consequente diminuição do tempo dedicado a cozinhar”,²¹⁷ serão os motivos que conduzem a esta realidade.

Pela análise anterior, podemos deduzir que estes hábitos também integram a rotina do nosso cliente.

Por outro lado, interessa considerar a superfície dos fogos, o número de potenciais moradores e o orçamento limitado que dispomos.

Por estas razões nos sentimos motivados a considerar um espaço modesto para o desempenho desta função; Embora não seja encerrado entre paredes, também não se expõe totalmente; Por questões funcionais deve encontrar-se contíguo à entrada.

Pelos mesmos motivos do espaço, no que diz respeito ao equipamento, pretende-se reduzi-lo ao essencial. Desta forma consideramos:

Fogo 30m²

3 Módulos:

1 Pio

1 Placa eléctrica c/ 2 discos

1 Forno microondas

1 Frigorífico

1 Gaveta para talheres

1 Gaveta para toalhas e afins

1 Depósito para lixo

1 Prateleira para louça/ escorredor

1 Prateleira para armazenamento de alimentos

2 Prateleiras para tachos

2 Prateleiras para utensílios diversos

Área total : 3,40 m²

Fogo 45m²

4 Módulos:

1 Pio

1 Placa eléctrica c/ 4 discos

1 Forno microondas

1 Frigorífico

1 Gavetão para tachos

1 Gaveta para talheres

1 Gaveta para toalhas e afins

2 Gavetas para utensílios diversos

1 Depósito para lixo

1 Prateleira para louça/ escorredor

1 Prateleira para louça

2 Prateleiras para armazenamento de alimentos

1 Prateleiras para tachos

4 Prateleiras para utensílios diversos

Área total : 4.80 m²

²¹⁷ “Los complejos horarios laborales, las facilidades para comer fuera de casa, la creciente simultaneidad entre la comida, y la audiencia televisiva o el aumento de la presencia de platos preparados, congelados o de servicio a domicilio, con la consiguiente disminución del tiempo dedicado a cocinar”, MONTEYS, Xavier, FUERTES, Pere, “Casa Collage – Un ensayo sobre la arquitectura de la casa”, Editora Gustavo Gili, Barcelona, 2001, pág.108

Refeições

Aqui nos referimos à tomada das várias refeições do dia – pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar –, mas também às actividades que as antecedem e se lhes sucedem – pôr a mesa, servir a refeição e levantar a mesa.²¹⁸ Poderão participar somente os residentes, mas também as visitas.

No que diz respeito ao espaço que lhe é destinado, pelos mesmos motivos que referimos na análise da função anterior, também o momento das refeições parece ter perdido a importância que noutros tempos lhe era atribuída, como ritual sagrado de reunião familiar. Hoje, sobretudo as mais rotineiras, já não parecem exigir o espaço, o convívio, ou sequer a convencional “mesa de jantar” própria para o efeito:

“Esta evolução em direcção ao estilo de vida casual continua: é mais provável que comamos o pequeno-almoço na bancada da cozinha ou uma pizza em frente à televisão do que sentarmo-nos na mesa de jantar para uma refeição demorada.”²¹⁹

Perante esta realidade e em obediência ao que conhecemos sobre a forma de habitar do nosso cliente, não parece justificar-se no exercício um espaço excessivo ou resguardado para o desempenho desta função. Embora no caso da tipologia maior este possa ser, de certa forma, mais “dignificado” quando assim desejarem os indivíduos.

É a economia de espaço que mais uma vez se justifica pelo número de habitantes, pela superfície do fogo e pelo orçamento.

No que se refere ao mobiliário consideramos:

Fogo 30 m²

Mesa (4 pessoas)

4 Bancos

Área total : 8,00 m²

Fogo 45 m²

Mesa (2 pessoas) de apoio ou refeições mais rápidas

Mesa (4 pessoas)

4 Bancos

Área total : 11,80 m²

Estar

“O seu objectivo principal é a reunião da família com o contacto que permite entre gerações e a sua crescente comunicação com o mundo exterior, quer através de outras pessoas, quer através dos meios de informação e cultura.”²²⁰

Assim compreendemos nesta função todas actividades que registam momentos de lazer: convívio entre amigos, ler, ouvir música, dar uma festa, ver televisão, tocar instrumentos musicais, fazer exercício, estar no computador, descansar, etc.

Certamente por esta competência de abrigar tantas e tão variadas actividades, dirige-se a autora de “Geography of Home” ao espaço de estar como “A Grande divisão, uma espécie de espaço para todos os propósitos (...)”²²¹. Assim nos parece óbvio a necessidade de destinarmos a esta função uma área generosa e bem iluminada – ou pelo menos, tanto quanto nos permite a base da intervenção.

No que se refere ao mobiliário consideramos, além da televisão, do computador, dos livros ou do aparelho de ginástica, que certamente acompanham o futuro morador, o mobiliário que por norma compõem os espaços de estar:

²¹⁸ PEDRO, João Costa Branco, op. cit, pág. 39

²¹⁹ “This evolution toward a casual lifestyle continues: we are more likely to grab breakfast at the kitchen counter or have a pizza in front of the VCR than we are to sit at the dining table for a leisurely meal.” in BUSCH, Akiko, “Geography of Home – writings on where we live”, Editora Pap-Princeton Architectural Press, Nova Iorque, 1999, pág. 53

²²⁰ PORTAS, Nuno, “Funções e exigências de áreas da habitação”, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pág. 36, Lisboa, 1969

²²¹ “The Great Room, a kind of all-purpose gathering space (...)”, BUSCH, Akiko, op. cit, pág. 85

Fogo 30m²

1 Sofá
1 Sofá/ Cama individual
1 Mesa de apoio
1 Estante

Área total : 15,50 m²

Fogo 45m²

2 Sofás/ Cama individual
2 Bancos
1 Mesa de apoio
1 Estante

Área total : 20,80 m²

Estudo/Trabalho

Nesta função fazemos referência não somente ao estudo ou trabalho esporádico realizado, por exemplo, ao fim do dia, mas também ao seu desempenho permanente na célula doméstica. Uma situação que tivemos em linha de conta na definição do cliente.

Em relação ao espaço que lhes é destinado, temos de reconhecer:

“O desenvolvimento do trabalho em casa apresenta questões fundamentais tanto do ponto de vista do espaço como dos âmbitos social e profissional, assim como jurídico e financeiro, e obriga os arquitectos a redefinir os limites entre o privado e o público na habitação. Trata-se de delimitar, pois, esta tarefa como uma definição nova e arquitectural do espaço habitado.”²²²

Idealmente o espaço destinado ao estudo ou ao trabalho deve poder ser isolado das restantes actividades da casa, assim garantindo a concentração que por norma necessitam os indivíduos no seu desempenho; Segundo Neufert, localizado “ (...) próximo à entrada principal, orientado a nascente ou poente, mobilado com secretária, estantes e assentos.”²²³

No caso, a área disponível e a única frente de luz não nos permite o isolamento ou a localização que nos sugere o autor. Pelo contrário, esta função terá de ser combinada e até alternada com outras actividades da habitação; Na tipologia maior, ainda que temporariamente, poder-se-á conformar uma área própria para o efeito.

Já no que se refere ao mobiliário que lhe devemos associar, agimos em concordância com a consideração de Neufert. Assim temos:

Fogo 30 m²

1 Secretária
1 Estante
1 Banco

Área total : 5,00 m²

Fogo 45 m²

2 Secretárias
1 Mesa de apoio
1 Estante
2 Bancos

Área total : 10,00 m²

²²² “El desarrollo del trabajo en casa plantea cuestiones fundamentales tanto desde el punto de vista del espacio como de los ámbitos social y profesional, así como jurídico y financiero, y obliga a los arquitectos a redefinir los límites entre lo privado y lo público en una vivienda. Se trata de delimitar, pues, esta tarea como una definición nueva y arquitectural del espacio habitado.”, ELEB-VIDAL, Monique, CHÂTELET, Anne Marie, MANDOUL, Thierry, “La flexibilidad como dispositivo” in “ Revista Quaderns D'Arquitectura I Urbanisme”, Nº 202, Editor Colégio Arquitectos Catalunya

²²³ NEUFERT, Ernst, “A Arte de Projectar Arquitectura”, 21ª Edição, Editora Gustavo Gili, Barcelona, 1998, pág. 173

Dormir/Descanso Pessoal

"Esta função define-se na habitação sobretudo pela natureza da acção de repouso dos indivíduos e actividades conexas (...) "²²⁴ Além dos residentes, aqui nos dirigimos também ao abrigo de visitas. Acreditamos que esta é uma que opção que contribui para o enriquecimento do protótipo aumentando novamente a sua aplicabilidade.

Especificamente sobre o espaço de dormir diz-nos a autora de "Geography of Home", " (...) é só para dormir e fazer amor», um médico disse a uma amiga minha sem sono."²²⁵

Evidentemente, e será já de conhecimento geral, que as actividades que integram esta função requerem algum intimismo e privacidade. No entanto, agindo em conformidade com o que refere Akiko Busch, questionamo-nos se se justifica encerrar um espaço permanentemente para o desempenho de tão poucas actividades, concretizadas em momentos tão particulares do dia.

Perante esta interrogação, e mais uma vez pela superfície e o número de habitantes para o qual projectamos, consideramos que o descanso dos moradores deve ser articulado, e alternado, com as demais actividades da casa.

Já na tipologia maior, poder-se-á considerar-se a possibilidade de integrar uma espécie de alcova para um desempenho mais reconfortante desta função.

Estas são de resto opções que parecem ir de encontro às mais recentes inquietações sobre o papel do espaço de dormir no habitar doméstico:

"A segregação entre áreas de quarto e sala corresponde a uma única solução de separação? Não existem soluções mais permeáveis que possam satisfazer diferentes formas de apropriação e uso do espaço doméstico?"²²⁶

No que se refere ao equipamento que lhe corresponde consideramos:

Fogo 30m²

1 Cama de casal

1 Sofá/ Cama individual

3 Mesas-de-cabeceira

Área total : 8,00 m²

Fogo 45m²

1 Cama de casal ou 2 camas de solteiro

2 Sofá/ Cama individual

4 Mesas-de-cabeceira

Área total : 7,60 m²

Funções de uso individual

Tratamento da roupa

Aqui nos referimos à lavagem, secagem, e passagem a ferro de todo o tipo de roupa, mas também ao armazenamento das roupas da casa – lençóis e toalhas.

"Recentemente surgiu novamente a tendência do lavadouro privado, mesmo nas habitações mínimas, devido à facilidade de instalação de uma máquina de lavar roupa, total ou parcialmente automática, na cozinha, no quarto de banho, etc."²²⁷

Como já havíamos antecipado, o espaço destinado à lavagem e ao armazenamento da roupa será integrado na zona mais privada da célula, perto da instalação sanitária e dos armários roupeiros – como nos parece ser mais funcional.

Quanto à secagem da mesma obedecemos ao parecer de Nuno Portas: " (...) o interesse da secagem da roupa acompanhada de exposição aos raios solares é considerado como essencial" – um hábito que nos parece aliás muito próprio do lugar.

²²⁴ PORTAS, Nuno, op. cit, pág. 21

²²⁵ "(...) is just for sleeping and for making love», one physician told a sleepless friend of mine." in BUSCH, Akiko, op. cit, pág. 72

²²⁶ RAMOS, Rui, " A nossa Casa, 44, piso 12, ap.136 - Dois Pontos Para Outras Formas de Habitar" in "Jornal dos Arquitectos" n°205, Lisboa, 2002

²²⁷ NEUFERT, Ernst, "A Arte de Projectar Arquitectura" Editora Gustavo Gil, pág.157

Em tempo de chuva “Resolve o problema uma solução mista que inclua sempre um estendal bem orientado ainda que de menor capacidade.” ²²⁸

Também no que se refere à passagem a ferro acompanhamos a consideração do arquitecto. Nuno Portas defende que esta actividade não exige um local constante e apropriado e que, frequentemente nos inquéritos se nota, que a peça auxiliar desta operação – a tábua de engomar-, é deslocada dentro de casa conforme as conveniências e as alturas do dia que se dedicam a estas tarefas. ²²⁹

Assim decorre que no equipamento consideramos apenas a máquina e o mobiliário para o dito armazenamento:

Fogo 30 m2

1 Máquina de lavar roupa

Arrumação para toalhas/lençóis lavados

Área total : 1,00 m²

Fogo 45 m2

1 Máquina de lavar roupa

Arrumação para toalhas/lençóis lavados

Área total : 1,40 m²

Vestir

Aqui nos referimos à operação de vestir e despir, mas também ao armazenamento das roupas pessoais dos indivíduos.

No que concerne ao seu espaço, esta é uma função que carece indiscutivelmente de algum resguardo e privacidade. Sobre ele diz-nos novamente a autora de “Geography of Home”:

“ (...) é o reflexo do narcisismo, um espaço interior completamente destinado ao apreço pessoal, não só sobre cuidar da sua aparência, mas também dos seus pensamentos; Sobre pôr-se a si mesmo, tal como às suas roupas, em ordem.” ²³⁰

É com este argumento que, no nosso programa, integramos a função vestir na área mais recatada da célula, propositadamente associada à zona de tratamento da roupa e de higiene pessoal.

Assim permitimos ao indivíduo, no meio da tanta abertura e falta de compartimentação, isolar-se, cuidar do corpo - e como sugere a autora - da sua mente. Em parte, este é o meio que encontramos para solucionar a ausência do quarto que, convencionalmente, assegura o desempenho deste tipo de operações.

No que se refere ao mobiliário próprio para o armazenamento das roupas consideramos:

Fogo 30 m2

1 Armário Roupeiro

1 Prateleira para sapatos

Gavetas para roupa diversa

Área total : 1,90 m²

Fogo 45 m2

2 Armários Roupeiros

2 Prateleiras para sapatos

Gavetas para roupa diversa

Área total : 3,75 m²

²²⁸ PORTAS, Nuno, op. cit, pág. 61

²²⁹ PORTAS, Nuno, op. cit., pág. 61

²³⁰ “(...) is the landscape of narcissism, an interior space that is completely about dwelling on the self. (...) is not only about composing your appearance, but about composing your thoughts; about putting yourself, as well your attire, in order.” in BUSCH, Akiko, op. cit.,pág.128

Higiene Pessoal

Aqui nos referimos às operações relacionadas com as lavagens corporais, os cuidados pessoais, e as excreções.²³¹

O espaço que se destina a esta função terá de ser possivelmente o mais reservado do fogo. Assim argumentamos: "É um espaço pequeno, mas a solidão não exige muito (...) este "posto" de privacidade – é o único sítio da casa onde se justifica estarmos sozinhos."²³²

Por esse motivo integramos esta função no espaço mais privado da casa, em franco contacto, quer com a zona de tratamento de roupa, quer com a função de vestir/despir – como nos parece ser de toda a conveniência. Neste caso em particular, por questões de isolamento térmico e afins, o espaço terá mesmo de ser fechado e transformado em cubículos.

Como forma de evitar conflitos no caso das coabitações, por exemplo na hora das lavagens corporais, separamos as várias operações e por conseguinte os vários equipamentos. Assim consideramos:

Fogo 30 m²

Cubículo com 1 lavatório + 1 retrete + 1 armário

Base de Duche

Área total : 3,50 m²

Fogo 45 m²

Cubículo com 1 lavatório + 1 retrete + 1 armário+ 1 prateleira

Base de Duche

Área total : 2,90 m²

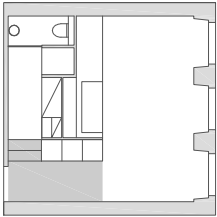
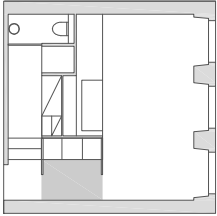
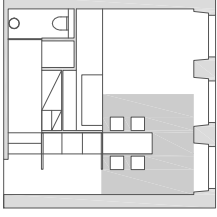
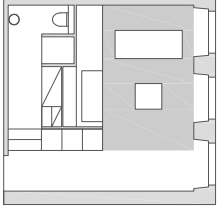
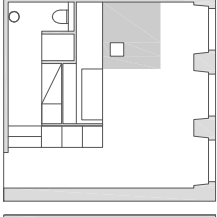
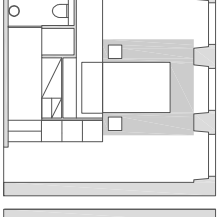
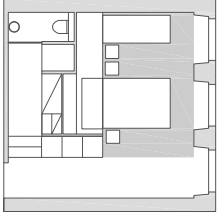
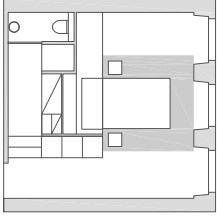
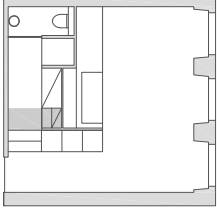
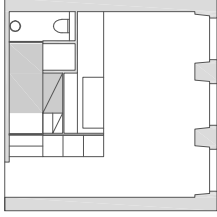
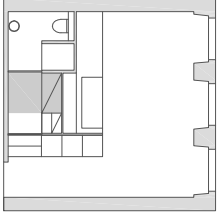
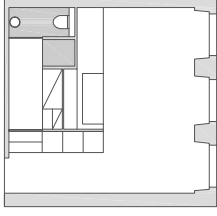
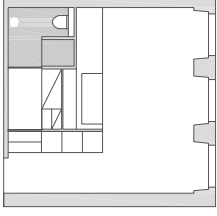
Em dois quadros resumo, correspondentes a cada fogo, procuramos sintetizar toda a informação aqui exposta. Relacionamos as funções com as respectivas actividades, as peças por intermédio das quais são efectivadas, e o espaço na habitação onde são desempenhadas.

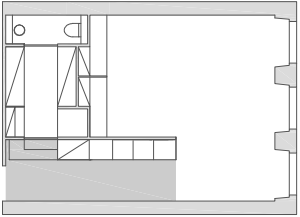
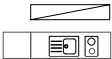
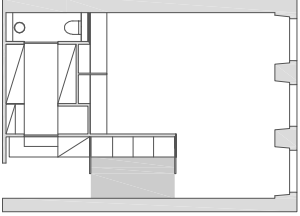
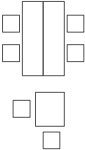
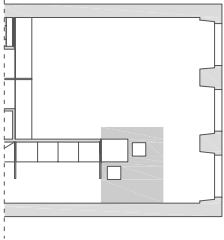
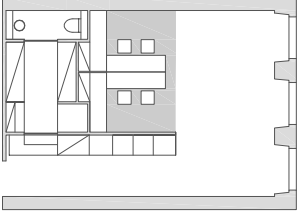
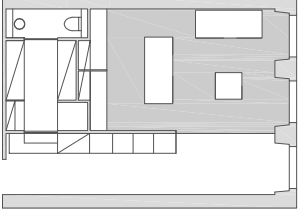
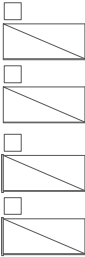
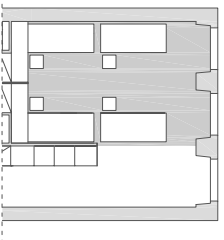
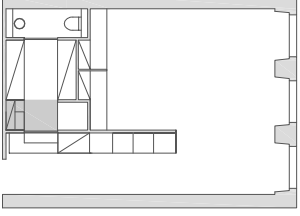
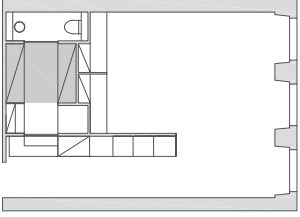
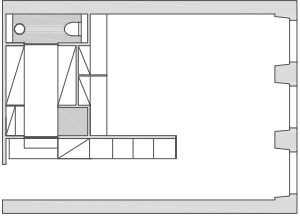
A uma escala maior representamos nas plantas dos fogos a superfície que cabe a cada função, com a área em metros quadrados que lhe corresponde.

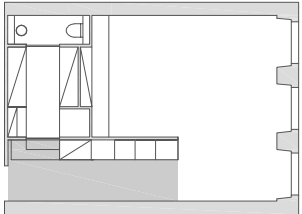
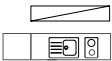
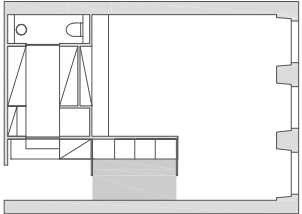
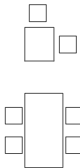
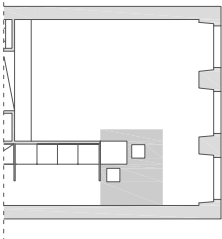
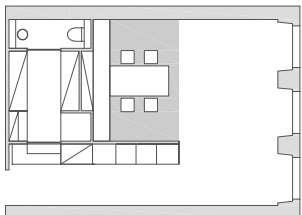
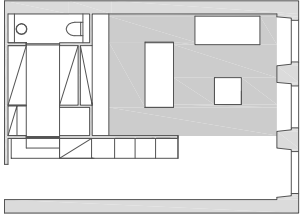
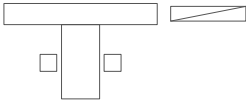
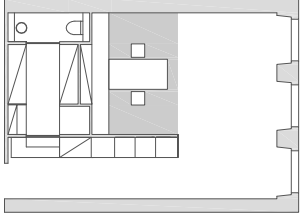
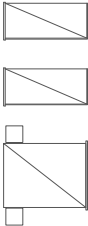
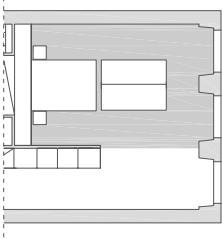
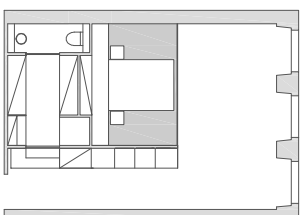
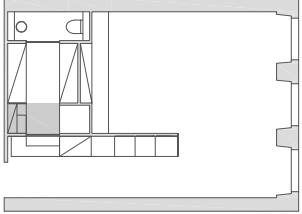
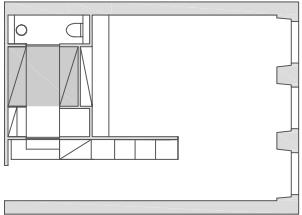
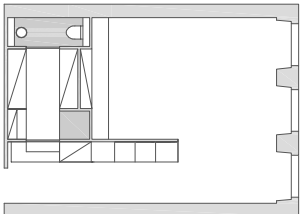
É com o confronto e a análise destes esquemas que procuramos principiar o desenho definitivo do nosso protótipo.

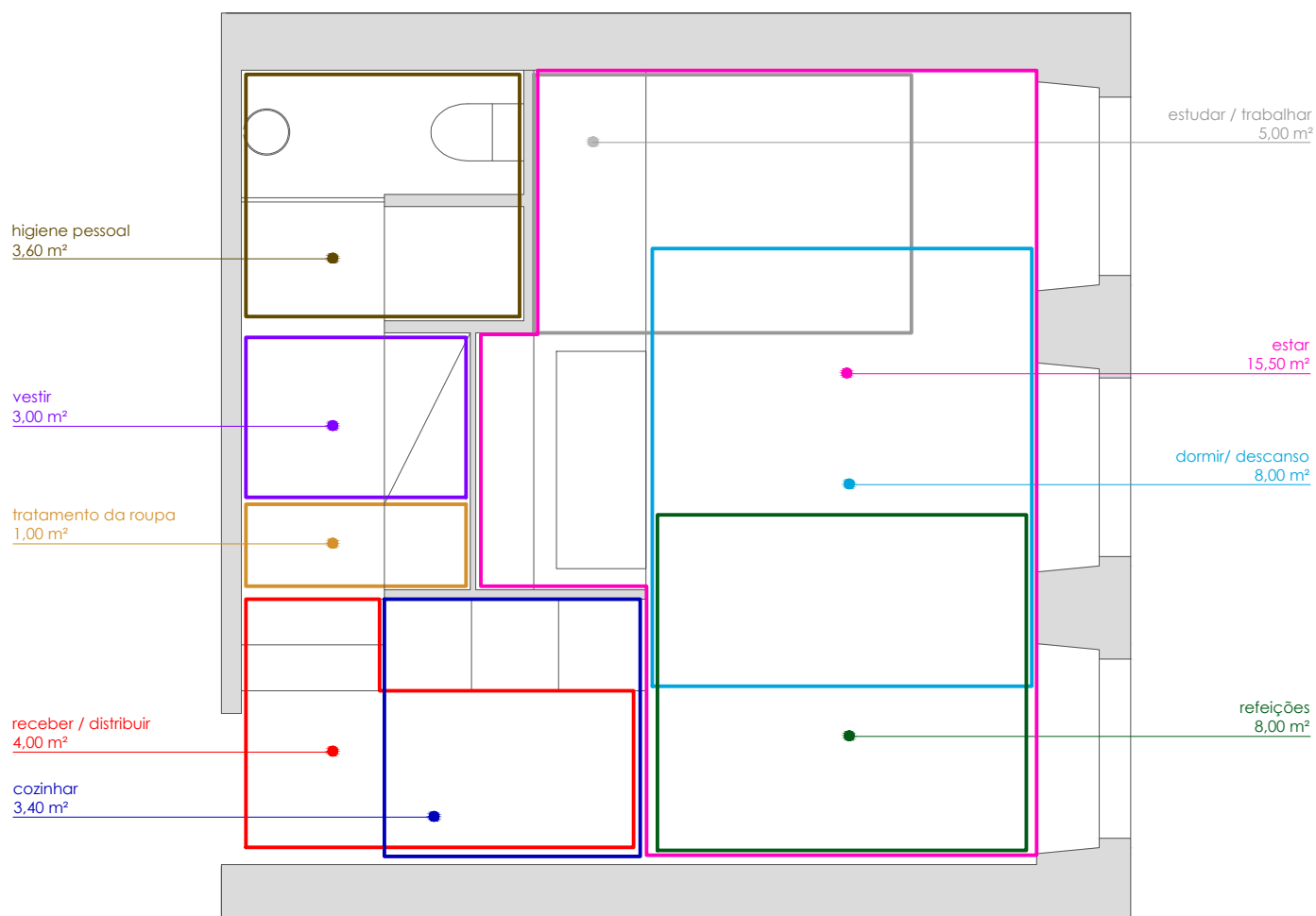
²³¹ PEDRO, João Costa Branco, op.cit., pág. 79

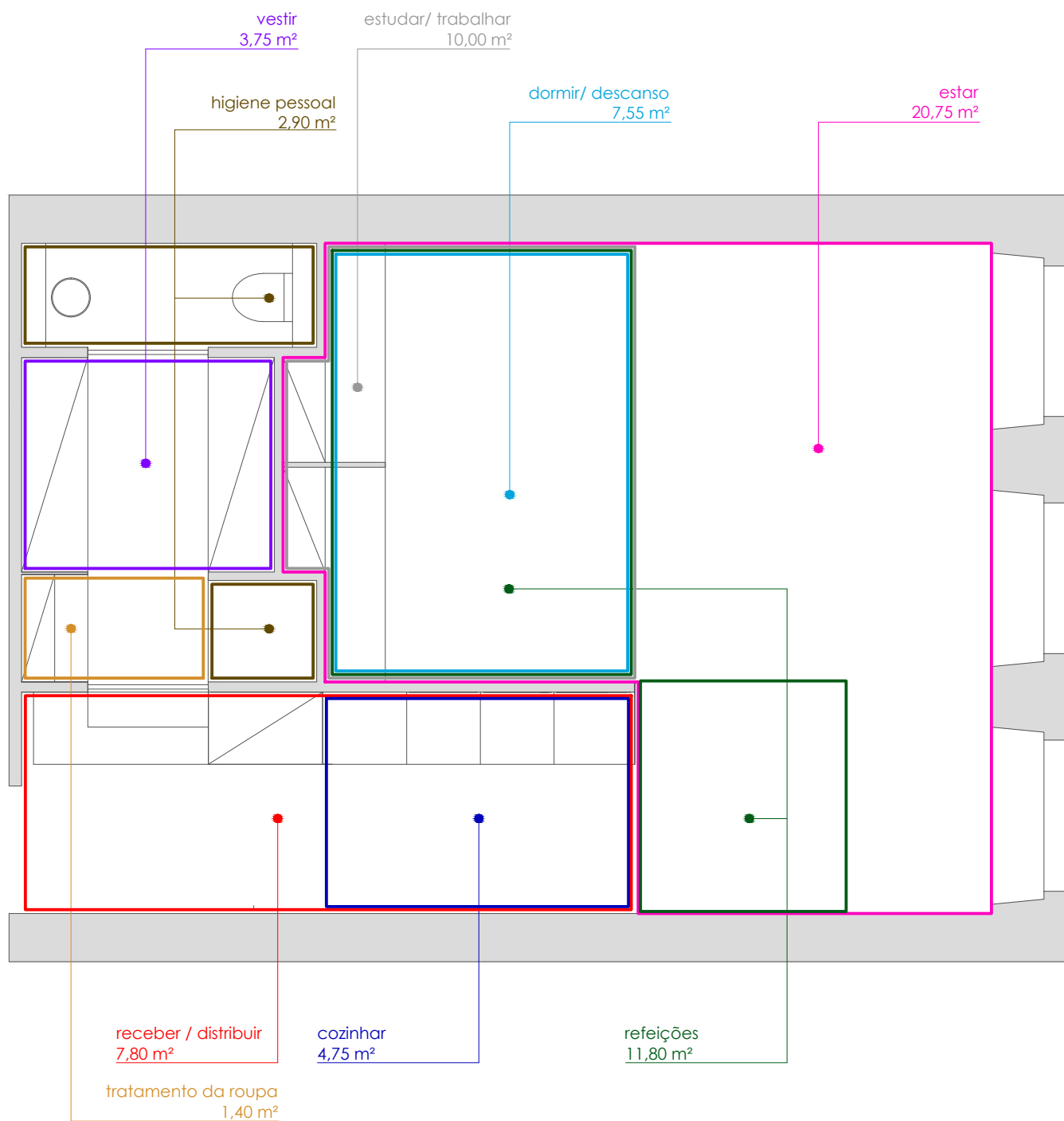
²³² "It's a small place, but solitude doesn't ask for much. (...) this outpost of privacy - is the only place in the house where we are justified in being alone." in BUSCH, Akiko, op.cit.,pág. 136

Funções	Actividades	Equipamento/ Mobiliário	Espaços
<u>- Receber / Distribuir</u>	Receber visitas Armazenar peças de vestuário Distribuir para as duas zonas da casa	—	
<u>- Cozinhar</u>	Armazenar alimentos Confeccionar Lavagem e secagem dos utensílios de cozinha Armazenar utensílios de cozinha		 
<u>- Refeições</u>	Pôr a mesa Servir as refeições Tomada das refeições Levantar a mesa		
<u>- Estar</u>	Ler Navegar na internet Ouvir música Dar uma festa Fazer exercício ...	   	
<u>- Estudar / Trabalhar</u>	Estudar Trabalhar	  	
<u>- Dormir / Descanso</u>	Dormir Descansar Dormir com visitas	    	 
<u>- Tratamento da roupa</u>	Lavagem Secagem Passagem a ferro Armazenar roupas da casa - toalhas e lençóis	 	
<u>- Vestir</u>	Vestir Despir Armazenar peças de vestuário		 
<u>- Higiene Pessoal</u>	Lavagens corporais Cuidados pessoais Excreções	   	 

Funções	Actividades	Equipamento/ Mobiliário	Espaços
<u>- Receber / Distribuir</u>	Receber visitas Armazenar peças de vestuário Distribuir para as duas zonas da casa		
<u>- Cozinhar</u>	Armazenar alimentos Confeccionar Lavagem e secagem dos utensílios de cozinha Armazenar utensílios de cozinha		
<u>- Refeições</u>	Pôr a mesa Servir as refeições Tomada das refeições Levantar a mesa		
<u>- Estar</u>	Ler Navegar na internet Ouvir música Dar uma festa Fazer exercício ...		
<u>- Estudar / Trabalhar</u>	Estudar Trabalhar		
<u>- Dormir / Descanso</u>	Dormir Descansar Dormir com visitas		
<u>- Tratamento da roupa</u>	Lavagem Secagem Passagem a ferro Armazenar roupas da casa - toalhas e lençóis		
<u>- Vestir</u>	Vestir Despir Armazenar peças de vestuário		
<u>- Higiene Pessoal</u>	Lavagens corporais Cuidados pessoais Excreções		

Funções	Actividades	Equipamento/ Mobiliário	Espaços
<u>- Receber / Distribuir</u>	Receber visitas Armazenar peças de vestuário Distribuir para as duas zonas da casa		
<u>- Cozinhar</u>	Armazenar alimentos Confeccionar Lavagem e secagem dos utensílios de cozinha Armazenar utensílios de cozinha		
<u>- Refeições</u>	Pôr a mesa Servir as refeições Tomada das refeições Levantar a mesa		 
<u>- Estar</u>	Ler Navegar na internet Ouvir música Dar uma festa Fazer exercício ...		
<u>- Estudar / Trabalhar</u>	Estudar Trabalhar		
<u>- Dormir / Descanso</u>	Dormir Descansar Dormir com visitas		 
<u>- Tratamento da roupa</u>	Lavagem Secagem Passagem a ferro Armazenar roupas da casa - toalhas e lençóis		
<u>- Vestir</u>	Vestir Despir Armazenar peças de vestuário		
<u>- Higiene Pessoal</u>	Lavagens corporais Cuidados pessoais Excreções		





“O arquitecto projecta, actualmente, uma percentagem muito pequena do espaço organizado; não vemos aliás como poderia projectar «tudo» e do interesse que haveria em que ele tudo projectasse, até porque não tem limite as actividades de organização do espaço arquitectónico. Cremos, sim, que a ele compete a criação de protótipos e sem dúvida portanto, o comando do espaço organizado naquilo que à sua profissão diz respeito;”²³³

É com esta motivação e consciência que procuramos finalmente construir o nosso protótipo, expectantes em relação à sua capacidade de (re) organizar e re (ocupar) o fogo da casa burguesa do Porto.

Antes de mais, importa reforçar a ideia de que, apesar das diferenças entre as duas tipologias da casa burguesa que nos propomos recuperar, ambas procuram obedecer à mesma lógica e princípios de organização do espaço. A definição das duas variantes foi na verdade uma necessidade que nos foi “imposta” pela análise tipológica da casa e que não pudemos ignorar na concretização da base de intervenção e, por conseguinte, agora no projecto. Foi também uma forma de alargar as hipóteses de emprego do protótipo.

Com este indicativo principiámos a construção, ou a materialização, final da nossa proposta.

Desde já assinalamos como principal limitação do exercício a superfície que nos disponibilizam tanto a tipologia menor, como a tipologia maior, em face do programa que ali pretendemos integrar. Como temos vindo a referir, o que era antes uma das divisões da casa burguesa do Porto, e sua respectiva especialização funcional, será agora, na nossa proposta, a base onde se integram todos os espaços, todas as funções de uma habitação.

Com este princípio de actuação, inevitavelmente fugimos às áreas que se encontram legalmente associadas aos T0, T1, T2s, de certa forma as tipologias habitacionais que nos propomos reinterpretar e reformular para adaptar à nossa base de intervenção.²³⁴

Embora contrariando a normativa, foi o meio que encontramos de oferecer àqueles que querem viver na Baixa uma alternativa com custos mais controlados e mais ajustada à conjuntura económica.

Nestes moldes, irrefutavelmente, nos toca a questão do habitar mínimo. A propósito dizia Klein:

“Uma oportuna redução da habitação, como parece exigir a nossa situação económica actual, não deve acarretar necessariamente como consequência um empioramento das condições de habitabilidade. Pelo contrário (...): O conceito «mínimo de habitação» deve transportar uma profunda modificação, tanto qualitativa como quantitativa, de cada uma das peculiaridades da habitação, de modo que o funcionamento desta se situe num nível acessível para a economia familiar...sem que isso pressuponha uma deterioração das condições de vida, tanto físicas como espirituais, dos seus moradores”²³⁵

Com esta consideração, indicia o autor que a falta de espaço não deve desculpar ou justificar uma habitação pouco conseguida. Pese embora a idade da transcrição, acreditamos que hoje, talvez mais do que nunca, é válida e adequada.

Para que se cumpra este pressuposto também na nossa intervenção, será de importância vital solucionar a sobreposição das funções que observámos nas células onde nos propusemos intervir;

²³³ TÁVORA, Fernando, “ Da organização do Espaço”, 7ª Edição, Faup Publicações, pág. 61

²³⁴ Segundo Artigo 67º do Regeu, a área bruta mínima de um T0 é 35 m2, de um T1 é de 52 m2 e de um T2 de 72 m2, in http://www.oasrn.org/pdf_upload/rgeu.pdf

²³⁵ “Una oportuna reducción de la vivienda, como parece exigir nuestra situación económica actual, no debe acarretar necesariamente como consecuencia un empeoramiento de las condiciones de habitabilidad. Por el contrario (...): El concepto de «mínimo de vivienda» debe entrañar una profunda modificación,, tanto cualitativa como cuantitativa, de cada una de las peculiaridades de la vivienda, de modo que el funcionamiento de ésta se sitúe a un nivel asequible para la economía familiar... sin que ello suponga un deterioración de las condiciones de vida, tanto físicas como espirituales, de sus moradores.”, KLEIN, Alexander, “La Vivienda mínima: 1906-1957 ”, Edição Gustavo Gili, pág. 81



57. Tipologias de 30m² e 45 m² (2 pax e casal) - Alternância de espaços/funções

A análise aos esquemas representados no âmbito da determinação do programa torna evidente que o somatório das áreas correspondentes a cada função ultrapassa a superfície total das células. Por razões óbvias esta diferença é superior na tipologia de 30m².

Esta é de resto uma situação com a qual se deparam frequentemente os arquitectos na organização de espaços pequenos. "Esta ética de redução comportou a concepção de uma grande zona comum na qual era necessário sobrepor as diferentes actividades quotidianas para poder dotá-la de um certo bem estar e amplitude."²³⁶

Sobre esta justaposição de actividades, e sobre a forma de a solucionar, considera o mesmo autor que "Se trata basicamente de um problema de desenho de interior;"²³⁷

Não restarão dúvidas que neste desenho interior não há lugar para o desperdício. Todos os metros quadrados devem ser rentabilizados e canalizados para qualquer tipo de operação: " Os economistas de espaço mais radicais mostram-se se firmes na hora de mobilar uma habitação pequena. Afirmam que tudo aquilo que sirva unicamente para um fim é supérfluo."²³⁸

Neste contexto, parece-nos de todo pertinente abordar a questão da flexibilidade; não nos reportamos a uma flexibilidade hiperbólica, que projecta um espaço vazio ou que, pelo contrário, imprime movimento em todos os dispositivos da casa, mas antes a uma flexibilidade ponderada ou realista:

" (...) uma «flexibilidade realista» poderá acontecer em torno de alguns elementos fixos como os sanitários, a cozinha e as instalações: sem dúvida conceitos como as «paredes equipadas», as «paredes armários» ou o reagrupamento dos serviços não comportam nenhuma revolução, mas permitem ganhar superfície, e demonstrar assim que trabalhar na habitação implica pensar sem grandiloquência, a articulação entre usos, técnicas e distribuição. (...) Se perfila assim uma forte oposição entre o fixo e o móvel, entre a estrutura e os separadores." ²³⁹

Tomamos este esquema como princípio base na nossa proposta.

Em ambas as tipologias fixamos o equipamento relativo às funções receber/distribuir, cozinhar, e as de carácter individual – tratamento da roupa, vestir e higiene pessoal;

Já as refeições, as funções de estudar/trabalhar, estar e dormir, serão desempenhadas alternadamente, por intermédio da deslocação das respectivas peças. [57]

Apenas como proposta experimental, serve de exemplo o "Habitat Futurístico" de Joe Colombo, criado para a exposição Italy (1972). Esta estrutura conta com quatro blocos: a cozinha, o quarto de banho, a cama e o armário. Os dois primeiros são fixos e desempenham apenas a função para a qual foram desenhados. O armário, além de roupeiro, divide o espaço, e o bloco de dormir, o mais "capacitado", reúne as restantes funções da habitação: receber, dormir, comer, estar, etc.²⁴⁰[58]

Também na "Maison Loucheur" de Corbusier (1929) encontramos clara esta oposição entre o que é fixo e o que se move. O desenho inclui duas habitações contíguas de 46 metros quadrados, destinadas a quatro pessoas, com o benefício de três frentes de luz. Tanto a instalação sanitária localizada no centro da planta, como a cozinha são elementos fixos. De resto, encontramos mesas rebatíveis, camas que se soltam das paredes, um plano que se move, transfigurando por completo o espaço do dia para a noite. [59]

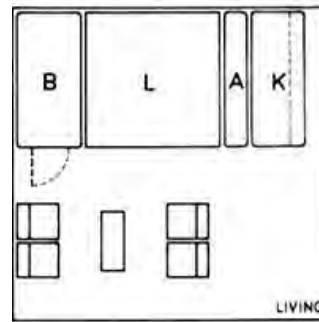
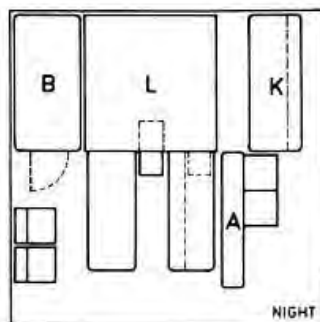
²³⁶ "Esta ética de la reducción comportó la concepción de una gran zona comum en la que era necesario superponer las diferentes actividades cotidianas para poder dotarla de cierto bienestar y amplitud.", BALL, Rick, "Arte del espacio: diseño de interiores mínimos", Ed. Hermann Blume, Madrid, 1988, pág. 25

²³⁷ BALL, Rick, op.cit, pág. 25

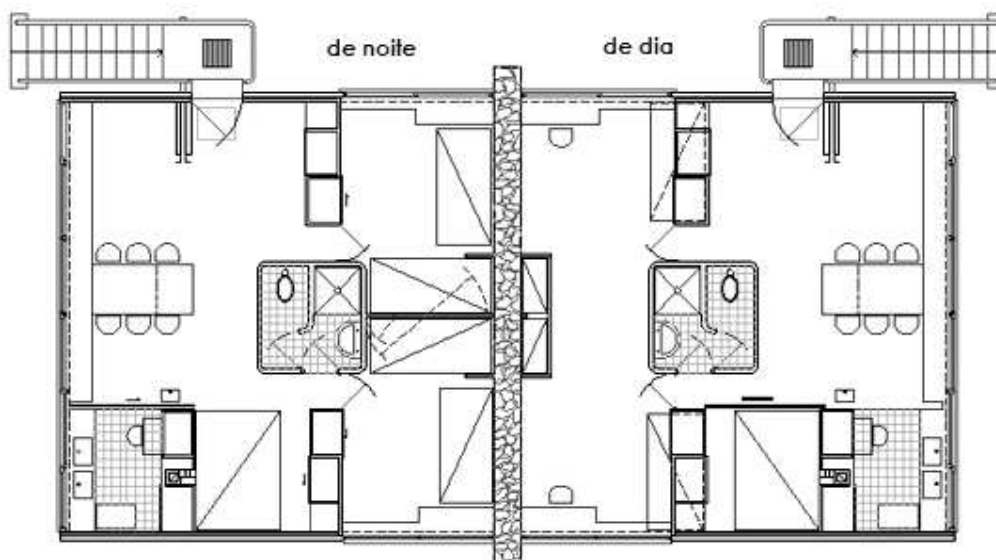
²³⁸ "Los economistas del espacio más radicales se muestran tajantes a la hora de amueblar una habitación pequeña. Afirmam que todo aquello que sirva únicamente para un fin es supérfluo.", BALL, Rick, op.cit, pág. 25

²³⁹ " (...) una "flexibilidad realista" podrá plantearse alrededor de algunos elementos fijos, como los sanitarios, la cocina y las instalaciones: sin duda, conceptos como el las «paredes equipadas», los «tabiques armarios» o el reagrupamiento de los servicios no comportan ninguna revolución, pero permiten ganar superficie en la vivienda social y demostrar así que trabajar en la vivienda implica replantearse, sin grandilocuencias, la articulación entre usos, técnicas y distribución. (...) Se perfila así una fuerte oposición entre lo fijo y lo móvil, entre la estructura y los separadores.", ELEG-VIDAL, Monique, CHÂTELET, Anne Marie, MANDOUL, Thierry, "La flexibilidad como dispositivo" in Revista "Quaderns D'Arquitectura I Urbanism"o N° 202, Editor Colégio Arquitectos Catalunya, pág. 99 e 100

²⁴⁰ GALFAETTI, Gustau Gili, "Pisos Piloto", Editora Gustavo Gili, Barcelona, 1997, pág. 78



58. "Habitat Futurístico", Joe Colombo



59. Le Maison Loncheur", Le Corbusier



60. "Unfolding Apartment", Normal Projects

Mais recentemente podemos encontrar esta ideia de certa forma materializada no "Unfolding Apartment" (2007) dos "Normal Projects". Os arquitectos, além de uma cozinha e de um sanitário, fixos, desenham uma espécie de armário multifuncional. Nele estão integrados um roupeiro, uma mesa rebatível, uma cama e um painel que a protege. Será este dispositivo, e a flexibilidade que lhe é inerente, que tornam possível numa mesma superfície o desempenho de cinco funções diferentes – estar, relaxar, refeições, vestir, dormir.²⁴¹ [60]

A observação destes exemplos confirma o que já havíamos antecipado: serão os móveis, as ditas peças, que terão de se deslocar, expor, guardar, e mostrar uma grande versatilidade de competências, para compensar a escassez de espaço e conformá-lo segundo a actividade que quer o habitante desempenhar:

"Segundo a convertibilidade dos ditos móveis, um mesmo lugar pode ser diferentes divisões.

(...) O reagrupamento em móveis transformáveis específicos, pode ser uma resposta à justaposição de actividades heterogêneas no seio do grupo familiar."²⁴²

Assim procuramos explorar. [61]

²⁴¹ Ver <http://www.normalprojects.com/?p=182/>

²⁴² "Según la convertibilidad de dichos nuevos muebles, un mismo lugar puede ser diferentes habitaciones. (...) El reagrupamiento en muebles transformables específicos puede ser una respuesta a la yuxtaposición de actividades heterogéneas en el seno del grupo familiar.", ELEB-VIDAL, Monique, CHÂTELET, Anne Marie, MANDOUL, Thierry, "La flexibilidad como dispositivo" in Revista "Quaderns D'Arquitectura I Urbanism"o N° 202, Editor Colégio Arquitectos Catalunha, pág. 104



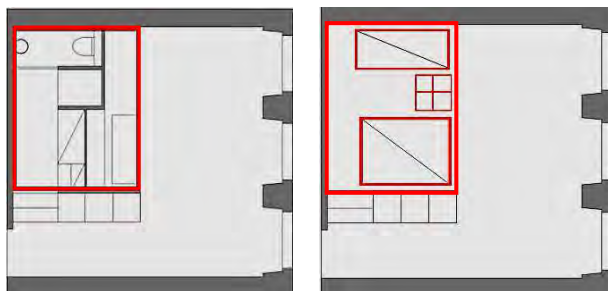
61. Tipologias de 30m² e 45 m² (2 pax e casal) - Alternância de mobiliário/ actividades

Esta “ambiguidade” do equipamento e a sua importância na organização do espaço são evidentes no projecto “Matryoshka Home” (2011), levado a cabo por quatro estudantes universitários na Suíça. Procurou-se compactar o mobiliário básico da casa em apenas 4m² – uma estante, uma cama de casal, um sofá, uma mesa de jantar, junto com quatro bancos, doze cadeiras, espaço de trabalho, um guarda-roupa, uma caixa de produtos de limpeza, gavetas e uma pasta de armazenamento. Estas peças são deslocadas e combinadas conforme a função que se quer desempenhar. É um esquema que não inclui nem cozinha, nem instalação sanitária, reforçando, neste sentido, a importância do mobiliário enquanto dinamizador do espaço.²⁴³ De assinalar o recurso a uma pequena diferença de cotas, onde se guarda o equipamento quando ele não é utilizado, sem que haja desperdício de área. **[62]**

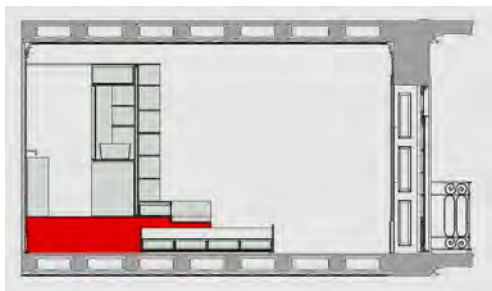


62. “Matryoshka Home”

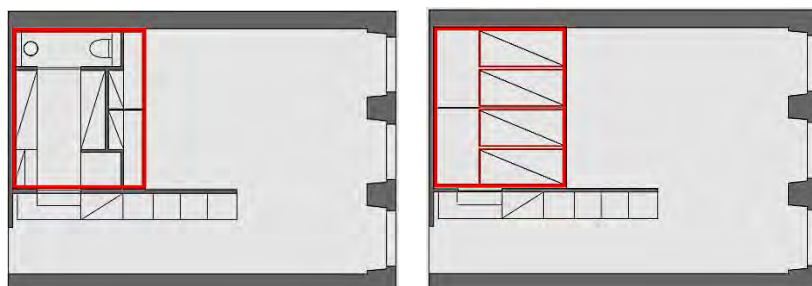
²⁴³ Ver <http://matroshkafurniture.com/home/index.html>



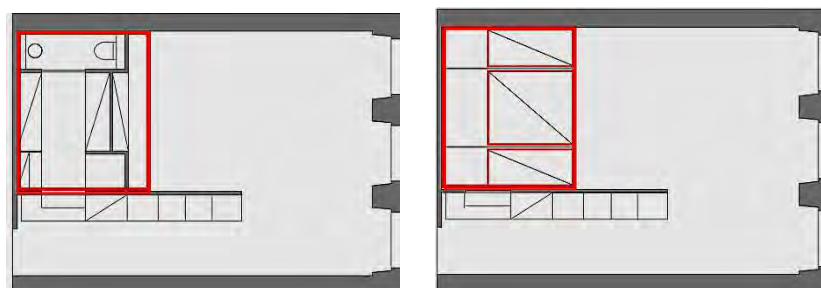
63. Tipologia 30m2 – Plantas cota superior e inferior



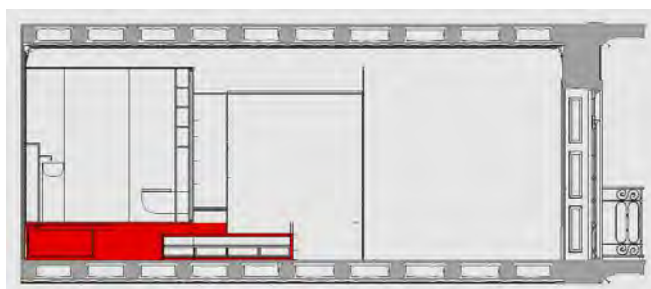
64. Tipologia 30m2 – Corte



65. Tipologia 45m2 | 2 pax – Plantas cota superior e inferior



66. Tipologia 45m2 | casal – Plantas cota superior e inferior



67. Tipologias 45m2 – Corte

É um esquema análogo que empregamos nos nossos fogos. O facto de a casa burguesa do Porto apresentar, como já observamos, pés direitos relativamente altos, permite-nos elevar toda a zona de carácter individual cerca de 60 cm, e aí localizar os ditos móveis. Na tipologia menor guardamos uma cama e um sofá; no caso da variante maior, duas camas, dois sofás e duas mesas, quando a célula é habitada por dois indivíduos ou dois sofás, uma cama de casal, e uma mesa grande quando ali reside um casal.**[63,64,65,66,67]**

Além da vantagem de guardar as peças, sem desperdiçar superfície do fogo, esta operação contribui para que seja acentuada a diferenciação entre o público e o privado na casa, assim imprimindo alguma riqueza espacial no projecto. O seu acesso é feito por intermédio de três degraus.

Além da Matrioshka Home, encontramos esta operação e suas vantagens num edifício de habitação social de María José Aranguren e José González Gallegos, em Carabanchel, Madrid (1995). Mais uma vez se consideram as instalações sanitárias e as cozinhas como elementos fixos, e o restante espaço transformável. Durante o dia as portas recolhem e as camas são guardadas na parte inferior do núcleo central da habitação. À noite, as mesmas portas tomam a sua posição original, compartimentando o espaço em vários quartos, sendo as camas de novo descobertas, para servir a função de dormir/descanso.²⁴⁴**[68]**

Um esquema semelhante podemos observar numa experiência elaborada pelo escritório espanhol de Borja Garcia, no âmbito da exposição "APTM, 6 viviendas de 30m2"(2005). Na cota mais baixa integram-se a cozinha, e o dito desnível, que guarda uma mesa de refeições, um sofá e uma mesa mais baixa. Na cota superior, encontra-se a casa de banho, uma secretária, e a cama, também amovível.²⁴⁵**[69]**

Barbara Apollonni também emprega esta solução na recuperação de um apartamento em Barcelona (2011).²⁴⁶ A arquitecta aproveita o desnível entre o interior do fogo e o terraço no exterior, para aí integrar a cama. O que de dia funciona como sofá, à noite proporciona o repouso do habitante. **[70]**

Em duas casas que fez Corbusier no Weissenhofsiedlung de 1925²⁴⁷, já encontramos uma referência a este tipo de operação. Não existe uma plataforma contínua, como nos exemplos precedentes, mas aproveitam-se a parte inferior dos armários para guardar as camas quando já não são utilizáveis. Um espaço que é comum de dia, à noite transforma-se em dormitórios. **[69]**



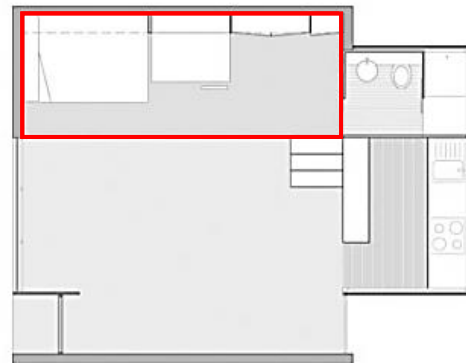
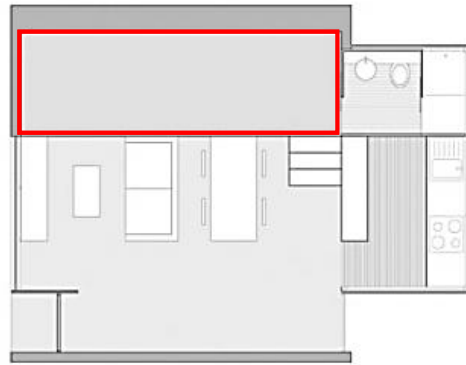
68. Habitação social em Carabanchel, María Aranguren e José Gallegos

²⁴⁴ GALFAETTI, Gustau Gili, op.cit., pág. 55

²⁴⁵ Ver <http://www.borjagarcia.es/web2/portfolio/aptm-05/>

²⁴⁶ Ver <http://www.barbaraapolloni.com/>

²⁴⁷ BOESIGER, W., GIRSBERGER, H., "Le Corbusier 1910-65", Les Editions d'Architecture Zurich, 1986, pág. 50



69. Exposição "APTM, 6 viviendas de 30m2", Borja Garcia



70. Apartamento em Barcelona, Barbara Apolloni



71. Duas casas no Weissenhofsiedlung, Le Corbusier

No nosso protótipo, para que seja possível esta constante deslocação do mobiliário, e a consequente flexibilidade do espaço, incorporamos nas camas, nos sofás, nos bancos e nas mesas das tipologias maiores, sistemas de rodas, como encontramos em Carabanchel.

Já as mesas que estão anexas ao equipamento da cozinha, em ambas as tipologias, são rebatíveis, para quando necessário, configurarem o espaço de refeição. [72,73] Na Casa da Escrita em Coimbra (2010), do arquitecto João Mendes Ribeiro²⁴⁸[74], encontramos uma mesa deste género ou novamente no apartamento que recuperou a arquitecta Barbara Apollonni, em Barcelona. [75]

Será por intermédio destas operações que conseguimos materializar a flexibilidade que se impõem e, assim, apresentar uma resposta ao problema da sobreposição de funções.

No caso do fogo menor, a mesma superfície é ocupada simultaneamente por uma mesa rebatível que serve as refeições, por um sofá integrado e outro amovível que conformam um espaço de estar, pela mesa e a estante que permitem estudar ou trabalhar e ainda pela cama, que sai da parte inferior da plataforma e transforma a sala num “quarto” de dormir – com ou sem visitas.

No fogo maior o grau de flexibilidade será semelhante; Porém, o aumento de área imprime alguma complexidade na organização desta superfície.

Durante o dia temos um espaço amplo aberto, contínuo, que pode servir exclusivamente a função estar - o descanso dos habitantes, o convívio com amigos, uma comemoração especial, etc. - ou articulá-la com outras actividades –o estudo ou trabalho por intermédio das mesas fixas e móveis, as refeições, que usufruem das mesmas mesas, ou qualquer outra actividade que desejarem os habitantes.

Durante a noite uma parte daquele espaço com um pé direito de 2,5 m, limitado pela parede de meação e pelo equipamento da cozinha, pode ser fechado, e juntamente com as camas que saem da plataforma, conformam uma espécie de alcova interior, um dormitório, resguardado da restante superfície do fogo.[76,77]

Embora noutra escala, encontramos esta cedência do espaço de dormir ao usufruto da sala durante o dia nos apartamentos de Fukuoka, no Japão (1992)de Steven Holl²⁴⁹ [78] ,no primeiro piso da “Casa Schroder” de Gerrit T. Rietveld, em Utrecht (1924)²⁵⁰ [79],ou novamente nas habitações em Carabanchel, Madrid. [68]

Esta é uma opção que, além de traduzir a flexibilidade necessária, se adequa à circunstância contemporânea e às formas de habitar que traz subjacente:

“A família actual necessita de espaços flexíveis rapidamente mutáveis, onde a privacidade seja conseguida sem ser necessário levantar paredes e fechar portas e, por consequência, os espaços de convívio e lazer se possam tornar amplos e abertos sem ser necessário demolir paredes e abater portas.”²⁵¹.

Outra questão que surge pertinente na descrição da nossa proposta e que também contribui para a transformabilidade reversível dos seus espaços são as portas:

“Da mesma forma que as portas camufladas, podemos resgatar do esquecimento outros tipos que merecem ocupar um lugar de novo nas nossas casas, com a convicção de que uma alteração tão elementar tem, em troca, uma grande repercussão no modo de vida.”²⁵²

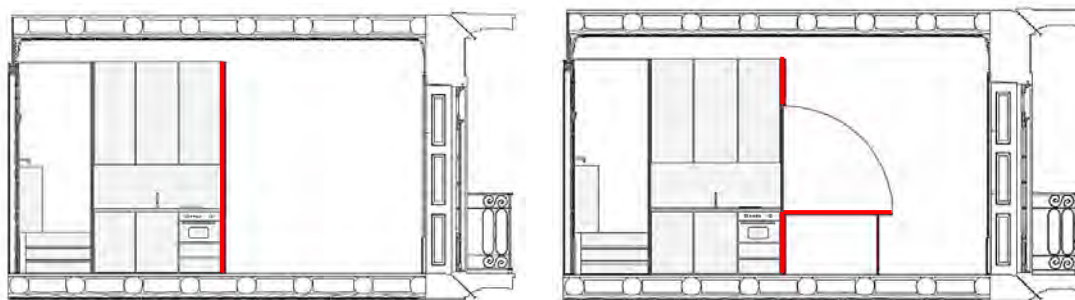
²⁴⁸ Ver <http://www.domalomenos.com/001-Joao-Mendes-Ribeiro-Casa-da-Escrita>

²⁴⁹ GALFAETTI, Gustau Gili, op.cit., pág. 28

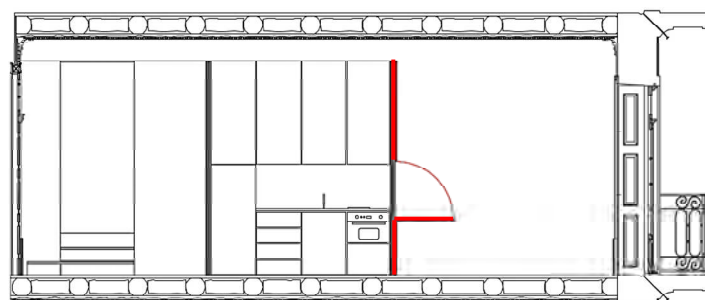
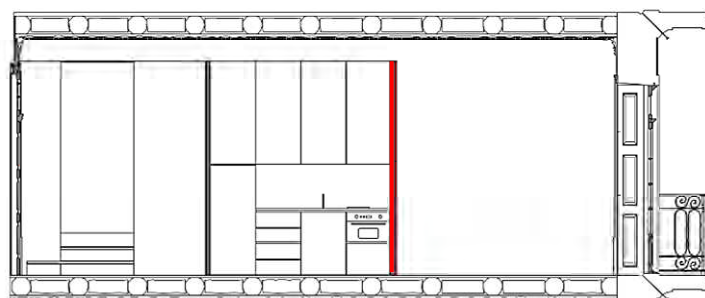
²⁵⁰ OKU, Kaya, “Rietveld [the architecture of Gerrit Th. Rietveld] / Kaya Oku”, Toto publ., Tokyo, 2009, pág. 26

²⁵¹ FERNANDES, Fátima e CANNATÁ, Michele, “Casa inteligente – Protótipo de Casa contemporânea”, Concreta 2002, Edições Asa, pág. 8

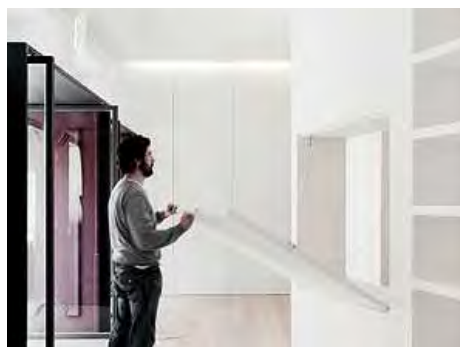
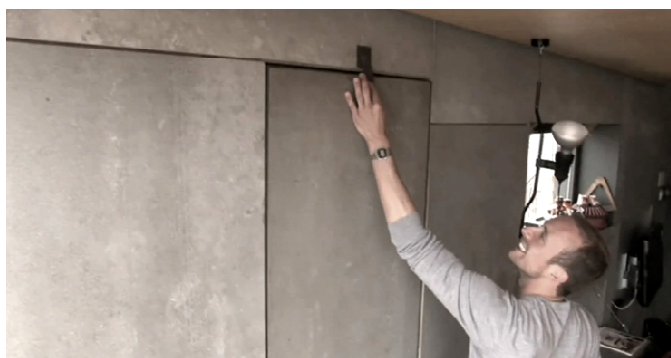
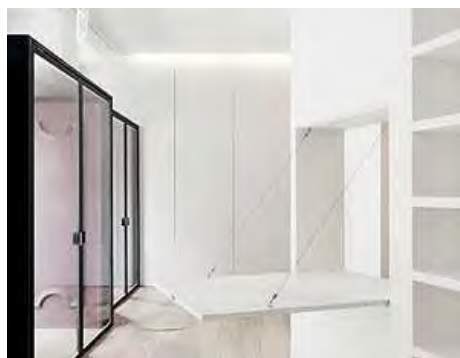
²⁵² “Al igual que las puertas camufladas, podemos rescatar del olvido otros tipos que merecen ocupar un lugar de nuevo en nuestras casas, en el convencimiento de que una alteración tan elemental tiene, en cambio, una gran repercusión en el modo de vida”, MONTEYS, Xavier, FUERTES, Pere, “Casa Collage – Un ensayo sobre la arquitectura de la casa”, Editora Gustavo Gili, 2001, Barcelona, pág. 64



72. Tipologia 30m2 – Mesa Rebatível

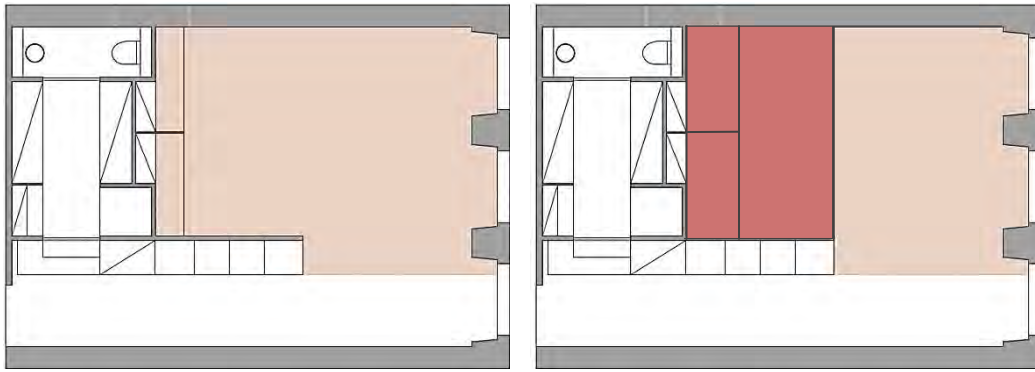


73. Tipologias 45 m2 – Mesa Rebatível



74. Casa da Escrita, João Mendes Ribeiro

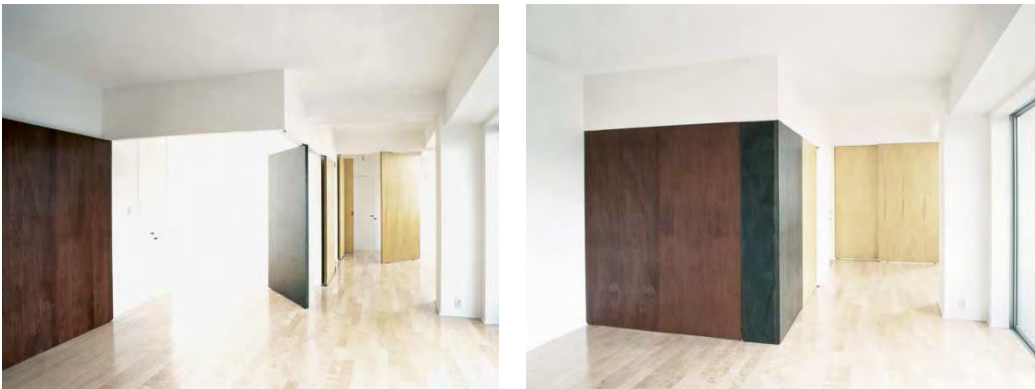
75. Apartamento em Barcelona, Barbara Apolloni



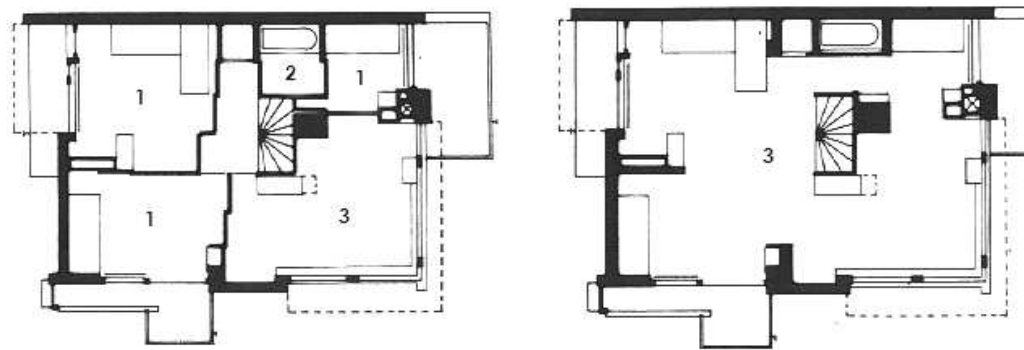
76. Tipologias 45 m2 – Divisão do espaço_Planta



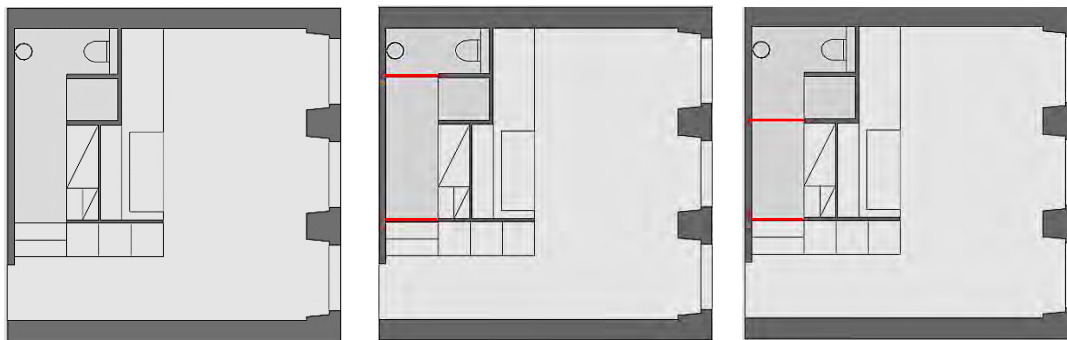
77. Tipologias 45 m2 – Divisão do espaço_ Alçado



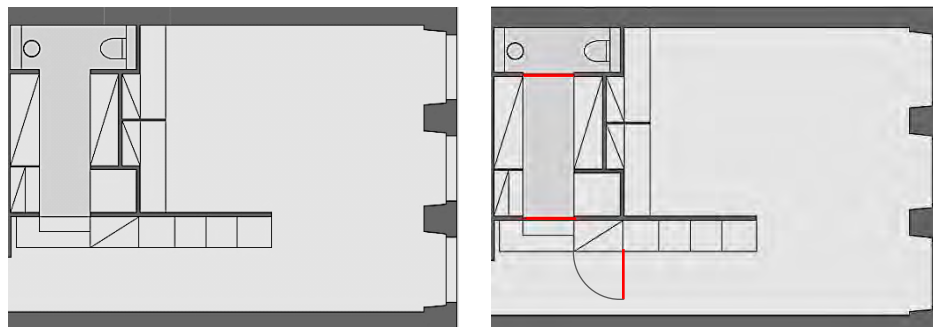
78. Edifício "Fukuoka", Steven Holl



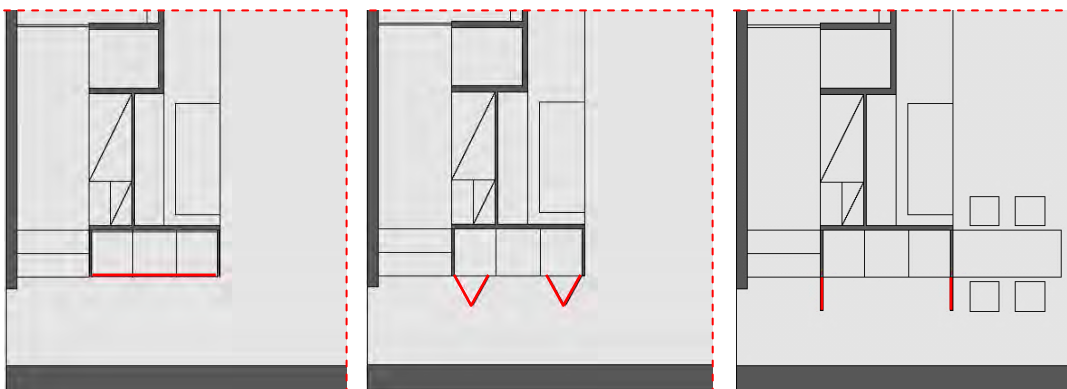
79. Casa Schroder, Gerrit T. Rietveld – Planta do 1º piso



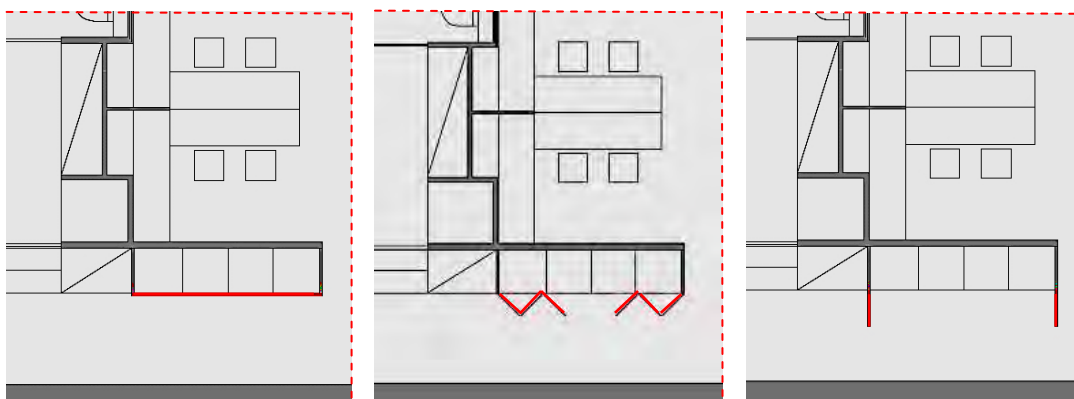
80. Tipologia de 30 m² – Portas de Correr



81. Tipologias de 45 m² – Portas de Correr | Batente



82. Tipologia de 30 m² | Cozinha – Portas de Fole



83. Tipologias de 45 m² | Cozinha – Portas de Fole

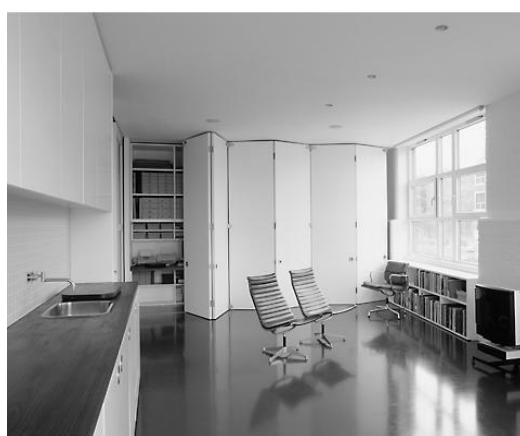
Logo na separação da entrada para a zona de uso individual, como na própria instalação sanitária, consideramos a colocação duma porta de correr. Face às portas de batente, estas têm a vantagem de economizar área e de serem imperceptíveis quando estão recolhidas dentro das “paredes”, assim garantindo a continuidade espacial que se procura **[80,81]**

Exclusivamente na tipologia maior, ainda na zona de entrada, recorremos agora a uma porta de batente que serve simultaneamente duas funções. Quando está aberta, permite ao habitante o usufruto do armário roupeiro a que está associado, resguardando-o da zona social da casa. Quando já não necessita o indivíduo de utilizar o dito roupeiro, fecha-se a porta e torna-se todo o espaço de entrada, cozinha e sala contínuo. **[81]**

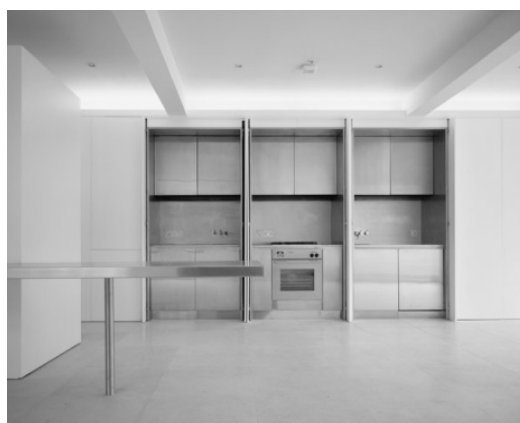
Já na zona de preparação de refeições, em ambas as variantes ponderamos um elemento que proteja o mobiliário da cozinha. Afinal ele intersecta a zona da entrada. Neste caso, uma porta de fole revela-se a mais adequada: quando está fechada disfarça a presença daquele equipamento; quando recolhida, permite um resguardo, ainda que modesto, ao indivíduo que está a cozinhar. **[82,83]**

Embora noutra aplicação, encontramos este tipo de solução num apartamento da arquitecta Felicity Bell em Londres (1998)²⁵³. Para disfarçar a presença do escritório na sala é colocada uma grande porta de fole, que o torna imperceptível. **[84]**

Uma situação semelhante observamos num apartamento, também em Londres, recuperado pelo arquitecto Steven Pollock (1996).²⁵⁴ Por intermédio das portas, a cozinha está perfeitamente integrada no mobiliário da casa. À primeira vista será difícil até de a identificar e distinguir dos demais. **[85]**



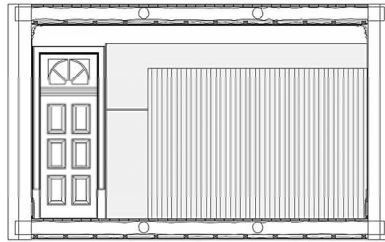
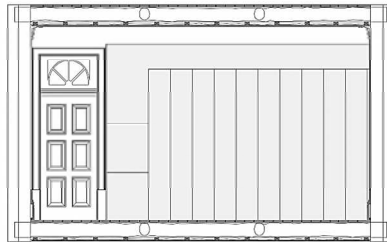
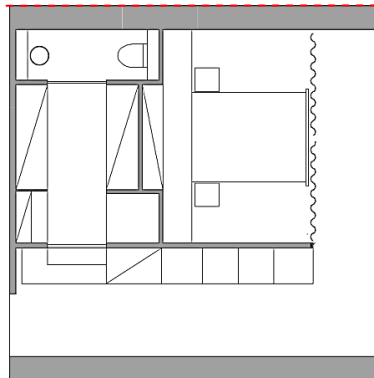
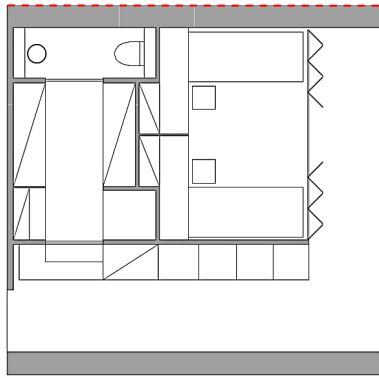
84. Apartamento em Londres, Felicity Bell



85. Apartamento em Londres, Steven Pollock

²⁵³ <http://www.felicitybell.com/index.html>

²⁵⁴ <http://www.guardtillmanpollock.com/>



86. Tipologia de 45 m2 – Casal

87. Tipologia de 45 m2 – 2 pax



88. "Day Light", Takeshi Hosaka



89. "Casa Y", Kazuyo Sejima

90. Casa em Caminha, Sérgio Fernandez

Uma outra situação a ter em consideração neste sentido é a alcova que se propõe "durante a noite" para o fogo de 45 metros quadrados. São estes elementos – as portas - que determinam quando o espaço é aberto e contínuo, ou quando se divide e conforma num dormitório. Neste caso apresentam-se respostas distintas consoante a habitação é ocupada por dois indivíduos, ou por um casal.

Na primeira parece-nos exigir-se uma solução mais sólida e, por isso, representamos uma porta de fole. [86] Encontramos este esquema aplicado na casa "DayLight" do arquitecto Takeshi Hosaka, onde cinco alcovas se fecham durante a noite, com as referidas portas, para o recolhimento dos seus usufrutuários.²⁵⁵[88]

No nosso caso o recinto pode ainda ser dividido por uma tela dissimulada no tecto falso, que desce conforme a vontade dos indivíduos. Assim subscrevemos: "As persianas venezianas que se penduram no tecto servem para dividir uma divisão (...) "²⁵⁶

Na segunda situação, do casal, onde se pressupõe uma abertura maior entre os sujeitos, consideramos que "Uma cortina comprida também é um excelente isolante". [85]²⁵⁷

Mies Van der Rohe já havia usado estas cortinas divisórias na "Casa Tygendhat", em Brno na Republica Checa (1930) e Kazuyo Sejima décadas depois na "Casa Y" em Chiba, Japão (1994).²⁵⁸[89] Também Sérgio Fernandez, nas alcovas da sua Casa em Caminha (1971), integra estes elementos. [90]

Outra questão pertinente a abordar quando se fala de habitação mínima e, por conseguinte, no nosso exercício, prende-se com a arrumação: "E é que, no caso de um apartamento de dimensões reduzidas, a resolução do problema de arrumação torna-se uma autêntica necessidade"²⁵⁹

Reforçando o pressuposto de que neste tipo de circunstância um objecto não deve servir exclusivamente um fim - novamente em benefício da flexibilidade -, todo o espaço sobranante na nossa proposta deve ser canalizado para armazenar os pertences dos indivíduos. Até porque "Conceber espaços, elementos e sistemas destinados à arrumação racional permite esvaziar as divisões para o seu uso."²⁶⁰

Assim aproveitamos interior dos degraus que permitem aceder ao desnível de 60 cm [91], dos bancos [92], da parte inferior das camas e dos sofás [93], entre outros para arrumação. Propõem-se soluções práticas, correntes do quotidiano, daqueles que se enfrentam com as limitações de um espaço pequeno;

É com este conjunto de soluções, de operações, que obedecem fundamentalmente a uma lógica de aproveitamento do espaço, que procurámos compactar todo o programa de necessidades dentro das superfícies disponíveis, sempre na procura do bom desempenho da habitação.

Importa ainda referir e solucionar a questão infra-estrutural do projecto. Para que se torne possível intervir isoladamente nos fogos, consideramos o desenho de uma corete no patamar da caixa de escadas. O percurso das tubagens desde a célula até àquele espaço será possível entre plataforma que eleva a zona íntima dos fogos, e as camas e sofás que a integram.

Se, eventualmente, a intervenção no edifício for conjunta, então, poder-se-á pensar no desenho de uma corete dentro do espaço do fogo, que atravessasse os vários pisos. Neste caso, perante a abstracção do exercício, consideramos mais seguro, representar a primeira opção.

²⁵⁵ Ver <http://www.hosakatakeshi.com/>

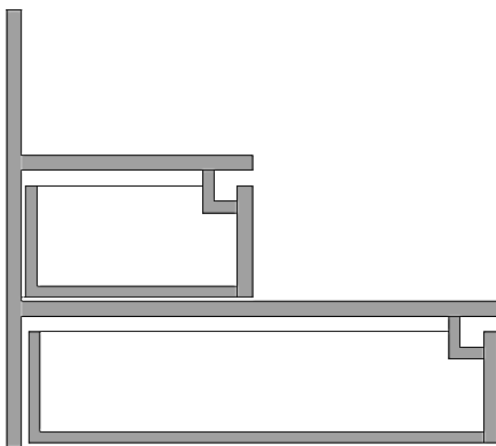
²⁵⁶ "Las persianas venecianas que cuelgan del techo sirven para dividir una habitación (...)", BALL, Rick, op.cit. pág.47

²⁵⁷ "Una cortina larga también es un excelente aislante".BALL, Rick, op.cit. pág. 47

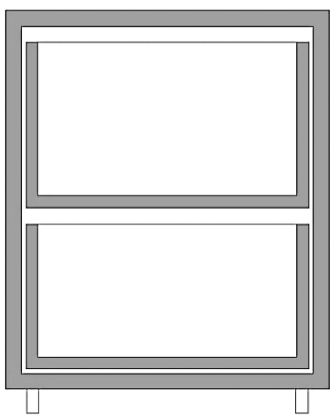
²⁵⁸ "El Crouquis – Kazuyo Sejima, 1988-1996", nº 77, Editores Fernando Márquez Cecilia, Richard Levene, Madrid, 1996, pág. 62- 69

²⁵⁹ "Y es que, en el caso de un apartamento de reducidas dimensiones, la resolución del problema del almacenamiento deviene de una auténtica necesidad.", MONTEYS, Xavier, FUERTES, Pere, op.cit, pág. 65

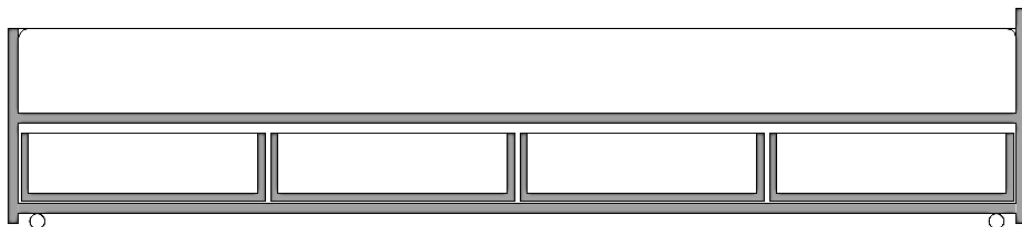
²⁶⁰ "Concebir espacios, elementos y sistemas destinados al almacenamiento racional permite vaciar las estancias para su uso."MONTEYS, Xavier, FUERTES, Pere, op.cit, pág. 64



91. Aproveitamento dos degraus



92. Aproveitamento dos bancos



93. Aproveitamento das camas | sofás

Também sobre a forma como se relaciona directamente o protótipo com a base de intervenção e com o seu imenso valor patrimonial interessa tecer considerações. Entende-se porém, que sobre esta problemática, acresce a dificuldade de tomar opções definitivas devido ao carácter abstracto do exercício.

Apesar de termos tipificado uma casa, devemos ser conscientes de que cada caso é um caso, e quando se fala em recuperar o património esta premissa deve receber uma consideração especial.

Ainda assim procuramos antecipar, deixar em aberto algumas soluções, ou antes, alguns pressupostos sobre a actuação nestas habitações.

Antes de mais, prevalece a intenção de ser sensível à presença do passado. Já por isso se quis actuar no lote em detrimento do quarteirão, mantendo a caixa de escadas, a clarabóia, as paredes estruturais, e tudo aquilo que garanta a preservação da configuração original da casa. Por isso se quis uma intervenção "modesta", resumida ao perímetro de um fogo.

Não obstante o respeito pela memória do lugar, consideramos ser pertinente assumir o facto de o projecto ter origem numa circunstância contemporânea. De ser um objecto que ali chegou mais tarde. Assim subscrevemos Aldo Rossi:

" (...) creio que esta relação – entre antiga e nova arquitectura – ou vínculo, amplamente estendido, passa por um uso sábio, ainda que contrastado, dos materiais e das formas, e não através de uma relação mimética ou de adaptação."²⁶¹

Como meio de reforçar esta dicotomia entre o existente e a intervenção, evitamos prolongar o projecto até ao tecto da casa. **[94]** Seguimos, neste sentido, como referência, alguns projectos de recuperação:

Por exemplo, a Quinta de Bouços (2007) em Valença do Minho, de Nuno Brandão Costa, onde as instalações sanitárias se assumem como um bloco isolado, não chegando a tocar no tecto. **[95]** Uma operação semelhante encontramos nos quartos da pousada de Santa Maria de Bouro de Eduardo Souto de Moura (1997). **[96]**

Num quadro mais doméstico, assinalamos novamente a recuperação do arquitecto Steven Pollock.²⁶² Interessa a forma como se unem as várias peças da habitação e como, à semelhança dos exemplos já citados, procuram respeitar o tecto existente não chegando a tocar-lhe. **[97]**

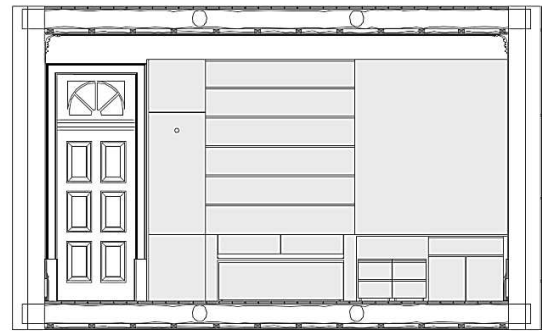
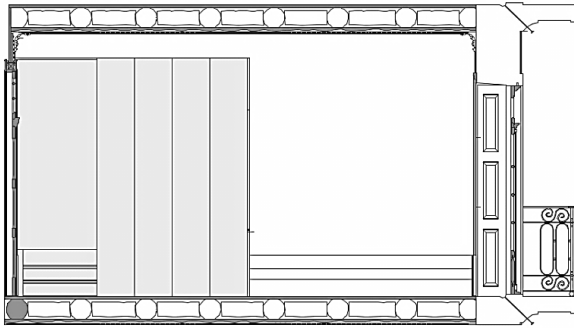
Algo similar fazem também Bruno e Carla Pica na reabilitação de um apartamento dos anos 70 em Lisboa (2012). Existe um volume de armários que parece "invadir" a sala e, da mesma forma, evita encostar-lhe. **[98]**

Além de reforçar este contraste entre o novo e o velho que nos parece de todo apropriado, esta solução surge pertinente pelo facto de não conhecermos integralmente a base da intervenção. Desta forma garantimos que os ditos tectos, quer sejam lisos, quer sejam estucados com motivos decorativos, como encontramos a partir do séc. XIX, são sempre considerados pelo projecto.

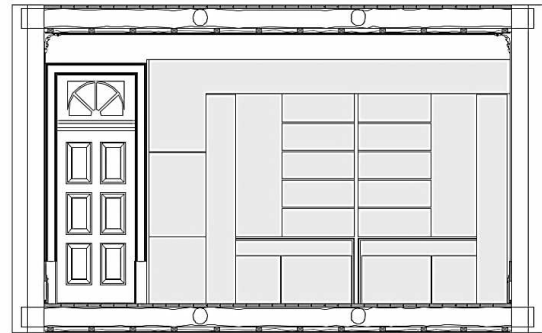
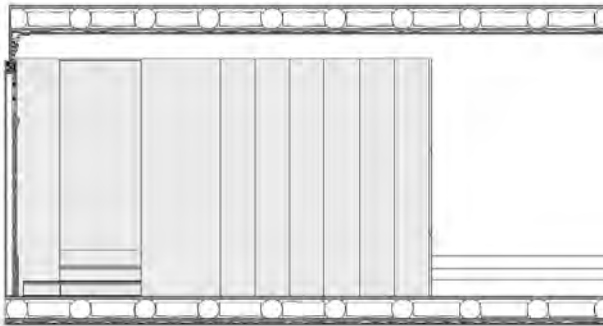
Também no que concerne ao sistema de construção do protótipo, pretende-se assumir a contemporaneidade da intervenção. Por outro lado, no que a esta questão diz respeito devemos, uma vez mais, agir em conformidade com o orçamento limitado que dispomos. Neste sentido parece-nos apelativo a pré – fabricação dos elementos, um processo que se impõem cada vez na construção em Portugal:

²⁶¹ " (...) creo que esta relación – entre antigua y nueva arquitectura – o vínculo, apliamente estendido, pasa por un uso sabio aunque contrastado de los materiales y de las formas, y no através de una relação mimética o de adaptación".ROSSI, Aldo, citado por GARCIA, Francisco, "Construir en lo Construido: Arquitectura como Modificación", 2ª Edição, Editorial NEREA, Madrid, 1996, pág.134

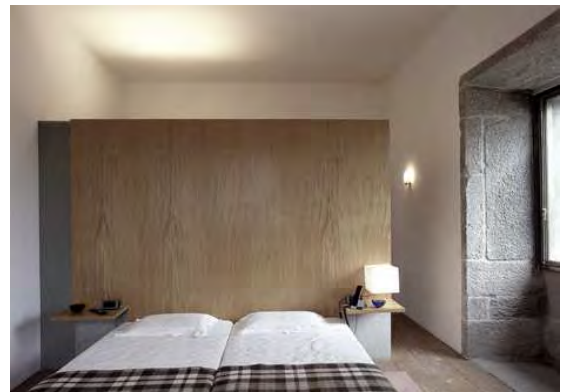
²⁶² Ver <http://www.guardfillmanpollock.com/>



94. Tipologia 30m2 – alçados interiores

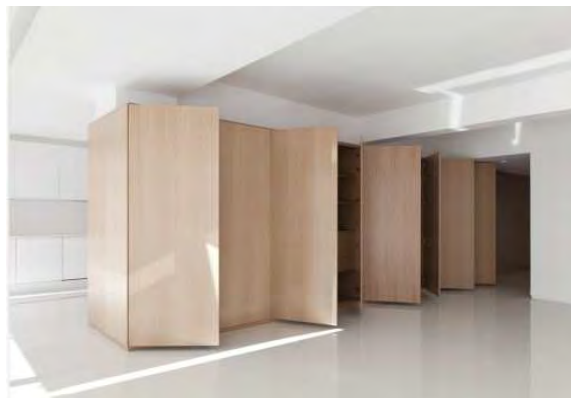


95. Tipologias 45 m2 – alçados interiores



96. Quinta de Bouços, Nuno Brandão Costa

97. Pousada de Santa Maria do Bouro, Eduardo Souto Moura



98. Apartamento em Londres, Steven Pollock

99. Apartamento em Lisboa, Bruno e Carla Pica

"A construção composta de camadas sucessivas de mão-de-obra, suja e desconfortável, molhada, fria e desordenada, que actualmente se continua a praticar em Portugal, é completamente anacrónica, e ainda que não nos seja cómodo, é o resultado de um processo projectual errado que ainda não introduz no seu conceito intrínseco os processos das linhas de montagem da produção industrial, que não pensa na economia da obra enquanto momento de gestão controlada nos tempos de montagem e que não aplica sistemas de execução e montagem em condições de trabalho óptimas em fábrica, com presença mínima em estaleiro, onde as condições meteorológicas adversas são imprevisíveis (...)

A matéria da construção deve necessariamente ser mínima e corresponder perfeitamente às exigências de conforto, higiene, estéticas, durabilidade e mínima manutenção necessárias ao Homem contemporâneo."²⁶³

Partindo destas considerações, e por oposição à construção molhada, no estaleiro, que terá estado na origem da casa burguesa do Porto, sujeita ao longo dos tempos, a sucessivas estratificações, consideramos um processo de execução em seco. Todas as peças do nosso protótipo serão executadas em fábrica, em obediência a um sistema modular, compactadas num "contanair" para ser transportado para o local, e facilmente montadas. Já que a reabilitação das paredes, dos tectos, dos pavimentos e das caixilharias do fogo pressupõem um tipo de construção mais particular, mais incisivo, aproveitamos, no nosso projecto, para economizar e equilibrar o custo final da intervenção. De resto, esta é uma opção, que se cruza com a ideia de protótipo, de modelo industrial.

É em obediência a esta lógica de pré fabricação e economia de meios que nos materiais, optamos pelo viroc.²⁶⁴ Está disponível em painéis de grandes dimensões (3000 mm x 1250mm), é económico, fácil de instalar e disponibiliza uma grande quantidade de acabamentos.

Na sua estrutura interna consideramos prumos de madeira colocados transversal e longitudinalmente, conforme necessário.

Ainda sobre os materiais, ou no que diz respeito às opções cromáticas não podemos antecipar grandes considerações, uma vez mais, pelo carácter abstracto do exercício. Sabemos apenas que as instalações sanitárias, e sobretudo o cubículo do banho, deverão receber algum tipo de impermeabilização, assim como o equipamento da cozinha – na bancada, e nos painéis que a circundam.

Pela mesma razão, e como já antecipámos, não referenciamos o restante espaço da célula e a sua recuperação – portados, caixilharias, revestimento das paredes, pavimentos, tectos, e seus remates. Concentramo-nos exclusivamente no desenho do protótipo. Por tudo aquilo que enunciamos sobre considerar o existente antes de intervir, concluímos que só na presença de um caso concreto, esta componente do projecto pode ser solucionada condignamente.

Sobre toda esta divagação em que projectamos, interessa reforçar o facto de termos procurado desenhar o projecto, de forma a ser viável adaptá-lo às variações que apresentam cada habitação. Por esse motivo não excedemos no pé direito, procuramos compactar tanto quanto possível as várias peças, e encostamos apenas a duas das quatro paredes da construção. Assim, em caso de necessidade, se pode estender ou encurtar o protótipo, sem que essa adaptação comprometa o desenho original do projecto, e os princípios que o fundamentaram.

Pese embora estas e outras limitações que intersectaram o processo de construção deste problema, a proposta procurou definir e definir-se ao detalhe – à escala do mobiliário -, para que na presença de um espaço tão peculiar como é aquele em que intervimos, o usufrutuário não tenha dúvidas sobre a melhor forma de o habitar. Onde deve ser desempenhada cada função, cada actividade e por intermédio de que meios podem ser efectivadas.

Sem nunca esquecer a observação de Fernando Távora, procurou-se neste exercício, desenhar tudo aquilo que o tempo viabilizou e que se considerou imprescindível para garantir o bom funcionamento do protótipo, e sobretudo, a sua exequibilidade, na (re) organização deste espaço doméstico.

²⁶³ FERNANDES, Fátima e CANNATÁ, Michele, "Casa inteligente – Protótipo de Casa contemporânea", Edições Asa, pág. 8

²⁶⁴ www.viroc.pt

Nota conclusiva

“O Porto, apesar de no dizer da UNESCO, constituir «uma obra-prima do género criativo do homem», tem ainda um árduo caminho a percorrer neste trabalho de reabilitação.”²⁶⁵

Com esta consciência nos propusemos encontrar mais uma forma, no meio de tantas outras, de recuperar o património habitacional corrente do Porto preservando simultaneamente a sua memória e cultura.

Em relação à casa burguesa – aquela sobre a qual nos debruçamos em particular – pudemos compreender o modo como paulatinamente foi dando corpo à cidade que temos hoje. Mostrou-se perseverante na forma como conservou ao longo dos tempos a sua integração na malha urbana, morfologia e estrutura interna. Terá sido a inércia cultural, que referiu Veiga de Oliveira, que fez perdurar aquele saber construir quando já nada o exigia.

Inércia ou não, hoje este edificado é a imagem da cidade, a sua particularidade mais característica. Daí resulta a importância de o reabilitar e conservar.

No que a esta matéria diz respeito e em particular sobre a actuação da Porto Vivo, novas inquietações se juntaram às dúvidas iniciais, fruto de um conhecimento agora mais aprofundado. Percebemos que o investimento privado pode de facto constituir um meio imprescindível para que o processo de reabilitação da cidade tenha andamento e impacto. Sobre tudo agora em face da conjectura económica.

Desconfiamos porém, se se justifica para o atrair, uma intervenção à escala do quarteirão. Ou pelo menos o emparcelamento que tanta demolição e tão pouca preservação do existente parece produzir.

Além dos seus efeitos para o património, questionamos o impacto que tem junto das populações interessadas. O custo final que implica este tipo de actuação não parece coadunar-se com o orçamento que dispõem. É nos argumentado que “reabilitar é caro”, mas não podemos aferir, partindo da análise, que será tudo uma questão de escolha de critérios e de prioridades?

Com o objectivo de apresentar uma alternativa, e em tom de manifesto, nos propusemos reduzir ao limite a escala da intervenção, passando do quarteirão ao fogo, o espaço que foi outrora um dos compartimentos das casas da burguesia portuense.

Foi a forma que encontramos de proceder a uma actuação menos invasiva, que pouco ou nada interfere na natureza da parcela, na estrutura global do lote e da casa, ou na sua matriz de organização interna;

Por outro lado, garante-se a rentabilização necessária para poder praticar valores mais ajustados à conjectura económica e por conseguinte às populações. Esses terão sido os propósitos que nos conduziram no exercício.

Reconhecemos que este tipo de actuação não se aplica a todos os casos. E por isso partimos do princípio que intervínhamos exclusivamente nas edificações cujo estado de conservação não fosse ruinoso, ou cujas dimensões do fogo viabilizassem o desenho de uma habitação minimamente funcional.

Sobre a questão particular de actuarmos num fogo de dimensões tão modestas, reforçou a sua viabilidade a averiguação do cliente. Pudemos aferir que serão fundamentalmente as famílias mais reduzidas e atípicas as mais predispostas e interessadas em vir habitar o centro da cidade e, nomeadamente, uma casa recuperada.

Assim se tornou possível desenhar habitações funcionais, ajustadas à precariedade económica que atravessamos e à forma de viver que pressupõem os agregados de um ou dois indivíduos – os nossos potenciais clientes.

Pese embora as limitações desta estratégia, acreditamos que qualquer forma de proceder à recuperação do património – em obediência aos pressupostos expostos ao longo da reflexão -, se solucionar pelo menos uma parte do problema, se tornará útil.

No que se refere à utilização do protótipo como meio de materializar a nossa estratégia, fica

²⁶⁵ CAMPOS, João, “Porto – Património e Paradigmas”, Ed. Câmara Municipal do Porto, 1997, pág. 10

sempre o sentimento do inacabado; Inevitavelmente sobram perguntas sem resposta, à espera do confronto directo com uma casa real e não tipificada. Só assim se poderá garantir um diálogo ajustado entre a pré-existência e a intervenção.

De qualquer forma, foi desafiante a abstracção do exercício. Permitiu-nos alargar o campo de visão, conhecer com mais abrangência a história destas habitações e explorar uma "resposta" ao problema da sua recuperação e revitalização com algum alcance. Pelo menos mais do que o permitiria um projecto isolado, numa habitação particular.

Mais do que um exercício projectual – com princípio, meio e fim –, procurou-se expor uma ideia, uma resposta prática ao desígnio e à vontade de contribuir, modestamente, para recuperar este edificado, e devolver-lhe a(s) vida(s) que em tempos conheceu.

É que este "árduo caminho" só se fará como os outros, caminhando...

1. --
2. http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/08/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos_17.html
3. [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maqueta_cidade_medieval_3_\(Porto\).JPG](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maqueta_cidade_medieval_3_(Porto).JPG)
4. RAMOS, José; SILVA, Rosinda – “Estudos Sociais”, Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1986 in LOPES, Nuno Valentim, “Reabilitação de Caixilhariás de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX - Do Restauro à Selecção Exigencial de uma Nova Caixilharia: o Estudo do Caso da Habitação Corrente Portuense”, Dissertação de mestrado, 2006, pág.8
5. FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.84
6. --
7. --
8. FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.135
9. FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.138
10. --
11. --
12. FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.156
13. FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.158
14. --
15. --
16. FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.196
17. FERNANDES, Francisco Barata, op.cit., pág.194
18. <http://foiassimk.blogspot.pt/search/label/Desenhos%20%281969%29>
19. <http://foiassimk.blogspot.pt/search/label/Desenhos%20%281969%29>
20. http://www.portovivosru.pt/pdfs/aru/proj_pre_delimitacao_arus_2010_10_14_ca.pdf, pág. 13
21. http://www.portovivosru.pt/pdfs/aru/proj_pre_delimitacao_arus_2010_10_14_ca.pdf, pág.15
22. http://www.portovivosru.pt/pdfs/de_Cardosas.pdf, pág.34
23. <http://arkitectos.blogspot.pt/2009/03/era-uma-vez-o-palacio-das-cardosas.html>,
24. <http://www.engenhariaeconstrucao.com/2012/07/praca-das-cardosas.html>
25. http://www.portovivosru.pt/pdfs/DE_CA.pdf
26. <http://ssru.wordpress.com/category/reabilitacao-urbana/>
27. <https://ssru.wordpress.com/page/3/>
28. <https://ssru.wordpress.com/page/3/>
29. <http://odoloeventual.blogspot.pt/2007/05/caf-luso.html>
30. --
31. <http://www.portovivosru.pt/pdfs/ER-ApresentacaoParceirosSRU.pdf>, pág. 22
32. <http://www.portovivosru.pt/pdfs/ER-ApresentacaoParceirosSRU.pdf>, pág. 25
33. http://www.portovivosru.pt/pdfs/corpo_guarda.pdf, pág.15 e pág.26
34. http://www.portovivosru.pt/pdfs/corpo_guarda.pdf, pág.15 e pág.26
35. --
36. --
37. --
38. TEIXEIRA, Joaquim, “Descrição dos sistemas construtivos da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal”, Outubro de 2004, pág. 110
39. TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 92
40. FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, “Manual de apoio ao projecto de edifícios antigos”, Edição Ordem dos Engenheiros da Região Norte, 1ª Edição, 2012, pág. 46
41. FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, op.cit.pág. 48
42. TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág.128
43. TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 137
44. TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 108
45. TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 108
46. FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, op.cit, pág. 36
47. TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 144
48. FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, op.cit, pág. 41
49. FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, op.cit, pág. 41
50. TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 177
51. TEIXEIRA, Joaquim, op.cit, pág. 177
52. --
53. LOPES, Nuno Valentim, op.cit, pág. 28

54. LOPES, Nuno Valentim, op.cit, pág. 28
55. FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, op.cit, pág. 58
56. FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, op.cit, pág. 58
57. --
58. <http://www.treehugger.com/corporate-responsibility/total-furnishing-unit-by-joe-columbo.html>
59. http://www.archweb.it/dwg/arch_arredi_famosi/Le_corbusier/Maison_Loucheur_1929/Maison_Loucheur_1929.htm
60. Ver <http://www.normalprojects.com/?p=182/>
61. --
62. <http://fullinsight.com/2011/11/the-matroska-home>
63. --
64. --
65. --
66. --
67. --
68. <http://en.wikiarquitectura.com/index.php/File:Viviendas Sociales Carabanchel INTERIOR 05.jpg>
69. <http://www.borjagarcia.es/web2/portfolio/aptm-05/>
70. <http://www.impactlab.net/2011/05/10/incredible-tiny-lego-apartment-transforms-into-infinite-spaces/>
71. http://en.wikiarquitectura.com/index.php/Double_House_in_Weissenhofsiedlung
72. --
73. --
74. <http://casadaescrita.cm-coimbra.pt/>
75. <http://www.impactlab.net/2011/05/10/incredible-tiny-lego-apartment-transforms-into-infinite-spaces/>
76. --
77. --
78. <http://www.stevenholl.com/project-detail.php?id=36&worldmap=true>
79. <http://www.ugr.es/~jfg/casas/rietveld/index.htm>
80. --
81. --
82. --
83. --
84. <http://www.felicitybell.com/projects.html>
85. <http://www.guardtillmanpollock.com/Apartments/ApartmentSohoLondon.html>
86. --
87. --
88. <http://www.designboom.com/weblog/cat/9/view/16787/takeshi-hosaka-architects-daylight-house.html>
89. <http://trabalhosdearquitectura.blogspot.pt/2011/08/analise-casa-y.html>
90. <http://simpleyarchitecture.blogspot.pt/2013/02/sergio-fernandez-casa-em-caminha.html>
91. <http://www.gophoto.it/view.php?i=http://tharcilaleao.files.wordpress.com/2011/03/1.jpg#.UFEzRLJIR6M>
92. <http://www.magdaalvespereira.com/66108/581093/projects/escritorio-sistema-de-arrumaco>
93. <http://www.portobello.com.br/blog/decoracao/dicas-de-como-ampliar-pequenos-espacos-aposte-nos-moveis-funcionais/>
94. --
95. --
96. http://www.e-architect.co.uk/images/jpgs/portugal/quinta_de_boucos_nbc090909_4.jpg
97. <http://pt.ammeo.com/portugal/bouro/pousada-de-amares-santa-maria-do-bouro-hotel.html>
98. <http://www.guardtillmanpollock.com/Apartments/ApartmentSohoLondon.html>
99. <http://www.archdaily.com/215026/apartment-rehabilitation-in-lisbon-bruno-pica-carla-pica>

O enquadramento histórico da cidade e a casa burguesa

AFONSO, José Ferrão, "A Rua das Flores no Século XVI – Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista", Faup Publicações, 2000

AZEVEDO, Prof. Arq. Rogério, "Da Sumptuária das casas do Porto" in "Documentos e Memórias para a História da Cidade XXXI -Casas do Porto (séc. XIV ao séc. XIX)", Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade

CRUZ, António, "Nona Parte: O Porto no século XIX" in "História da Cidade do Porto", Portucalense Editora, Porto, 1962-1965

FERNANDES, Francisco Barata, "Transformações e Permanências na Habitação Portuense - As formas da casa na cidade", 2ª Edição, Porto, Faup Publicações, 1999

FERRÃO, Bernardo José, "Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás – 1758/1813 – Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina", 2ª Edição, Faup Publicações, 1989

FERREIRA, J.A, "Das Casas do Porto do séc. XIX" in "Documentos e Memórias para a História da Cidade XXXI - Casas do Porto (séc. XIV ao séc. XIX)", Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1961

MENDES, Manuel Graça, "Porto – Cultura da Cidade, Paisagem doméstica, Morfologia da Casa, 1895 – 1969 (continuidades, contaminações, metamorfoses) " in " (In) formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses", Faup Publicações, Porto, 2001

MOTA, Nelson, "Arquitectura do Quotidiano – Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do séc. XIX", Editora Edarque, 2010

NONELL, Anni Gunther, "Porto, 1763/1872 – a construção da cidade entre despotismo e liberalismo", 1ª Edição, 2002

RIO FERNANDES, José Alberto, " Porto: cidade e comércio", pág. 80, Edição Câmara Municipal do Porto, Porto, 1997

RIO FERNANDES, José, " Porto: um percurso urbano", Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT, 2005

TEIXEIRA, Joaquim, "Descrição dos sistemas construtivos da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal", Outubro de 2004

VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto e GALHANO, Fernando, "Casas do Porto" in "Arquitectura Tradicional Portuguesa", Publicações D. Quixote, Lisboa, 1992

Reabilitação e a estratégia da Porto Vivo

"01 Textos – Álvaro Siza", Edição de texto por Carlos Campos Morais, Civilização, Porto, 2009

CAMPOS, João, "Porto - Património e paradigmas", Ed. Câmara Municipal do Porto, 1997

CAMPOS, João, "Porto: reflectir (sobre) a cidade histórica", Ed. Câmara Municipal do Porto, 1999

FERNANDES, Francisco Barata, "Sobre reabilitação urbana: a casa, o bairro, o espaço público" in "Leituras de Marques da Silva: reexaminar a modernidade no início do século XX", Fundação Marques da Silva, Edição de Rui Jorge Garcia Ramos, 2011

FORTY, Adrian "Works and Buildings - A vocabulary of a Modern Architecture", Ed. Thames and Hudson, Nova Iorque, 2000

GARCIA, Francisco, " Construir en lo contruido - La arquitectura como modificación", 3ª Edição, Nerea, Madrid, 2005

PEREIRA, Virgílio Borges, "A cidade, a reorganização e o Estado: coordenadas para uma sociologia da reorganização sócio espacial na cidade do Porto" in "Leituras de Marques da Silva: reexaminar a modernidade no início do século XX", Fundação Marques da Silva, Edição de Rui Jorge Garcia Ramos

PORTAS, Nuno, "Os tempos das formas – vol. I: A Cidade Feita e Refeita", Edição Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho/ Guimarães, 2005

PORTO VIVO, SRU, "Documento estratégico -Unidade de Intervenção do Bairro Mouzinho da Silveira/ Corpo da Guarda", Junho 2007

PORTO VIVO, SRU, "Documento estratégico - Unidade de Intervenção do Bairro das Cardosas", Junho 2007

PORTO VIVO, SRU, "Masterplan (síntese executiva): Revitalização Urbana e Social da Baixa", Versão Definitiva, Porto 2005

PORTO VIVO, SRU, "Bairro de Carlos Alberto – Apresentação do Projecto", Porto, Fevereiro, 2007

QUEIRÓS, João, "O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto", Edição Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia, 2007

QUEIRÓS, João, "Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos – Considerações exploratórias a partir do caso do Porto", in "Sociologia, problemas e práticas", nº 55, 2007

- Sítios/ Artigos da Internet

AGUIAR, José, " Memória, Cidade e Projecto - Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano" in <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongresso00a2000.pdf>, Évora, 2000

AGUIAR, José, " Projecto de conservação: da importância do método à oportunidade das surpresas", in <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarprojectarparaconservarscte2004.pdf>, Junho de 2004

FIGUEIREDO, Pedro, " O Centro Histórico antes do CRUARB" in <http://www.porto.taf.net/dp/node/7058>, 29 de Junho de 2009

PEREIRA, Ana Isabel "Mais de 250 imóveis serão reabilitados nos próximos dois anos", in <http://porto24.pt/porto/25022010/mais-de-250-imoveis-serao-reabilitados-nos-proximos-dois-anos/>, 25 de Fevereiro de 2010

PINHO, David Afonso Pinho, "Sociedades de Reabilitação Urbana e modelos de cidade: A imagem de cidade projectada pelo Masterplan para a Baixa do Porto" in <http://pt.scribd.com/doc/36906117/Sociedades-de-Reabilitacao-Urbana-e-modelos-de-cidade-A-imagem-de-cidade-projectada-pelo-Masterplan-para-a-Baixa-do-Porto>

PINTO, Reis, "Café Luso renasce em quarteirão de luxo" in http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1435200, 1 de Dezembro de 2009

"Reabilitação: Um Porto como novo" in <http://imobnewsportugal.blogspot.pt/2012/07/reabilitacao-um-porto-como-novo.html>, 14 de Julho de 2012

REDACÇÃO, "SRU espera por nova legislação para agilizar reabilitação e arrendar" in <http://porto24.pt/porto/09112011/sru-espera-por-nova-legislacao-para-agilizar-reabilitacao-e-arrendar/>, 9 de Novembro de 2011

RIOS, Pedro, "Reabilitação do centro histórico do Porto com "ritmo extremamente pequeno" in <http://porto24.pt/porto/27032011/reabilitacao-do-centro-historico-do-porto-com-ritmo-extremamente-pequeno/>, 27 de Março de 2011

SCHRECK, Inês, "Casas renovadas na Zona Histórica sem interessados" in http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=1775179&page=-1, 4 de Fevereiro de 2011

SOARES, Elisabete, "Casas das Cardosas são procuradas por investidores" in economico.sapo.pt/noticias/casas-das-cardosas-sao-procuradas-por-investidores_127677.html, 2 de Outubro de 2011

VILLAS-BOAS, Cristina, "Reabilitação da Baixa do Porto: Faltam incentivos ao pequeno investidor" in http://jpn.icicom.up.pt/2009/07/21/reabilitacao_da_baixa_do_porto_faltam_incentivos_ao_pequeno_investidor.html, 21 de Julho de 2009

<http://www.portovivosru.pt>

A construção do problema

SIZA, Álvaro, "Imaginar a evidência", Edições 70, Lisboa, 2000

FREITAS, Vasco Peixoto, coordenação, "Manual de apoio ao projecto de edifícios antigos", Edição Ordem dos Engenheiros da Região Norte, 1ª Edição, 2012

TEIXEIRA, Joaquim, "Descrição dos sistemas construtivos da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal" – Prova de aptidão pedagógica e conhecimento científico, Outubro de 2004

PORTO VIVO, SRU, "Projecto Preliminar de conversão de zona de intervenção prioritária em áreas de reabilitação urbana", Porto, Outubro de 2010

ÁBALOS, Iñaki - " A Boa-vida: Visita guiada às casas da modernidade", Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2000

BRANDÃO, Ludmila de Lima, " A Casa Subjectiva", Editora Perspectiva, São Paulo, 2002

LLEÓ, Blanca, "Sueño de habitar", Gustavo Gili, Barcelona, 2005

SCHNEIDER, Friederike, "Atlas de Plantas – vivendas/habitação", Edição Gustavo Gili, 2006

GALFAETTI, Gustau Gili, "Casas Refugio", Editora Gustavo Gil, Barcelona, 1995

GALFAETTI, Gustau Gili, "Pisos Piloto", Editora Gustavo Gili, Barcelona, 1997

KLEIN, Alexander Klein, "La Vivenda mínima: 1906-1957 ", Edição Gustavo Gili, 1980

LLEÓ, Blanca, "Sueño de habitar", Gustavo Gili, Barcelona, 2005

MOIA, José Luis, "Como projectar uma vivenda", Editorial Presença, 2000

MONTEYS, Xavier, FUERTES, Pere, "Casa Collage – Un ensayo sobre la arquitectura de la casa", Editora Gustavo Gili, Barcelona, 2001

NEUFERT, Ernst, "A Arte de Projectar Arquitectura", 21ª Edição, Editora Gustavo Gili, Barcelona, 1998

PACHECO, Elsa, "Aspectos de Acessibilidade e Transportes na Baixa Portuense", Departamento de Geografia, Universidade do Porto, 2006

PEDRO, João Costa Branco "As dimensões do mobiliário e do equipamento utilizado na habitação", Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2011

PEDRO, João Costa Branco, "Definição de Avaliação da Qualidade Arquitectónica Habitacional", Dissertação elaborada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2000

PEREC, Georges, "Especies de espacios", Edição Literatura e Ciência, S.L, Barcelona, 2001

PORTAS, Nuno, "Funções e exigências de áreas da habitação", Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1969

BUSCH, Akiko, "Geography of Home – writings on where we live", Editora Pap-Princeton Architectural Press, Nova Iorque, 1999

BALL, Rick, "Arte del espacio: diseño de interiores mínimo's, Ed. Hermann Blume, Madrid, 1988

FERNANDES, Fátima e CANNATÁ, Michele, "Casa inteligente – Protótipo de Casa contemporânea", Edições Asa, Concreta 2002

- Artigos Revistas

DOMINGUES, Álvaro, "De que se fala quando se fala de casas?" in "Jornal dos Arquitectos" nº224, Edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, 2006

ELEB-VIDAL, Monique, CHÂTELET, Anne Marie, MANDOU, Thierry, "La flexibilidad como dispositivo" in Revista "Quaderns D'Arquitectura I Urbanisme" nº 202, Editor Col·legio Arquitectos Catalunya, 1998

GAUTIER, Pierre, "Identidad, Escala, Flexibilidad" in "Revista Quaderns D'Arquitectura I Urbanisme", nº 226, Editor Col·legio Arquitectos Catalunya, Barcelona, 1996

KEMPE, Andre, THILL, Oliver, "Neutralidad específica, Un manifesto sobre la nueva vivienda colectiva" in "a+t – Densidad II", nº20, 2002

RAMOS, Rui, " A nossa Casa, 44, piso 12, ap.136 - Dois Pontos Para Outras Formas de Habitar" in "Jornal dos Arquitectos" nº205, Lisboa, 2002

- Sítios/ Artigos da Internet

COELHO, Andreia Félix, DAVIM, Margarida, "Estudantes estrangeiros já são 10% nas universidades" in http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=18549, 7 de Maio de 2011

GOMES, Catarina, FREITAS, Rafaela, "Famílias de uma pessoa cresceram 37% em dez anos" in <http://www.publico.pt/Sociedade/familias-de-uma-pessoa-cresceram-37-em-dez-anos-1524142>, 7 de Dezembro de 2011

SOCIEDADE, "Crise económica pode fazer desaparecer classe média em Portugal" in http://www.jn.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=2271216&page=2, 29 de Janeiro de 2012

LUSA, "Taxa de desemprego sobe em Portugal para 15,2% em abril, 36,6% entre os jovens"

<http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2012/06/01/taxa-de-desemprego-sobe-em-portugal-para-152-em-abril-366-entre-os-jovens>, 1 de Junho de 2012

"Habitações T0 a T2 são as mais procuradas na Baixa" in <http://www.portaldafenix.com /index.php?topic=11736.0;wap2>

RIOS, Pedro, "2010, o ano em que a "Revolução da Baixa" do Porto triunfou" in <http://www.publico.pt/Local/2010-o-ano-em-que-a-revolucao-da-baixa-do-porto-triunfou-1473033?all=1>, 30 de Dezembro de 2010

CARVALHO, Miguel, "As sete vidas do Porto " in <http://visao.sapo.pt/as-sete-vidas-do-porto-fotos=f570198>, 25 de Agosto de 2010

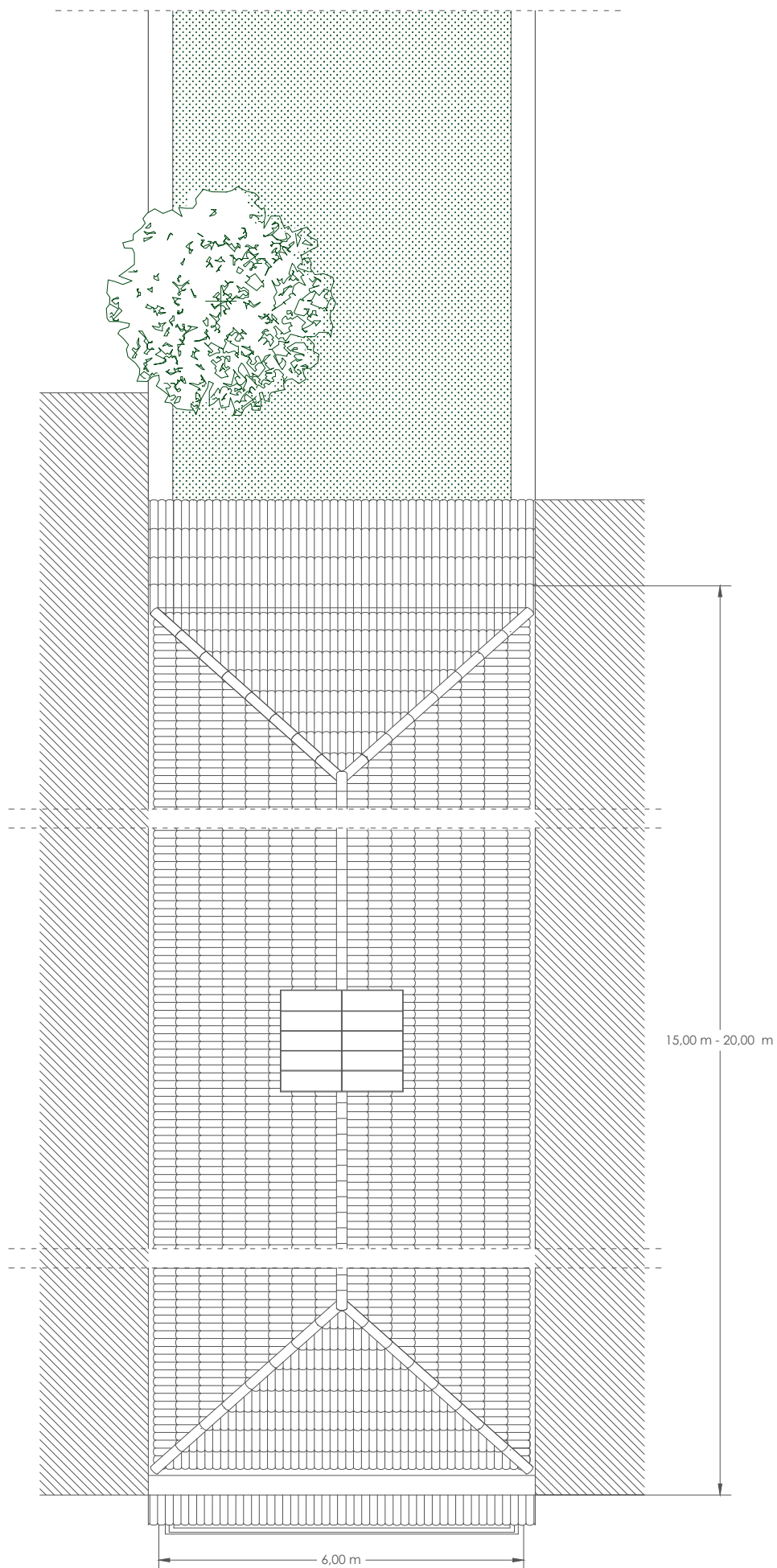
SRU, PORTO VIVO, Consultora LTM, " O Estudo de caracterização empresarial do Centro Histórico do Porto" in <http://www.portovivosru.pt>

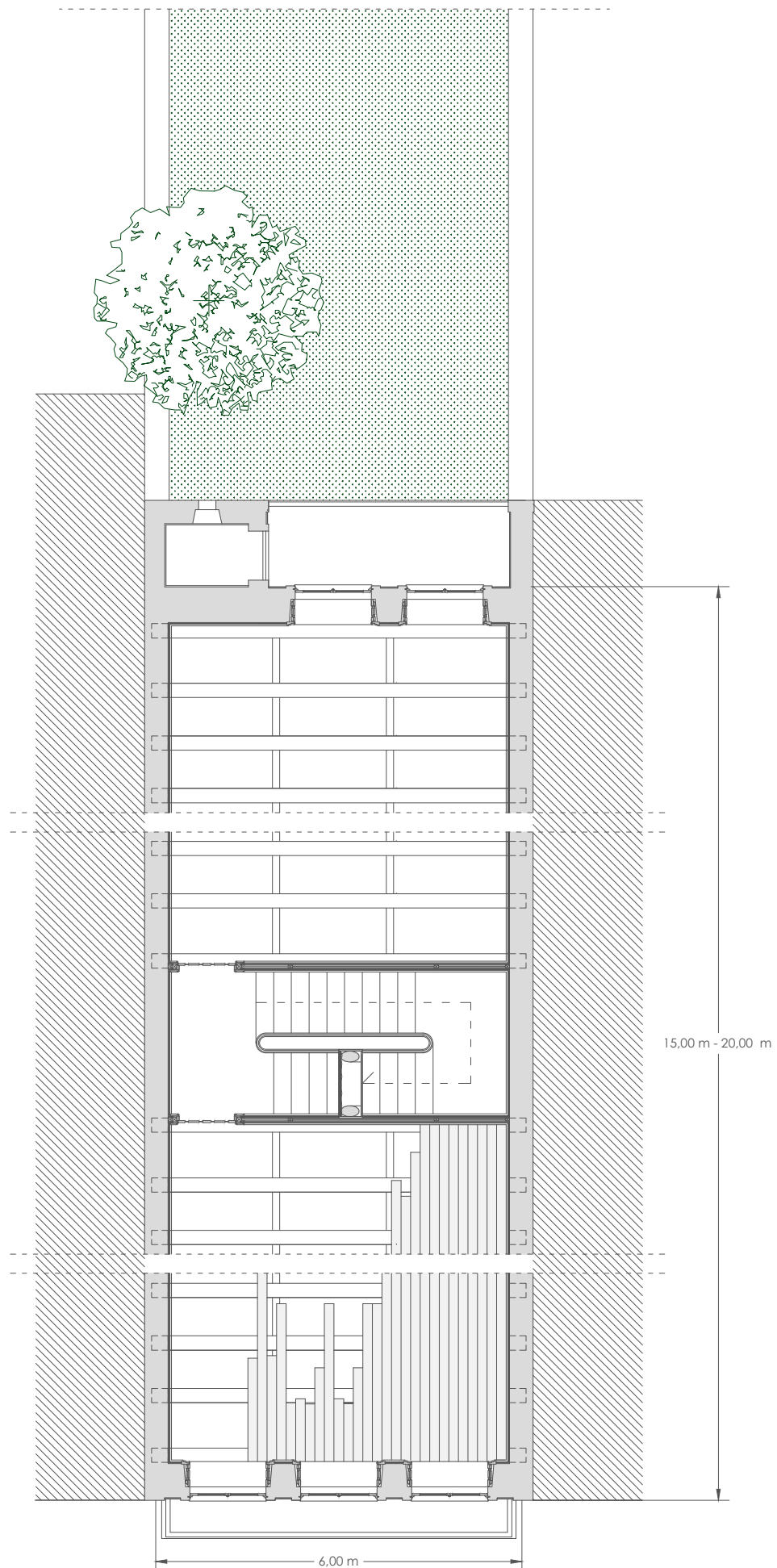
www.pordata.pt/

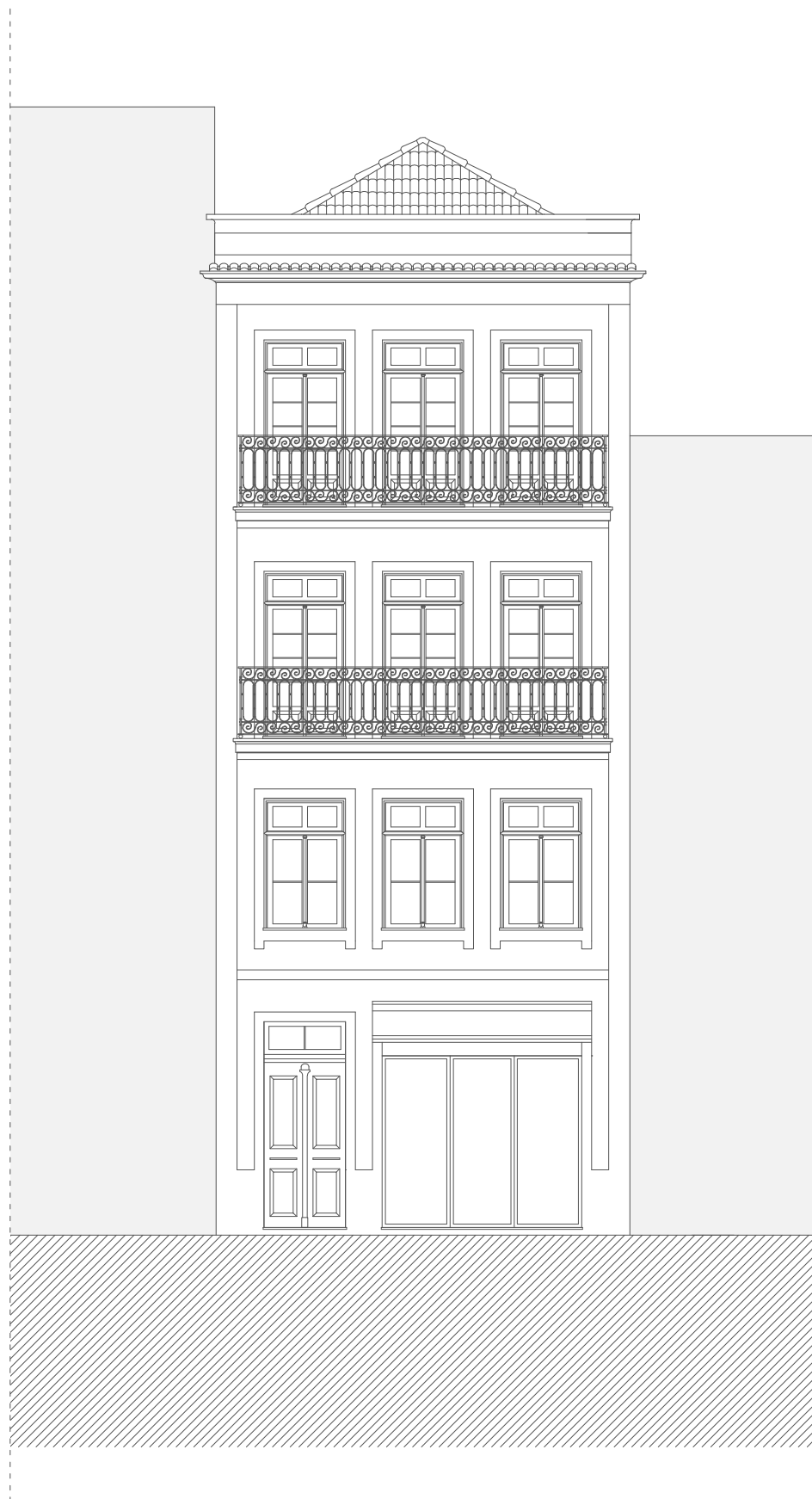
censos.ine.pt/

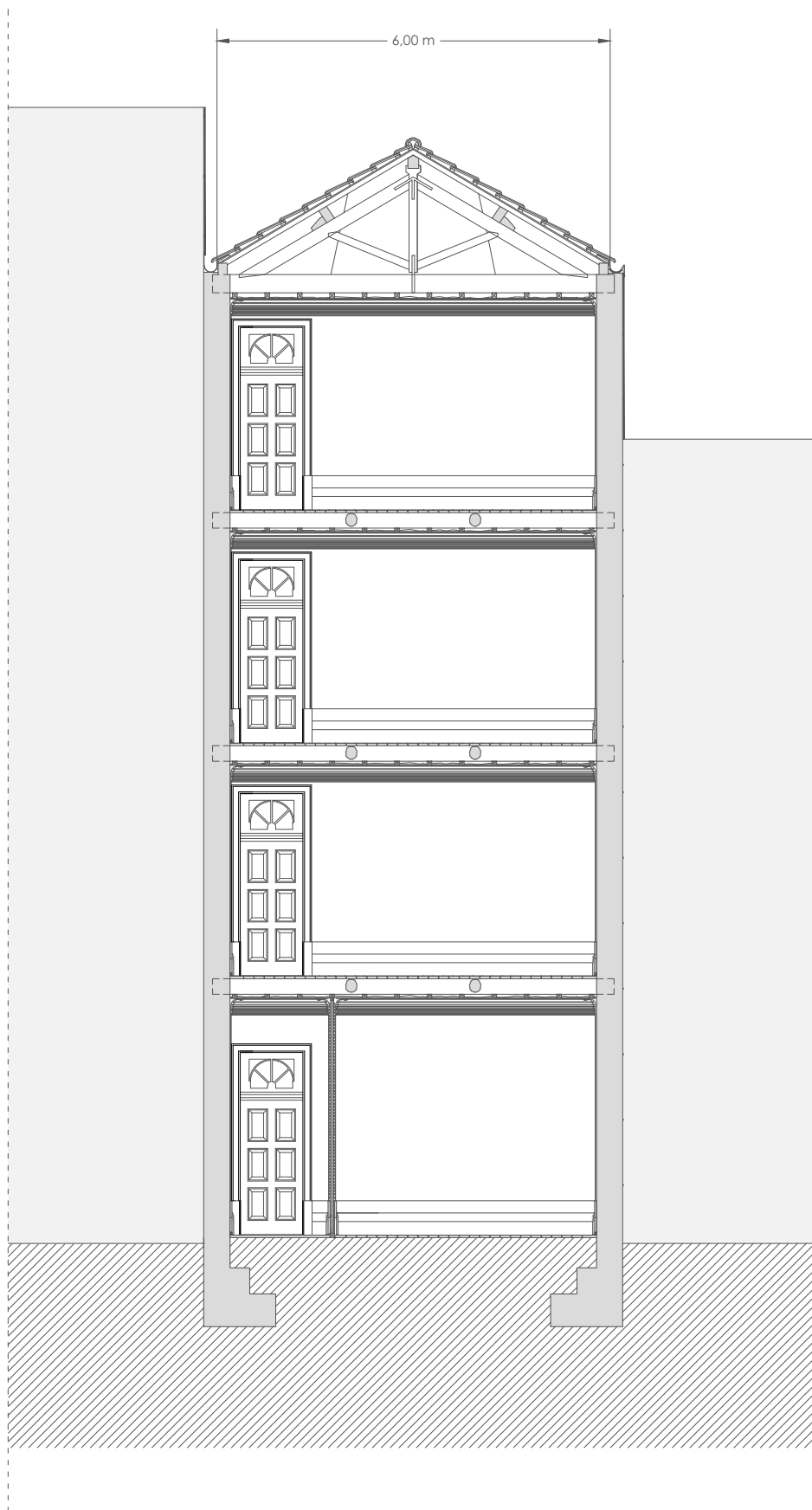
Anexo I – Desenhos Base de Intervenção

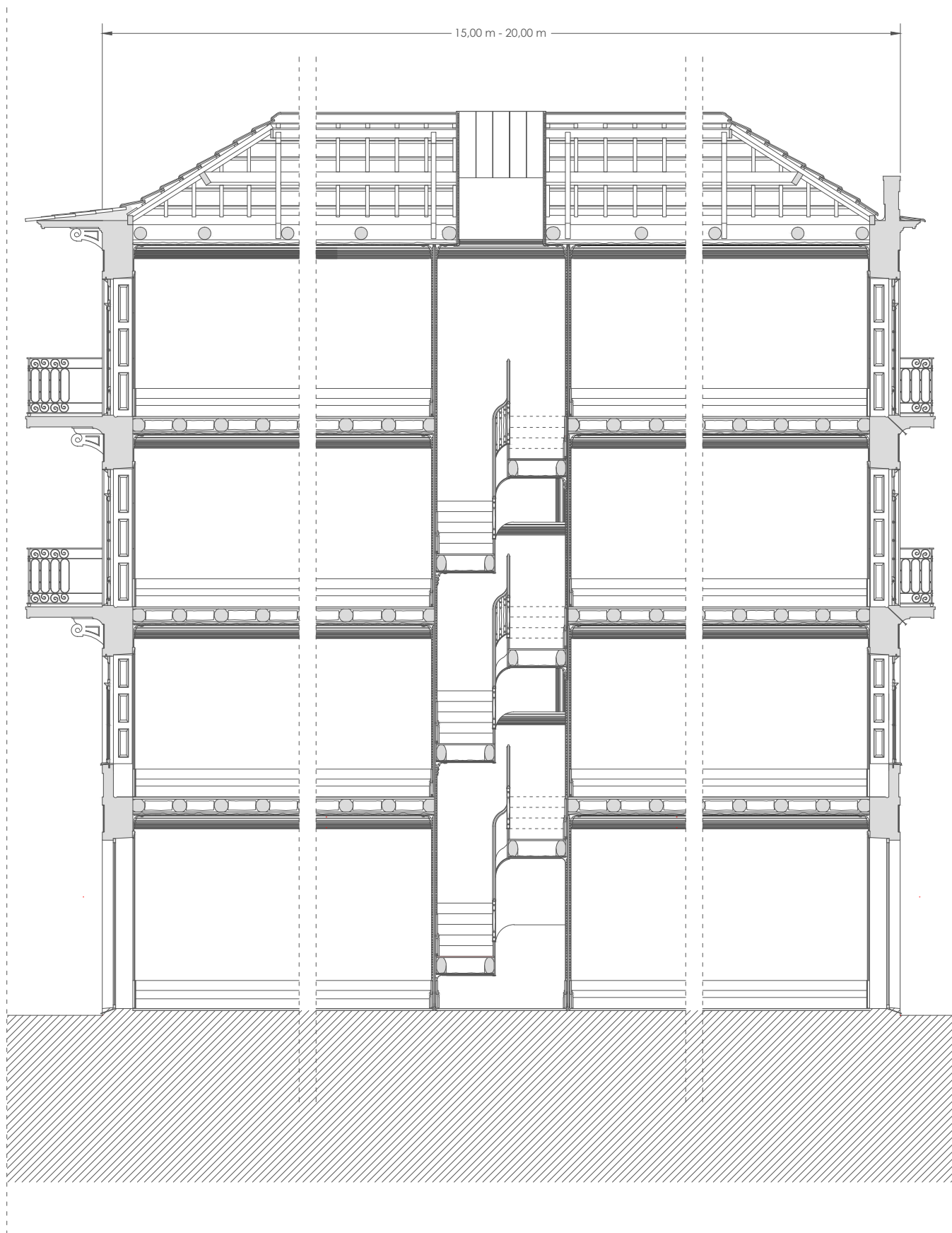


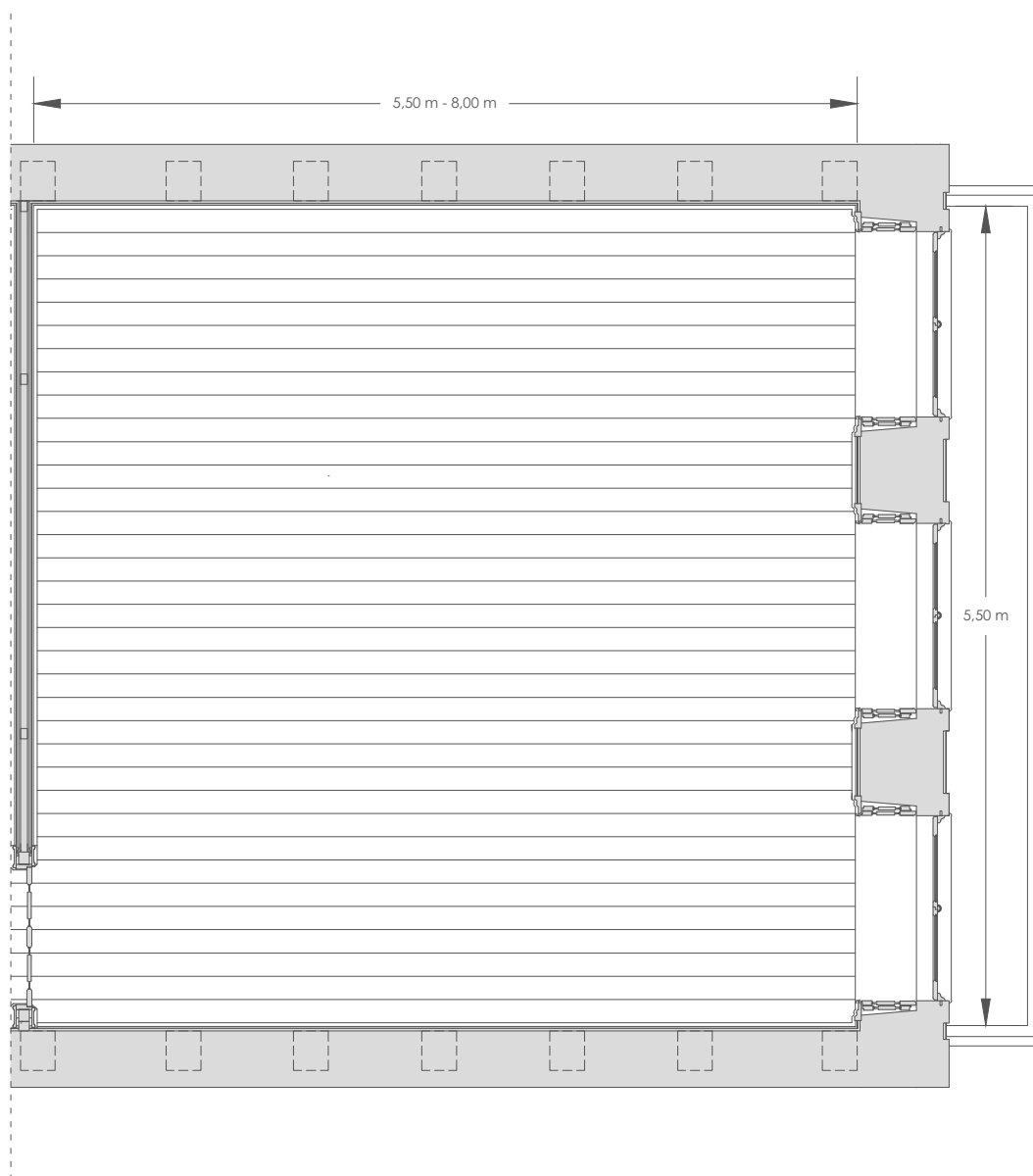


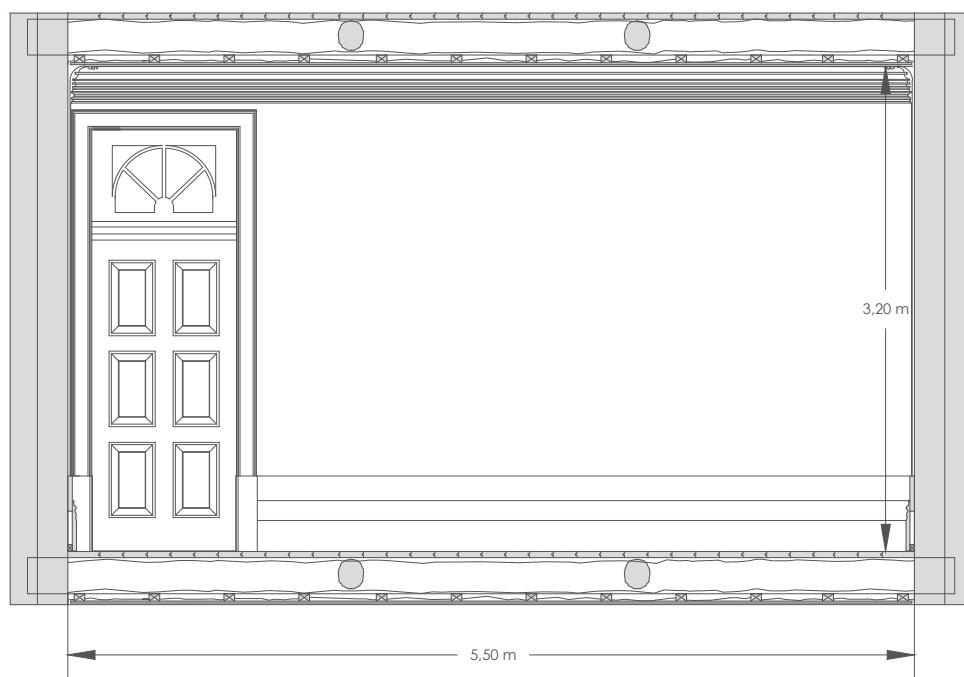
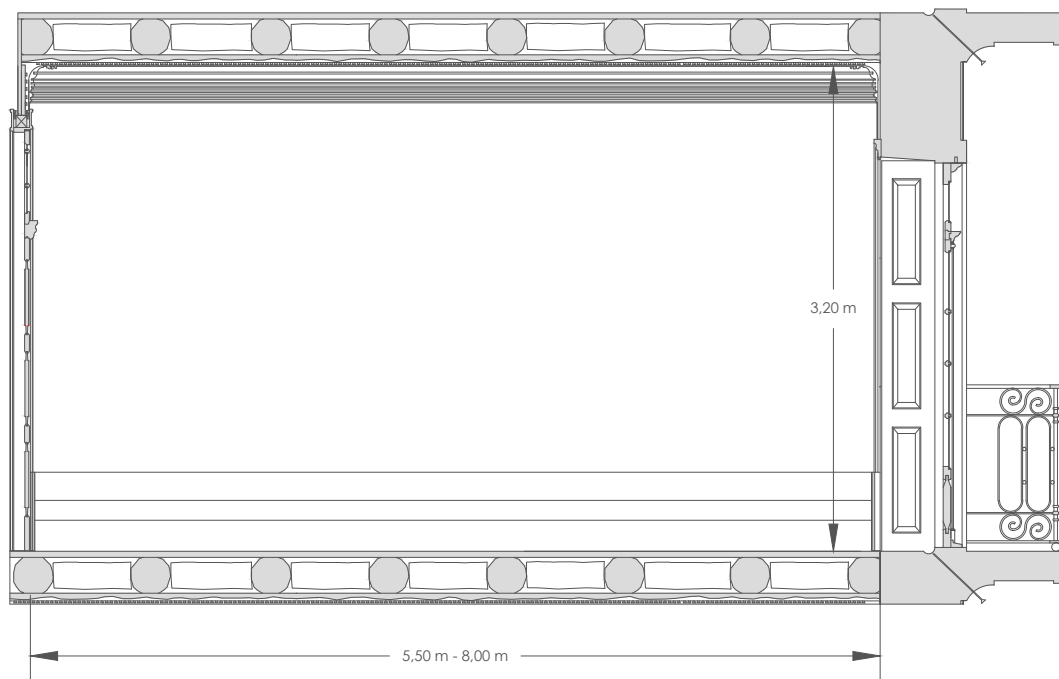




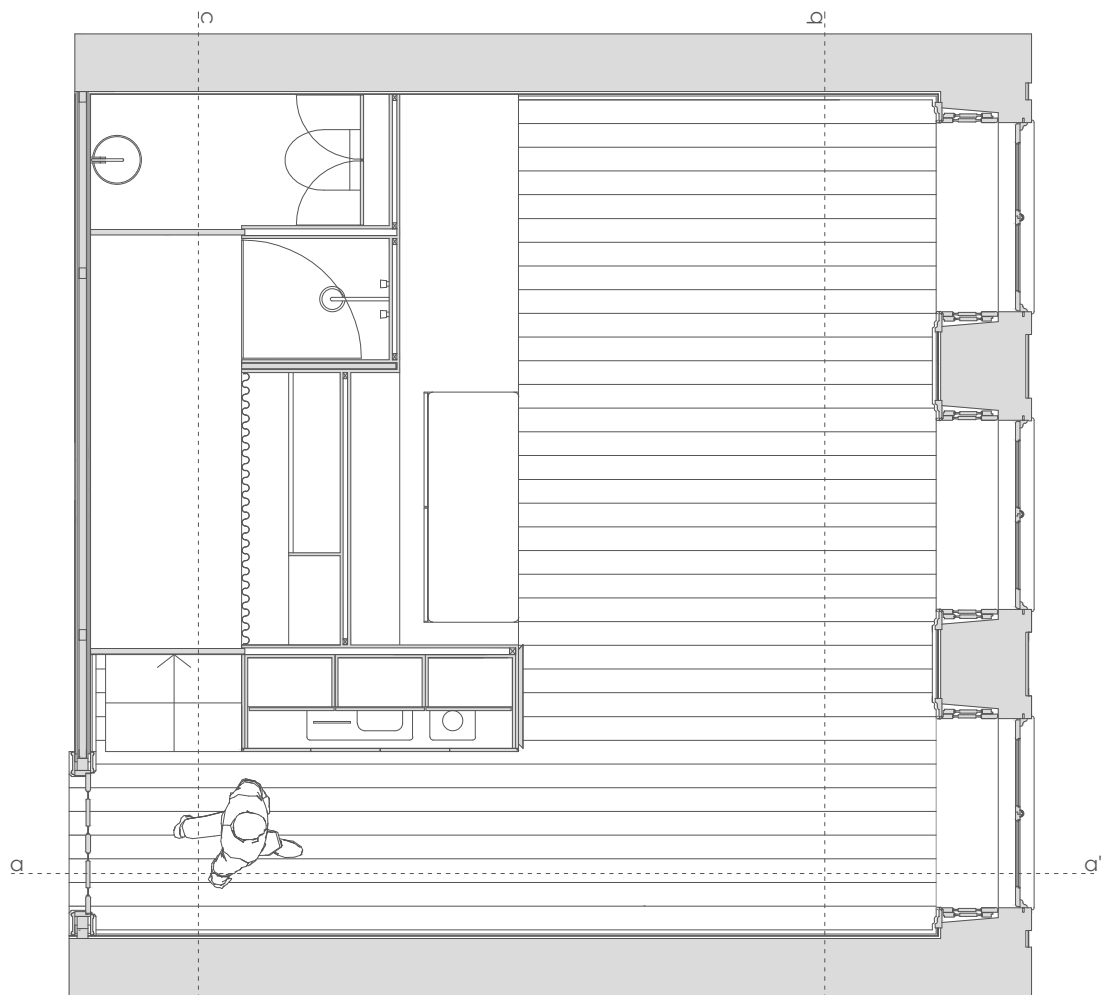




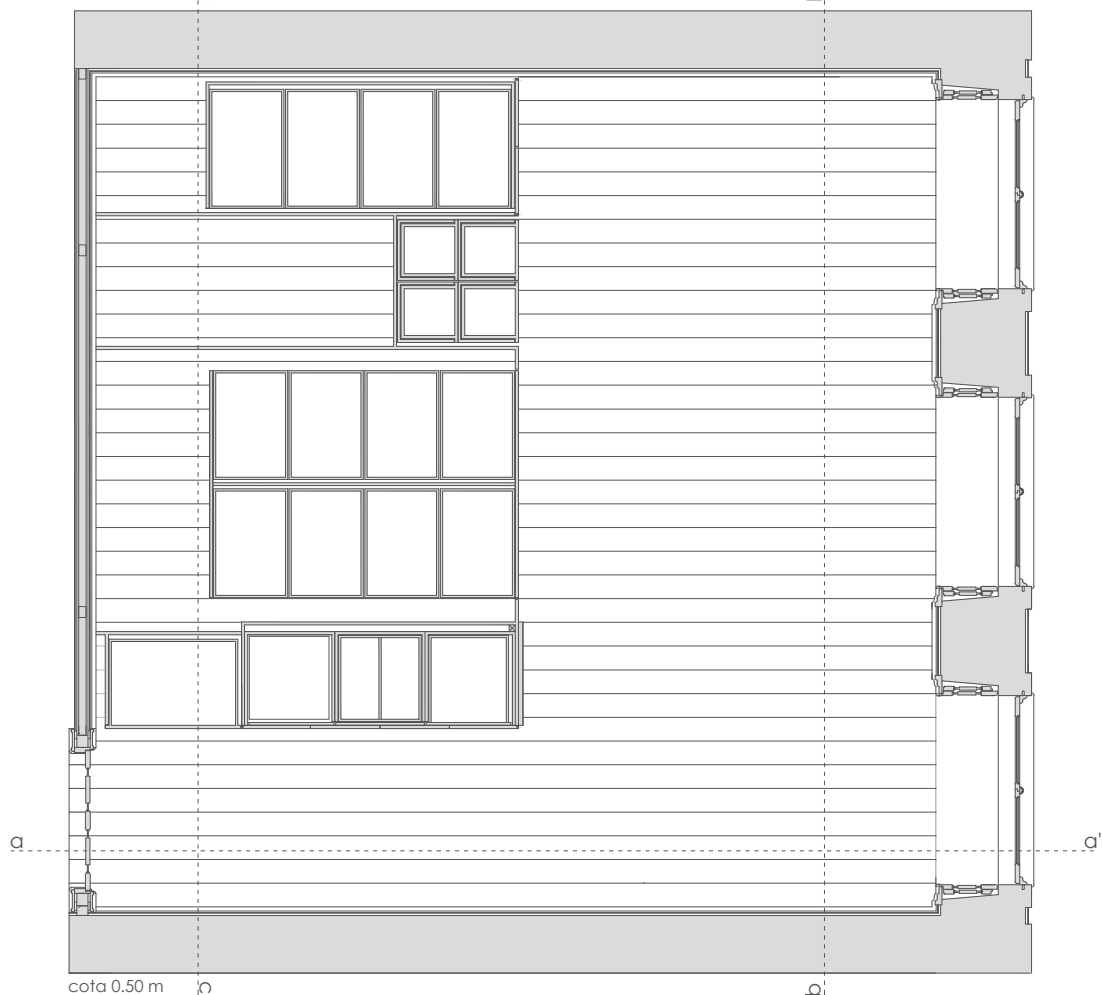




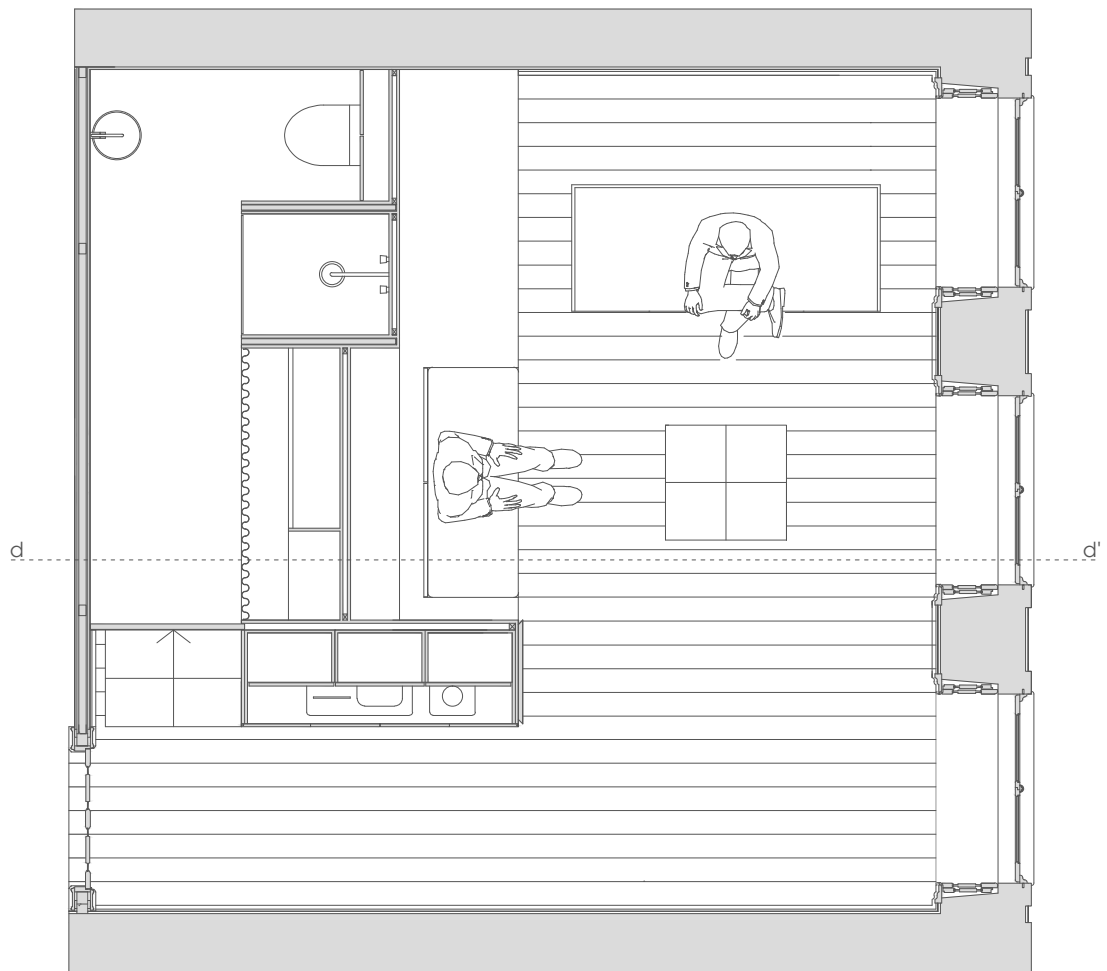
Anexo II – Desenhos Protótipo



cota 1.50 m



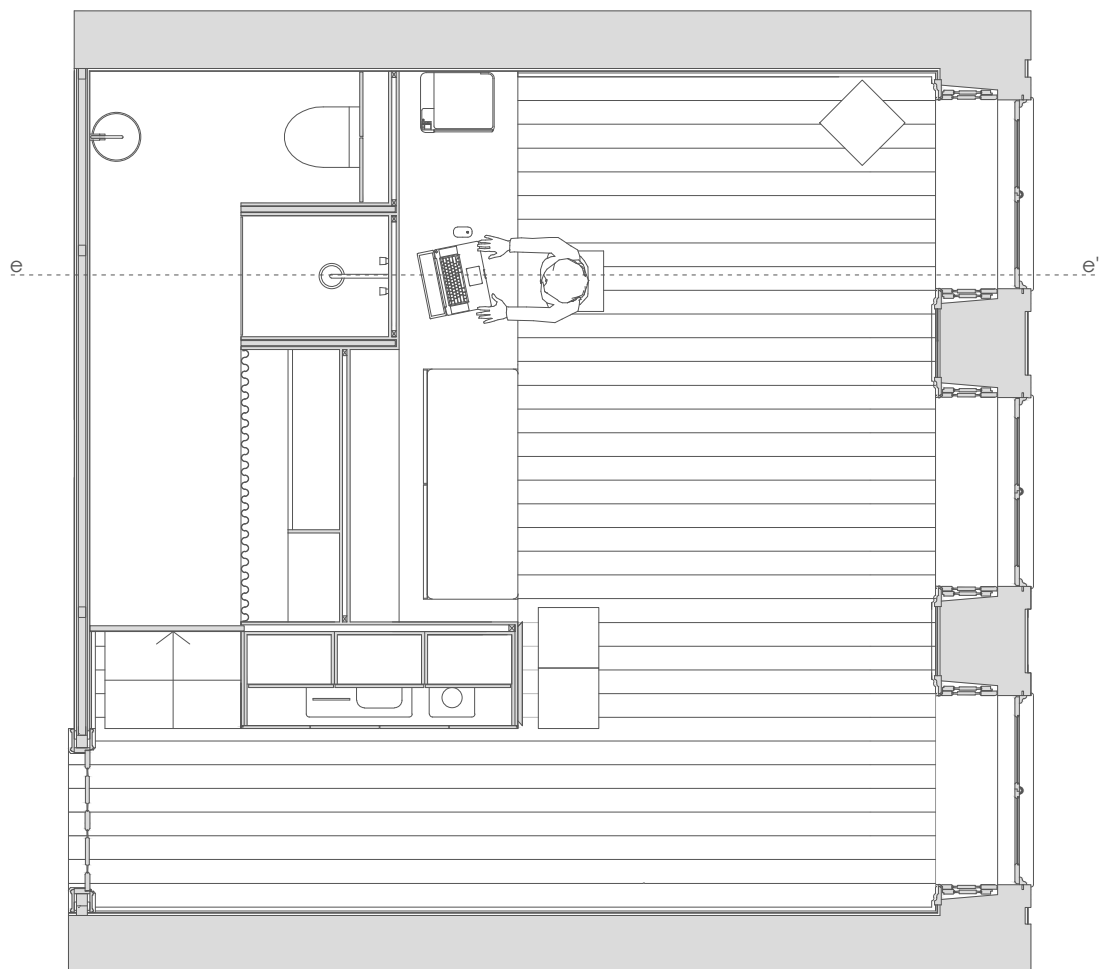
cota 0.50 m



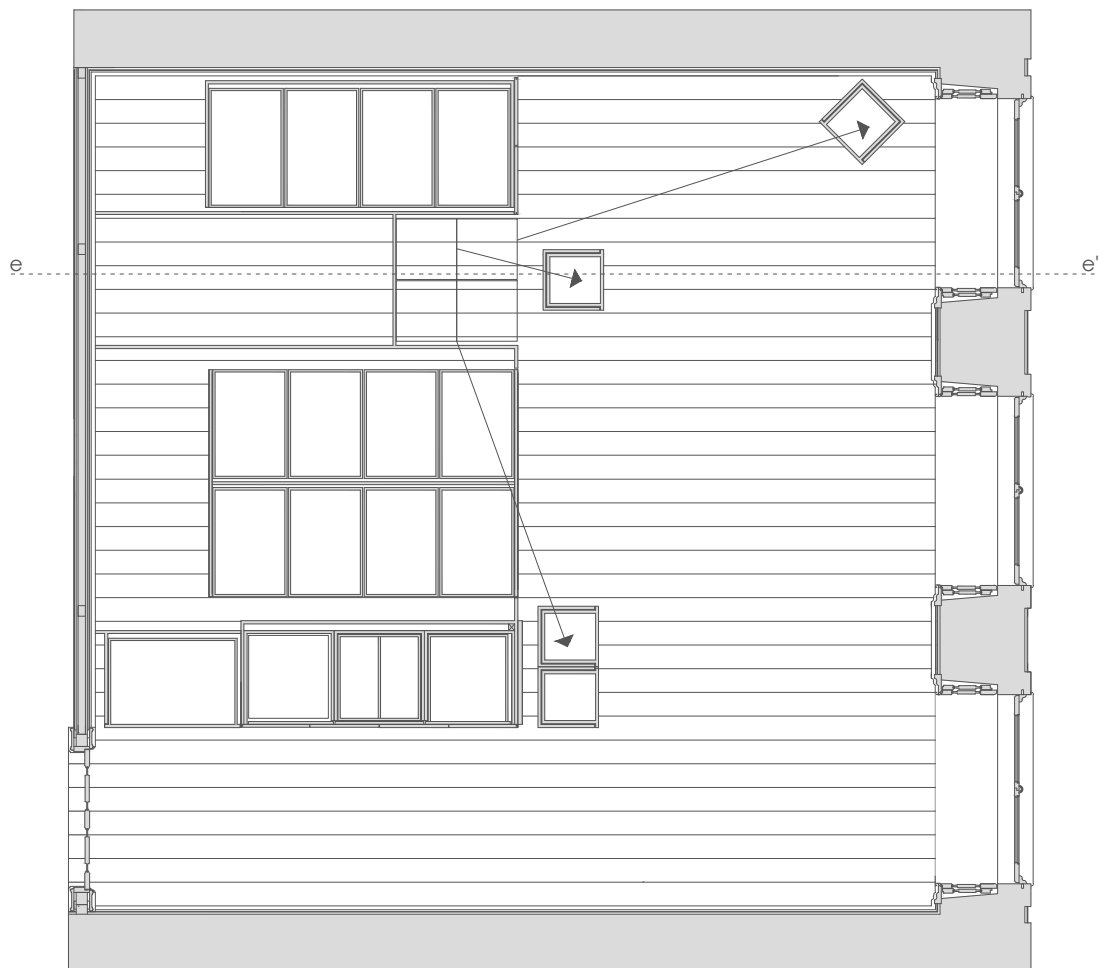
cota 1.50 m



cota 0.50 m



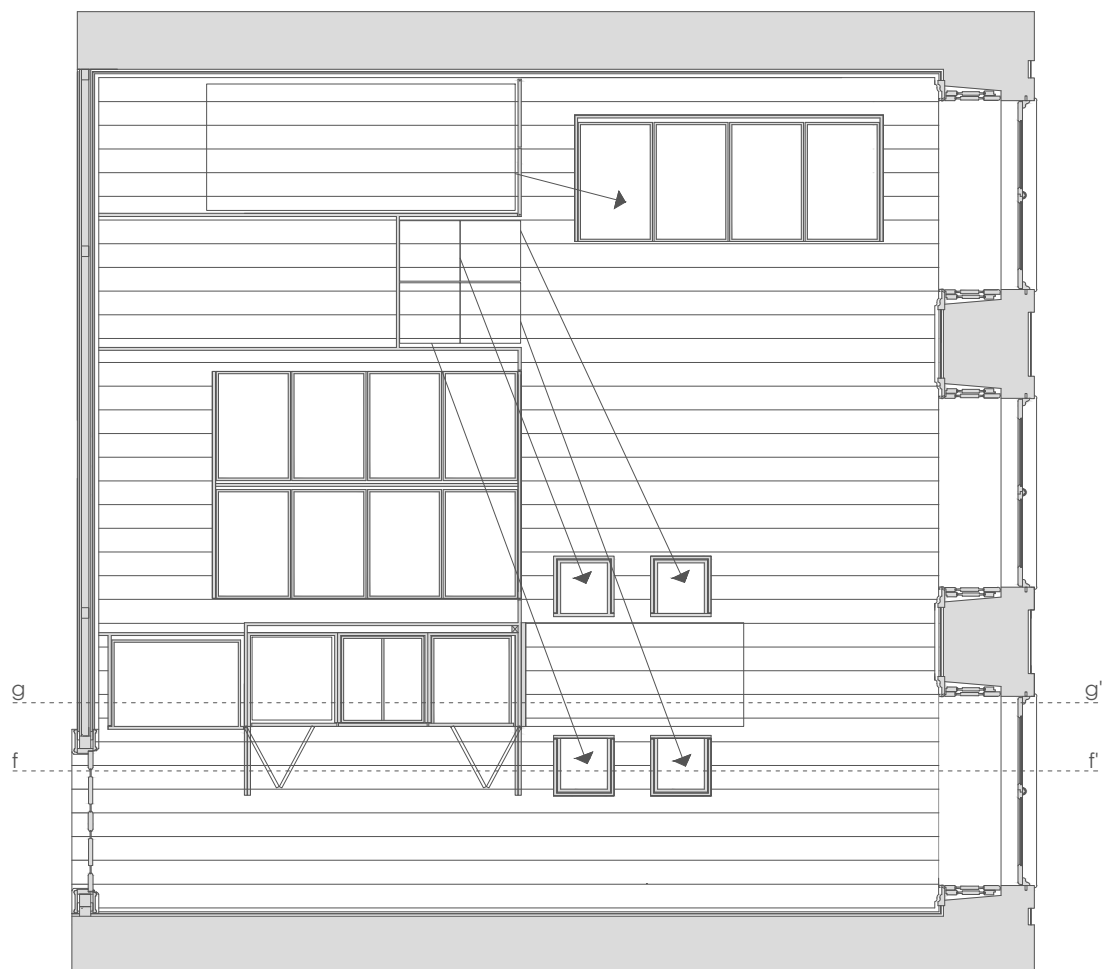
cota 1.50 m



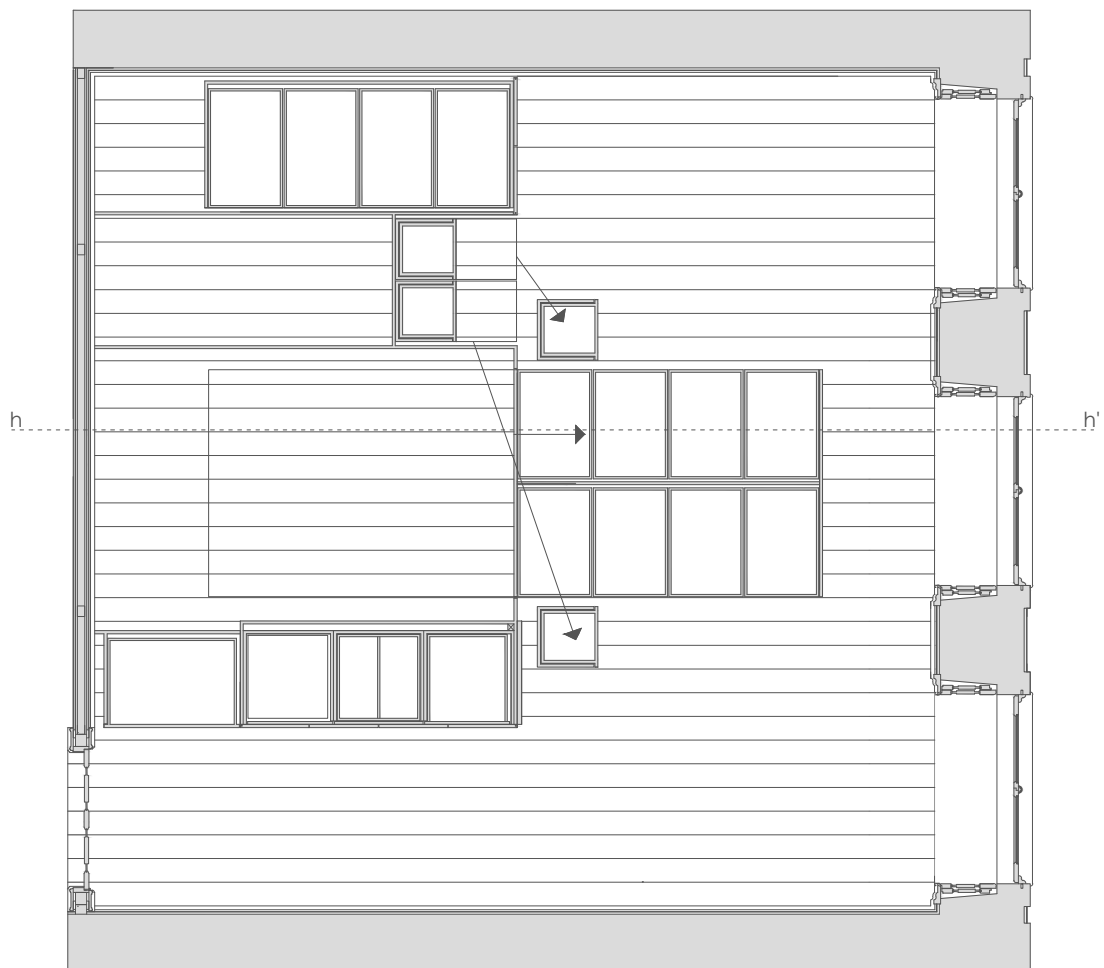
cota 0.50 m



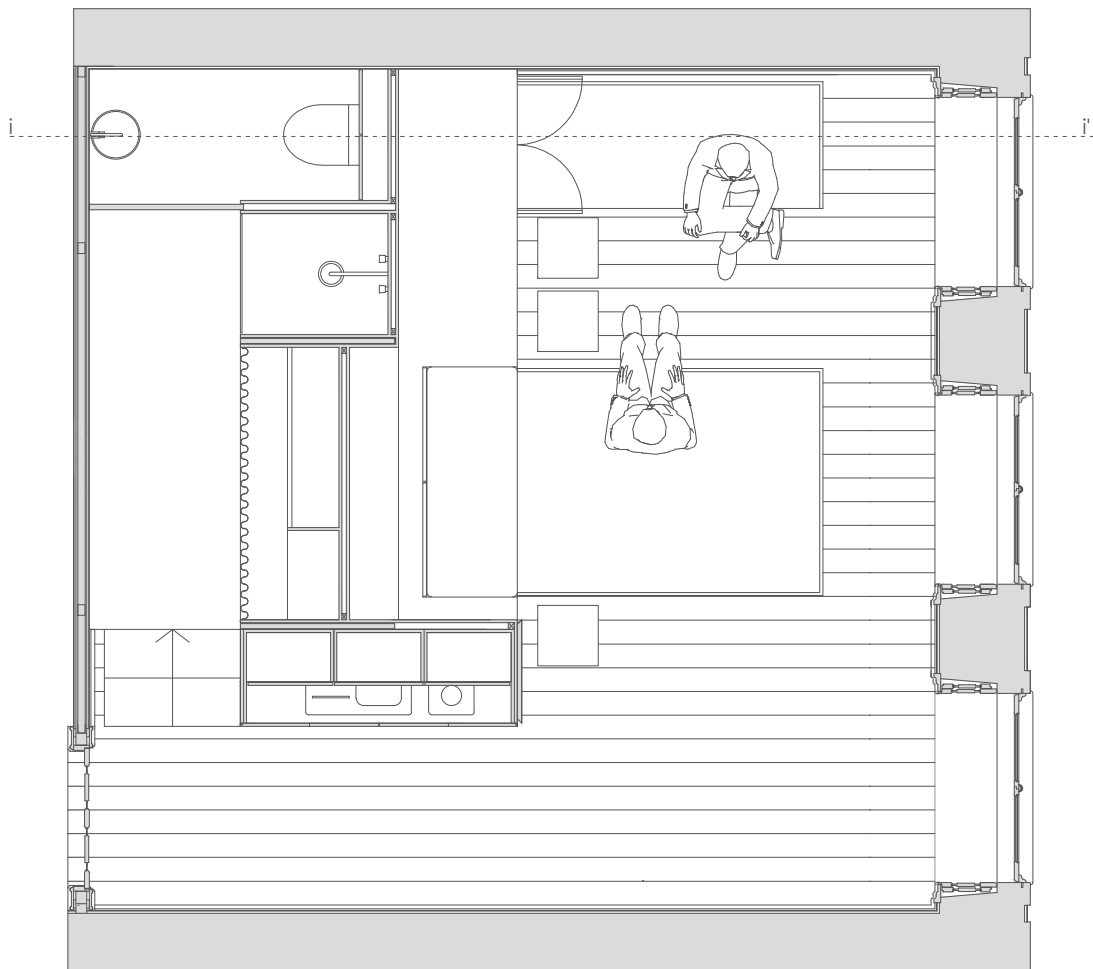
cota 1.50 m



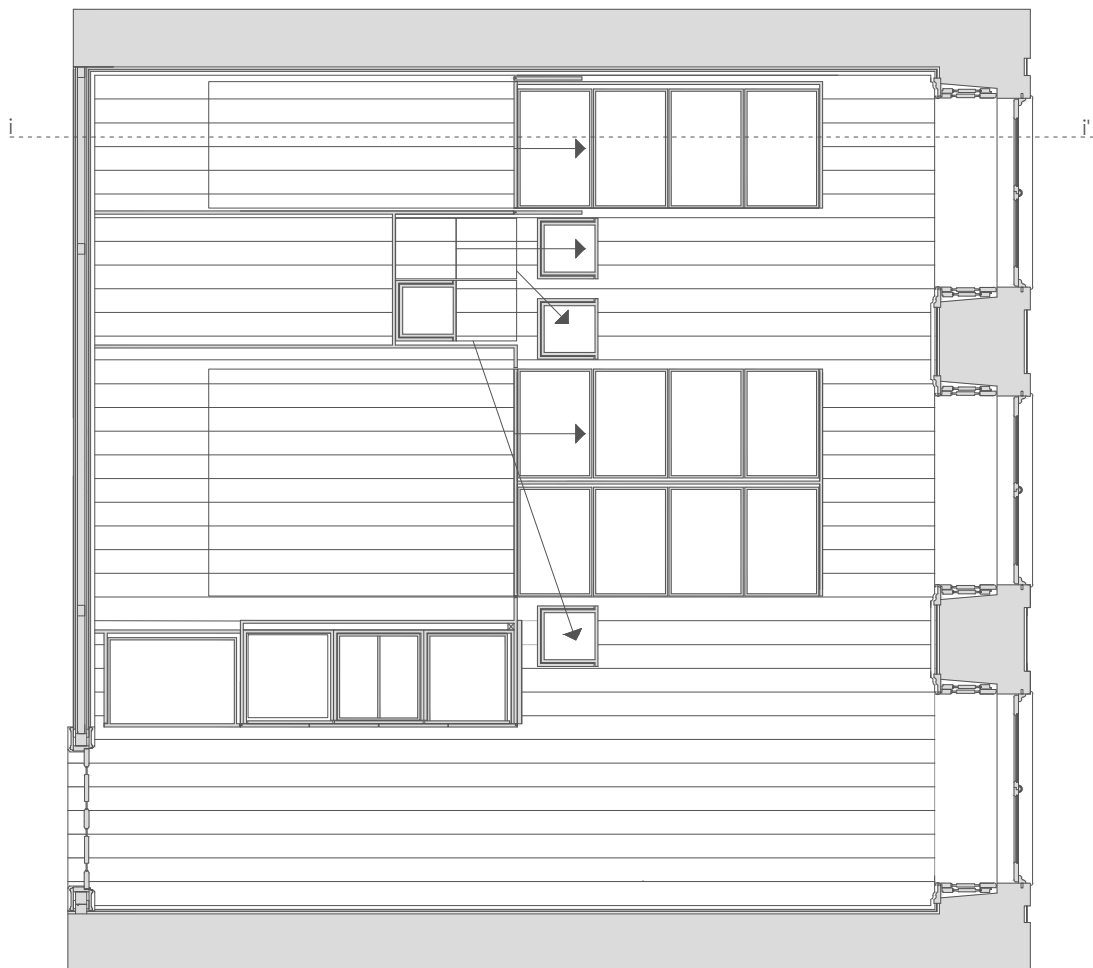
cota 0.50 m



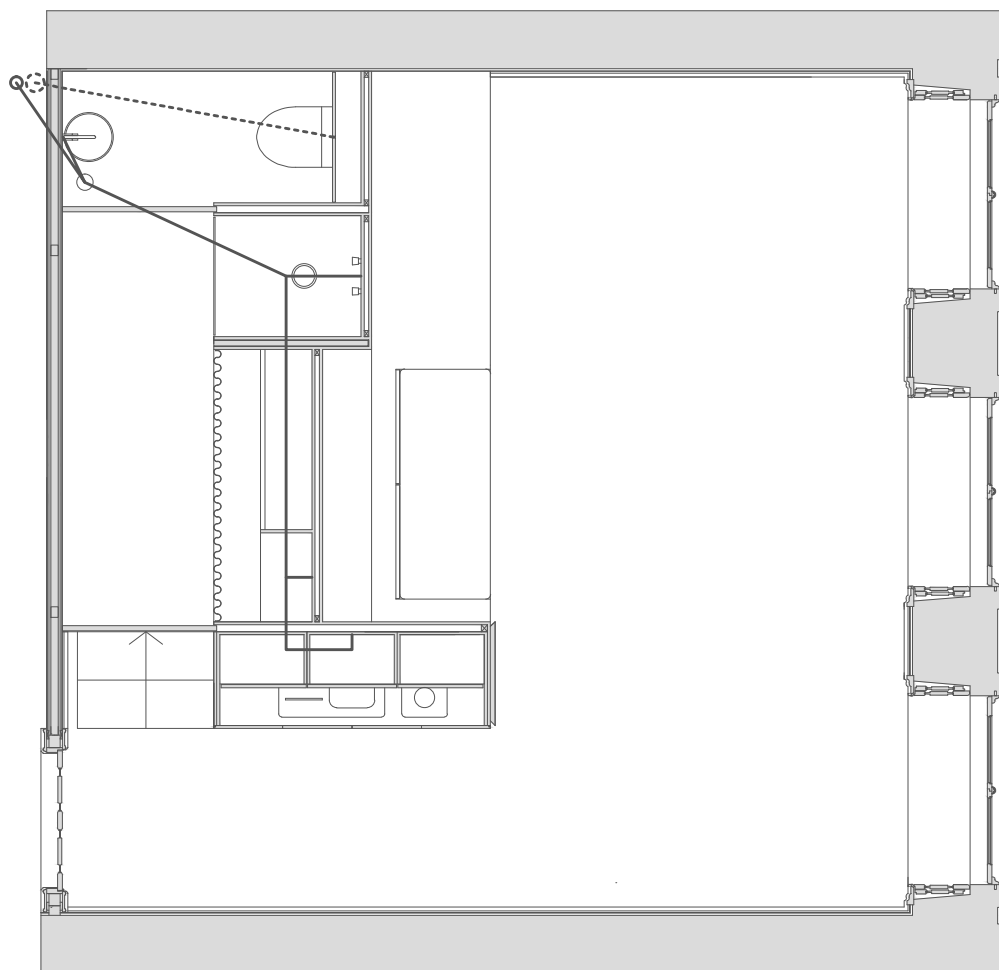
cota 0.50 m



cota 1.50 m



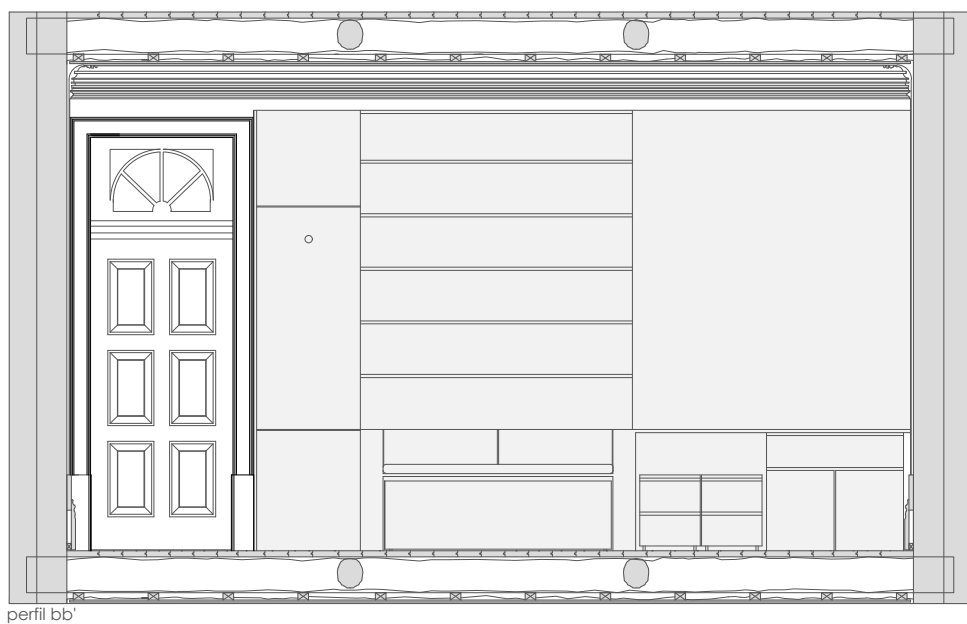
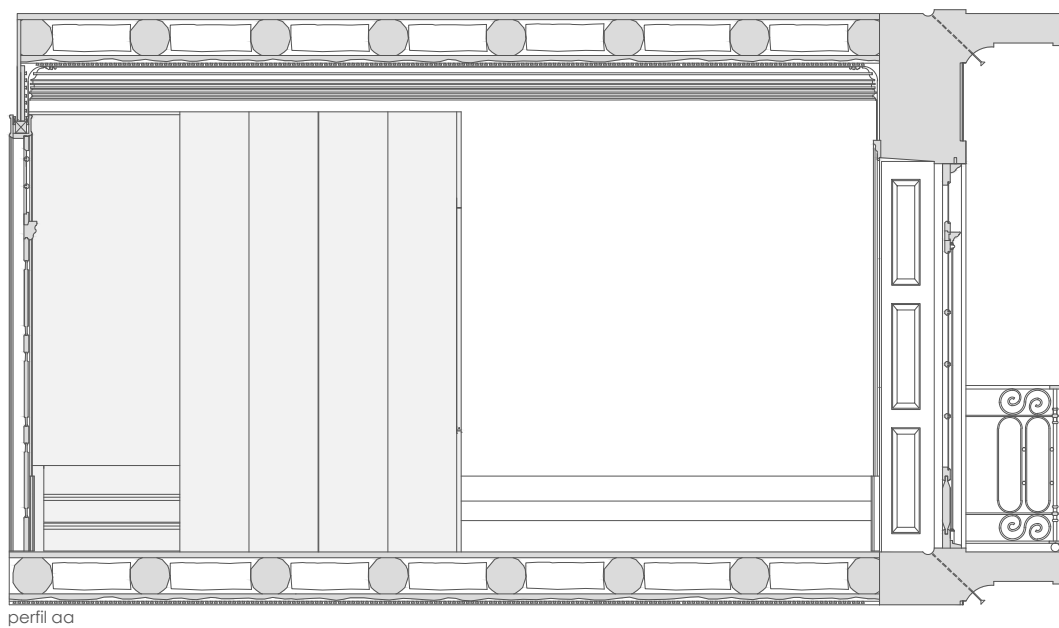
cota 0.50 m

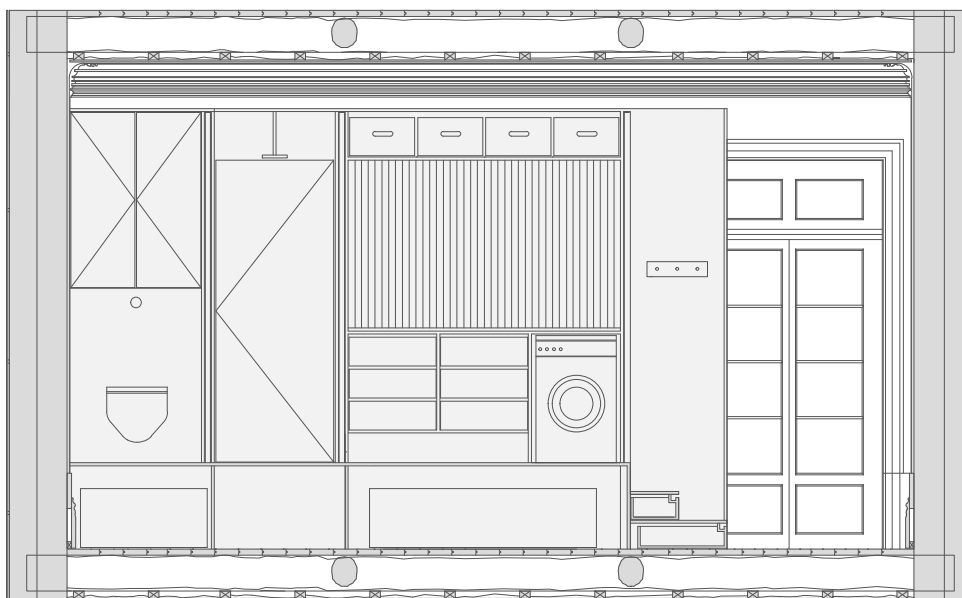


cota 1.50 m

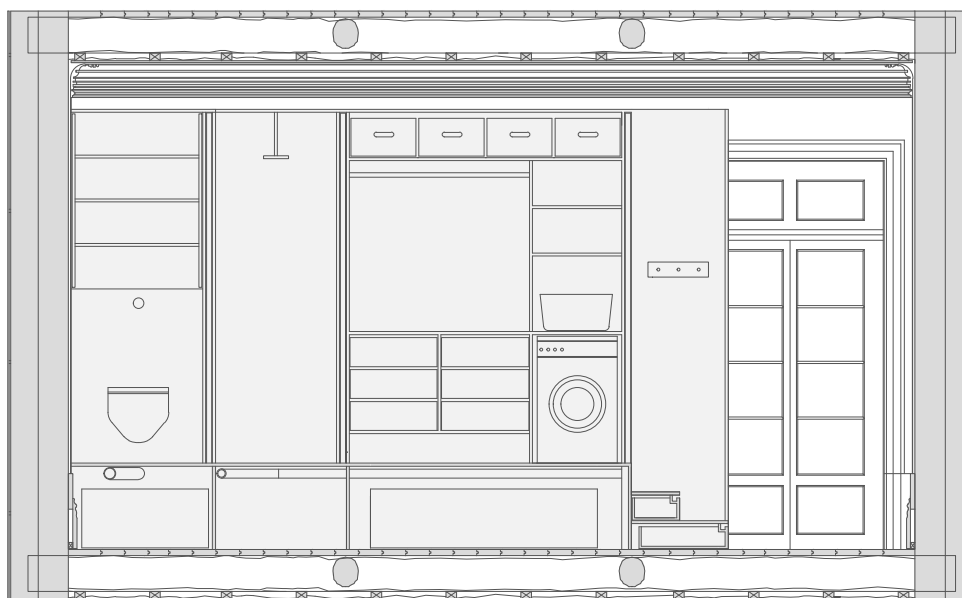
águas limpas —————

águas sujas - - - - -

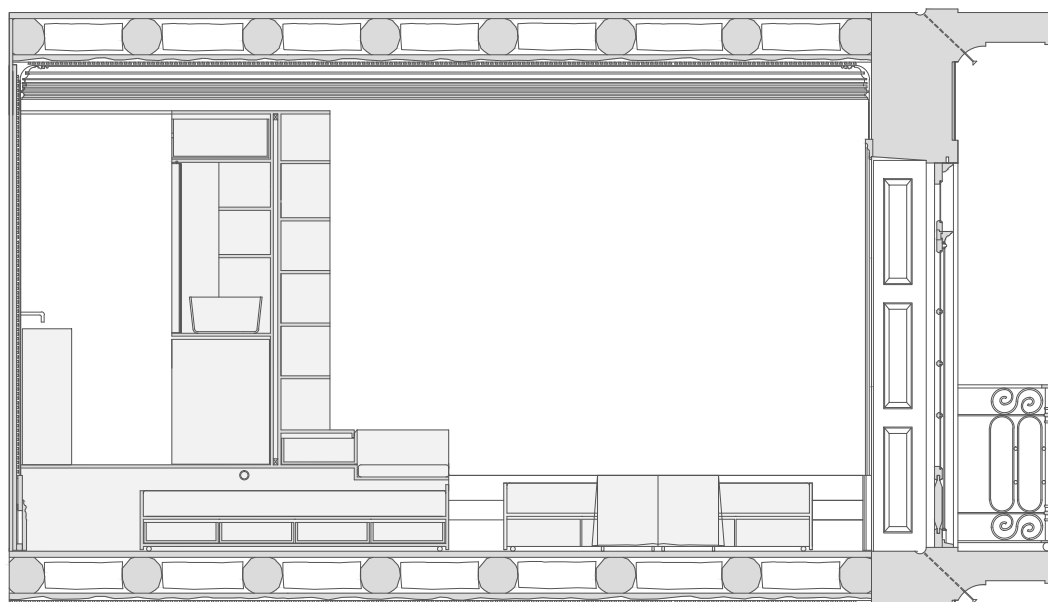




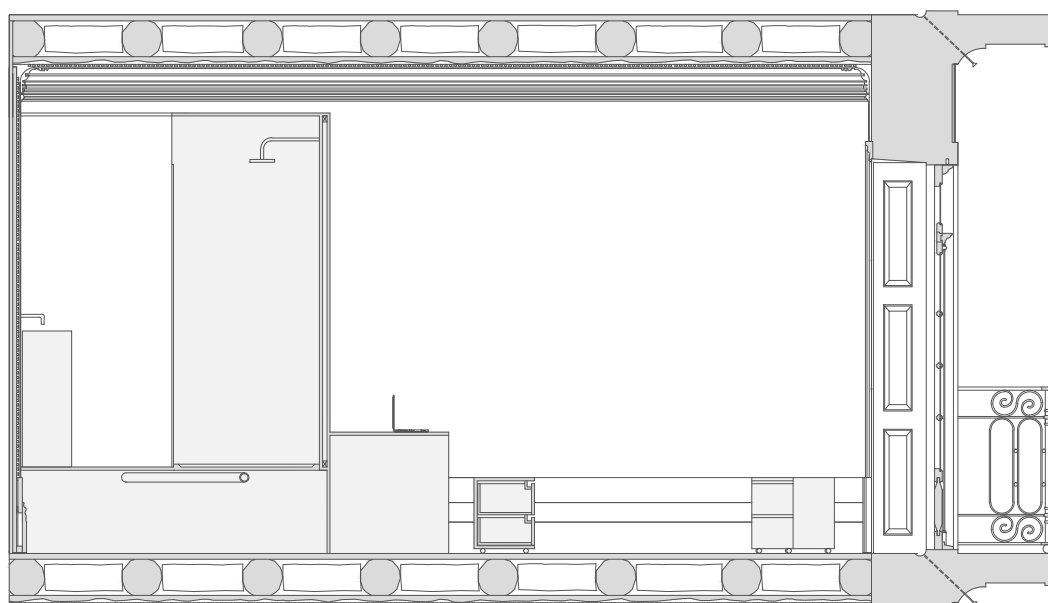
perfil cc' - fechado



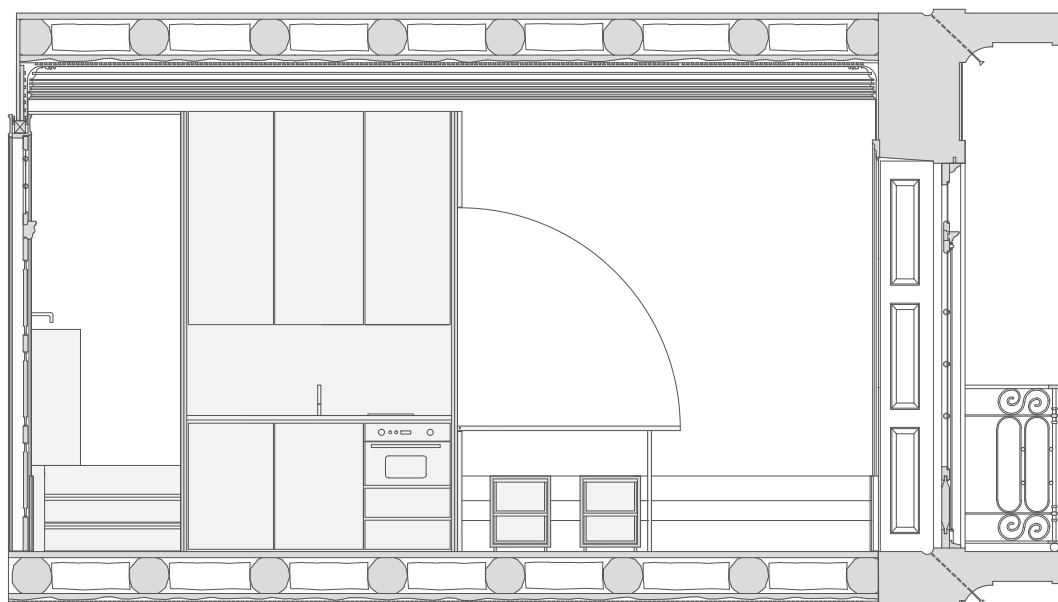
perfil cc' - aberto



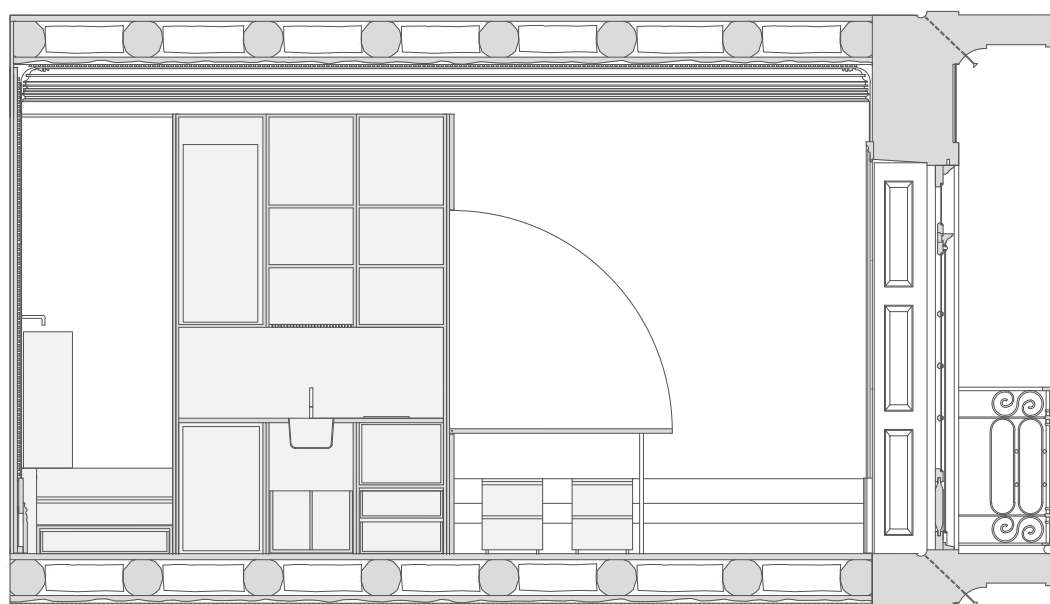
perfil dd'



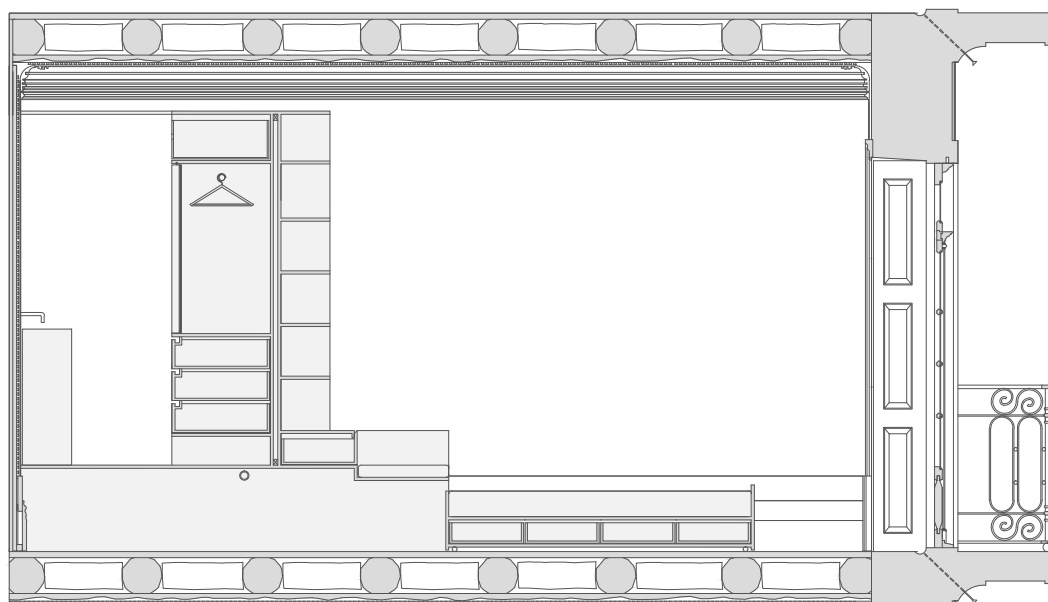
perfil ee'



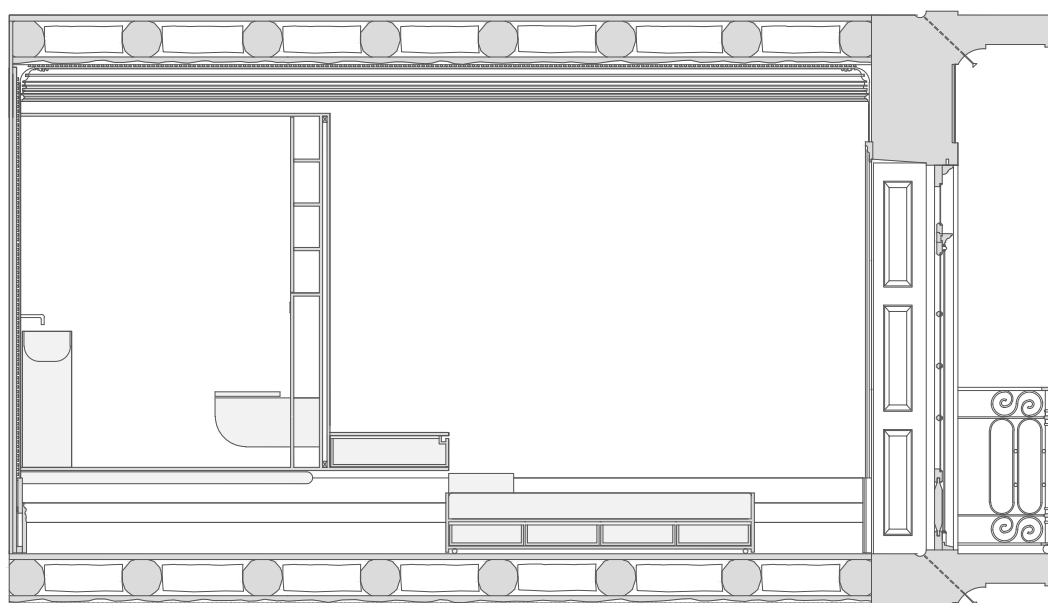
perfil ff'



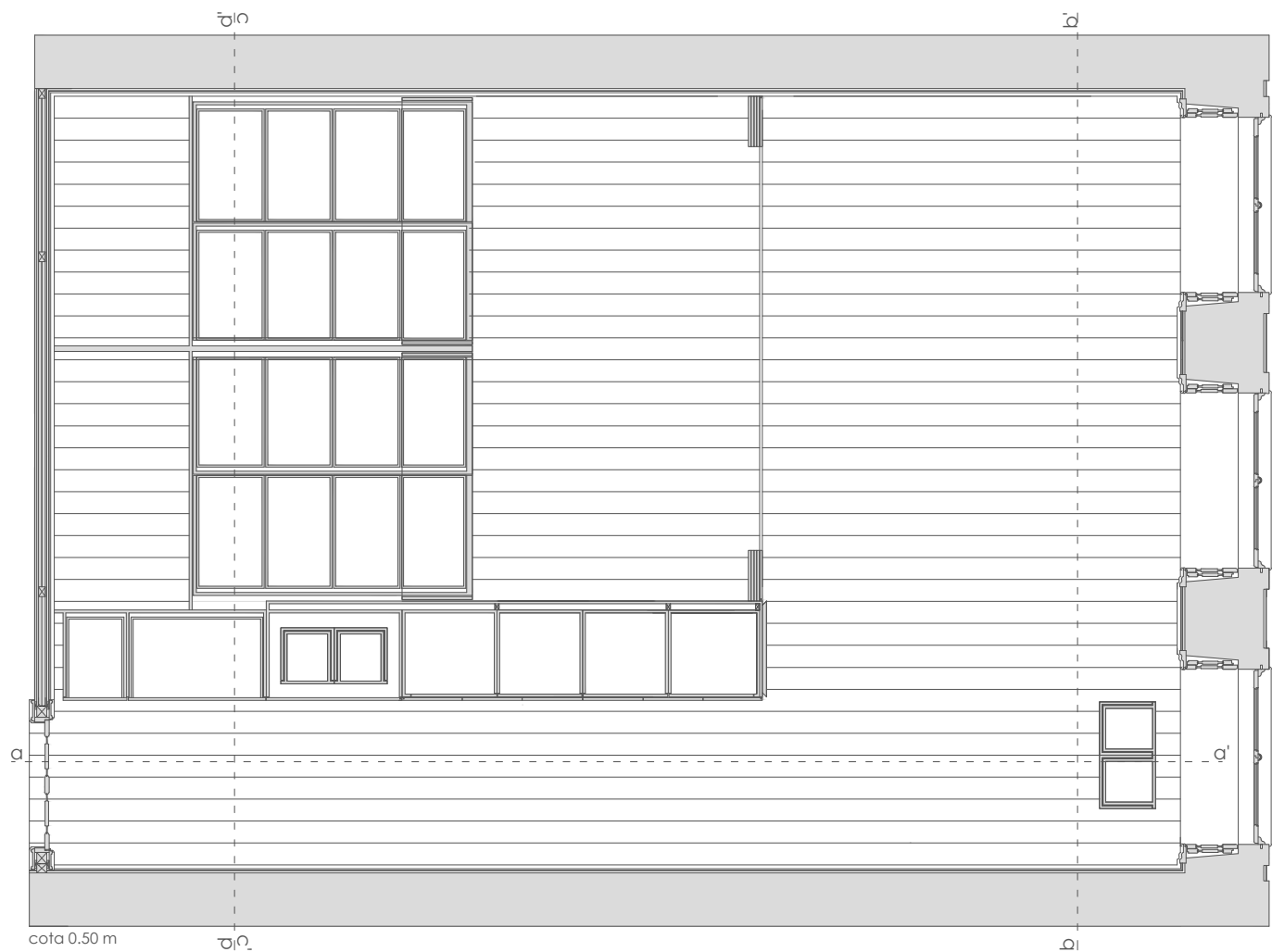
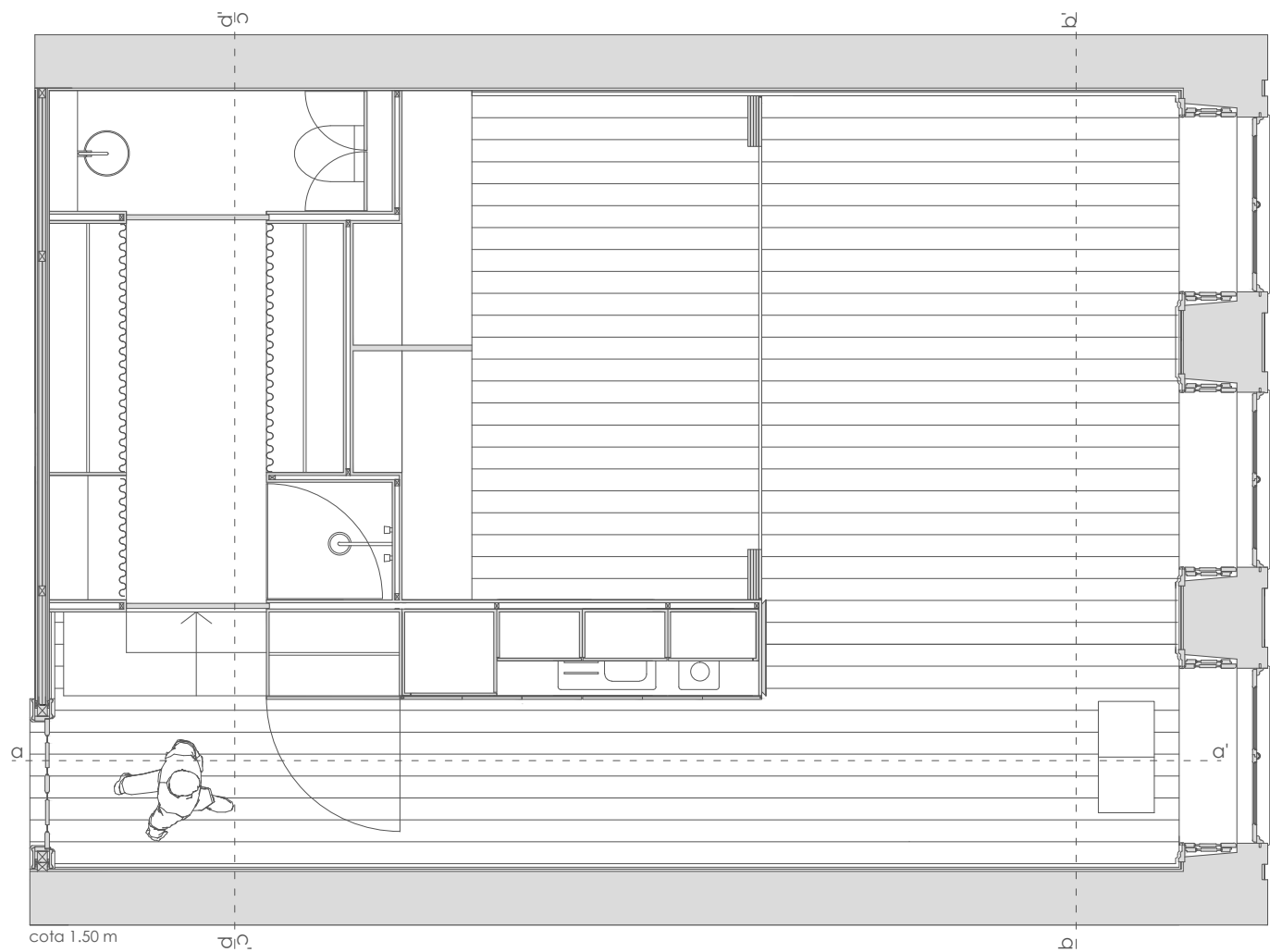
perfil gg'

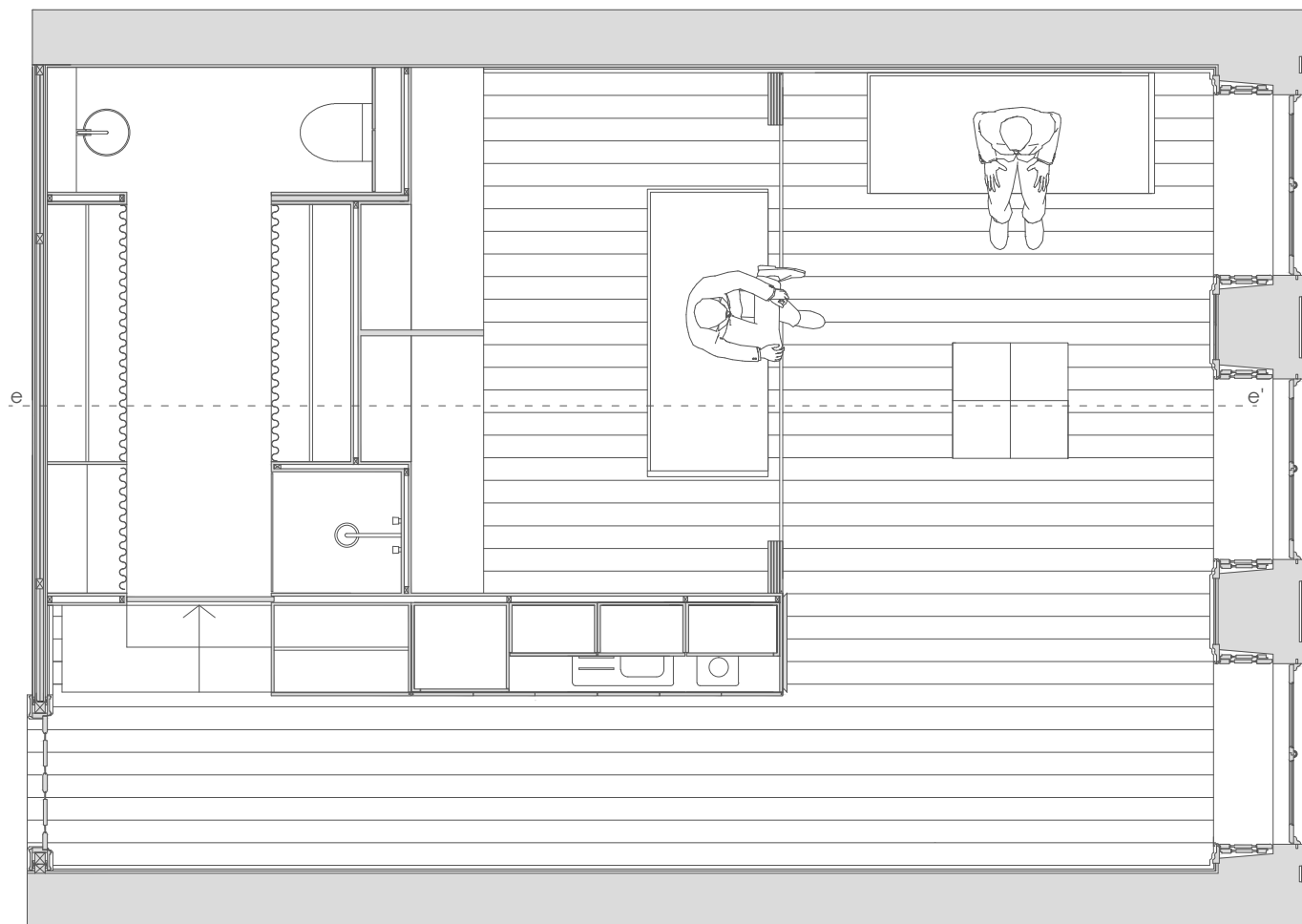


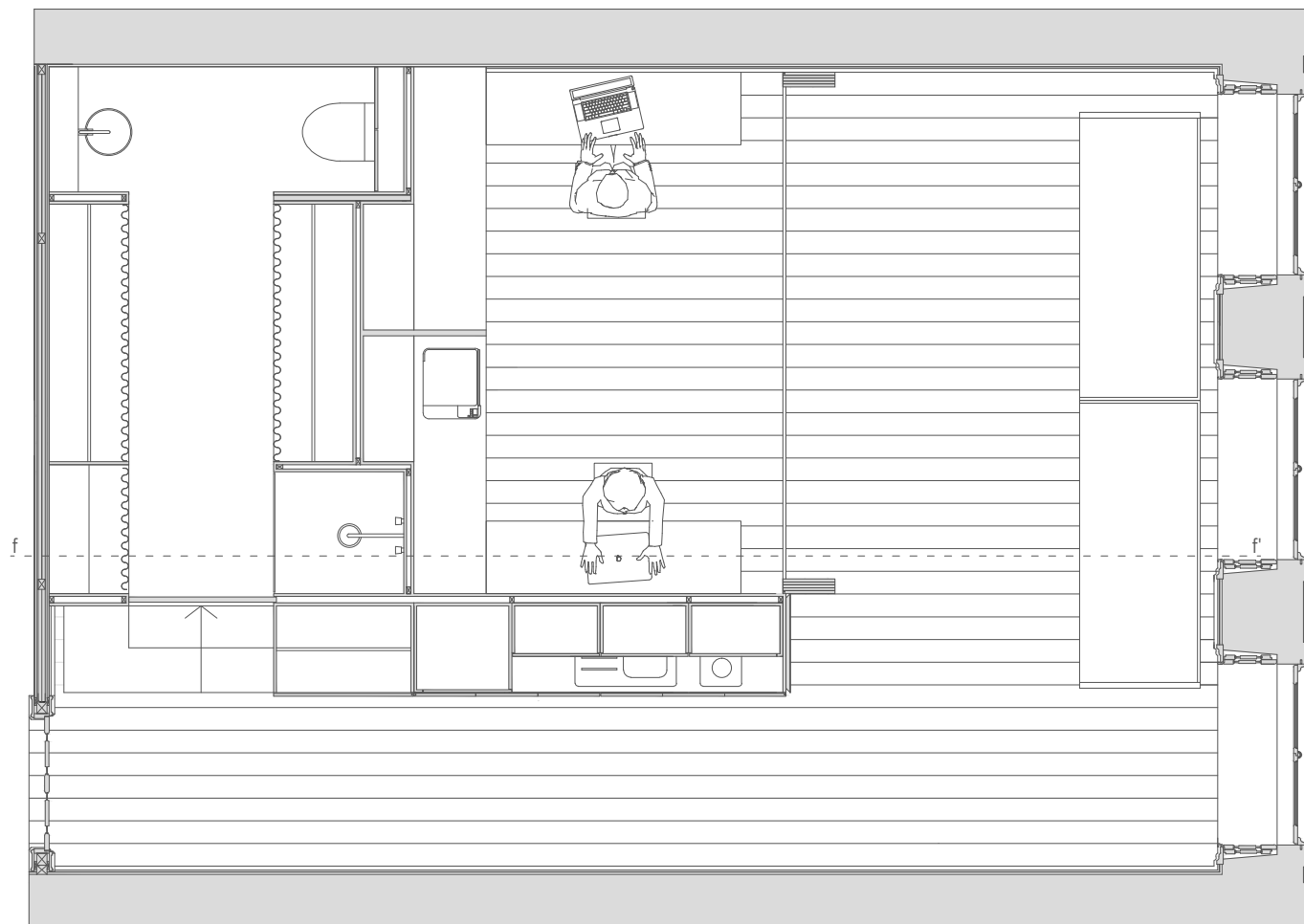
perfil hh'



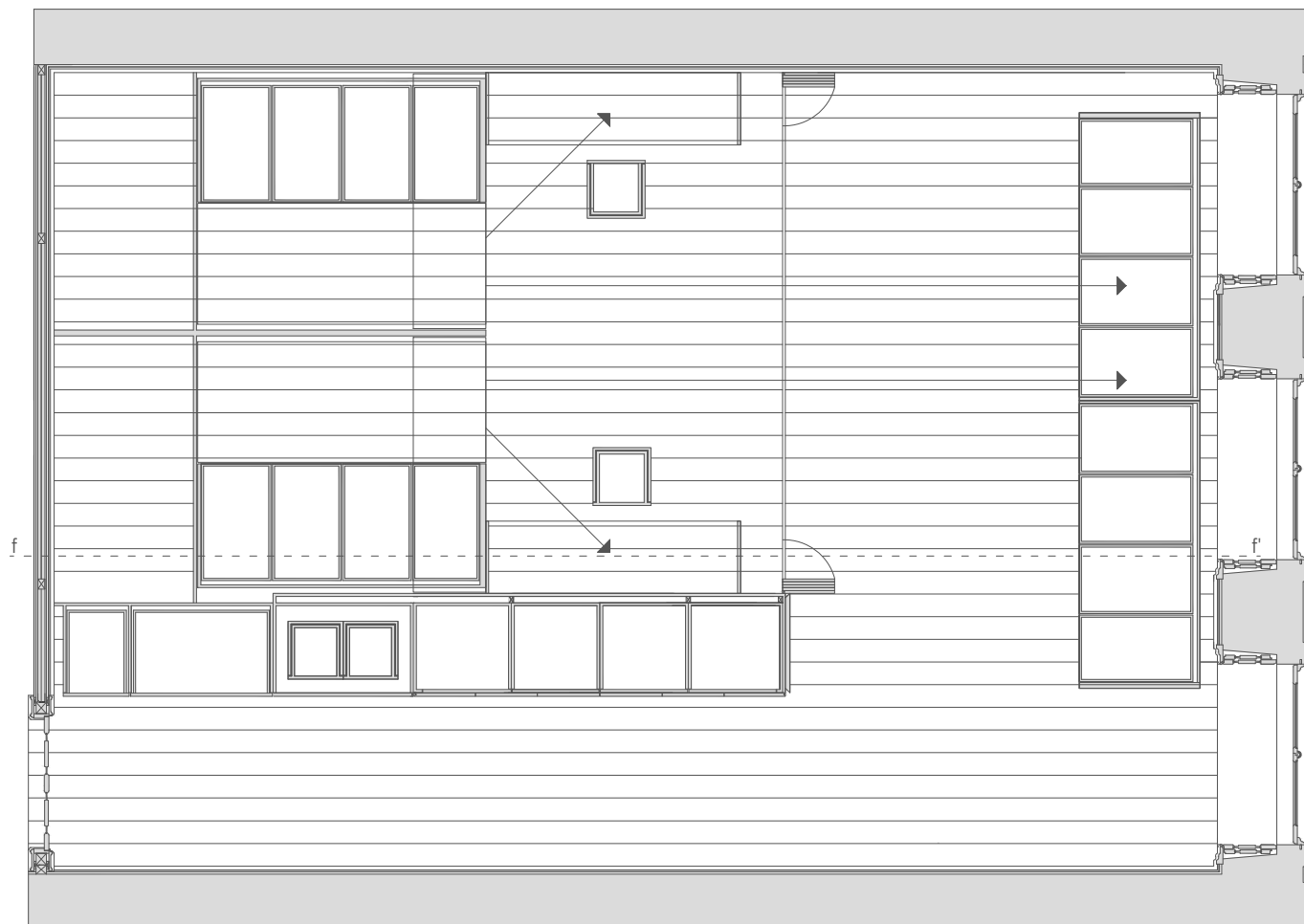
perfil ii'



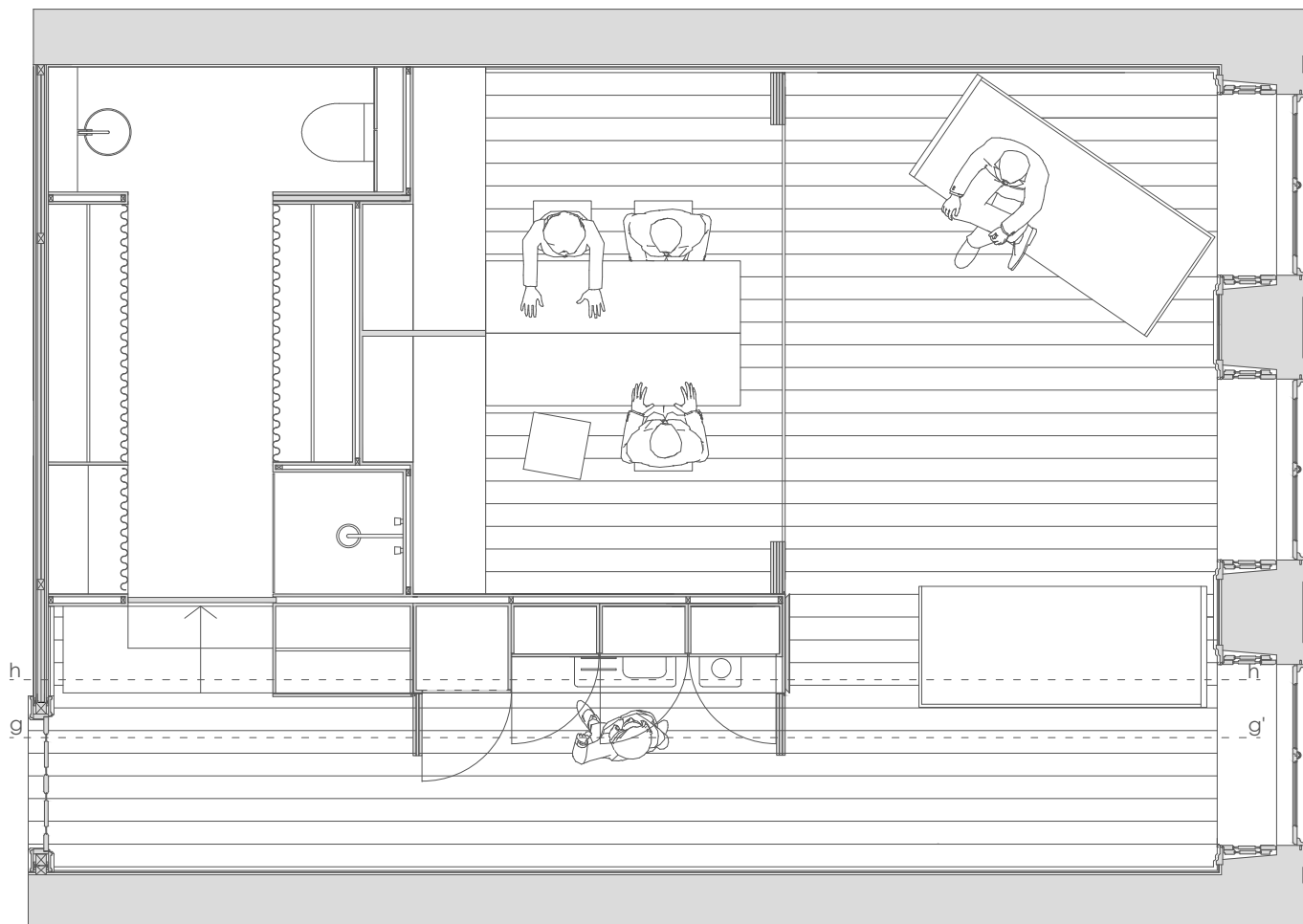




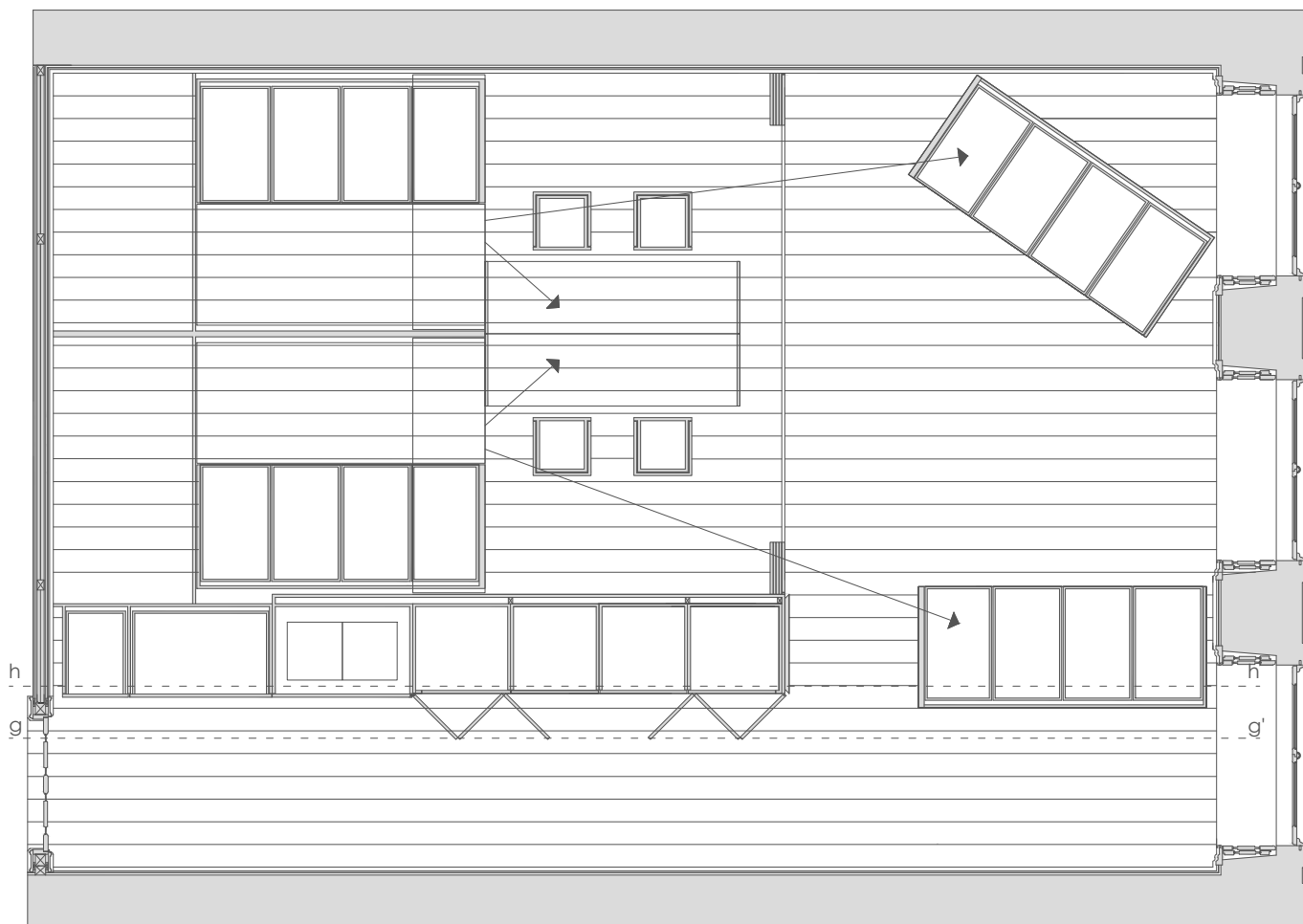
cota 1.50 m



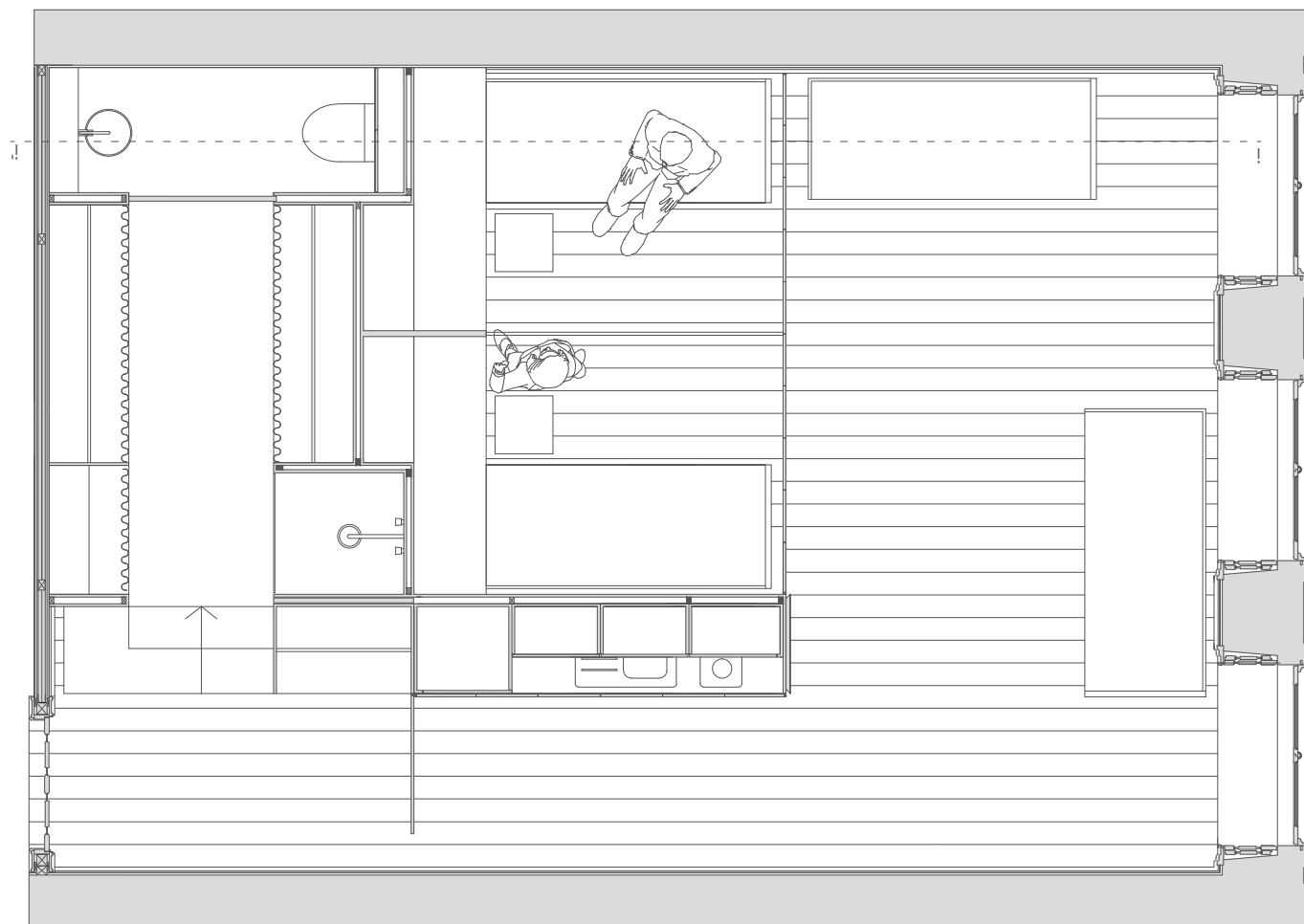
cota 0.50 m



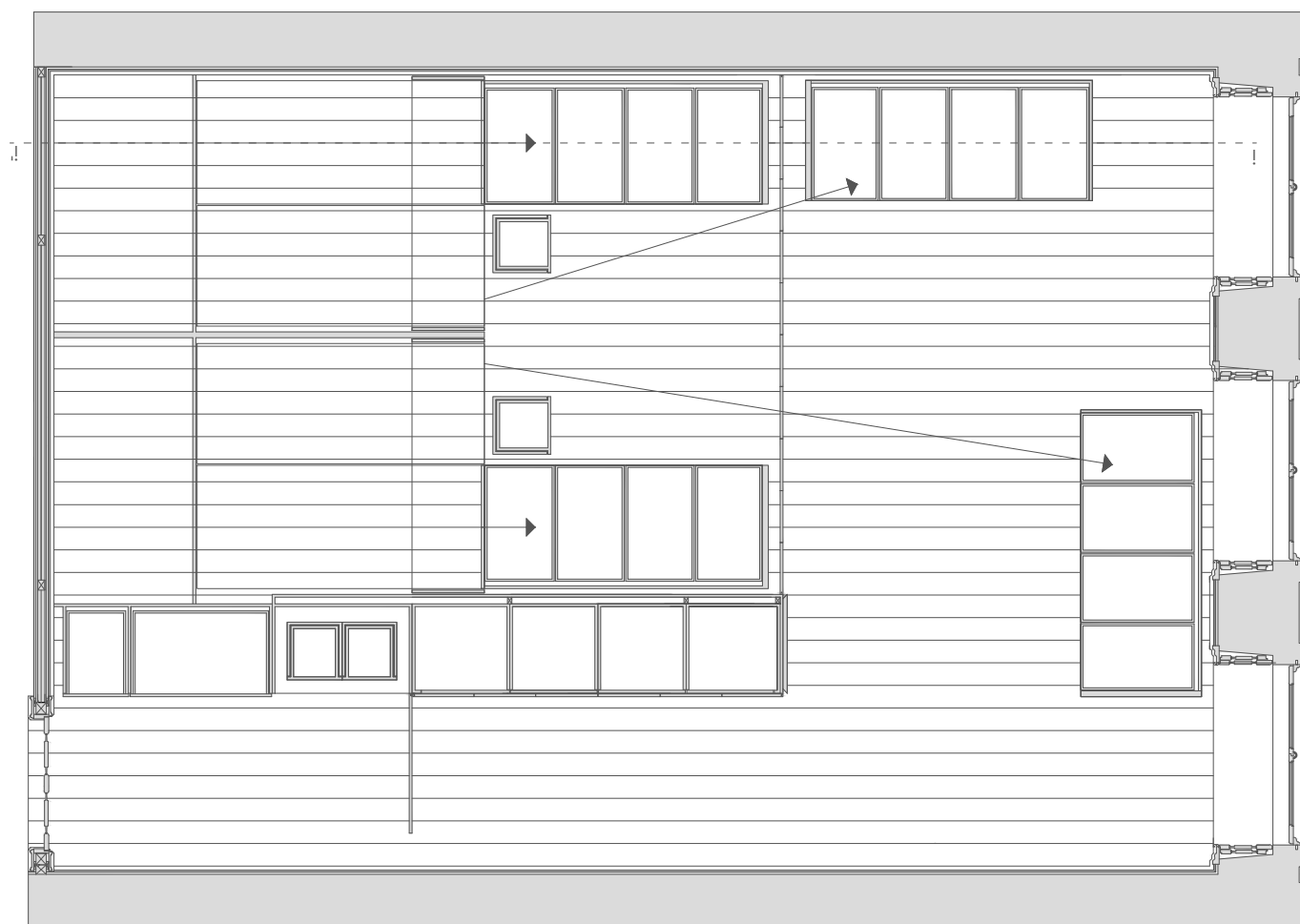
cota 1.50 m



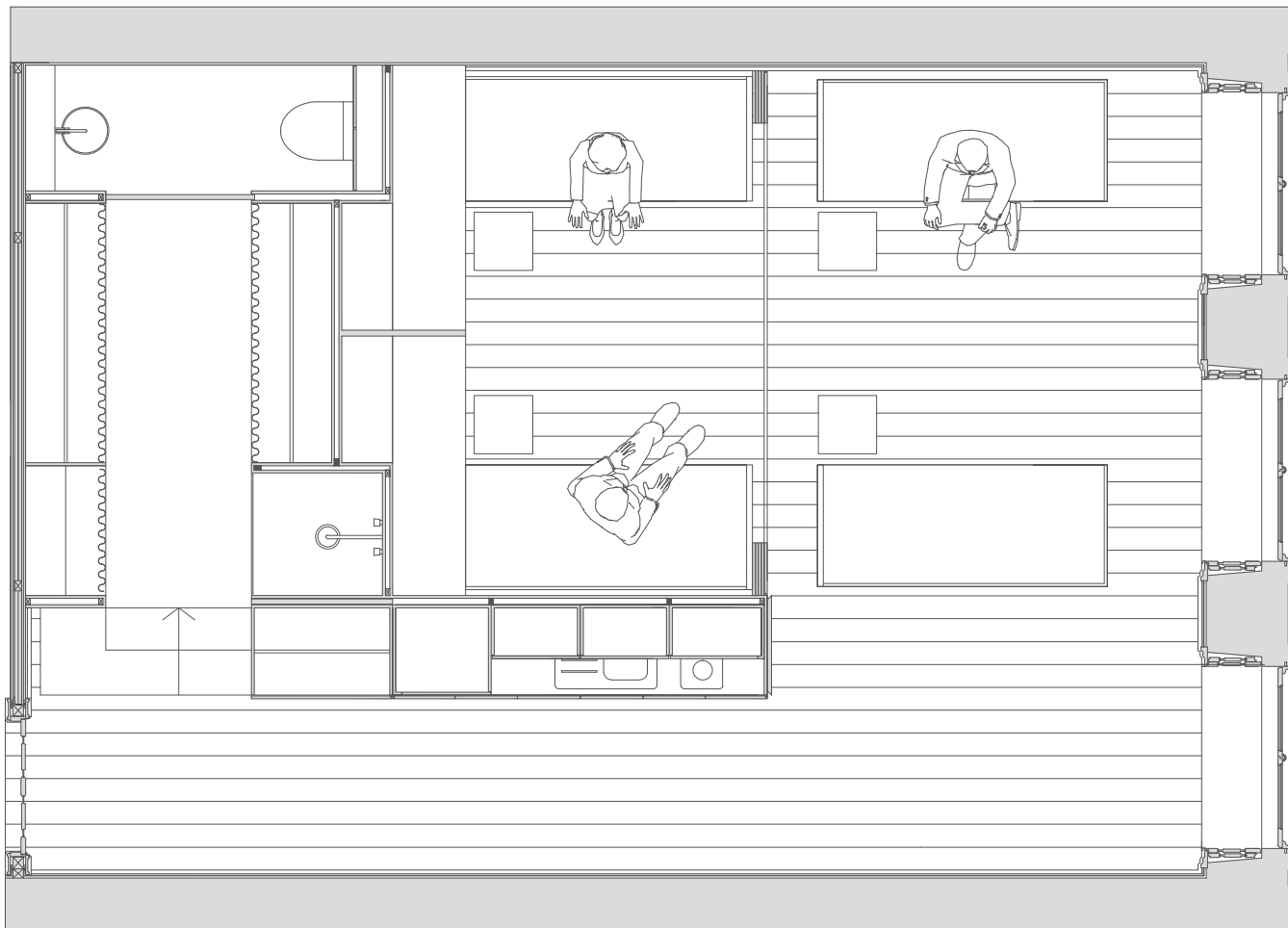
cota 0.50 m



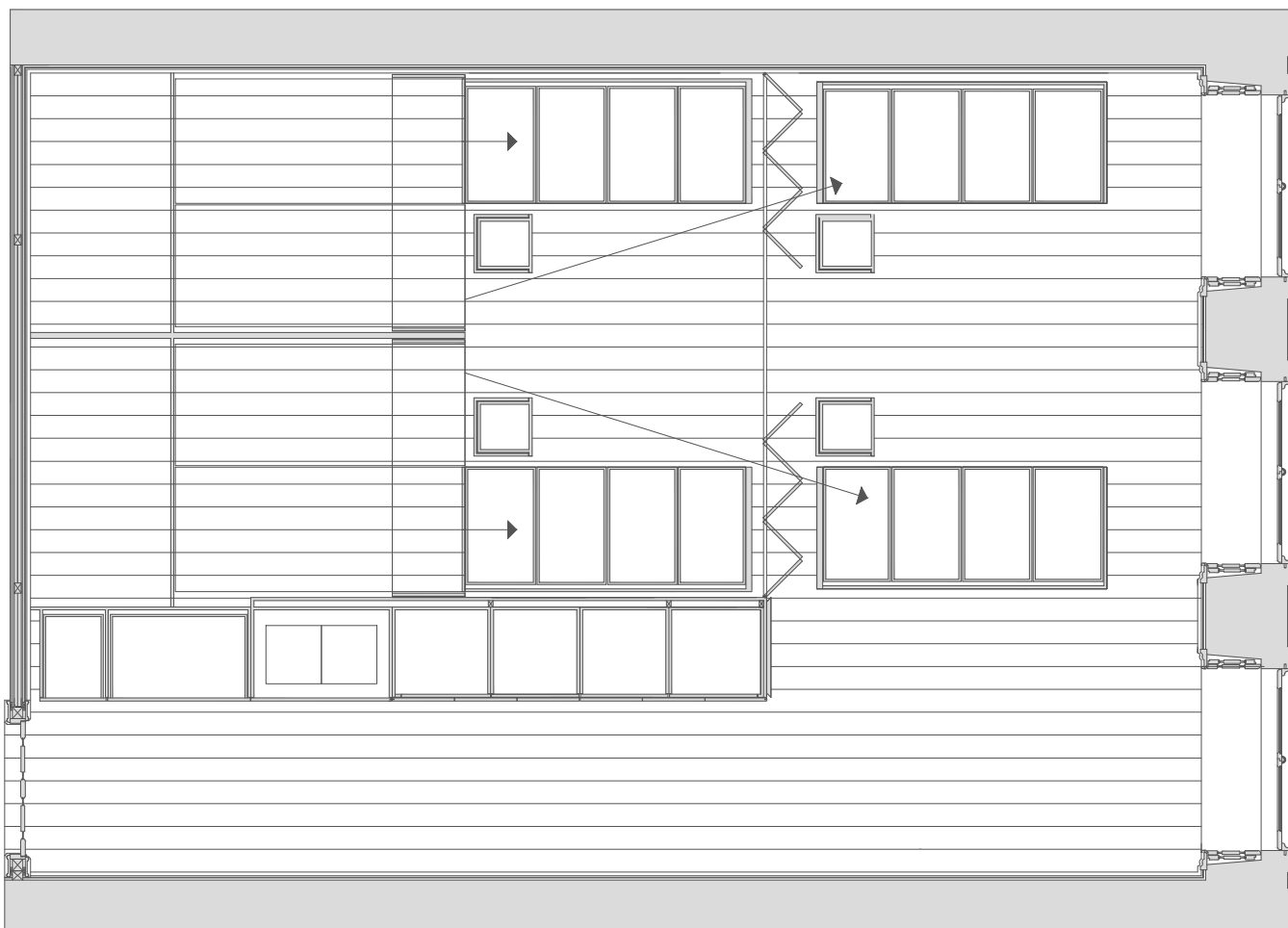
cota 1.50 m



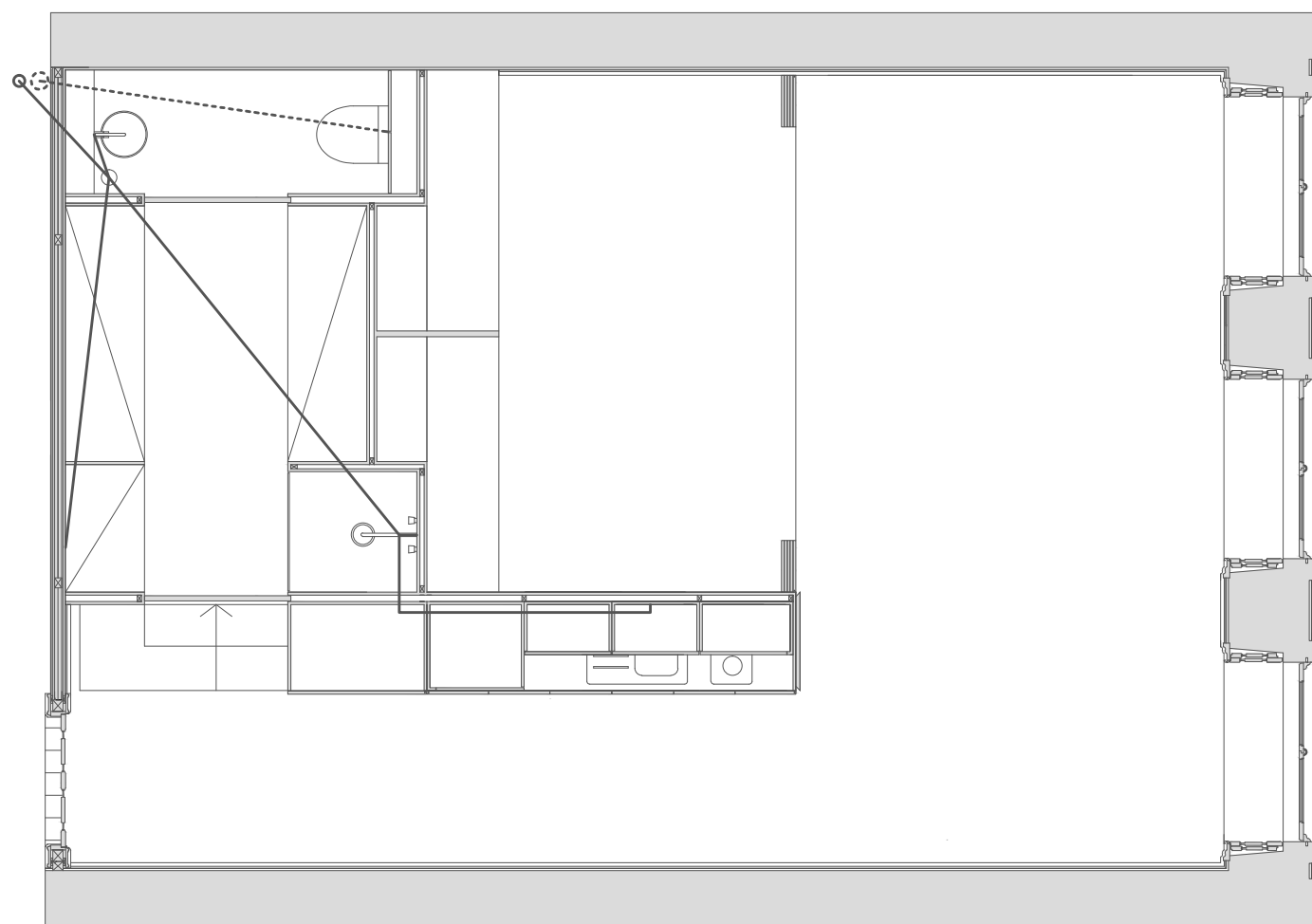
cota 0.50 m



cota 1.50 m



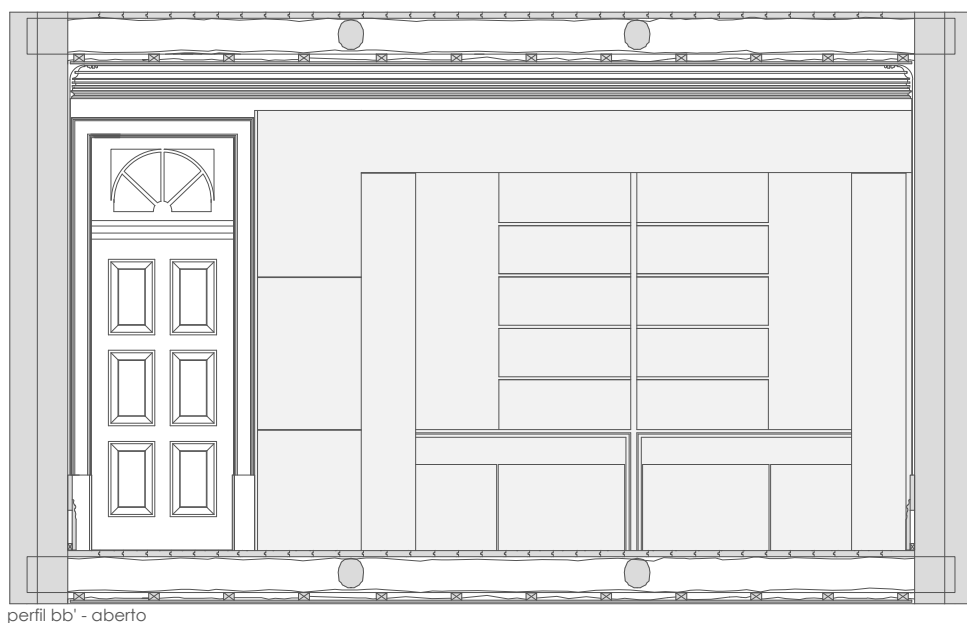
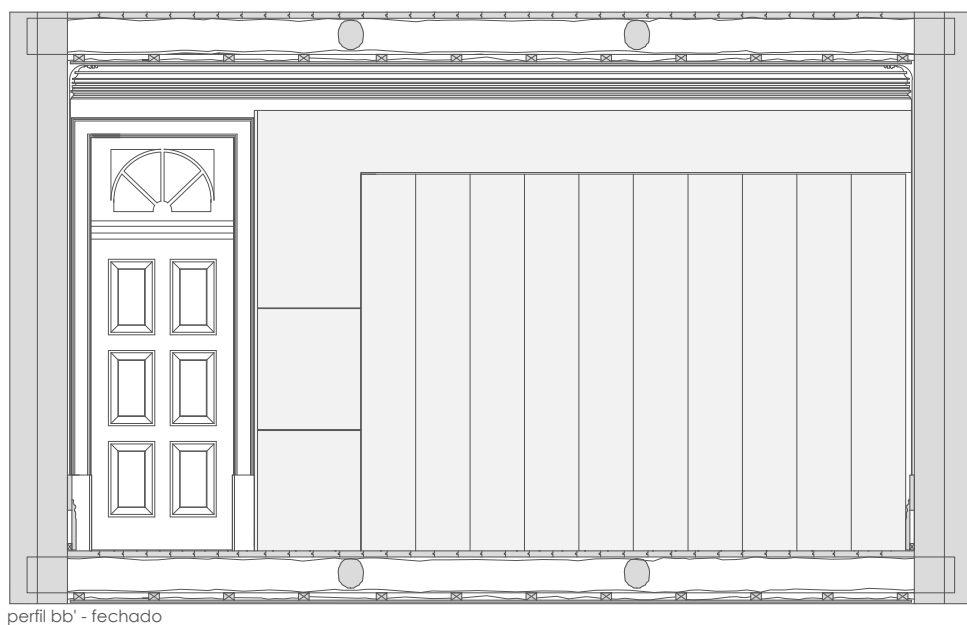
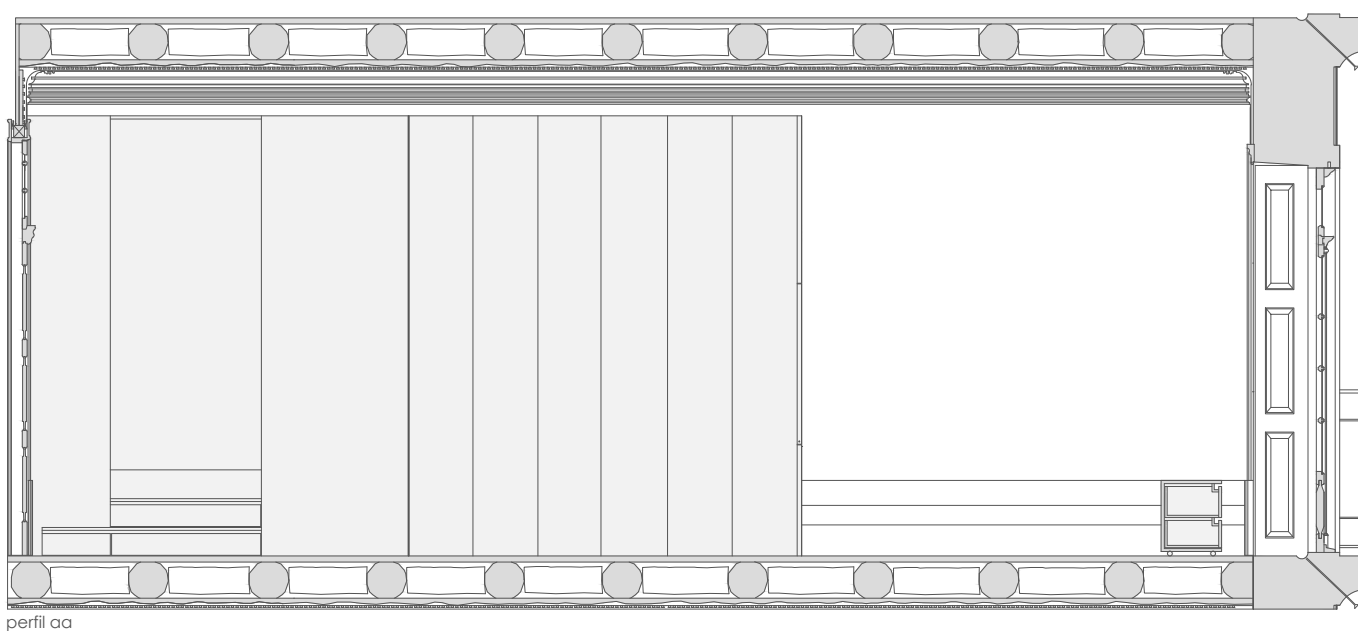
cota 0.50 m

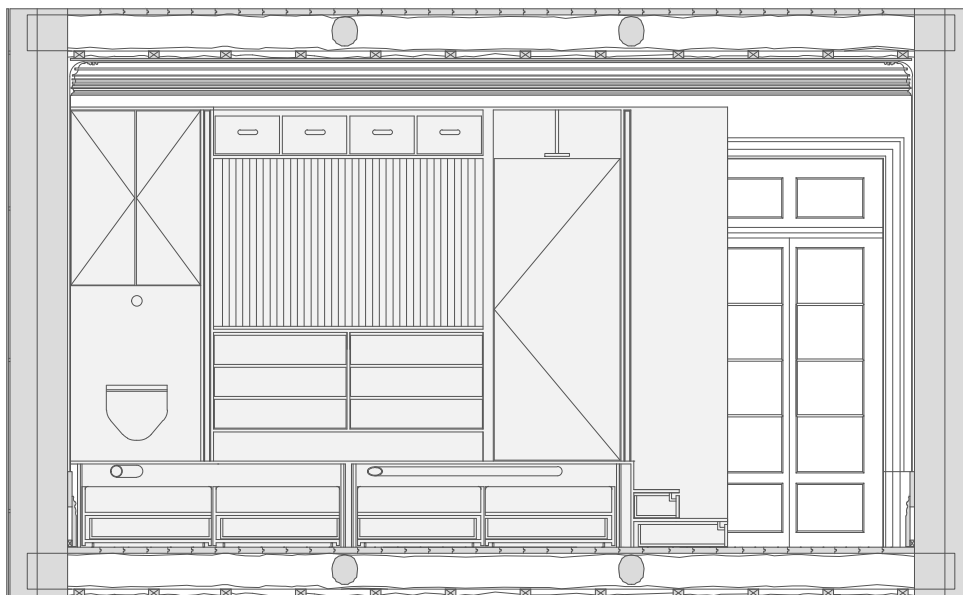


cota 1.50 m

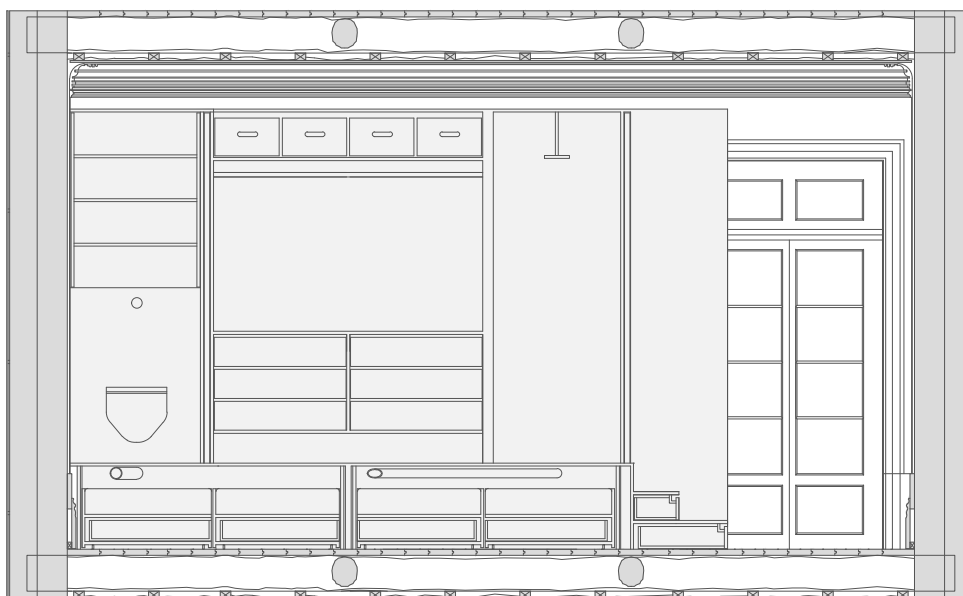
águas limpas —————

águas sujas - - - - -

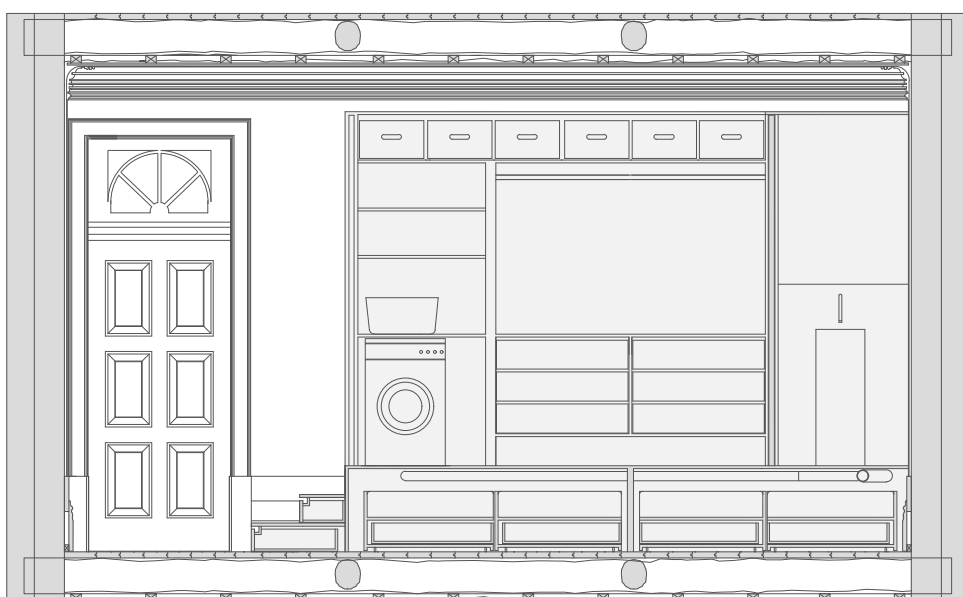




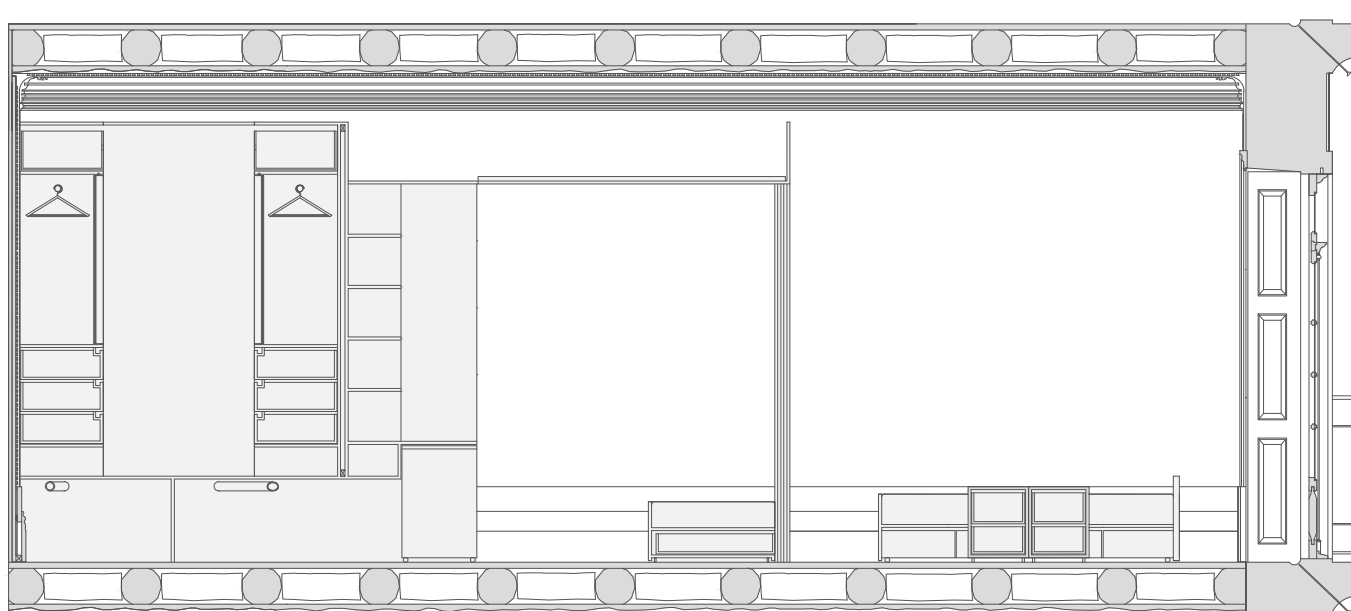
perfil cc' - fechado



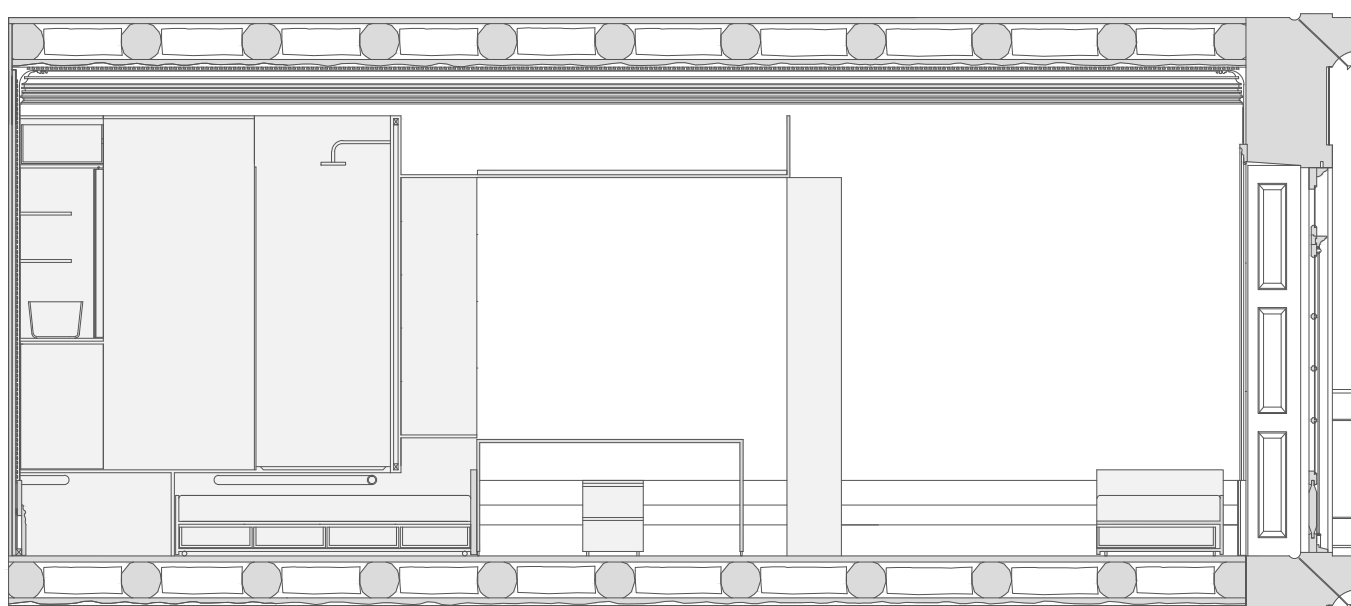
perfil cc' - aberto



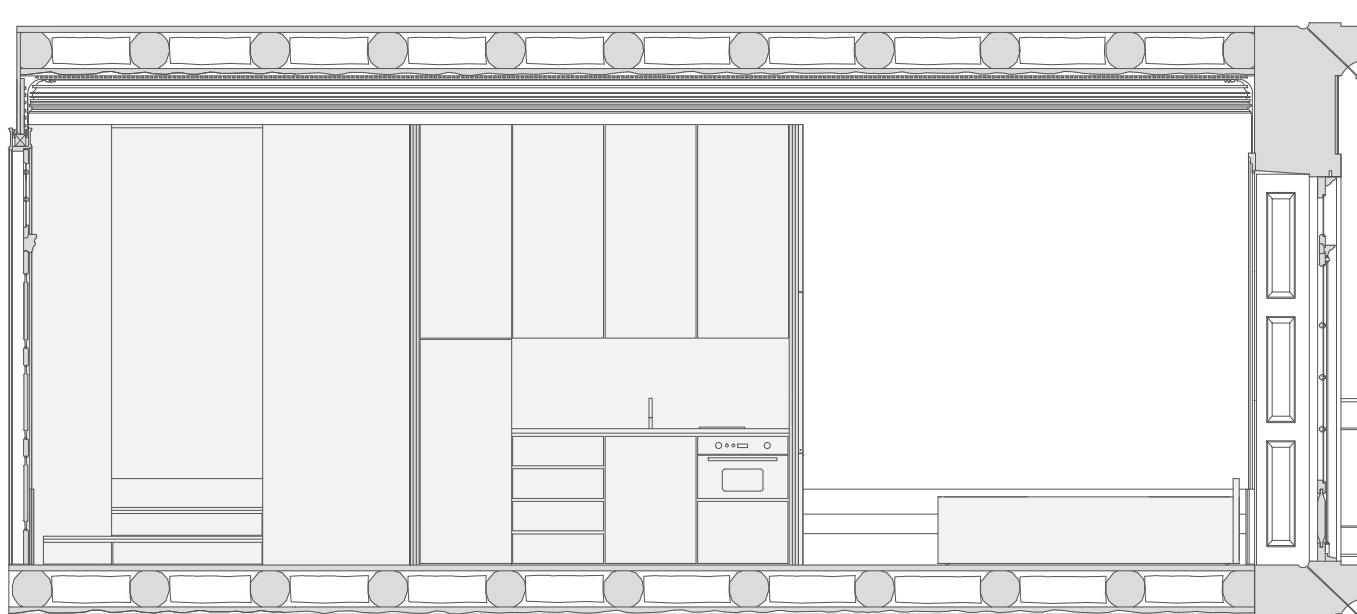
perfil dd'



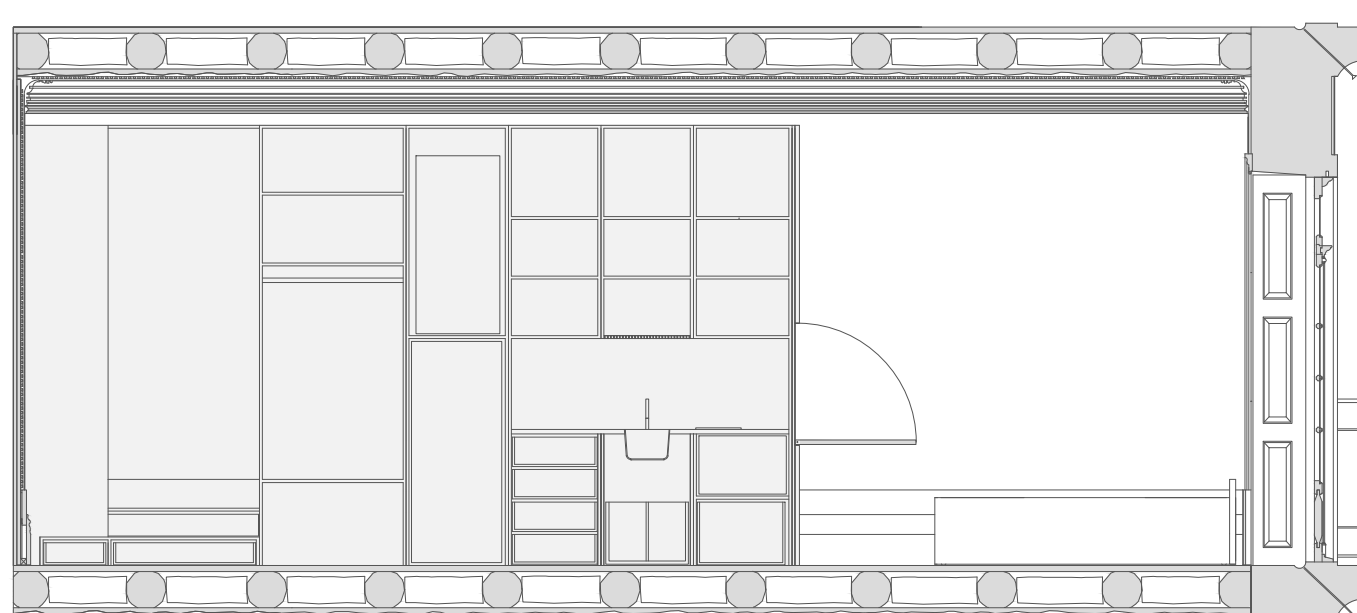
perfil ee'



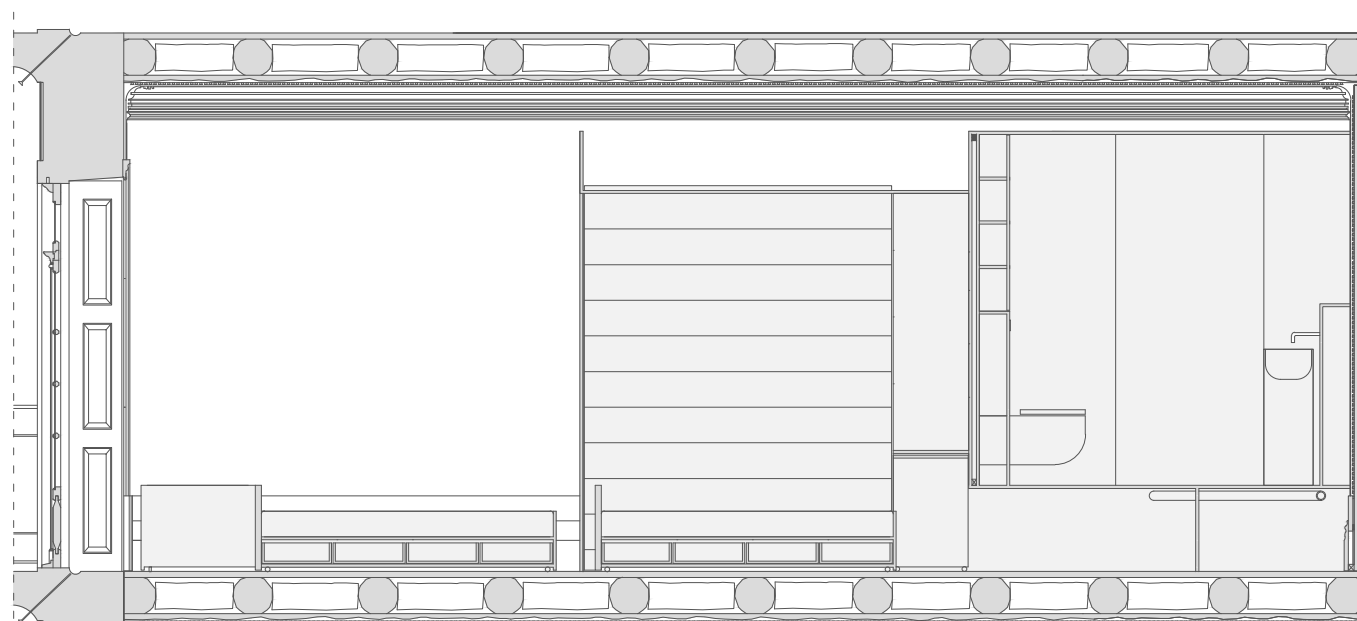
perfil ff'



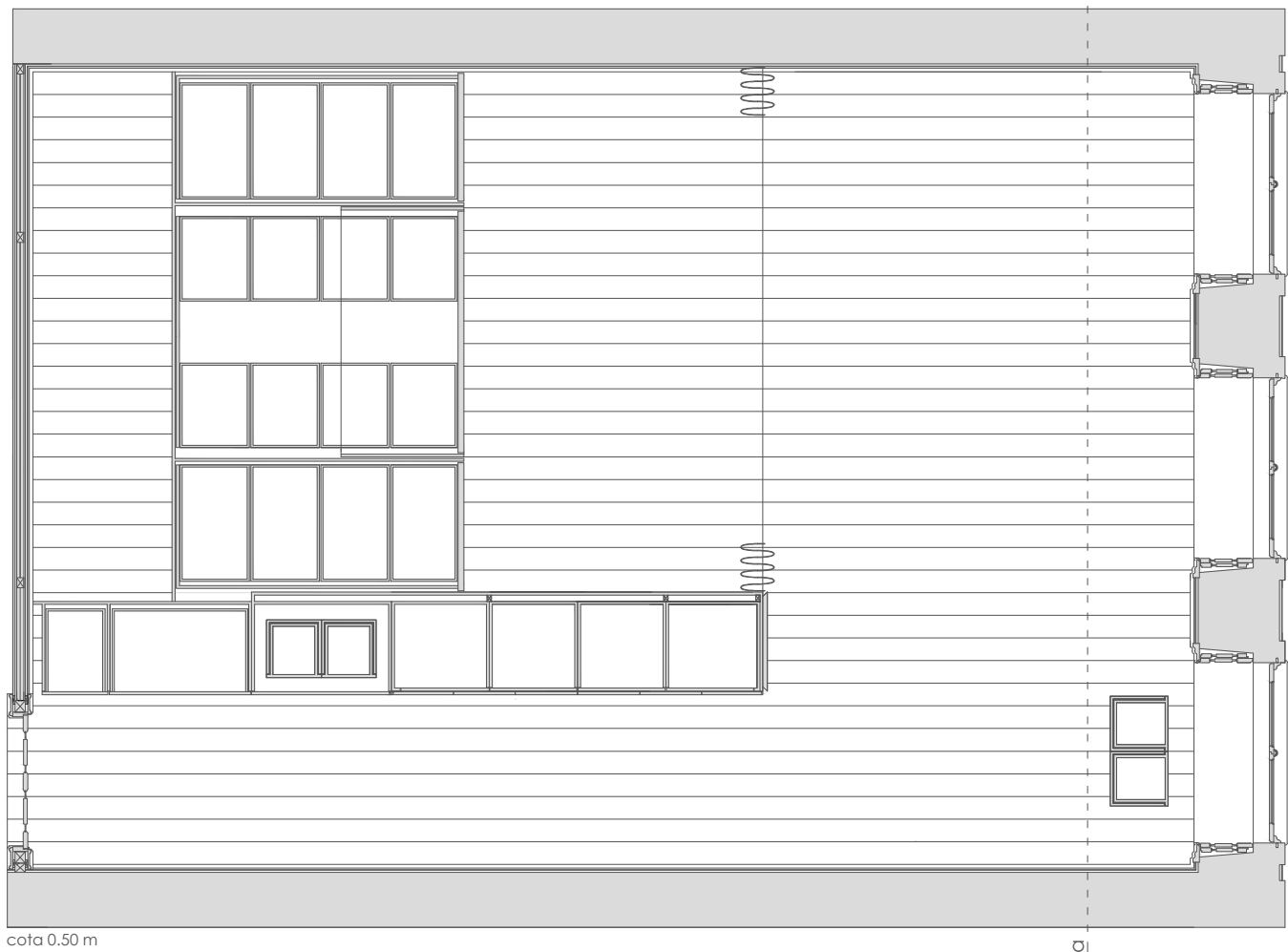
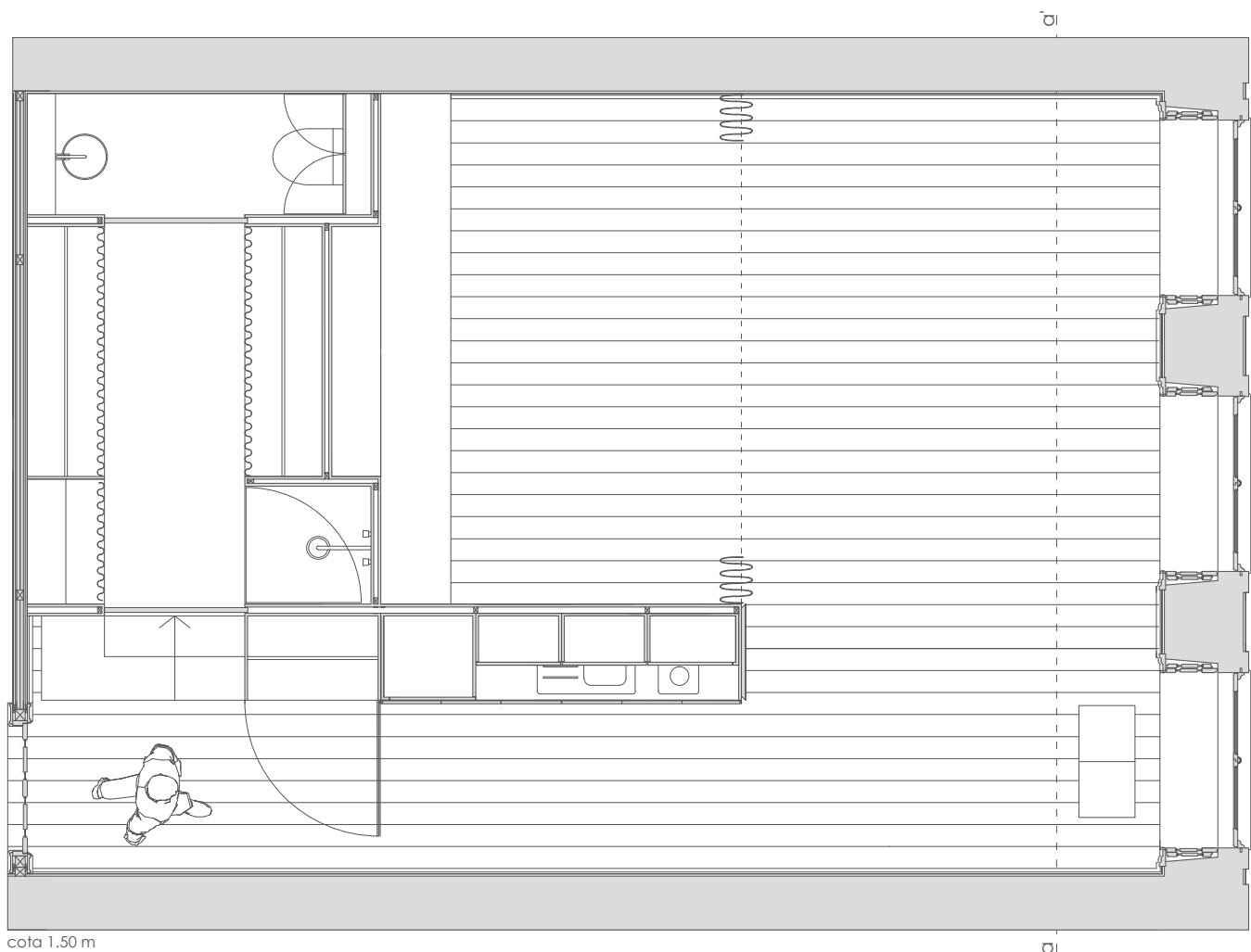
perfil gg

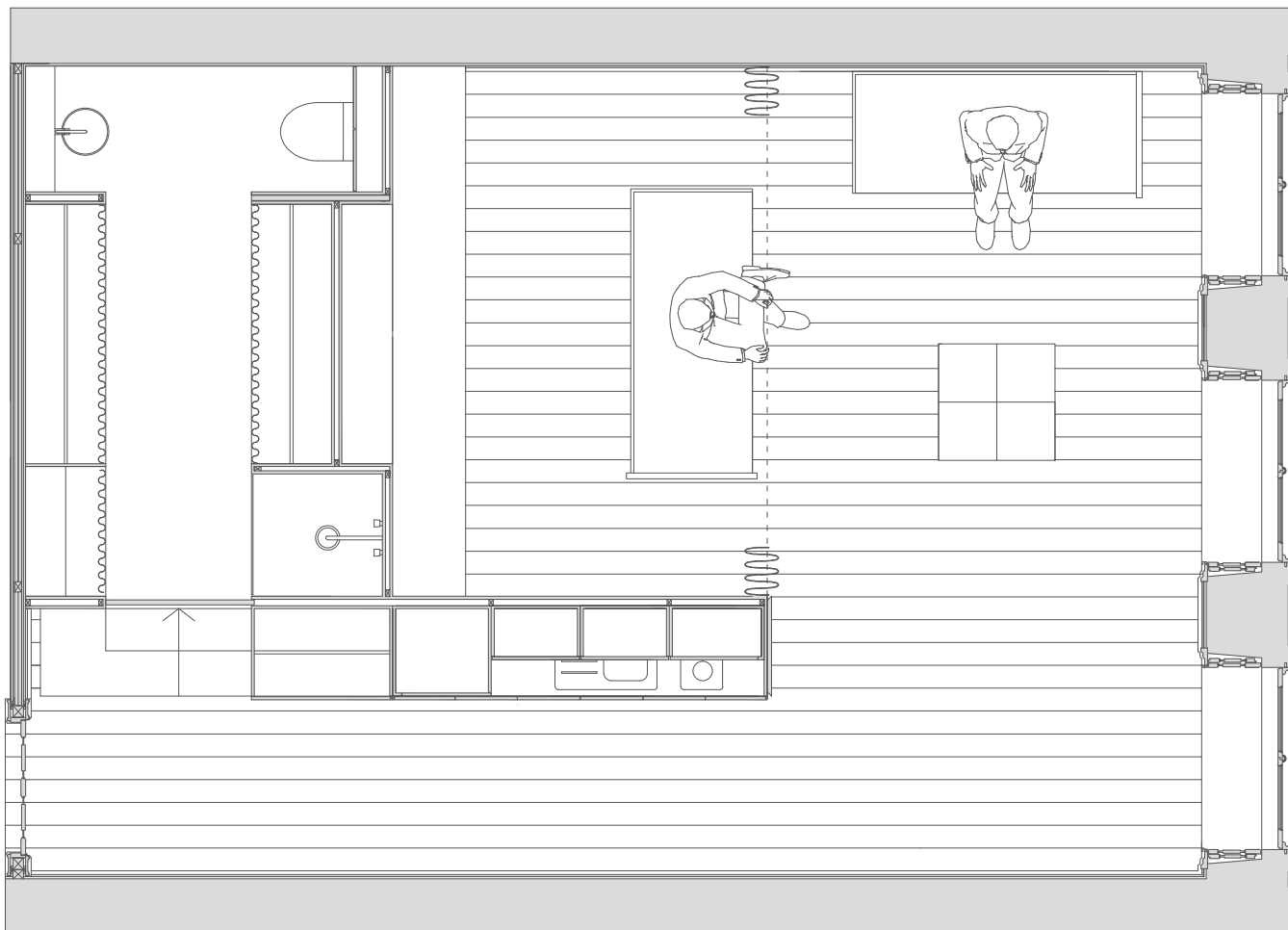


perfil hh'

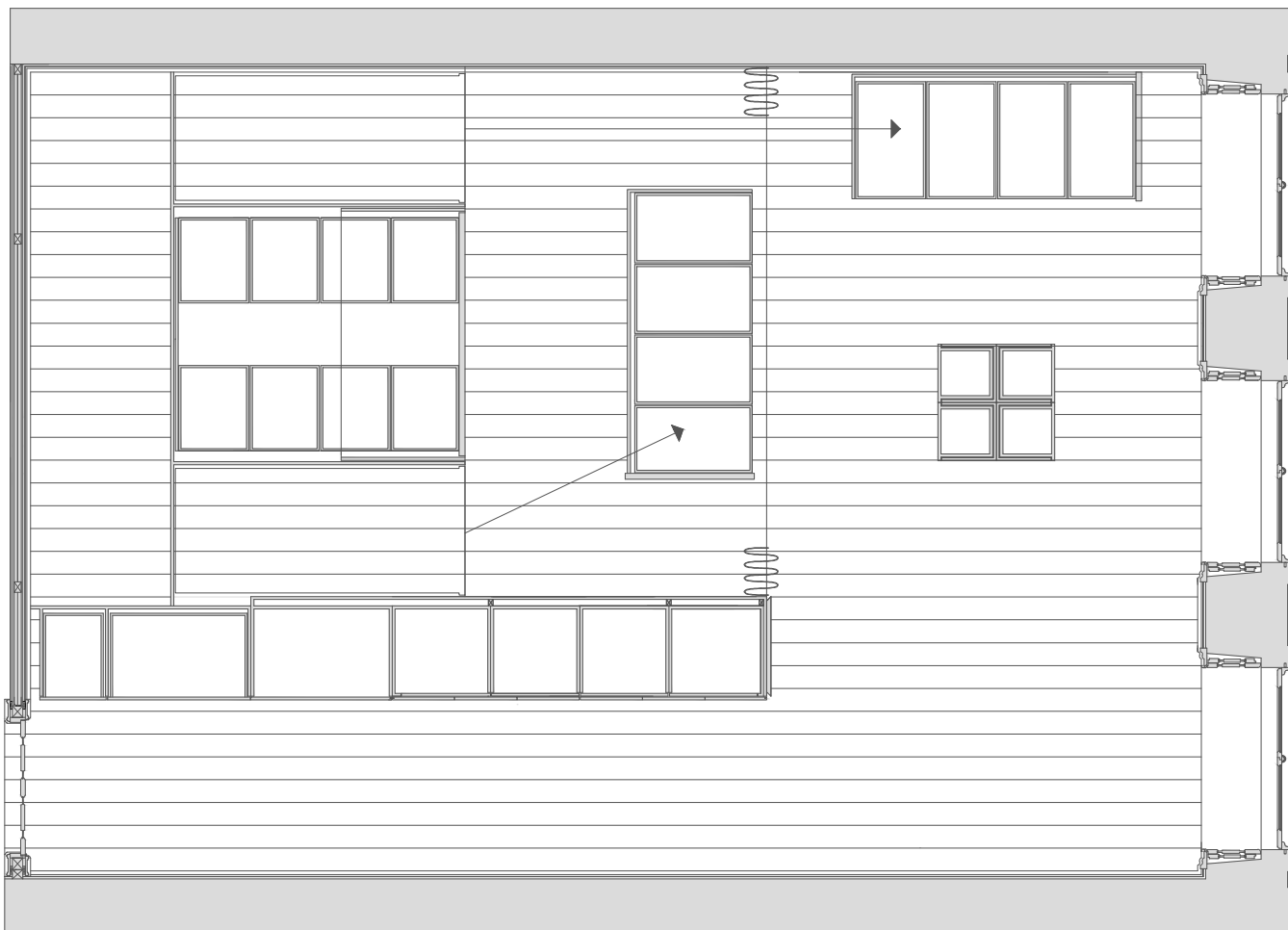


perfil ii'

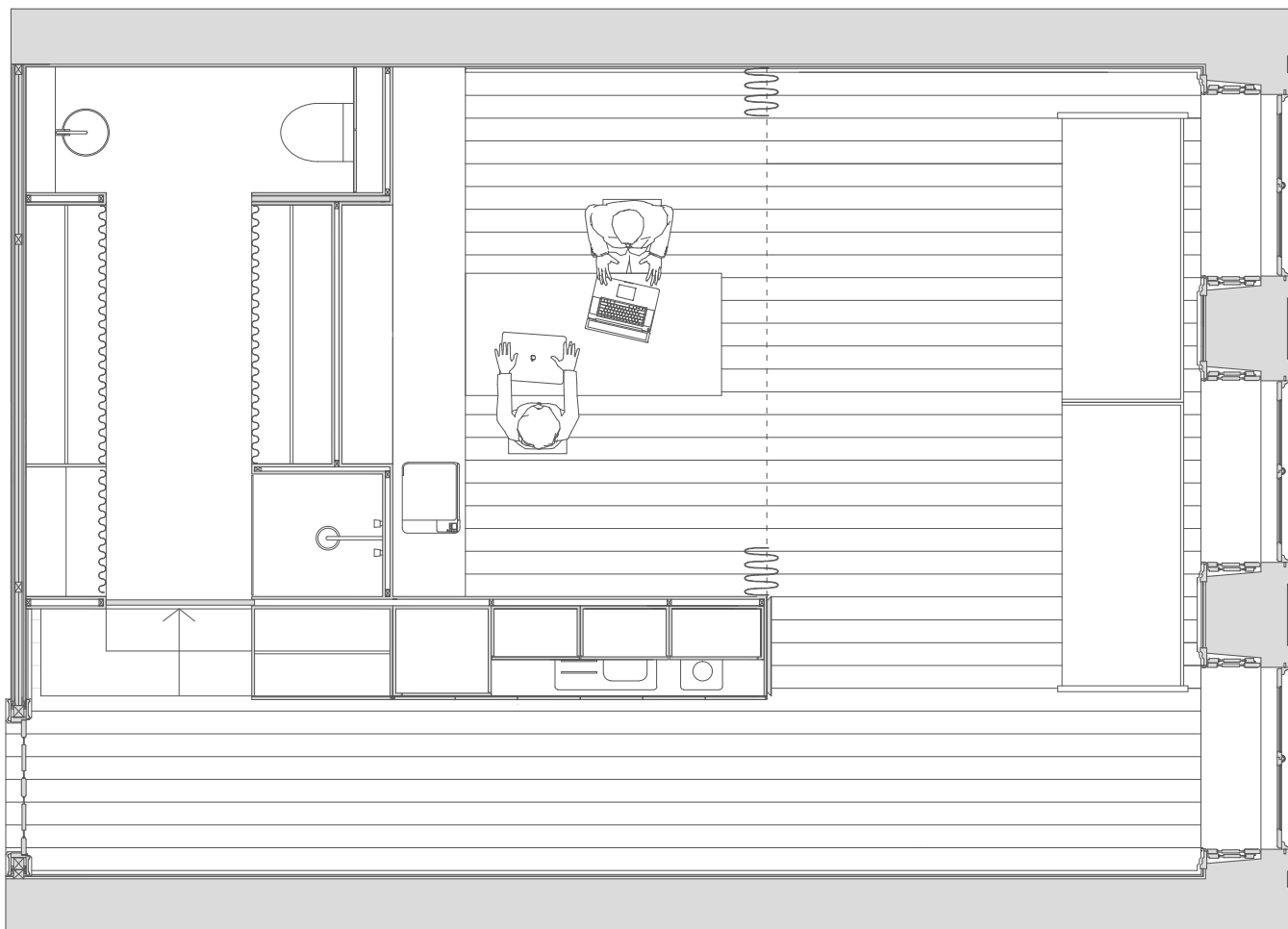




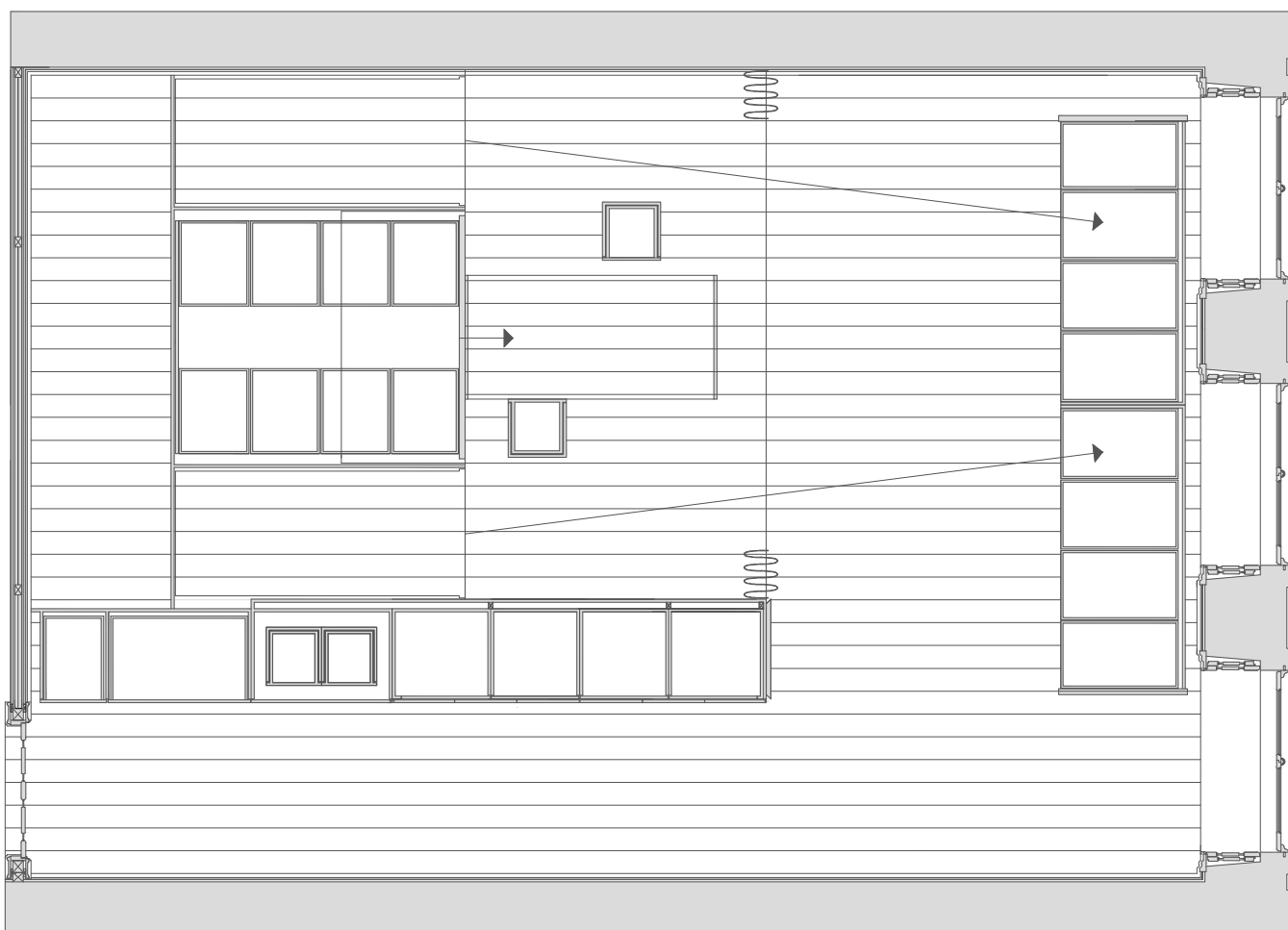
cota 1.50 m



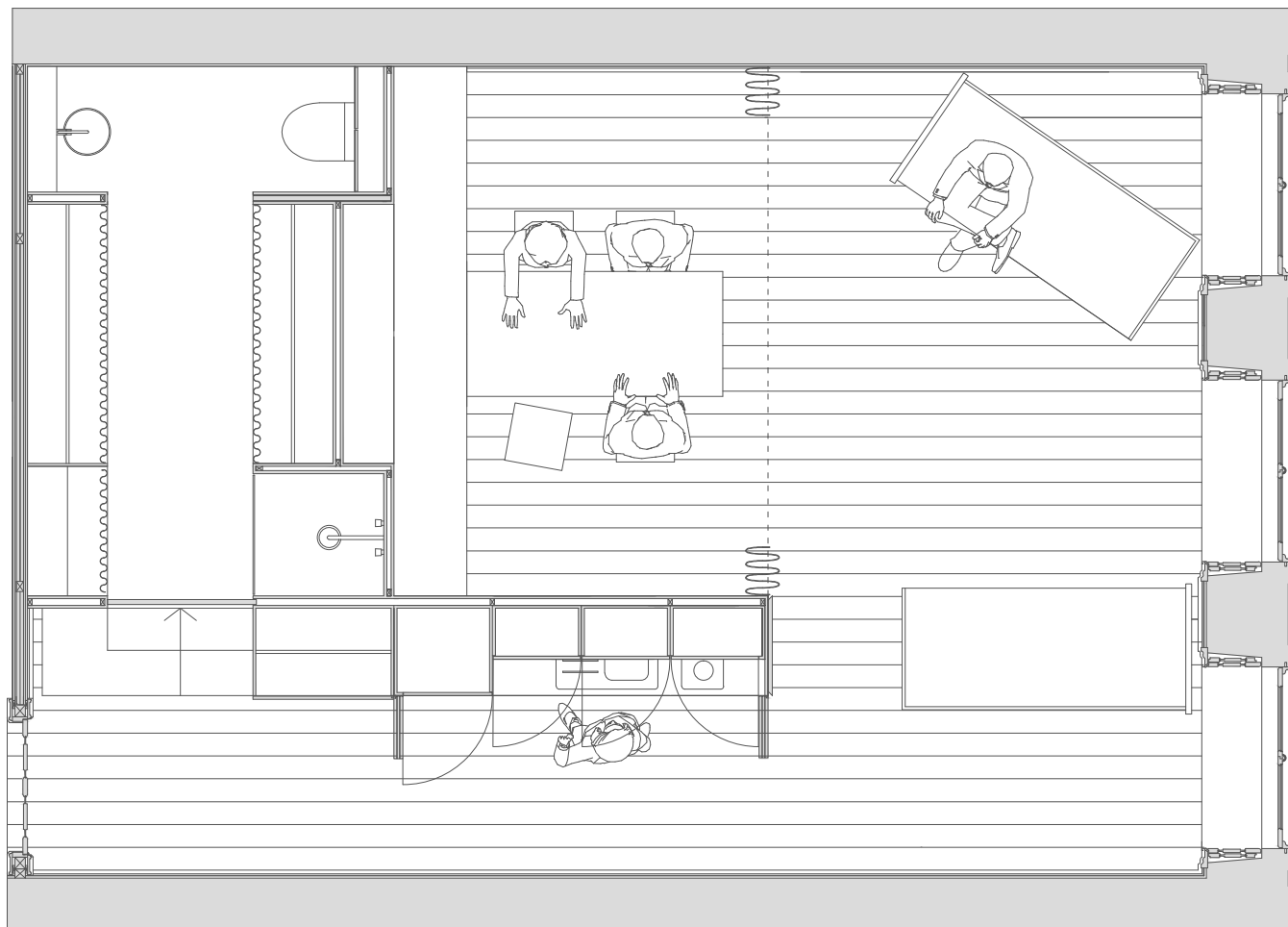
cota 0.50 m



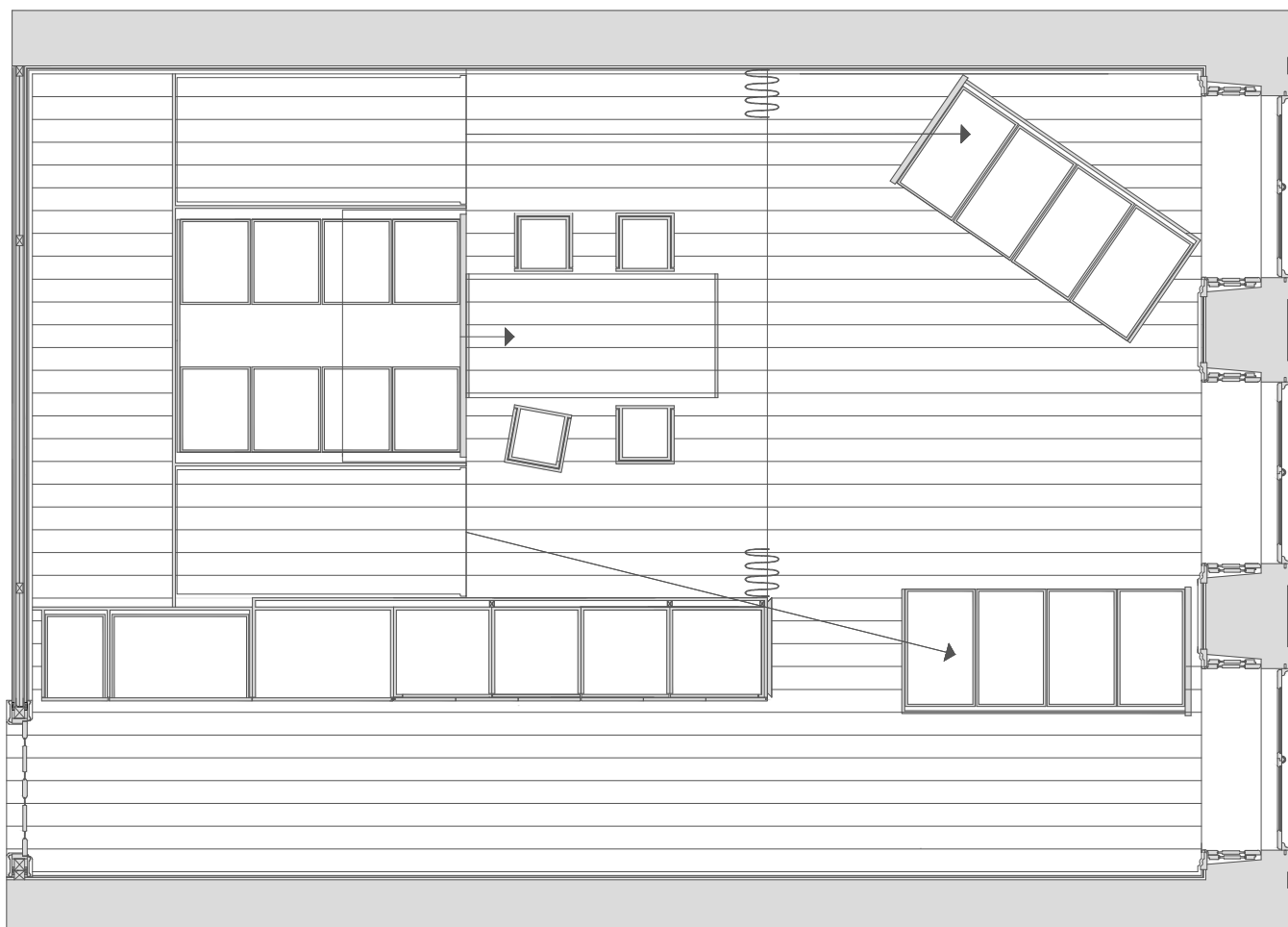
cota 1.50 m



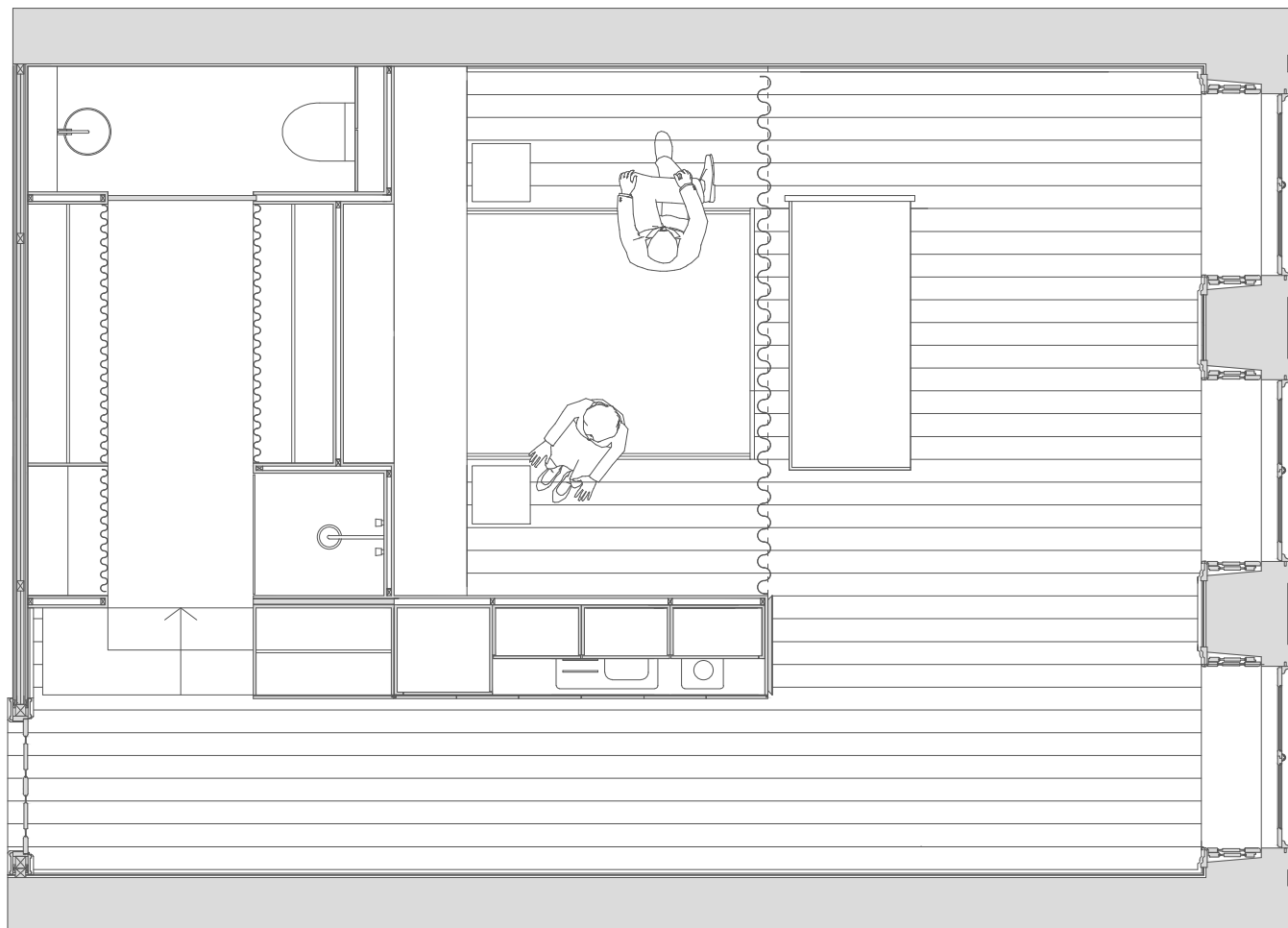
cota 0.50 m



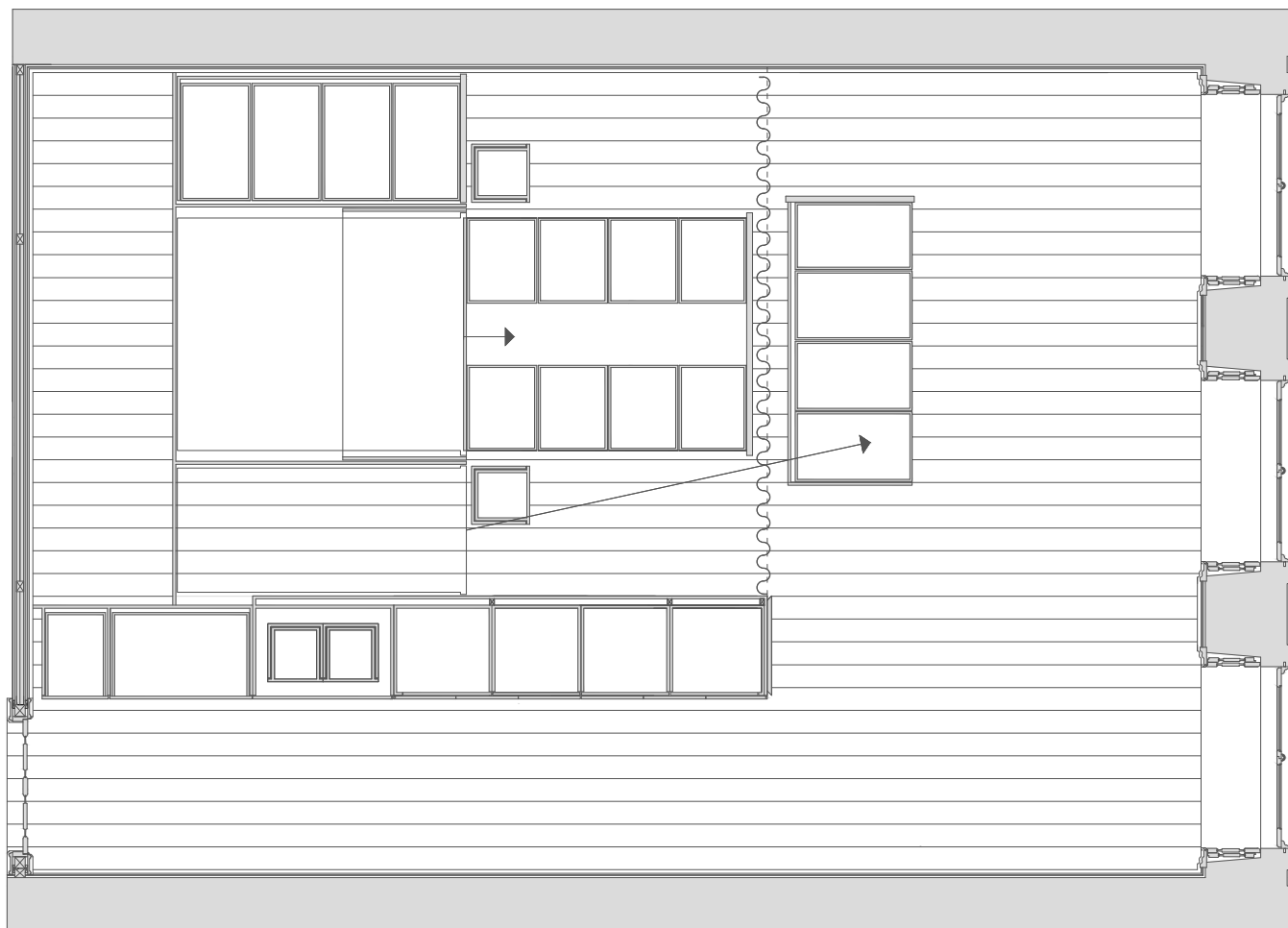
cota 1.50 m



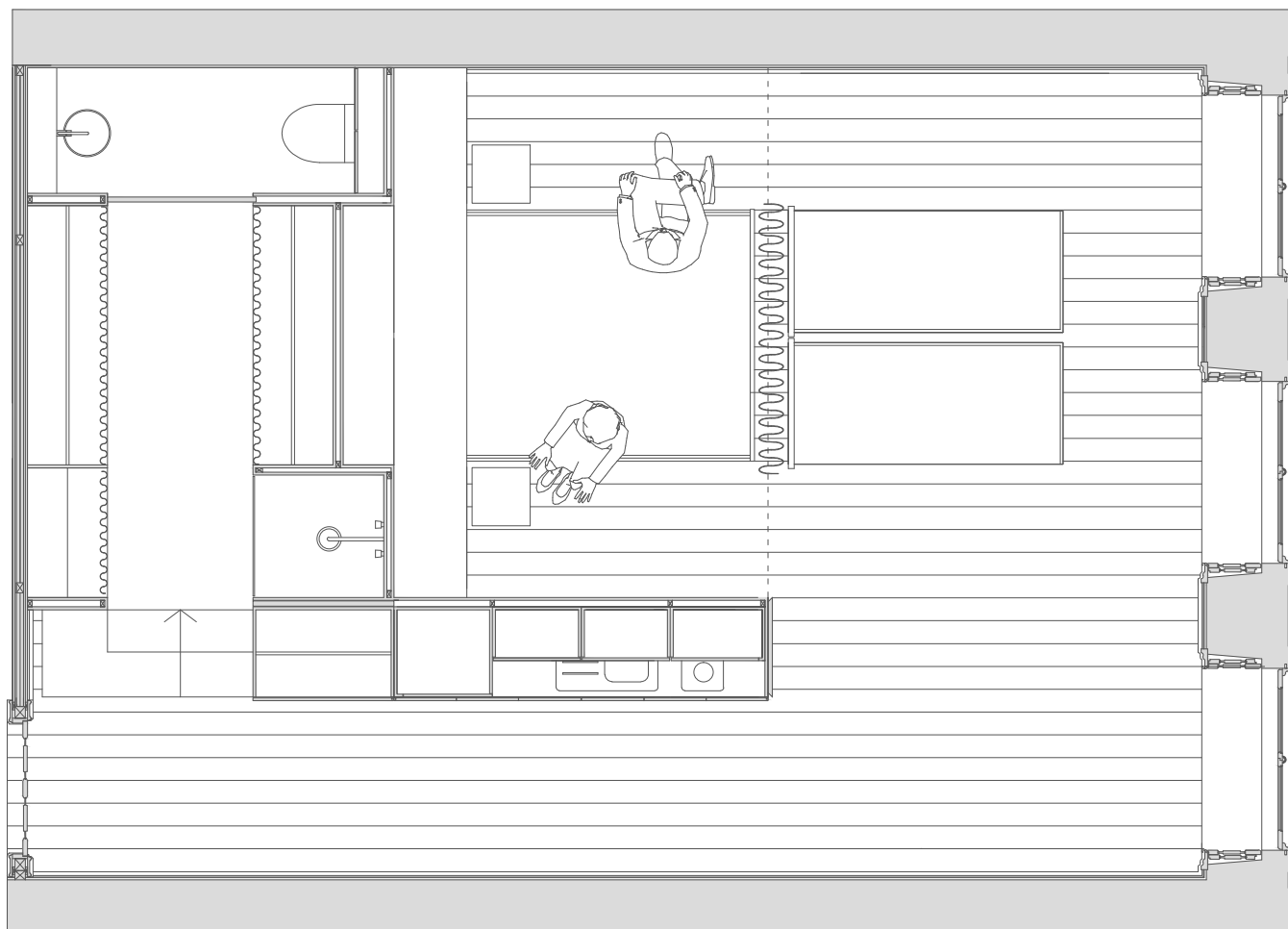
cota 0.50 m



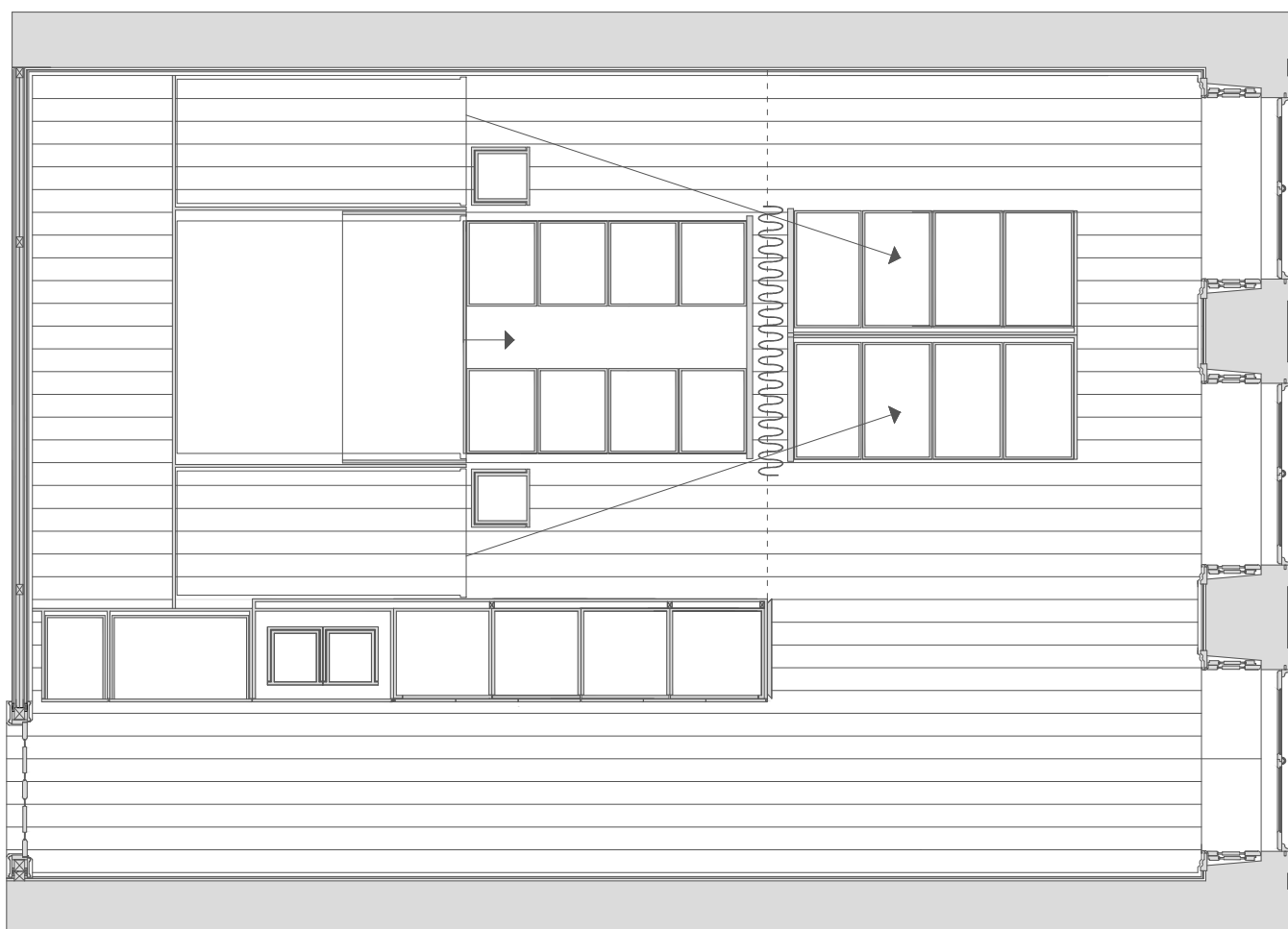
cota 1.50 m



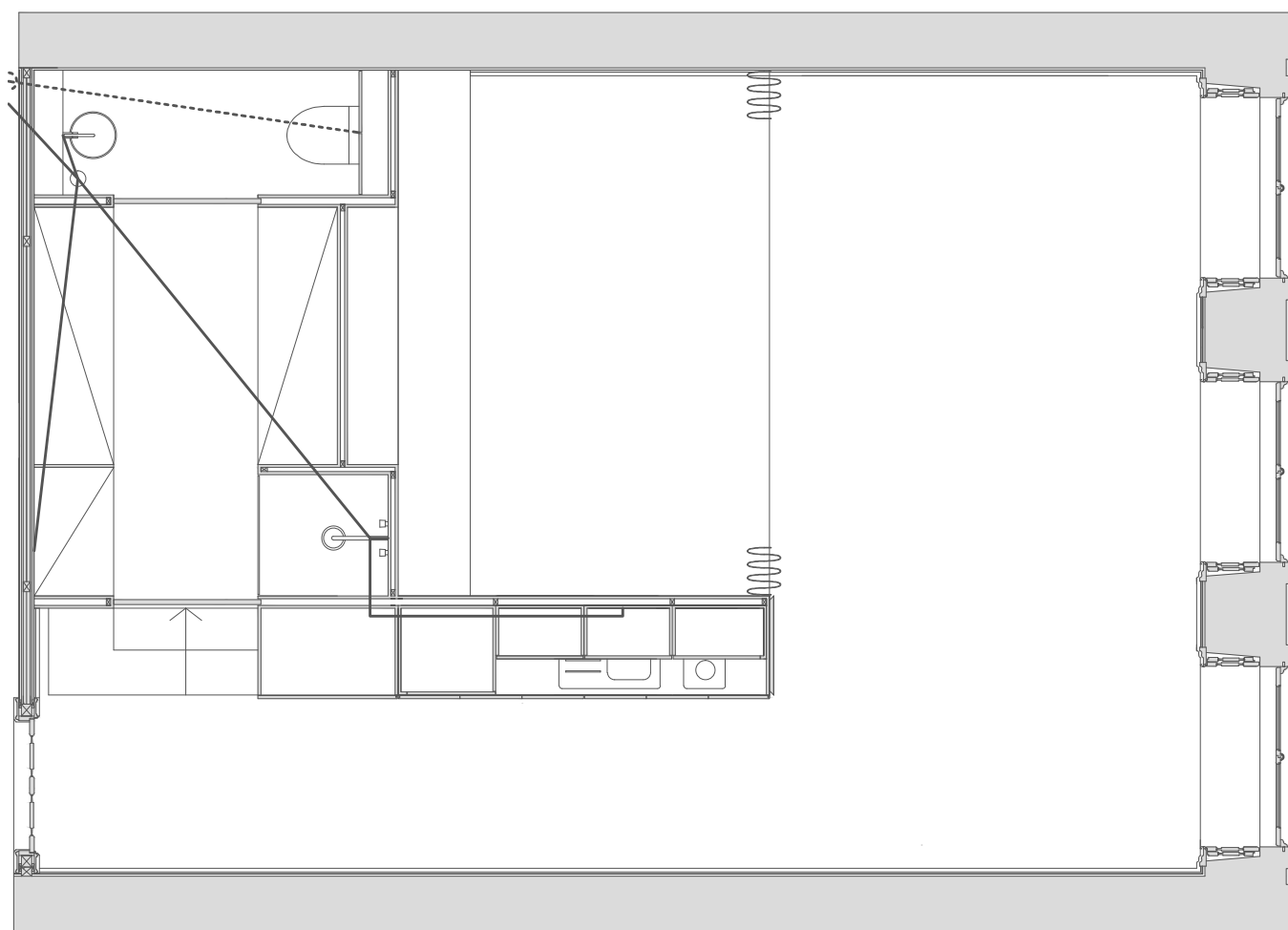
cota 0.50 m



cota 1.50 m



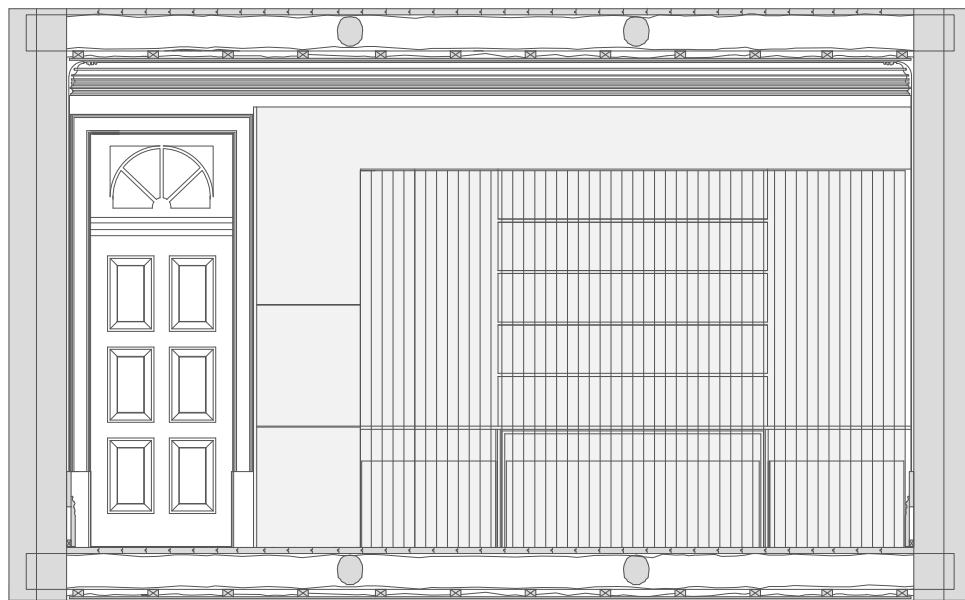
cota 0.50 m



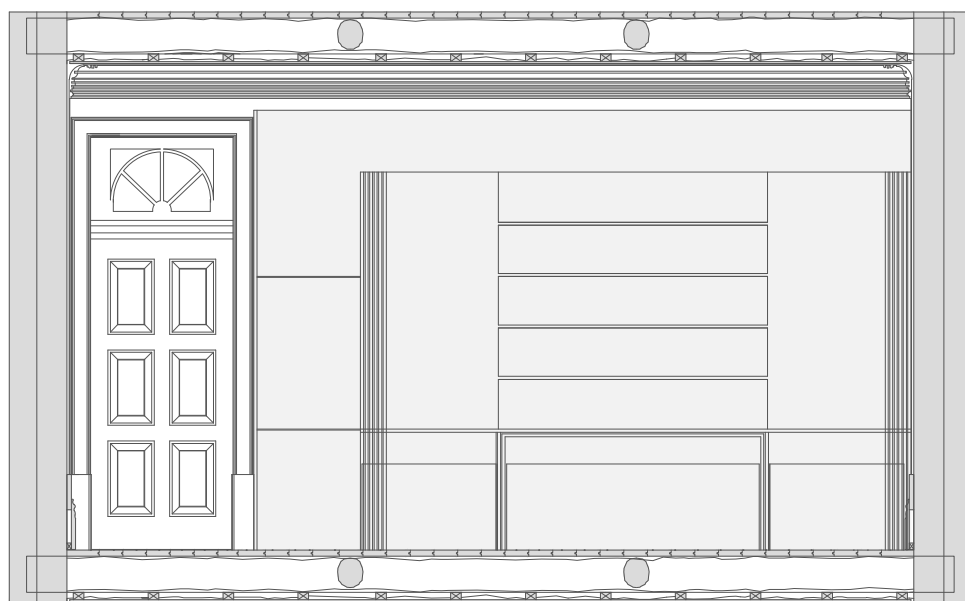
cota 1.50 m

águas limpas —————

águas sujas - - - - -



perfil aa' - fechado



perfil aa' - aberto

